



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

AS ENGRENAGENS DE UM SISTEMA POLÍTICO: estudo etnográfico sobre o
exercício do poder político local

Autor: Werles Xavier de Oliveira

Brasília, 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

AS ENGRENAGENS DE UM SISTEMA POLÍTICO: estudo etnográfico sobre o
exercício do poder político local

Autor: Werles Xavier de Oliveira

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Doutor.

Brasília, maio de 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

AS ENGRENAGENS DE UM SISTEMA POLÍTICO: estudo etnográfico sobre o
exercício do poder político local

Autor: Werles Xavier de Oliveira

Orientador: Professor Doutor Luís Augusto Sarmiento Cavalcanti de Gusmão (SOL/UnB)

Banca: Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Murta Collares
(SOL/UnB)
Prof.^a Dr.^a Lilia Gonçalves Magalhães
Tavolaro (ELA/UnB)
Prof. Dr. Caetano Ernesto Pereira de Araújo
(Senado Federal)
Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves
(SOL/UnB)

Aos meus pais, por sempre terem acreditado em mim.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa para mim uma importante conquista alcançada ao longo de uma incrível jornada. Iniciei a minha história com as ciências sociais há vinte anos. Posso dizer que o Amor é o mesmo, se não ainda maior, apesar de nunca deixar de me perguntar se sou talhado para a coisa. Mesmo sem essa certeza, alivia-me saber que a cada passo dado deixo em cada página um pouco de mim mesmo.

Desse modo, seria injusto não externar aqui os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para que eu pudesse levar adiante esta empreitada, concluir este trabalho e defender esta tese.

Agradeço à minha mulher e filho pela compreensão e carinho que sempre tiveram comigo, dando-me o apoio necessário para seguir em frente nos momentos de maior dificuldade. Igualmente, aos amigos e demais familiares, muitos deles interlocutores privilegiados com os quais pude contar neste trabalho.

Um agradecimento especial aos amigos Veríssimo, Seu Paulo, Zezinho, Péricles e Sílvia, por terem sido os primeiros a me abrirem as portas de um universo que eu apenas começava a tatear quando iniciei a pesquisa. Suas contribuições foram inestimáveis.

Sou muito grato ao corpo docente do Departamento de Sociologia da UnB pela altíssima qualidade dos professores e professoras que ali estão ou que por lá já passaram, muitos deles deixando marcas indeléveis em minha formação intelectual.

Às Professoras Ana Collares e Lilia Tavolaro, que gentilmente aceitaram participar da qualificação de meu projeto, e ao Professor Caetano Ernesto, que compõe a banca de defesa da minha tese.

Aos servidores do Departamento de Sociologia, pela presteza com que sempre responderam às minhas reiteradas solicitações.

Aos colegas do doutorado, pela troca de ideias e pelas experiências compartilhadas em momentos de dificuldades, mas também em momentos agradáveis que passamos juntos durante o curso.

Faço um agradecimento especial ao Professor Gusmão, que ainda durante as aulas na graduação, mostrou-me um veio de ouro a ser explorado nas ciências sociais: a sociologia empírica. Nela obtive a identificação e a inspiração necessárias para, ainda que trôpego, pudesse seguir adiante.

A importância do Professor Gusmão para a realização desta pesquisa é singular. Desde o primeiro momento em que aceitou orientar-me, de forma gentil e afetuosa, acreditando na viabilidade do estudo, transmitiu a mim a energia necessária para o árduo trabalho. Desde então os seus valiosos conselhos, sempre muito precisos, contribuíram sobremaneira para o aperfeiçoamento da tarefa. Além disso, garantiu-me a liberdade e a autonomia necessárias, fazendo intervenções cirúrgicas de inestimável valor. Pelas limitações eu me responsabilizo, e um eventual mérito que a tese possa ter eu o compartilho com o Professor Gusmão.

À inspiração divina que me guiou, tornando possível com muito trabalho e determinação sair da página em branco, espelhar uma realidade social e construir algo que carregue a nossa identidade.

A busca brutal dos fins do indivíduo é prejudicial aos fins e à paz do conjunto, ao ritmo de seus trabalhos e de suas alegrias, e – por efeito contrário – ao próprio indivíduo.

(Mauss, 2003, p. 307-308)

Neste livro, propomo-nos estudar a religião mais primitiva e mais simples que se conheça atualmente, analisá-la e tentar explicá-la.

(Durkheim, 2018, p. 29)

Também os primeiros cristãos sabiam perfeitamente que o mundo estava dominado por demônios e que o indivíduo que se comprometesse com a política, isto é, com os instrumentos do poder e da violência, estava concluindo um pacto com potências diabólicas; sabiam aqueles cristãos não ser verdade que o bem gerasse unicamente o bem, e o mal unicamente o mal: constata-se, antes e com muita frequência, o fenômeno inverso. Quem não o veja é, politicamente falando, uma criança.

(Weber, 2011, p. 147)

RESUMO

Este estudo tem por objetivo fazer uma investigação sobre o exercício do poder político local em Iraí de Minas (MG). Para tanto, a partir de uma visão de dentro, como nativo, buscou-se compreender, mediante a análise de seus elementos constitutivos, qual a lógica social dominante que garante a existência e a reprodução de um determinado sistema político municipal. Em outros termos, mediante o manejo dos instrumentos da pesquisa etnográfica, como a observação direta e participante e o uso das entrevistas em profundidade com os nativos, além da consulta aos arquivos e documentos públicos do município, intenta-se compreender a dinâmica interna que rege a vida política no pequeno município, não enquanto um poder que se projeta para fora, mas endogenamente, no município em si, enquanto um poder que se faz presente de diferentes maneiras no cotidiano das pessoas. A pesquisa aborda temas como o estudo dos vereadores e o funcionamento da Câmara Municipal, os prefeitos e os atos de gestão, as campanhas eleitorais, o relacionamento entre os agentes políticos e a população em geral etc. Os resultados do estudo evidenciam a existência, na vida política de um pequeno município brasileiro, daqueles padrões sociais duráveis, irredutíveis à vida de um indivíduo, que constituem, de acordo com Durkheim, o objeto de análise de toda investigação sociológica empiricamente orientada. Nesse sentido, procura-se realizar uma etnografia sociológica, ou seja, uma etnografia sempre atenta às uniformidades da vida social. Não obstante as limitações deste trabalho, considera-se que muitos dos resultados desta tese são extensíveis a outros municípios brasileiros; entretanto, qualquer tentativa de generalização demandará a realização de novas pesquisas empíricas.

Palavras-chave: pesquisa etnográfica; sistema político; dinâmica interna; padrões sociais.

ABSTRACT

This study aims to investigate the exercise of local political power in Iraí de Minas (MG). Therefore, from an inside view, as a native, we tried to understand, through the analysis of its constitutive elements, which is the dominant social logic that guarantees the existence and the reproduction of a determined municipal political system. In other words, through the management of instruments of ethnographic research such as direct and participant observation and the use of in-depth interviews with natives, in addition to consulting the city's archives and public documents, we seek to understand the internal dynamics that govern political life in the small municipality, not as a power that projects outwards, but endogenously, in the municipality itself, as a power that is present in different ways in people's daily lives. In this sense, the research addresses topics such as the study of councilors and the functioning of the city council, mayors and management acts, electoral campaigns, the relationship between political agents and the population in general, etc. The results of the study show the existence, in the political life of a small Brazilian municipality, of those durable social standards, irreducible to the life of an individual, which constitute, according to Durkheim, the object of analysis of all empirically oriented sociological investigation. In this sense, we seek to carry out a sociological ethnography, that is, an ethnography always attentive to the uniformities of social life. Finally, despite the limitations of this work, we are aware that many of the results of this thesis can be extended to other Brazilian municipalities, however, any attempt at generalization will require the realization of new empirical research.

Keywords: ethnographic research; political system; internal dynamics; social standards.

RÉSUMÉ

Cette étude vise à enquêter sur l'exercice du pouvoir politique local en Iraí de Minas (MG). Par conséquent, d'un point de vue intérieur, en tant qu'indigène, nous avons essayé de comprendre, à travers l'analyse de ses éléments constitutifs, quelle est la logique sociale dominante qui garantit l'existence et la reproduction d'un système politique municipal déterminé. En d'autres termes, à travers la gestion d'instruments de recherche ethnographique tels que l'observation directe et participante et l'utilisation d'entretiens approfondis avec des autochtones, en plus de la consultation des archives et des documents publics de la ville, nous cherchons à comprendre les dynamiques internes qui régissent les politiques politiques. la vie dans la petite commune, non pas comme une puissance qui se projette vers l'extérieur, mais de manière endogène, dans la commune elle-même, comme une puissance présente de différentes manières dans la vie quotidienne des gens. En ce sens, la recherche aborde des sujets tels que l'étude des conseillers et le fonctionnement du conseil municipal, les maires et les actes de gestion, les campagnes électorales, la relation entre les agents politiques et la population en général, etc. Les résultats de l'étude montrent l'existence, dans la vie politique d'une petite municipalité brésilienne, de ces normes sociales durables, irréductibles à la vie d'un individu, qui constituent, selon Durkheim, l'objet d'analyse de toute enquête sociologique à orientation empirique. En ce sens, nous cherchons à réaliser une ethnographie sociologique, c'est-à-dire une ethnographie toujours attentive aux uniformités de la vie sociale. Enfin, malgré les limites de ce travail, nous sommes conscients que nombre des résultats de cette thèse peuvent être étendus à d'autres municipalités brésiennes, cependant, toute tentative de généralisation nécessitera la réalisation de nouvelles recherches empiriques.

Mots clés: Recherche ethnographique; système politique; dynamique interne; normes sociales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – Adesivo do partido | 50 |
| Figura 2 – Caderninho de votos, início da campanha..... | 75 |
| Figura 3 – Caderninho de votos, final da campanha | 76 |
| Figura 4 – Câmara Municipal de Iraí de Minas, frente | 123 |
| Figura 5 – Câmara Municipal de Iraí de Minas, interior | 123 |
| Figura 6 – Prefeitura Municipal de Iraí de Minas | 158 |
| Figura 7 – Inauguração de asfalto..... | 186 |
| Figura 8 – Placa de obra pública | 187 |
| Figura 9 – Inauguração de praça pública..... | 189 |
| Figura 10 – Santinho do prefeito e vice..... | 203 |
| Figura 11 – Pesquisa da Bananeira Diogo Venâncio | 215 |
| Figura 12 – Pesquisa da Bananeira Joaquim Barros | 215 |
| Figura 13 – Comício PROS (90) | 234 |
| Figura 14 – Comício PDT (12)..... | 235 |
| Figura 15 – Fichas de cerveja..... | 236 |
| Figura 16 – Cerveja Oferecida pelo 90..... | 237 |
| Figura 17 – Cerveja oferecida pelo 12..... | 238 |
| Figura 18 – Bairro Bagagem | 247 |
| Figura 19 – Bairro Bagagem | 248 |
| Figura 20 – Av. Hamilton Miranda | 250 |
| Figura 21 – Virtudes e defeitos..... | 257 |
| Figura 22 – Controle de compra de votos..... | 259 |
| Figura 23 – Rua de acesso à Escola..... | 261 |
| Figura 24 – Placa do Prodecir..... | 274 |
| Figura 25 – Pivôs agrícolas nos arredores de Iraí de Minas | 281 |
| Figura 26 – Copamil..... | 287 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 – Segmentação do eleitorado brasileiro | 2 |
| Tabela 2 – Eleições em Iraí de Minas 1972/2020 | 159 |
| Tabela 3 – Bancadas eleitas pelos partidos | 167 |
| Tabela 4 – Perfil das despesas municipais 2017/2020 | 182 |
| Tabela 5 – Perfil das despesas da União 2017/2020 | 183 |
| Tabela 6 – Resultado das eleições 2020 para vereador | 217 |
| Tabela 7 – Gastos declarados nas eleições de 2012 | 241 |
| Tabela 8 – Limite de gastos das eleições de 2016 | 242 |
| Tabela 9 – Copamil 2020, perfil | 287 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------------|--|
| STF | Supremo Tribunal Federal |
| TCE | Tribunal de Contas Estadual |
| Cemig | Companhia Energética de Minas Gerais S.A. |
| TSE | Tribunal Superior Eleitoral |
| TRE | Tribunal Regional Eleitoral |
| IPCA | Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| COSUEL | Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda. |
| COPAMIL | Cooperativa Agrícola Mista de Iraí |
| PND | Plano Nacional de Desenvolvimento |
| PADAP | Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba |
| BDMG | Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais |
| EMATER | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| EMBRAPRA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| POLOCENTRO | Programa de Desenvolvimento dos Cerrados |
| COOPADAP | Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba |
| CAC-CC | Cooperativa Agrícola de Cotia – Cooperativa Central |
| PRODECER | Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados |
| CAMPO | Companhia de Promoção Agrícola |

Sumário

| | |
|--|-----|
| Introdução..... | 1 |
| Discussão Metodológica..... | 5 |
| Breve literatura – A herança do coronelismo no poder político local..... | 11 |
| Apresentação – Iraí de Minas: contexto histórico e social..... | 34 |
| Capítulo 1 – Os vereadores..... | 49 |
| 1.1 Por que entrar na política local?..... | 49 |
| 1.2 A campanha eleitoral dos vereadores..... | 59 |
| 1.3 O trabalho do vereador..... | 79 |
| 1.4 Por que não entrar na política local?..... | 100 |
| 1.5 Uma paixão municipal..... | 116 |
| Capítulo 2 – O dia a dia da Câmara..... | 123 |
| 2.1 A eleição do Presidente..... | 125 |
| 2.2 As reuniões da Câmara..... | 126 |
| 2.3 As indicações..... | 132 |
| 2.4 Após a Ordem do Dia..... | 135 |
| 2.5 Posicionamentos dos vereadores..... | 141 |
| 2.6 Valorizando o passe..... | 152 |
| Capítulo 3 – Os Prefeitos..... | 158 |
| 3.1 O acirramento das disputas eleitorais..... | 158 |
| 3.2 O eleito faz a Câmara..... | 167 |
| 3.3 Uma burocracia própria..... | 170 |
| 3.4 As contratações públicas..... | 177 |
| 3.5 As obras públicas..... | 182 |
| 3.6 Uma rivalidade histórica..... | 190 |
| 3.7 Os acordos de divisão de mandato..... | 195 |
| 3.8 O vice-prefeito..... | 202 |
| Capítulo 4 – A campanha eleitoral..... | 211 |
| 4.1 As pesquisas eleitorais..... | 211 |
| 4.2 A escolha dos candidatos e as convenções partidárias..... | 216 |
| 4.3 A busca pelos votos e o voto de porta em porta..... | 222 |
| 4.4 A campanha nas ruas e os comícios..... | 233 |
| 4.5 O peso do dinheiro na política local..... | 241 |
| 4.6 O dinheiro nos dias que antecedem a eleição..... | 253 |
| Capítulo 5 – Os gaúchos em Iraí de Minas..... | 267 |
| 5.1 Contexto externo e nacional..... | 267 |

| | |
|--|-----|
| 5.2 A terra, o homem e a agricultura | 269 |
| 5.3 A economia e a política local | 287 |
| 5.4 Weber no cerrado mineiro | 293 |
| Considerações Finais | 300 |
| Referências | 306 |
| Anexo I – Carta-convite | 312 |
| Anexo II – Questões preliminares | 313 |
| Anexo III – Vereadores/Câmara..... | 314 |
| Anexo IV – Prefeitos/Vices | 316 |
| Anexo V – Gaúchos..... | 317 |
| Anexo VI – Prodecir | 318 |
| Anexo VII – Questões gerais:..... | 320 |

Introdução

O desejo de compreender em profundidade o exercício do poder político local em um pequeno município nasceu como um fruto do acaso, um evento imprevisível de trajetória pessoal que me lançou ao cerne da vida política de Iraí de Minas como vereador do município, ao tempo que prosseguia com os estudos da pós-graduação. Aí se encontram as origens desta pesquisa sociológica.

A partir de então, fez-se da condição de nativo o observatório natural para a densa compreensão da vida política local. Desse modo, buscamos desde o início uma visão de dentro para fora que alcançasse os padrões gerais duráveis da vida cotidiana naquilo que concerne ao exercício do poder político.

Nesse sentido, pode-se dizer que este trabalho busca responder à seguinte questão: qual, afinal, a lógica dominante na política local? Em outros termos: por meio de quais mecanismos político-sociais articulam-se interesses públicos e privados com vistas a garantir o exercício do poder político em sua dinâmica própria? Como desdobramentos desta questão diretriz, perguntamo-nos quais as características, como se constitui ao longo do tempo, quais as partes constitutivas e como se relacionam para garantir a reprodução de um sistema, de um modo de exercício do poder político?

Como hipótese de trabalho postulamos que existe um sistema de poder político local vigente em Iraí de Minas, que sustenta e se reproduz graças a uma intrincada rede que conecta distintos interesses, individuais e de grupos, cada qual, segundo sua força e poder de barganha, buscando algum tipo de ganho ao apoio político ofertado e, com isso, estabelecendo pontes e intercâmbios diversos entre o poder público e os interesses privados.

Por certo que se tratou apenas de uma primeira linha de análise que abriu o campo à investigação, o que significa dizer que muitas das evidências trazidas pela pesquisa corroboram a hipótese ao tempo que a ela acrescentam novas informações, uma vez que os resultados alcançam dimensões da vida política local nem tão previsíveis quanto possa sugerir o postulado, a exemplo de aspectos observados como o peso da herança familiar, a paixão como ingrediente característico da política local, a abstração e a timidez da lei ante a constância do costume, o sistema de reciprocidades que cria obrigações entre agentes políticos e população etc.

O fato de ter na vida política do pequeno município o objeto da pesquisa revela por si só uma importância que vai além da trajetória pessoal.

A tabela abaixo fornece indicações claras nesse sentido.

Tabela 1 – Segmentação do eleitorado brasileiro

| Divisão do eleitorado em 12 faixas (quantidade de eleitores) | Qtde. de municípios em cada faixa | % municípios em cada faixa | % de eleitores em cada faixa |
|--|-----------------------------------|----------------------------|------------------------------|
| 1ª (até 5.000) | 1547 | 27,78% | 3,52% |
| 2ª (de 5.000 até 10.000) | 1481 | 26,60% | 7,18% |
| 3ª (de 10.000 até 20.000) | 1260 | 22,63% | 12,17% |
| 3ª (de 20.000 até 30.000) | 469 | 8,42% | 7,69% |
| 4ª (de 30.000 até 50.000) | 356 | 6,39% | 9,22% |
| 5ª (de 50.000 até 100.000) | 257 | 4,62% | 12,26% |
| 6ª (de 100.000 até 200.000) | 104 | 1,87% | 10,08% |
| 7ª (de 200.000 até 500.000) | 69 | 1,24% | 13,98% |
| 8ª (de 500.000 até 1.000.000) | 16 | 0,29% | 7,39% |
| 9ª (de 1.000.000 até 2.000.000) ¹ | 7 | 0,13% | 7,16% |
| 10ª (de 4.000.000 até 8.000.000) | 1 | 0,02% | 3,28% |
| 11ª (acima de 8.000.000) | 1 | 0,02% | 6,08% |
| Total | 5568 | 100% | 100% |

Fonte: TSE, 2020. Elaboração do autor.

Observe-se inicialmente que, se estabelecermos como critério para a definição do conceito de pequeno município² um contingente eleitoral de até 10 mil eleitores, temos

¹ Segundo dados do TRE-DF, nas eleições gerais de 2018 o DF apresentou um contingente de 2.085.825 eleitores aptos a votar, figurando assim como o terceiro maior colégio eleitoral do país, ficando atrás apenas de Rio de Janeiro e São Paulo, representados na tabela pelas últimas duas linhas, sendo a cidade do Rio de Janeiro com 4.851.887 e São Paulo com 8.986.687 eleitores. Considerando-se apenas as eleições municipais, Belo Horizonte, neste caso, ainda é o terceiro colégio eleitoral, com 1.943.184 eleitores.

² Neste estudo adotamos como critério para definir o conceito de pequeno município o município de até 10 mil eleitores, embora ainda não haja uma definição oficial, uma vez que o Congresso Nacional ainda não deliberou sobre o tema (vide a tramitação da PEC 57/2016). No caso de Iraí de Minas, o eleitorado apurado pelo TSE para as eleições de 2020 foi de 6.104 eleitores, razão pela qual estabelecemos o critério em 10 mil eleitores, faixa em que se encontra Iraí de Minas. Por outro lado, se se considera o tamanho da população ao invés do número de eleitores, também se chega à constatação de que a maioria dos municípios brasileiros tem pequena população: por exemplo, 45% dos municípios brasileiros têm até 10 mil habitantes, como a cidade de Bela Vista de Minas (MG) com 10.004 habitantes; elevando este limite para 20 mil

que em torno de 54% (3.028) dos municípios brasileiros situam-se nesta faixa. Estendendo este critério para até 20 mil eleitores, temos que 77% (4.288) dos municípios brasileiros situam-se nesta faixa, ou seja, três em cada quatro municípios do país não possuem mais que 20 mil eleitores.

Por outro lado, é interessante observar, comparando as duas primeiras e as duas últimas linhas da tabela, que 10,7% do eleitorado nacional estão dispersos nos 3.028 municípios, enquanto praticamente o mesmo contingente, 9,36%, concentra-se apenas nos dois maiores colégios eleitorais brasileiros, Rio de Janeiro e São Paulo.

Vemos também que cerca da metade dos eleitores (52,04%) localiza-se na parte superior da tabela, em municípios com até 100 mil eleitores, sendo a outra metade (47,96%) em municípios com mais de 100 mil eleitores.

Os dados revelam que a vida política que transcorre no pequeno município tem uma importância significativa, se não para compreender a vida política nacional, ao menos para a compreensão daquilo que ocorre na grande maioria dos municípios brasileiros no que tange ao exercício do poder político local, razão bastante para justificar este estudo.

Por se tratar de uma pesquisa empírica do tipo etnográfica, a metodologia para a sua realização foi calcada na observação direta e participante do campo de análise, na realização de entrevistas em profundidade e no exame de documentos oficiais disponíveis na prefeitura e nas câmaras municipais.

É oportuno ressaltar que a pesquisa buscou uma descrição densa de eventos em contextos singulares a partir de uma posição privilegiada de observação numa perspectiva essencialmente empírica, daí por que as suas conclusões não possuem nenhum desejo de generalização, embora não ignoremos o fato de que os seus achados possam ser extensíveis a outros municípios brasileiros, algo que demandará novas pesquisas e, em alguma medida, que sejam exemplificativas da vida política nacional.

Seguindo-se à discussão da metodologia da pesquisa, apresenta-se uma sucinta consulta à literatura sobre o tema e uma ligeira exposição do panorama do município, espécie de preâmbulo da tese, sendo o texto principal dividido em cinco capítulos, cada qual guardando certa autonomia individual em relação ao todo, ao que se seguem as considerações finais.

habitantes, vemos que 70% dos municípios brasileiros estão nessa faixa, como a cidade de Carmo do Cajuru (MG) com 20.012 habitantes, conforme o censo do IBGE de 2010.

No primeiro capítulo, investigamos os vereadores e nos questionamos acerca das razões pelas quais muitos são levados à política na condição de candidatos. Decididos a isso, é preciso compreender as variáveis que concorrem para a eleição de um vereador no pequeno município, bem como a odisseia que atravessam durante uma campanha eleitoral. Adentramos também na natureza do trabalho do vereador e refletimos sobre o porquê de muitos indivíduos manterem distância da política local.

Como decorrência deste capítulo sobre os vereadores, segue-se o capítulo sobre o dia a dia da Câmara; é nele que identificaremos as estratégias empregadas na eleição de um presidente de Câmara ou na votação de um projeto importante. Além disso, examinamos também o transcorrer das reuniões ordinárias e o que nelas se vota, bem como a participação popular e a relação entre eleitor e político, mediada pelo cálculo eleitoral.

No terceiro capítulo, as observações recaem sobre a figura dos prefeitos. Aqui examinamos as causas do acirramento das disputas eleitorais e as origens do partidarismo e da polarização política. Passamos em revista os atos de governo relacionados às contratações públicas de funcionários e empresas, a importância para os políticos das obras públicas, os estranhos e incomuns acordos de divisão de mandato e, ainda, o papel do vice-prefeito na política local.

Já no quarto capítulo nos dedicamos ao estudo das campanhas eleitorais e analisamos os arranjos de bastidores que definem os candidatos de uma eleição. Examinamos também as pesquisas eleitorais no pequeno município, a busca pelos votos de porta em porta, seja na cidade ou no meio rural. Investigamos o desenrolar das campanhas nas ruas e, ainda, o peso do dinheiro na política local.

Por último, no quinto capítulo, investigamos a história dos gaúchos no município, a sua prosperidade econômica e a relação que mantêm com a política local.

Tem-se assim a organização básica da tese que, ancorada em contextos circunstanciados empiricamente, buscou compreender a dinâmica própria da política local, ainda que sob o risco de constatar muito do que já era presumido na academia e de parecer óbvio ao ver dos nativos, mas com a ambição de evidenciar pressuposições muitas das vezes carentes de substância e fazer brotar da obviedade revelações cognitivas para aqueles que estão de fora. Esse foi o nosso propósito.

Discussão Metodológica

O ponto de partida para a realização desta pesquisa resultou do cruzamento da minha trajetória pessoal de estudante de pós-graduação que, ao mesmo tempo, também se flagrou ator político. Isso se deu em 2016 com o meu ingresso no doutorado em sociologia na UnB em Brasília e a concomitante eleição para vereador em Iraí de Minas.

Esta dupla condição de pesquisador e ator político levou-me quase que naturalmente, já no início do curso e do mandato em 2017, à delimitação do tema do estudo. Nascia ali um desejo e uma preocupação constante de compreender o exercício do poder político local a partir deste lócus privilegiado de observação. Em outros termos, abria-se diante de mim a oportunidade de conceber um estudo sobre aquilo que observo e vivo diariamente, uma possibilidade de transformar uma experiência social ordinária em pesquisa etnográfica. Essa foi a mola propulsora inicial desta pesquisa.

Trata-se de uma pesquisa etnográfica propriamente dita, pura, tal como a concebem, por exemplo, Beaud e Weber (2014), conduzida a partir de minha imersão no campo observado, uma presença contínua e duradoura inspirada em etnografias clássicas (Malinowski, 2018, Evans-Pritchard, 2005) e contemporâneas (Becker, 2008, Elias, 2000 e White, 2005), às quais podemos ainda acrescentar as contribuições mais recentes de Magnani (2002) e Descola (2006); estes, cada qual a seu modo, argumentam sobre a importância da vivência no campo como ferramenta para a compreensão da realidade observada.

A delimitação do tema foi guiada inicialmente pela motivação pessoal de fazer do cotidiano objeto de análise. Ademais, levou-se em conta a factibilidade de realização da pesquisa dentro do tempo acadêmico disponível para tanto, o qual inclusive coincidiu com a duração do primeiro mandato de vereador (2017/2020), permitindo que pesquisa e mandato pudessem caminhar *pari passu*. No mesmo sentido, o fato de a pesquisa ter se desenvolvido num pequeno município contribuiu sobremaneira para a sua viabilidade, tornando possíveis vivências e contatos diários que constituíram o alicerce desta experiência etnográfica.

Por certo que a dupla condição de pesquisador e ator político trouxe benefícios à realização da pesquisa. A condição de nativo do campo observado possibilitou buscar a densidade da descrição etnográfica exigida por um estudo dessa natureza. Buscou-se tirar o máximo proveito dessa condição produzindo um relatório de pesquisa singular, original

no sentido de feito por alguém detentor de uma característica específica: ser vereador do município.

É bem verdade que outros pesquisadores podem debruçar-se sobre o mesmo objeto e produzir relatos semelhantes, mas como não são muitos os pesquisadores vereadores, temos razões bastantes para acreditar que essa condição peculiar tornou possível o alcance de camadas da política local que de outra forma seriam inacessíveis ou, quando acessíveis, compreensíveis por um ângulo de observação distinto daquele do vereador pesquisador.

É importante frisar que não se tratou de uma imersão premeditada ao campo, algo que, neste caso em particular, seria insano. É que uma suposta imersão deliberada no campo como nativo aqui demandaria passar pelo crivo da eleição e ser eleito, além de enfrentar inúmeras implicações de ordem pessoal e social tratadas neste trabalho, a exemplo da difícil decisão de ser candidato, de ter de passar pela dureza de uma campanha eleitoral e o compromisso com o exercício do mandato.

Isso significa dizer que a decisão pela política local antecedeu à decisão de torná-la objeto de estudo, algo que viria a acontecer de modo fortuito, natural, como o resultado da combinação de variáveis da trajetória pessoal. Tratou-se de uma imersão inesperada e, a partir disso, buscou-se tirar proveito da condição de nativo para a condução da pesquisa.

Note-se também que, se por um lado o compromisso e o calendário acadêmicos exigem a realização e a apresentação dos resultados do estudo num tempo determinado, o compromisso político continua, porquanto não se trata de um campo no qual se entra e depois se sai ileso, se isso é possível para qualquer campo em estudos dessa natureza. Desse modo, espera-se que esta pesquisa específica alcance os seus objetivos e também o seu fim, a despeito dos desdobramentos que possa desencadear. Contudo, com isso não se tem a esperada saída do campo³, a atuação política local continua – “sai” o pesquisador e permanece o político. Ao menos até a duração deste segundo mandato (2021/2024), o gabinete pode esperar, ou melhor, vereador e pesquisador terão de dividir o mesmo espaço.

³ Acerca dessa dificuldade de o pesquisador desvencilhar-se do campo ao término da pesquisa, sobretudo em estudos etnográficos, é oportuna a leitura do relato autobiográfico recolhido por Franz Boas e do qual nos dá notícia Lévi-Strauss, de um jovem indígena aprendiz de feiticeiro/xamã de nome Quesalid que, decidido a investigar e desmascarar as supostas fraudes das curas xamanísticas, parte numa cruzada contra os xamãs, mas, sendo ele próprio iniciado nesses mistérios, ao final do relato passa a acreditar nas técnicas xamanísticas por ele utilizadas em comparação com as técnicas de seus rivais, ou seja, o conhecimento dos mistérios (da coisa) impacta o sujeito e afeta a sua sensibilidade original. O objeto vai absorvendo o sujeito. Vide Lévi-Strauss (1967, p. 202-206).

Se, por um lado, a condição de nativo trouxe estimáveis benefícios para a pesquisa, por outro, os perigos dessa dupla existência também se fizeram presentes.

O risco sempre presente ao longo do estudo era o de o político apropriar-se do trabalho do pesquisador⁴ e dele fazer arma política sob o manto protetor da pesquisa científica. Além disso, havia as dificuldades inerentes à pretensa descrição neutra e objetiva de fatos observados quando, muitas vezes, nós mesmos tomamos parte ativa na realidade observada.

É verdade que aqui e ali pode ser encontrado um ou outro vestígio de uma “*autobiografia disfarçada*”. Negar isso seria negar uma obviedade. Aliás, a consciência reflexiva prévia dessa dupla condição reforçou o rigor metodológico empregado na pesquisa e facilitou, muito mais que criou embaraços, a sua realização.

Nesse sentido, pode-se dizer que os parâmetros de objetividade da pesquisa foram observados não obstante a minha participação ativa no campo enquanto ator político comprometido com o questionamento da ordem social vigente, isto porque a presença no campo foi pontual, específica e transitória, não influenciando nas características gerais do objeto pesquisado, o qual tem se constituído ao longo do tempo enquanto padrões duráveis capturáveis por um observador externo, ainda que tenha interesse direto na “perturbação do campo”. Dito de outro modo, a pesquisa repousa fundamentalmente sobre práticas políticas pretéritas que, ainda que venham a se modificar em razão da intervenção no campo, tais modificações futuras não impactarão a descrição feita do exercício do poder político local passado.

Podemos acrescentar ainda que a naturalização da realidade pelos pesquisados torna o real internalizado algo espontâneo. Ademais, o recurso ao cruzamento das fontes possibilitou um controle e a saturação dos resultados colhidos, constatando-se que, na maior parte do tempo, os pesquisados expressaram a realidade de fato como a viam e viviam, sem intenções de construir narrativas apartadas desta mesma realidade também reafirmada por outros pesquisados e, igualmente, por mim observada. Pode-se dizer que os nativos se sentiam conversando casualmente com alguém do meio, um igual, e não com alguém de fora. Com alguém que eles partilhavam um mesmo código social, uma mesma semântica, o que os levava a presumir que estavam falando meras obviedades, obviedades entre nativos.

⁴ Tal como o dilema existencial que entrelaçou as vidas do Dr. Jekyll e de Mr. Hyde.

Com relação às técnicas empregadas na pesquisa, amparamo-nos especialmente numa combinação de técnicas composta por observação direta, entrevistas e pesquisa histórica de arquivos e documentos da prefeitura e câmara municipais, sempre buscando controlar os resultados obtidos por uma fonte com aqueles alcançados pela outra, de modo a garantir a confiabilidade do estudo, amparando-nos em manuais de pesquisa qualitativa como o de BAUER & GASKEL (2008), até mesmo para a interpretação dos dados.

A observação direta se deu de modo ativo, participante, malinovisquiano, fazendo de cada oportunidade, de cada reunião da Câmara, de cada reunião em comunidades rurais, da conversa prévia entre os vereadores antes do início de uma reunião, da conversa com lideranças políticas e com populares em geral, uma ocasião para a observação sociológica dos sentidos imanentes dados à realidade social pelos indivíduos em sua vida cotidiana.

Munido dessas observações diárias que possibilitaram um primeiro nível de aproximação da realidade estudada, partimos para a elaboração de minuciosos questionários que subsidiassem a realização das entrevistas. Destes densos e ineficazes questionários elaboramos tópicos guias para uso memorizado quando das entrevistas. É que entrevistas do tipo estruturadas, ponto a ponto, dirigidas, seriam disfuncionais ante os propósitos do estudo. Optou-se assim por conversas orientadas pelas questões da pesquisa, colocadas sutilmente e de modo natural, sem a rigidez dos questionários que poderiam provocar um constrangimento desnecessário entre nativos que conversam sobre um tema de interesse comum.

Estas conversas/entrevistas se deram obviamente com a aquiescência dos pesquisados, como entrevistas em profundidade, muitas vezes assumindo o aspecto de verdadeiras histórias orais. Para se ter uma visão preliminar do campo pela boca dos entrevistados e como um teste para verificar a pertinência das questões da pesquisa, num primeiro momento realizamos uma bateria de entrevistas exploratórias, as quais, por sua vez, proporcionaram um melhor recorte do objeto e o refinamento da pesquisa, clareando os rumos pelos quais o estudo deveria prosseguir. Além disso, possibilitou identificar os principais atores que deveriam ser entrevistados na sequência.

Após as entrevistas exploratórias, realizamos as entrevistas em profundidade pertinentes à compreensão de cada aspecto da realidade observada. Nesse sentido, por exemplo, para compreender o papel dos vereadores na política local, entrevistamos vereadores e ex-vereadores, de legislaturas remotas e atuais, de ambos os espectros políticos, novos e velhos, confrontando-se os seus relatos e buscando capturar os padrões

ou a ausência deles no discurso de cada um. Da mesma forma, o mesmo foi feito para abordar o tema dos prefeitos, tendo sido entrevistados os principais prefeitos da cidade, quatro deles cujos mandatos somados ultrapassam trinta anos de gestão do município.

E assim as entrevistas foram sendo conduzidas com algumas dezenas de pessoas, envolvendo vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, primeiras-damas, lideranças políticas e comunitárias, funcionários públicos, produtores rurais e cidadãos comuns, tendo o relato destes nativos constituído a base deste trabalho.

Complementamos o trabalho da observação direta e das entrevistas com a pesquisa aos documentos públicos do município, principalmente na câmara e prefeitura municipais. Desse modo, tivemos acesso a projetos de lei, leis promulgadas, atas de reuniões, listas de votações e documentos diversos que serviram como contraprova aos relatos dos entrevistados.

Voltando às observações diretas, é oportuno dizer que a minha participação na pesquisa, ao tempo que buscou o distanciamento, a neutralidade e um afastamento das pré-noções como recomendações de objetividade, como diria o velho Durkheim, teve como fio condutor das análises a busca por uma síntese das consciências e pontos de vista fragmentários trazidos pelos pesquisados, num esforço de agregar à pesquisa a minha própria percepção. Ou seja, um intérprete que, ao interpretar, dá sentido a uma realidade, sentido esse, por sua vez, também localizado no tempo e no espaço.

Com relação ao horizonte temporal, a observação participante propriamente dita, a realização das entrevistas e as consultas aos documentos públicos coincidiram com o exercício do primeiro mandato de vereador (2017/2020). Entretanto, trata-se de um estudo não linear cujas principais constatações e análises remetem à própria história política do município, cobrindo episódios que vão desde a sua emancipação política em 1962 aos dias atuais. Deste modo, pode-se dizer que este estudo relaciona-se muito mais com a história política local como um todo do que a este ou àquele mandato ou governante em particular.

Por último, gostaria de ressaltar que se trata de uma pesquisa eminentemente empírica, ancorada na vida de indivíduos reais e nas situações que estes vivem cotidianamente na pequena Iraí de Minas. Este foi o barro de que se fez esta tese, sendo a literatura utilizada apenas a essencial para compreender velhas questões da sociologia política num contexto e sob uma abordagem singulares.

Não sei se consegui dar a conhecer o que vi na América, mas estou certo de que tive sinceramente esse desejo e de nunca ter cedido, a não ser

que sem o perceber, à necessidade de adaptar os fatos às ideias, em vez de submeter as ideias aos fatos. (Tocqueville, 1998, p. 20).

Breve literatura – A herança do coronelismo no poder político local

Já se vão setenta anos desde a primeira publicação de *Coronelismo, enxada e voto*, de Victor Nunes Leal. Ao nos depararmos com a realidade do exercício do poder político nos pequenos municípios brasileiros, sentimos que o vigor da obra ecoa, resistindo à prova do tempo. Certamente por isso mesmo em pouco tempo após seu lançamento a obra se tornara um clássico, tamanho o seu realismo e capacidade de descrição da vida política vivida nos rincões de nosso país. Por certo, como o próprio autor já notara em seu tempo, o coronel de hoje já não é o de ontem, mas as semelhanças que guardam entre si levam-nos de volta à necessidade de rever *Coronelismo...*

O coronelismo examinado por Victor Nunes encontra seu contexto no Brasil da Primeira República (1889-1930), um país essencialmente agrário, com a população rural predominando sobre a urbana. É neste cenário que o autor observa que os primeiros passos da República no Brasil, com o progressivo fortalecimento das instituições estaduais e federais e, especialmente, com a ampliação do sufrágio à grande massa de trabalhadores rurais, encontram grande dificuldade de acomodação com os interesses dos grandes proprietários de terras e de gentes, os coronéis, chefes políticos de pequenos municípios que tinham a seu dispor em suas fazendas uma massa de trabalhadores rurais e agregados em sua maioria incultos e miseráveis.

Em outros termos, é nessa “*superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada*” que o coronelismo encontra as suas bases, constituindo todo um sistema que conecta municípios, Estados e União, com efeitos deletérios para o fortalecimento do próprio regime representativo, uma vez que concorre para o seu falseamento. Vejamos o cerne deste compromisso, presente ao fim e ao cabo da obra.

Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras.

Despejando seus votos nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais, os dirigentes políticos do interior fazem-se credores de especial recompensa, que consiste em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação no município. (Nunes Leal, 2012, p. 44, 233).

Concedia-se aos chefes políticos locais uma espécie de poder extralegal para que o exercessem em seus domínios, contanto que apoiassem os candidatos governistas nas eleições estaduais e federais.

Neste ponto, duas coisas precisam ser esclarecidas. De início, quando Victor Nunes fala em decadência do poder privado, devemos ter em mente não necessariamente a decadência econômica da pessoa em si, no caso dos coronéis, mas da estrutura agrária e do modelo econômico ancorado nas grandes fazendas em decadência especialmente após o declínio das lavouras cafeeiras que se seguiu às grandes safras e à Crise de 1929. Entretanto, ainda assim, ante a grande massa de miseráveis que viviam em suas terras, esses coronéis eram tidos como verdadeiras fortalezas; eram ricos, com poder e prestígio incontrastáveis em seus domínios, poder este que se irradiava pelas demais esferas políticas do país – estadual e federal.

Do outro lado, a razão de o poder público estadual e federal não poder prescindir desses senhores de terras é porque dependia da massa de votos controlados por estes homens, os votos de cabresto.

Desse modo, a incursão do poder privado nos domínios da esfera pública, confundindo-se com ela, algo que perpassa a história política brasileira, subsiste com a implantação da República, forjando hábitos e costumes que atravessam os tempos.

Trazendo a discussão para aqueles aspectos que interessam a esta pesquisa, voltando os olhos para o município, tomemos mais de perto esta estrutura econômica e social e as relações entre coronel e trabalhadores rurais dela decorrentes, analisadas pelo autor. Fica claro que o poder político e o prestígio que os coronéis gozam diante dos trabalhadores que vivem em seus domínios e nos arredores de suas propriedades advêm de seu poder econômico. Como veremos mais adiante, advêm em última instância da sua capacidade de fazer favores, atender às demandas sempre urgentes de uma massa rural pobre e ignorante, abandonada à própria sorte, que tem em seu benfeitor a única e a última esperança de ver remediada uma sua necessidade.

Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural. (Nunes Leal, 2012, p. 47).

Descendo ao campo desta pesquisa, notamos o deplorável estado deste pequeno município, pacato e de pessoas tão adoráveis: ruas esburacadas, praças mal cuidadas, estradas rurais muitas delas intransitáveis, estação de tratamento de esgoto e depósito de lixo em descompasso com a legislação ambiental, infraestrutura escolar precária, professores mal valorizados, baixa qualidade do ensino. E a lista se alongaria ainda mais. Mas notamos especialmente que ainda mais graves são os problemas relacionados à saúde e ao emprego.

O hospital municipal, apesar de os funcionários esbarrarem uns nos outros, denunciando a prática do empreguismo de que se dará conta, frequentemente é apontado como o principal problema da cidade. É o aparelho de raio X que não funciona; a falta de materiais básicos para se fazer um curativo; o pediatra e o ginecologista com presença rara; a maternidade que desde a emancipação do município em 1962 nunca sediou o nascimento de uma criança, motivo de pilhéria entre os moradores; etc. Mas no fim do mês o grosso salário do médico, genro do prefeito, cai na conta sem falta.

Com relação ao emprego, melhor seria falar sobre a falta dele. Basta dizer que o maior órgão empregador da cidade é a própria prefeitura municipal, seguindo-se uns minguidos e disputados postos no diminuto comércio local, nas cooperativas, laticínios e nas lavouras que empregam a mão de obra de pouca qualificação, as quais, se outrora nos primeiros decênios do município empregavam grandes exércitos de homens e mulheres que colocavam a roda da economia do município para girar, ativando lojas de roupas, calçados, farmácias e supermercados, atualmente, com o uso de maquinários agrícolas e equipamentos cada vez mais modernos, dispensam grandes levas de trabalhadores rurais que passam a bater cabeça pela cidade, sempre em busca de uma diária aqui ou ali e esperando contar com auxílios diversos, arrastando uma existência não muito promissora.

O que estamos querendo ressaltar aqui é a ineficiência, ausência ou mesmo a incapacidade do poder público em promover melhorias em pequenos municípios como este, concorrendo com sua ação para a promoção da melhoria na qualidade de vida das pessoas que neles habitam. Por conseguinte, não é difícil perceber que ante este vácuo de poder público abre-se o caminho para a ascensão do poder privado, inclusive com o manejo da coisa pública para o atendimento de interesses pessoais ou de grupos, além de fomentar uma cultura do paternalismo ancorada nos favores e também nas perseguições de que se falará adiante.

Neste sentido, podemos dizer que o poder político e o prestígio dos dirigentes locais em pequenos municípios como este estão em linha direta com a sua capacidade de fazer favores pessoais de toda ordem, algo velho na política brasileira como já apontara Victor Nunes. O cidadão desamparado vai encontrar em seu vereador ou em seu prefeito, se teve a sorte de ver o seu prefeito sair vitorioso no pleito, a última esperança de ter uma conta de água ou luz pagas; a obtenção de uma cesta básica; o auxílio para a compra de um medicamento ou a realização de um exame particular que não pode esperar pela fila do SUS, uma vez que a perícia no INSS já está agendada; o material escolar para o seu filho iniciar o ano letivo; a disponibilidade de um carro para levar o parente no hospital ou mesmo para um agrado pessoal; ou até mesmo, se foi um militante obstinado à causa política de seu prefeito quando do período de campanha, a obtenção do tão sonhado emprego na prefeitura, seja para si mesmo ou para algum parente necessitado.

Por óbvio que a liderança destes dirigentes políticos locais não se sustentaria apenas com o exercício desta política a varejo, de atendimento a demandas personalíssimas; o mecanismo é mais sutil, sendo temperado com algum grau de atendimento a demandas públicas propriamente ditas, muitas vezes confundindo-se o que é exatamente o interesse público com o interesse pessoal, mesclando-se os limites de um e outro quando da ação do dirigente político na promoção de melhorias locais.

É ao seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de futebol, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgoto, a água encanada –, tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo... É com elas (realizações de utilidade pública) que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança.

Nenhum administrador municipal poderia manter por muito tempo a liderança sem realizar qualquer benefício para a sua comuna. (Nunes Leal, 2012, p. 58, 64).

Isso significa dizer que o arbítrio pessoal destes chefes políticos locais não possui rédeas soltas como equivocadamente se possa pensar, ao contrário, os favores pessoais de toda ordem, sejam eles públicos ou privados, a que se acha na dependência grande parcela do eleitorado local, são uma exigência que se espera desses dirigentes políticos a fim de garantir ou negar-lhes o sagrado voto nas urnas, sobrevivendo daí uma política de reciprocidade que vincula representantes e representados, unindo-os por laços tão fortes quanto seja a capacidade de atender ao que se pede. E como se pede nesses locais!

E assim nos apresenta este aspecto importantíssimo do coronelismo, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. (Nunes Leal, 2012, p. 63).

Deste modo, quando transplantamos as análises de Victor Nunes para o foco deste trabalho – o exercício do poder político no âmbito do pequeno município –, percebemos a persistência da força do mecanismo que outrora regulava os termos do compromisso coronelista entre poder local, Estado e União. Apenas buscaremos realçar a acomodação daquele *modus operandi* aos tempos atuais, tentando melhor compreender as relações entre dirigentes locais e população e os termos em que se apoia, restringindo o escopo da análise ao palco da vida política cotidiana do pequeno município.

É oportuno tecermos algumas linhas sobre a questão dos favores e das perseguições de outrora denunciados por Victor Nunes, mais uma herança de que os chefes locais de hoje não conseguem governar sem abrir mão. Começemos pelo emprego.

Muito separa a burocracia idealizada por Weber como ferramenta gerencial capaz de organizar a administração pública moderna da burocracia presente em pequenos municípios como os deste estudo. É que nos pequenos municípios os prefeitos, não sem a ajuda de seus correligionários mais próximos, montam um quadro administrativo próprio, estruturam um corpo burocrático bastante peculiar, constroem sua própria burocracia com a qual irão governar, se eleitos. Não sendo reeleitos, ficarão à espera numa espécie de limbo, aguardando o retorno pelas urnas para regressarem aos saudosos cargos. Vejamos como isso ocorre pela ótica do prefeito vencedor.

Em uma campanha no pequeno município, o candidato a prefeito compõe diferentes frentes de apoio, contando com uma espécie de núcleo organizador da campanha, os seus candidatos a vereadores, parcela do empresariado local, o cidadão comum e, por vezes de modo menos expressivo, os deputados que apoiam a campanha.

Àqueles que integram o núcleo organizador, que não são muitos, bem como aos seus candidatos a vereadores não eleitos, especialmente os de maior votação, o prefeito reserva lugar especial em sua administração. Serão designados para assumir cargos em secretarias, cargos em comissão, diretorias etc., além do direito de empregar amigos e familiares. Nem é necessário dizer que aos vereadores do prefeito eleitos melhor destino ainda os espera; gozam de todos os direitos anteriores, além de privilégios especiais, uma

vez que o prefeito muito dependerá deles para formar uma maioria na Câmara e não ter problemas com a aprovação de seus projetos.

Observe-se: a ideia de competência e mérito, suporte do modelo burocrático weberiano, pouco valor tem nestes contextos. À exceção de alguns pouquíssimos cargos de perfil eminentemente técnico, dos quais nenhum gestor pode abrir mão, o grosso do corpo burocrático é composto frequentemente por quadros amparados em razões muito mais políticas que técnicas, o que quer dizer que pouco se leva em conta a natureza dos cargos a serem preenchidos bem como a qualificação técnica necessária para a nomeação. Em última instância, o requisito de maior peso para as nomeações pós- campanhas é o apoio político que ao prefeito fora ofertado quando da busca pelos votos, seja de candidatos a vereadores, eleitos e não eleitos, seja da população em geral. Pouco se pensa na qualidade dos serviços que serão oferecidos à população com um corpo burocrático forjado a partir de tais critérios.

Com relação à postura do empresariado local, este, como todo bom capitalista, fareja na vida política do pequeno município uma oportunidade de ampliar seus negócios e, por conseguinte, aumentar seus lucros. É conhecida a sua “generosidade” quando das homéricas campanhas eleitorais; sempre atentos ao páreo que se apresenta com melhores chances de vitória, colocam seu capital à disposição da campanha e aguardam aflitos e ansiosos pelo resultado da voz do povo. Caso seu cavalo chegue na frente, o princípio da dádiva – “*dar, receber, retribuir*” – opera, e espera-se do prefeito eleito a reciprocidade mediante a celebração de faustosos contratos com a administração. Perdendo a aposta não perdem nada; as somas colocadas à disposição da campanha são requeridas no dia seguinte. Interessante investimento, taxas de lucros auspiciosas e com um risco tendendo a zero. Aí se vê como um posto de combustível, um supermercado e uma farmácia entram em encarniçadas pelepas no jogo político do pequeno município.

A esse respeito é oportuno registrar dois relatos. O primeiro de um aposentado da reserva, Seu Miguel⁵, revelou-me que havia guardado⁶ em sua casa nas vésperas da campanha a soma de R\$ 200 mil⁷ em espécie com vistas a ajudar, entenda-se emprestar a

⁵ Os nomes próprios que aparecem neste trabalho, que se referem a pessoas do município, são designações fictícias que foram utilizadas para preservar a identidade dos moradores locais.

⁶ Ainda hoje não é raro em pequenos municípios a guarda de dinheiro em casa. É comum em vésperas de campanha grandes saques serem feitos nas agências bancárias a fim de se ter à disposição dinheiro em espécie para abastecer os caixas da campanha.

⁷ Registre-se que nas eleições municipais de 2016 o valor máximo autorizado para uso em campanhas de prefeito em municípios do porte de Iraí de Minas era de aproximadamente R\$ 100 mil, e para campanhas de vereadores, R\$ 10 mil.

taxas de juros não módicas, o seu candidato a prefeito, dando aquela força final para a vitória. Dizia-me isso não sem certo contentamento facial, satisfeito por ter “dado” a sua contribuição à causa política.

O segundo relato é o do sócio de um posto de combustível, o conhecido Natinho. Confidenciou-me que na campanha eleitoral de 2016 estava numa situação embaraçosa. Com a desistência do atual prefeito – do qual Natinho é correligionário – em concorrer à reeleição, ou o seu “apoio” iria para o rival histórico com o qual o seu candidato alternava-se no poder, ou iria para o partido estreante que, apresentando a bandeira do novo, dispensou o apoio de uma eventual coligação com este seu prefeito. Deveras triste esta situação de um empresário com o capital parado e sem perspectivas promissoras para o seu emprego. *“Eu pensei... e agora, como é que eu faço?”*. Seja pela manutenção da rivalidade histórica, seja pela probabilidade maior de ver prosperar seus negócios com o novo, acabou por apoiar o novo. Depositou os ovos na caixa errada; perdeu o novo, mas não o seu capital.

Nota-se assim que o idealismo político enquanto força motriz capaz de alavancar as campanhas eleitorais nos pequenos municípios é pouco quando comparado ao intrincado jogo de interesses que atravessa os pleitos eleitorais, vinculando candidatos, empresariado local e população em geral, muitos deles buscando alguma benesse pessoal, algum favorecimento, a natural reciprocidade que se espera por um apoio “nobre e desinteressado”.

Este manejo da política local tendo como eixo diretriz a reciprocidade acha-se expresso na justificação de voto em 2017, fora dos microfones, de um vereador líder do governo, ao votar favoravelmente a um projeto que visava doar alguns lotes do município a algumas famílias carentes. Nobre a causa do projeto, não fosse o fato de que se tratava apenas de alguns poucos lotes destinados a algumas famílias específicas, apoiadores de campanhas, deixando de lado todas as demais famílias carentes do município. *“Temos de beneficiar quem nos ajudou”*.

É importante frisar aqui as curiosas relações que amarram a questão dos favorecimentos, da utilidade pública e da escassez dos recursos públicos. Como equacionar os temos desta sutil equação capitalizando os dividendos políticos dela decorrentes?

Já dissemos que a voracidade dos dirigentes locais possui um freio natural, sob pena de descrédito e perda de prestígio político: a necessidade de temperar o atendimento a necessidades pessoais ou de grupos particulares com a satisfação das necessidades mais

urgentes do município, como uma melhoria na escola, a compra de algum equipamento para o hospital, o patrolamento das estradas rurais, a inauguração de alguma obra pública etc. Mas essa voracidade possui ainda outro limite: a própria escassez dos recursos públicos destinados à municipalidade, fato notório na história da política brasileira desde a República Velha, como já notara Victor Nunes.

Ante esses dois freios naturais, um imposto pela força das circunstâncias locais, o outro decorrente dos efeitos do pacto federativo que concentra os recursos na União e nos Estados em detrimento dos municípios, a mão dos chefes políticos locais normalmente se volta para atender, ainda que se trate de utilidades públicas, aqueles que lhes foram fiéis quando das sofridas campanhas. Assim é que a rua que recebe o asfalto nem sempre é a mais esburacada, mas aquela que beneficia o maior número de correligionários; não são todos os convidados a participar de uma licitação na qual muitas das vezes já se sabe o vencedor; aquela academia ao ar livre não será instalada em qualquer praça pública, mas naquela reduto dos vencedores; o projeto de lei para aumentar o salário do funcionalismo escolhe a dedo as categorias que serão beneficiadas.

E o Estado – que, por sua vez, dispõe de poucos recursos, insuficientes para os serviços que lhe incumbem – tem de dosar cuidadosamente esses favores de utilidade pública. O critério mais lógico, sobretudo por suas consequências eleitorais, é dar preferência aos municípios cujos governos estejam nas mãos dos amigos. (Nunes Leal, 2012, p. 64, 65).

E é desse modo que os dirigentes políticos locais vão manejando os poucos recursos públicos a seu dispor, favorecendo prioritariamente aqueles que lhes foram fiéis, os amigos do rei, quando da realização de alguma utilidade pública. Parece-lhe por demais penoso, segundo a lógica que orienta suas ações, estender os benefícios públicos inclusive à parcela dos eleitores vencidos; estes devem pagar a infidelidade política, a preferência pelo outro lado da disputa, uma espécie de expiação a prazo certo (duração do mandato). Dito de modo mais curto, a outra face da moeda, as perseguições políticas.

A outra face do filhotismo é o mandonismo, que se manifesta na perseguição aos adversários: “para os amigos pão, para os inimigos, pau”. As relações do chefe local com seu adversário raramente são cordiais. O normal é a hostilidade. Além disso, como é óbvio, sistemática recusa de favores, que os adversários, em regra geral, se sentiriam humilhados de pedir. (Nunes Leal, 2012, p. 60).

A todos aqueles que não tiveram a sorte de ver o seu candidato a prefeito eleito e sabem que dependem dos favores da administração municipal, serão quatro anos difíceis, demorados, isto porque, como já dissemos, os favores pessoais são reservados aos vitoriosos, dificilmente alcançando aqueles que lhes impuseram resistência. Mesmo

as realizações de utilidade pública são feitas para não alcançá-los. Nesse sentido, por exemplo, a estrada rural que passa na porta do adversário frequentemente vive esburacada; o veículo do transporte escolar que leva filhos de adversários é o que tem as piores condições de trafegabilidade; o lixo por vezes deixa de ser recolhido em determinados lugares; algumas ruas propositalmente não são limpas com a regularidade requerida; alguns pacientes têm de passar por longas esperas no hospital mesmo que não haja necessidade para tanto; as sonhadas casas populares não vão para qualquer um.

Aqueles mais destemidos ou premidos pela força da necessidade vão à prefeitura falar diretamente com o prefeito como um último recurso, como aquela mãe que pede uma ajuda de custo para o tratamento especializado do filho fora do município; um filho que necessita de um auxílio funeral para sepultar um pai ou o aposentado que reclama um medicamento no posto de saúde; muitos são atendidos, mas não sem antes fazê-los passar por constrangimentos e humilhações diversas, sempre a lembrar-lhes a “culpa” por não terem ficado do “lado certo”.

Quanto aos derrotados, candidatos a prefeito e vereadores, estes são meio que esquecidos pelo prefeito eleito e seus asseclas, talvez porque o próprio resultado das urnas já os tenha punido e melhor mesmo seja reservar forças para um eventual combate futuro caso desejem concorrer às eleições.

Entretanto, a mesma sorte não têm os candidatos a vereador eleitos, principalmente se a maioria na Câmara é do prefeito vencedor. Os ardis utilizados para combater estes são como que guiados por aquela máxima de se cortar o mal pela raiz. Assim é que contra eles busca-se a completa destruição política: calúnias, injúrias, difamações, processos movidos na justiça, intimidações na Câmara, tudo para que um vereador adversário hoje não venha a representar uma ameaça à continuidade do poder daqueles que estão na situação. Às vezes a situação teme mais o vereador opositor que o seu candidato a prefeito outrora derrotado, por uma razão simples de entender: este passa quatro anos no ostracismo e tem um capital político em declínio, aquele se encontra em plena atividade política, podendo capitalizar o seu prestígio.

Por tudo isso, especialmente quando temos como foco o estudo do pequeno município, não podemos perder de vista que muito da herança dos coronéis de outrora ainda orienta a ação política dos chefes locais, ditando o ritmo de vida das pessoas ainda

que sob novas roupagens, uma espécie de político moderno à moda antiga⁸. “*O resultado é a subsistência do “coronelismo”, que se adapta, aqui e ali, para sobreviver, abandonando os anéis para conservar os dedos*” (Nunes Leal, 2012, p. 237).

Outro estudo bastante elucidativo a respeito do poder político local é o trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Em sua obra *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*, a autora confere ênfase ao *modus operandi* do exercício do poder coronelístico ao longo da história política brasileira, perpassando Colônia, Império e Primeira República.

O foco recai sobre a continuidade do poder político do coronel, dos grandes proprietários de terras e de gentes, os quais faziam impor sua vontade pessoal sobre toda uma pirâmide social que estava a eles subordinada.

O desenvolvimento interno do país foi se processando por acomodações sucessivas com este poder de fato – poder municipal nas mãos dos proprietários rurais – que, podemos dizer *grosso modo*, se impôs à Metrópole durante a colônia, governou sob o manto do parlamentarismo durante o Império e abertamente dirigiu os destinos do país durante a Primeira República. (Queiroz, 1976, p. 20-21).

A ideia de continuidade do exercício de um poder local do tipo daquele outrora exercido pelos coronéis revela a força e a persistência deste tipo peculiar de governo de se reproduzir na história brasileira, projetando características de um passado remoto sobre as novas gerações de dirigentes políticos locais. Ainda que não seja mais o poder político local tradicional do senhor de terras, do coronel, permanece o exercício de um poder herdado desses tempos, o velho fantasma a atormentar o espírito das novas gerações, sobretudo devido aos múltiplos interesses que desperta, em especial nos pequenos municípios.

Recordo-me de um episódio pitoresco ocorrido durante as eleições gerais de 2018. Nessa eleição lembro-me de que o prefeito, tendo sob seu jugo na prefeitura toda uma leva de funcionários contratados temporariamente sem concurso, e isso em razão do pagamento de promessas de emprego outrora feitas durante a campanha eleitoral do município, teve neste pequeno “curral eleitoral” a principal base de votos que carrou aos candidatos a deputados (federal e estadual) que apoiara. Por óbvio que a coação estava evidente, o que estava em jogo era a permanência ou não no emprego público, a depender do sucesso ou fracasso nas urnas dos candidatos apoiados pelo prefeito.

⁸ “*O coronelismo, como sistema nacional de poder, acabou em 1930 [...] E (mas) surgiu o novo coronel, metamorfose do antigo, que vive da sobrevivência de traços, práticas e valores remanescentes dos velhos tempos*”. (Carvalho, 2017, p. 45).

Nessa ocasião, além de os próprios funcionários, beneficiados com o emprego público no passado, terem sido coagidos a apoiar tais candidatos, tal pressão igualmente se exerceu reflexamente sobre os familiares dos funcionários, os quais, igualmente, ainda que com opinião política diversa, se viram na obrigação de apoiar os candidatos do prefeito para que o filho ou parente não perdesse o emprego. Assim aconteceu com um pai de uma funcionária que, a contragosto, não teve alternativas a não ser estampar em seu carro um adesivo dos candidatos apoiados pelo prefeito⁹.

A ideia de continuidade, fruto da herança coronelística que perpassa a história política brasileira, mostra que a acomodação e o ajustamento, muito mais que as rupturas e as discontinuidades, são interessantes portas de entrada para se compreender a dinâmica da política brasileira travada no âmbito municipal, *“local onde o fenômeno político é mais violento e colore todos os outros aspectos da vida em grupo”*. Isto significa dizer que um novo tipo ou alguma coisa do coronelismo antigo parece ainda ter sobrevivido, projetando no presente um passado recalcitrante.

Outro ponto destacado pela autora e que também será abordado neste trabalho é a ligação inextrincável entre poder público e interesses privados, presente na história política brasileira desde os tempos do Brasil Colônia.

Para estes senhores rurais, o interesse particular estava inextrincavelmente confundido com o interesse municipal; as resoluções tomadas pela Câmara Municipal não refletiam somente a preocupação do senhor rural em defender seus interesses privados; não havia separação entre uns e outros porque a realidade econômica, política e social da Colônia eram os proprietários rurais. (Queiroz, 1976, p. 43).

Isto nos faz pensar na tônica dominante no exercício do poder público em Iraí de Minas, em que a satisfação de interesses públicos é combinada, quando não prejudicada por completo, com a perseguição de interesses privados de indivíduos ou grupos. Como corolário deste modo de exercício do poder político, tem-se que a política empurra o grosso da população para a negociação/barganha individualista, leva a política para o varejo em que os atendimentos particulares prejudicam sobremaneira o atendimento das demandas coletivas (hospital, escola, infraestrutura urbana, estradas rurais etc.) e, por conseguinte, prejudica reflexamente a qualidade de vida no município e ergue obstáculos quase intransponíveis para a mobilização coletiva com vistas ao alcance de benefícios comuns.

⁹ Malgrado todos os esforços desse prefeito em favor dos deputados que apoiara, a abertura das urnas foi agridoce; esses deputados foram majoritários no município, mas saíram derrotados no cômputo geral.

É prática comum nestas pequenas localidades os moradores se dirigirem diariamente à prefeitura buscando a satisfação de algum interesse próprio, como um caminhão de terra para fazer o aterro em seu lote; o pedido de um emprego para si mesmo ou algum amigo ou familiar; gasolina para abastecer um veículo particular; material de construção para construir ou reparar o imóvel; o pedido do veículo oficial para algum favor pessoal etc. Menos comum, quando não raro, é presenciar a reivindicação individual ou coletiva por alguma melhoria que vise beneficiar a coletividade.

Não muito diferente é a prática do vereador, sempre a pressionar o seu prefeito para a satisfação de interesses pontuais, muitas vezes interesses privados, sendo menos frequente a perseguição do interesse público. Assim é que, gozando do benefício de estar na situação, barganha empregos públicos para amigos ou familiares; faz uso de tratores e patrulas para a realização de serviços em propriedades rurais particulares; vota na Câmara pela aprovação da abertura de um novo loteamento se lhe toca algum terreno; sai da oposição e migra para a situação se amealha algum benefício próprio, ocorrendo também o inverso se alguns de seus interesses pessoais ou vaidades são contrariados, ou ainda quando de desavenças com o prefeito, frequentemente relacionadas com caprichos particulares de ambos.

O prefeito, por sua vez, tempera a consecução do interesse público com algum ganho pessoal, para si mesmo ou terceiros. Sabe-se que a administração pública ou o governo move-se pela contratação de bens ou serviços, todavia, o que não é tão evidente é que a contratação desses bens e serviços quase sempre tem alvo certo: é o posto de combustível ou o supermercado de algum parente; a farmácia de algum correligionário político outrora assíduo e contumaz comprador de votos; o serviço de limpeza urbana a um militante não menos obstinado que o farmacêutico; o projeto de aumento de salários para algumas poucas categorias do funcionalismo público; um projeto que majora as diárias para si mesmo e para o vice-prefeito etc.

Já o empresariado local vende caro o apoio político ofertado quando das fervorosas campanhas eleitorais. Destina vultosas somas de dinheiro em seu páreo vislumbrando algum contrato futuro e vantajoso com a administração e, caso perca suas apostas, no dia seguinte à abertura das urnas, tal como um agiota, acha-se à porta do candidato derrotado, apresentando-lhe as onerosas faturas em um curioso investimento de risco zero.

Pode-se citar ainda a luta quase que fratricida que se dá entre os funcionários públicos. Ante a dificuldade de se mobilizarem como classe para a busca da satisfação de

interesses comuns, parte cada qual, muitas das vezes, para as reivindicações individuais particulares. É a professora fatigada pelo trabalho em sala de aula que solicita transferência para algum quadro administrativo; o motorista do transporte escolar rural que requer a remoção para uma linha sem tantos buracos e com alunos mais bem-comportados; o procurador do município que pouco aparece na repartição; o fiscal de obras que se omite no cumprimento de seu dever para não desagradar a seus eleitores; o funcionário contratado que migra de um setor para outro, sempre a procurar um melhor lugar ao sol ou à sombra. E aqui também a lista é infindável.

É evidente que há que se atender, ainda que minimamente, ao interesse público, entretanto, o curioso é que mesmo em muitos desses casos, canaliza-se a satisfação do interesse público frequente e preferencialmente para aqueles grupos de apoio que se mostraram fiéis durante as campanhas. As melhorias nas estradas rurais muitas vezes não passam pela porta dos adversários; o controle de inscrições para acesso a casas populares leva em conta em quem se vota; o asfalto tapa os buracos de ruas específicas; muitas das vagas do concurso público têm destinação certa; etc. Tudo isso segundo as regras de um jogo meticuloso em que se premiam os apoiadores e castigam-se os adversários, embaraçando e constituindo um emaranhado em que nem sempre é possível dizer onde começa, termina ou se separam os interesses públicos e os interesses particulares.

Como vimos, o poder político à moda dos coronéis antigos atravessa os tempos e as gerações, não só não se diluindo com o advento da Primeira República, como sugerindo a persistência de resquícios nos dias de hoje nas pequenas localidades do interior do Brasil.

A Revolução de 1930, que se realizou graças à adesão dos velhos coronéis e que, depois de instalada, se inaugurou chamando a si o apoio dos que ainda estavam de fora, prova que a era do coronel no Brasil ainda não se tinha fechado. (Queiroz, 1976, p. 155).

É importante também notar, como o faz a autora, que o advento da República não suplanta as velhas práticas coronelistas, isso porque:

A base da antiga estrutura eleitoral se alargara, porém os chefes políticos locais e regionais se mantiveram praticamente os mesmos, e continuaram elegendo para as Câmaras, para as Presidências dos Estados, para o Senado, seus parentes, seus aliados, seus apaniguados, seus protegidos. De onde a exclamação desiludida de muito republicano histórico: “Esta não é a República dos meus sonhos!”. (Queiroz, 1976, p. 163).

A ideia de alternância dos governantes com a permanência do modo de se governar será também objeto de análise neste trabalho, ante a constatação empírica da

concentração do poder político local nos pequenos municípios nas mãos de algumas poucas famílias, mormente duas que revezam entre si a chefia local, constituindo verdadeiras barreiras de entrada de novos interessados. Com sua permanência no governo, reforçam ao longo do tempo uma cultura política que vai sendo passada de pai para filho, forjando práticas administrativas, eleitorais e costumes na população local.

Por demais interessante também no estudo da autora, é a ideia do cálculo racional, de que faz uso o eleitor convertendo o seu voto num bem de troca posto num balcão de negócios quando das campanhas eleitorais, especialmente a fim de obter para si o maior ganho possível, alimentando a engrenagem caracterizada pelo “*dar, receber, retribuir*” e com isso desvelando o mecanismo da compra de votos e da influência do poder econômico nas eleições municipais.

O momento da eleição não se configura como o momento da escolha do mais capacitado para exercer funções administrativas ou de mando; é o momento da barganha ou da reciprocidade de dons: o indivíduo dá seu voto porque já recebeu um benefício ou porque espera ainda recebê-lo. O voto, neste caso, assume o aspecto de um bem de troca; o fato de se votar num candidato indicado pelo coronel significa que ou o coronel já fez algum benefício ao eleitor, ou deverá fazê-lo; o voto não é inconsciente, muito pelo contrário, resulta do raciocínio do eleitor, e de uma lógica inerente à sociedade à qual pertence. (Queiroz, 1976, p. 168).

Ademais desse aspecto relacionado à moral e à lealdade que prendia o eleitor ao seu coronel, seja porque recebera um favor ou esperava recebê-lo, vemos que esta lógica persiste nos pequenos municípios ainda hoje, devendo-se a ela acrescentar um reparo. A baixa presença do poder público nestas localidades faz proliferar entre os moradores o sentimento de que se passará todo um mandato, quatro anos, com um mínimo de qualidade dos serviços públicos ofertados à população, sendo o mais sensato então aproveitar o período da campanha eleitoral para extrair de todos os candidatos que passam à porta o máximo de benefícios pessoais possível.

Estes laços entre chefes políticos locais e eleitores se fortalecem ainda mais devido à própria condição de pauperismo em que vivem muitas das famílias alvo da compra de votos. É difícil recusar um benefício, dinheiro sobretudo, quando as latas em casa estão vazias. O compromisso assim encontra terra fértil e muitos desses eleitores se veem obrigados a votar em quem lhes estendera a mão, uns por dever moral/lealdade, mas outros, se for preciso, mediante o uso de coações verbais e mesmo físicas a mando dos chefes políticos locais.

É oportuno sublinhar e discutir aqui também a ideia sugerida pela autora segundo a qual a raridade do voto na Primeira República (homens brasileiros ou naturalizados, maiores e alfabetizados) possibilitou a política da barganha e, portanto, a continuidade do exercício da política à moda dos coronéis. Até aí tudo bem. Entretanto, Queiroz aponta que a extensão geral do voto, caso houvesse ocorrido, tornaria a barganha mais difícil devido à grande quantidade de eleitores.

Se o voto tivesse sido estendido a todos os cidadãos, indiscriminadamente, a barganha se tornaria mais difícil. Desta forma, apesar de maior número de eleitores terem sido incorporados, eles continuavam minoria em relação à totalidade da população adulta, portanto, dada a relativa raridade do voto, seu valor de troca persistia e a barganha era possível. (Queiroz, 1976, p. 176).

Aqui há de se fazer um reparo. Mesmo com a extensão geral do voto, conquistada com as constituições que se seguiram, vemos que a política exercida como um jogo de barganha/coerção continua sendo praticada até os nossos dias nos pequenos municípios, como o que aqui será examinado. Trata-se de prática ordinária.

Além desta persistência de práticas coronelísticas nos dias atuais, ainda há outra questão não abordada pela autora. Como nos pequenos municípios a eleição é por demais acirrada, sendo decidida muitas vezes por algumas poucas dezenas de votos, quando não na casa das unidades, a prática da barganha, ainda que inviabilizada para se exercer sobre todo o eleitorado ou mesmo sobre a maioria dele, persiste, não impedindo o funcionamento e a continuidade do mecanismo, pela simples razão de que basta ser eficaz na incidência sobre uma fração do eleitorado para garantir o sucesso nas urnas de determinado grupo político. Ou seja, nestes contextos, basta que algumas poucas dezenas de eleitores encampem a política da barganha (vendam o voto), assumindo um dos lados da contenda, para que o equilíbrio da disputa, se não rompido, fique em xeque.

Com isso, o valor de troca do voto mantém-se nos pequenos municípios. Se antes, na Primeira República, era garantido pela raridade do voto, uma vez que poucos eram os que estavam aptos a votar, com a extensão geral do voto esse valor de troca encontrou outros caminhos para continuar existindo, passando a sobreviver em contextos de disputa acirrada onde o fiel da balança se define por muito poucos votos. Aí reside a sobrevida da compra de votos, a qual, somada à massa de eleitores partidários, militantes, apaixonados e aficionados por seus páreos, tem decidido as eleições nesses locais.

Gostaria de igualmente destacar como se articulam prestígio, carisma e poder econômico na figura dos chefes políticos locais a partir das observações de Queiroz.

Depreende-se do que já vimos que a fonte do prestígio angariado pelos dirigentes políticos locais não é outra que não a sua capacidade e disposição para fazer favores, como sublinhado pela autora resgatando Costa Porto (1951).

O prestígio dos coronéis “lhes advém da capacidade de fazer favores”. Quanto maior esta capacidade, maior eleitorado terá e mais alto se colocará na hierarquia política, quer ocupe cargos administrativos, quer não: será chefe municipal, estadual, ou até federal. (Queiroz, 1976, p. 191).

É que nestes pequenos municípios a relação entre político e eleitor ocorre de modo muito pessoal, sendo comum o encontro face a face do prefeito, vice e vereadores diariamente com os moradores da cidade, ou mesmo a procura diária dos moradores pelos políticos locais, seja na prefeitura ou na Câmara Municipal. É fato tido como normal o morador dirigir-se à prefeitura para falar diretamente com o prefeito; este gasta boa parte do seu tempo diário apenas para dar conta de todos esses atendimentos a varejo.

E é nestes encontros que colocam face a face políticos e eleitores, seja na prefeitura, na Câmara, ou mesmo pelas ruas da cidade, que o político capitaliza ou deprecia seu prestígio. O eleitor apresenta-lhe uma conta de água ou luz atrasada; reclama do gás que acabou; clama por uma cesta básica; sonda a possibilidade de um emprego; pede por uma gasolina; o conserto de um mata-burro de sua propriedade; uma ajuda de custo para um chá de berço, e a lista segue.

Nesse sentido, poucos ou quase ninguém se preocupa, por exemplo, com os projetos que um vereador tem apresentado na Câmara em benefício do município, a fiscalização que tem exercido sobre as despesas públicas ou a cobrança ao prefeito pela solução dos problemas públicos locais; procuram-no frequentemente para a prestação de favores e, em sua maior parte, favores de ordem pessoal. Um sim ou não nessas horas concorre fortemente para uma maior ou menor popularidade do político local.

A questão do carisma, tão brilhantemente descrita por Max Weber, é outra peça fundamental no tabuleiro político do pequeno município. Vejamos esta passagem da autora:

Pode-se dizer, pois, que o mando político do coronel era resultante de sua posição econômica, em primeiro lugar, que dava ao indivíduo a possibilidade de exercício do poder, colocando-o em situação de “fazer favores”. A existência da parentela era condição importante de apoio para a conservação do poder dentro do conjunto de parentes; mas entre os parentes, o chefe por excelência era aquele que apresentasse as qualidades indispensáveis: o grande coronel era quase sempre um *primus inter pares*. (Queiroz, 1976, p. 199-200).

Nota-se aqui que esta qualidade pessoal e de difícil explicação de arregimentar seguidores, o carisma, é característica também importante para a unção do chefe político. Mesmo no seio de uma família, a escolha do líder político considera aquele que, além do poder econômico, preferencialmente¹⁰ também seja dotado de carisma, a fim de que o povo o abrace.

Desse modo, prestígio, carisma e poder econômico se entrelaçam, forjando os chefes políticos locais. O poder econômico frequentemente advém de heranças, das fortunas construídas hoje pelos barões do agronegócio, dos casamentos interfamiliares ou dentro do mesmo grupo econômico-social do qual se faz parte, impulsionando a capacidade de fazer favores e, também é preciso dizer, de alavancar as próprias campanhas eleitorais, como já apontado, contribuindo para aumentar o prestígio desses políticos, os quais, se ainda têm a sorte de possuir algum carisma, tornam-se praticamente imbatíveis nas urnas.

Um derradeiro aspecto que gostaria de pontuar a partir desta leitura da obra de Maria Isaura é que a decadência dos coronéis sugerida a partir do crescimento demográfico das cidades acompanhado pelo seu desenvolvimento urbano e industrial, ou seja, a ideia de que a diferenciação e a complexificação das relações sociais apontam para o fim da política exercida à moda dos coronéis, deve ser examinada com cautela. Se a proposição pode ser válida, e mesmo isso precisa ser evidenciado, quando temos em mente o contexto das médias e, sobretudo, das grandes cidades, no contexto dos pequenos municípios parece-nos algo ainda distante. Ali, com sua pequena população rodeada por fazendas altamente mecanizadas, com poucas ou quase nenhuma indústria, onde o maior órgão empregador é a própria prefeitura, não é difícil enxergar reminiscências de um passado remoto.

Essa ideia de ruptura e descontinuidade precisa ser contextualizada no tempo e no espaço, como veremos adiante, e a própria autora, ciente disso, parece mais confortável com a ideia de ajuste e acomodação de uma velha estrutura de exercício do poder político herdada do passado, mas acomodada aos dias de hoje.

Dominando em parte a grande indústria, o grande comércio, as grandes organizações de serviços públicos ou privados; com membros seus exercendo as profissões liberais, possuidores de grandes estabelecimentos rurais, os coronéis e seus parentes se mantiveram nas camadas superiores da nova estrutura socioeconômica do país, numa

¹⁰ Como teremos a oportunidade de observar, a magnitude do poder econômico de um chefe político local diminui muito a necessidade de também possuir carisma.

continuidade de mando que persiste até os nossos dias. (Queiroz, 1976, p. 207-208).

Na interessante obra *A morte dos coronéis*, de Maria Teresa Miceli Kerbauy, a autora dá continuidade aos estudos sobre o tema do exercício do poder político local tendo como horizonte espaço-temporal o interior do estado de São Paulo, Araraquara, no período entre 1964 e 1982.

A tese apresentada, como sugere o título da obra, aborda o fenômeno do coronelismo – estudo que se tornou clássico pela obra de Victor Nunes Leal, como já vimos – como algo decadente, em desaparecimento, ante um processo de desenvolvimento urbano-industrial modernizador, levado adiante no interior paulista por impulso das medidas institucionais do regime militar pós-64. Kerbauy põe em ênfase ainda a suplantação do político tradicional do tipo coronelístico por um suposto político moderno à Weber, bem como pela ascensão e mobilidade social de parcelas da população local do interior paulista que passam a reivindicar e a pressionar este novo político por bens coletivos, em rompimento/superação da política personalista de varejo praticada pelos coronéis de outrora. Esses aspectos principais e os seus desdobramentos podem ser vistos do início ao fim da obra.

O coronelismo e suas práticas políticas tradicionais vão, paulatinamente, sendo eliminados. O que caracteriza a nova realidade é a presença de um novo político, denominado moderno, em relação aos procedimentos que adota.

Este estudo examinou as transformações pelas quais o poder local passou no período 1964-82, período marcado por um regime autoritário que, através de mudanças institucionais, colaborou para a desintegração da política tradicional, destruindo lealdades familiares e pessoais. O fenômeno, que já vinha se manifestando através do processo de urbanização do país, a partir de 1950, completa-se com as medidas institucionais adotadas após 1964, especialmente dado o modo como foi redefinida a relação entre esferas de governo, no período. (Kerbauy, 2016, p. 9, 155).

A compreensão do poder político local deve ser examinada com bastante cautela, haja vista os diferentes matizes que caracterizam o seu exercício e a intrincada rede de relações que se estabelecem entre interesses públicos e privados nos inúmeros contextos municipais brasileiros.

Um primeiro aspecto a ser destacado é o espaço-temporal do estudo: o município paulista de Araraquara no período entre 1964 e 1982. Não obstante tratar-se de um estudo de caso vinculado a um contexto empírico específico, delimitado no tempo, percebe-se a ambição de Kerbauy de generalização de seus resultados para contextos mais amplos nos

quais a tese não foi experimentada e, apesar de seu sedutor poder explicativo, carece de evidência empírica.

Finalmente, a extensão do poder público a todos os limites do território brasileiro e em todos os níveis da vida do país elimina, paulatinamente, a força do poder privado dos coronéis e dos políticos locais. (Kerbaudy, 2016, p. 40).

O que queremos pôr em relevo inicialmente é que a tese do enfraquecimento/extinção do poder político local pessoal deve estar ancorada em contextos específicos, sob pena de se ver fragilizada ante o seu confronto com contextos mais amplos não compreendidos pelo estudo.

É preciso sempre ter em mente, ante o desejo de generalizar a tese da morte dos coronéis, que o Brasil é formado, em sua maior parte, por pequenos municípios, cidades com menos de 100 mil habitantes, daí a importância de se compreender e se diferenciar a dinâmica que move o poder político local gestada nestes contextos em que o manejo do poder público com viés personalista, se não dominante, ainda é muito forte.

Ao falar em extinção, desaparecimento, desintegração ou mesmo declínio do poder privado local, precisamos ser prudentes, pondo em realce o contexto a que se referem, sejam pequenas, médias ou grandes cidades.

Note-se que o campo de estudo da autora é uma cidade de médio porte, mais de 100 mil habitantes quando do estudo, embora não raras vezes a tese se apresenta de modo geral.

Ao dizer que *“O coronel, como mediador exclusivo e dono da terra e das gentes, deixa de existir”*, *“Rompe-se, assim, a estrutura familiar de poder”*, *“Desaparece o coronel”* ou ainda *“O interior não é mais o mesmo”*, ainda que essas expressões encontrem o seu contexto de validação numa cidade média do interior paulista, elas se nos apresentam como válidas para todo o interior brasileiro, algo que, além de não nos parecer verossímil, mostra-se bastante questionável.

Ao se falar no desaparecimento do poder político tradicional dos chefes locais no interior, devemos considerar de que interior estamos falando. Kerbaudy toma a parte pelo todo ao tratar os municípios do interior como um todo homogêneo. Uma coisa é o exercício do poder político local em uma cidade de porte médio como Araraquara nos idos de 1980, fortemente influenciado pelas mudanças urbano-industriais combinadas com as alterações institucionais dos governos militares ressaltadas pela autora. Outra coisa é saber que a grande massa dos municípios brasileiros são pequenos, passando ao largo de muitas destas mudanças e, talvez por isso mesmo, como tendemos a acreditar,

são ainda propensos ao exercício do poder político por chefes locais com traços ainda muito personalistas, diferente do que Kerbauy sugere.

Tome-se como exemplo o sentimento dos prefeitos de pequenos municípios de ausência de fiscalização e controle pelos órgãos superiores como Ministério Público e Tribunais de Contas, além do próprio Poder Judiciário ausente no âmbito municipal, às “suas prefeituras” e o subsequente sentimento de impunidade. Isso confere aos chefes políticos locais uma boa margem de discricionariedade para o exercício do poder privado ainda hoje, travestido de interesse público.

Parece-nos, diferentemente dos resultados encontrados por Kerbauy para um município médio, que nos pequenos municípios, como aquele objeto da pesquisa que levarei adiante, a política praticada no varejo, na base dos favores e perseguições, no “toma lá dá cá”, ainda persiste com considerável força nesses microcosmos sociais, não mais exercida, certamente, pelo típico coronel de outros tempos, mas por herdeiros diretos desse modo de se fazer política que distribui benesses e castigos.

Outro ponto que nos chama a atenção diz respeito a uma suposta mudança de foco na ação dos chefes políticos locais, saindo de um atendimento, feito com recursos próprios, a demandas particulares, para um atendimento com recursos públicos de demandas coletivas/difusas.

Os tempos dos coronéis empreendedores, que financiavam a construção de estradas de ferro, de teatros, de companhias telefônicas, etc., ficam para trás. Aparece o Estado, e o poder público desloca a capacidade de pressão do poder privado para as associações de serviços, associações profissionais, clubes de futebol, meios de comunicação etc. Muda a relação com as clientelas, uma vez que o prefeito torna-se, de uma vez por todas, o representante do poder público no município. (Kerbauy, 2016, p. 105-106).

De fato, pensar hoje em um prefeito, especialmente em pequenos municípios, levando adiante qualquer melhoria na cidade a partir do próprio bolso soa como algo inverossímil e quase anacrônico. Todavia, algo mais sutil parece persistir: o uso de recursos públicos com a mesma lógica privada de outrora que movia a mão altruísta do coronel, o qual se utiliza dos próprios recursos para promover benefícios, particulares e públicos, na municipalidade, colhendo os dividendos do apoio político de seus apadrinhados.

A lógica de ação hoje dos dirigentes locais nos pequenos municípios não parece ter mudado muito; a herança coronelística parece resistir ao tempo e atravessar a história. O prefeito continua a distribuir os recursos materiais do Estado ao seu dispor, espalhando

dádivas a varejo ou a grupos específicos, beneficiando estes ou aqueles e perseguindo outros tantos, e o faz levando todos a acreditarem que persegue piamente o interesse público. Não que o interesse público não seja alvo das políticas públicas em pequenos municípios, elas o alcançam; em alguma medida o prefeito deve zelar pela melhoria da qualidade da escola, do pequeno hospital, da infraestrutura urbana, da melhoria das estradas rurais etc., mas alcançam em muito também a satisfação de interesses privados de indivíduos ou grupos correligionários do prefeito, num jogo contínuo de “*dar para receber*”.

É oportuno ainda apontar outro aspecto da obra que sugere um suposto amadurecimento do político moderno que suplanta o tradicional, bem como de um eleitor por assim dizer mais consciente de seu papel político enquanto cidadão de direitos que, ao invés de demandar benefícios particulares, cobra pela satisfação de interesses coletivos, levando um e outro, político e eleitor, à ampliação da cidadania e ao fortalecimento da própria ideia de democracia.

Essa liderança política, que denominamos como a do “político moderno”, é capaz de organizar institucionalmente sua atividade política, profissionalizando sua liderança, além de formar seguidores, estruturar um partido e preparar sucessores representativos dos interesses locais, de acordo com a descrição weberiana do político profissional.

Em seu lugar, surge um eleitorado urbano cujo processo de cidadania é irreversível.

A mudança da característica rural para a urbana, em cidades médias do interior paulista, transforma o perfil do eleitorado, uma vez que o “voto de cabresto” deixa de ser o procedimento político determinante e dá espaço a comportamentos eleitorais que expressam a opinião formalmente livre do eleitor. (Kerbaudy, 2016, p. 46-47, 142).

Estamos de acordo que os novos tempos aumentam a pressão sobre os chefes políticos locais pela satisfação dos interesses difusos das coletividades municipais, especialmente em contextos urbanos maiores, como as cidades médias, a exemplo de Araraquara, abordada pela autora. Entretanto, tendemos a acreditar que nas pequenas cidades ainda é muito presente o atendimento a demandas particulares, o oferecimento de um emprego na administração, o aterramento de um terreno particular, o uso de veículos oficiais em pequenos favores a eleitores etc., induzindo uma política de varejo personalista temperada com o atendimento de demandas coletivas.

Ainda, nesses contextos, mesmo quando o atendimento é de uma demanda coletiva, o prefeito e seus correligionários fazem-na aparecer como algo altamente pessoal, colocando o eleitor como devedor de um favor que lhe fora feito. Tome-se como

exemplo a construção de casas populares. Destina-se a casa para a família de A ou B não como uma política pública de benefício amplo e impessoal, senão como uma dádiva do prefeito ou vereadores a eleitores escolhidos a dedo, aos quais se fica devendo o voto de toda a família beneficiada.

No mesmo sentido, pensar em um eleitor livre, autônomo e consciente de seus direitos, plenamente apto ao exercício da cidadania ativa, é algo que deve ser feito com muito cuidado. Suspeitamos mais do contrário: frações expressivas de eleitores em pequenos municípios, devedoras de favores pessoais diversos prestados pelos dirigentes políticos locais, prefeito e vereadores, cuja liberdade de voto é, para dizer o mínimo, vigiada. Ao ir à urna, a família de um empregado contratado temporariamente pela prefeitura se vê constrangida a renovar o voto em seus benfeitores, além do próprio empregado, por óbvio. O empresário, que mantém contrato com a prefeitura, também não pensará diferente. Some-se a isso a importância dos laços pessoais que prendem as pessoas umas às outras. É sabido o quão difícil é recusar um voto a um parente, compadre ou amigo de longa data.

Em resumo, pensar no desaparecimento dos coronéis, na perda da importância dos grupos familiares, das fidelidades, dos laços de lealdade pessoal como condutores do exercício do poder político, pensar na *“Morte dos coronéis”*, se parece válido para os contextos de médias cidades como sugere Kerbauy, parece-nos algo excessivo se se tem em mira o contexto dos pequenos municípios, onde o fantasma dos antigos coronéis parece seguir perturbando os espíritos dos chefes políticos locais. Dito de outro modo, o desejo de replicar a tese para outros contextos deve estar respaldado em evidências empíricas.

Parecem-nos mais apropriadas as análises mais recentes de Murilo de Carvalho que endossam a ideia de algum tipo de continuidade ao invés de uma completa ruptura. Nesse sentido, acompanhando esse autor, é fato que as profundas transformações urbano-industriais pelas quais passou o país, sobretudo após a década de 1950, aliadas à ampliação ao direito ao voto e ao fortalecimento da Justiça Eleitoral, tornaram o Brasil um lugar muito diferente daquele existente na Primeira República, não fazendo muito sentido falar naquele tipo de coronelismo. Entretanto, a despeito das transformações, remanescem traços estruturais da sociedade brasileira herdados de um passado longínquo, como a pobreza, a desigualdade e a baixa escolaridade da população, que, combinados, dificultam a consolidação democrática brasileira, mantendo o campo aberto para a permanência entre nós de valores do passado.

O coronel de hoje não vive num sistema coronelista que envolvia os três níveis de governo, não derruba governadores, não tem seu poder baseado na posse da terra e no controle da população rural. Mas mantém do antigo coronel a arrogância e a prepotência, a inadaptação às regras da convivência democrática, a convicção de estar acima da lei, a incapacidade de distinguir o público do privado, o uso do poder para conseguir empregos, contratos, financiamentos, subsídios e outros favores para enriquecimento próprio e da parentela. Tempera tudo isso com o molho do paternalismo e do clientelismo, distribuindo as sobras das benesses públicas de que se apropria. (Carvalho, 2017, p. 46-47).

Apresentação – Iraí de Minas: contexto histórico e social

Capturar a história política local através da memória das pessoas mais vividas da cidade pode trazer bons frutos, desde que o pesquisador se adapte ao tempo de seus pesquisados e respeite o tempo e a condição deles; caso contrário, se tornará um exercício árduo e pouco promissor. É que se trata de pessoas com um tom de voz mais baixo e compassado, algumas com dificuldade para ouvir, o que leva o pesquisador a ter de falar um pouco mais alto, com o cuidado para não soar ofensivo. As tentativas de estruturar minimamente a entrevista, ainda que por um tópico guia, não são fáceis, isto porque eles respondem às nossas perguntas à medida que as memórias vão chegando, num ritmo próprio, por vezes não linear, diferente daquele que gostaríamos de ouvir. São os ossos do ofício. Entretanto, sabendo ouvir, bons frutos serão colhidos.

A série de entrevistas realizadas ao longo deste estudo teve início com Seu Mauro, um senhor aposentado de oitenta anos de idade, vereador do município pouco depois da emancipação política (1971). A conversa aconteceu em seu sítio, localizado a aproximadamente 15 quilômetros de Iraí de Minas. Seu Mauro é casado com Dona Neuza, uma senhora de pouco mais de setenta anos, e é pai de duas filhas que moram na cidade. Simpático, recebeu-me à entrada de sua propriedade, uma casinha pequena e simples com uma pequena varanda, um curral com algumas poucas vacas, das quais tira leite para fazer queijos para consumo próprio, algumas galinhas no terreiro, um porco na engorda no chiqueiro e um pomar de frente para a varanda. É ali, no frescor do campo, onde nasceu e viveu toda a sua vida, que ele passa os dias com a esposa, entrecortados não raro por alguns problemas de saúde que os obrigam a ir à cidade.

Como já o conhecia, iniciamos uma conversa bem espontânea e agradável. Antes disso, percebi que trazia os pés em meia metidos em uma alpargata de couro que depois trocou por um par de botinas para, interrompendo a conversa, ir tocar umas vacas que se aproximavam da casa. Trazia um canivete na cintura, usava um jeans e camisa surrados, acompanhados por um chapéu não menos gasto na cabeça. Disse-lhe que me contasse um pouco da história política do município, quando de sua fundação e os primeiros anos da cidade.

A entrevista com Seu Romão também ocorreu na zona rural na Comunidade de Chapadão dos Cocais, a 15 quilômetros de Iraí de Minas.

Seu Romão, um senhor de 73 anos, casado com Dona Nenzita, uma senhora também já próxima dos setenta anos, é pai de três filhos. Professor aposentado, gosta de

lembrar o tempo em que foi um dos pioneiros na educação primária do município, com todas as dificuldades da época. Em seu pequeno pedaço de terra possui algumas cabeças de gado, galinhas no quintal, um bom cachorro para guardar a porta, um ou dois porcos na engorda. Homem e mulher simples receberam-me à entrada da cozinha, aliás, algo muito comum nas residências da zona rural, receber as visitas pela porta da cozinha e não da sala. Acredito tratar-se de um costume relacionado com a hospitalidade do povo mineiro; é na cozinha que as pessoas dessa região passam boa parte de seu tempo, ali fazem as principais refeições, tomam um bom café, come-se uma quitanda. É também o local das conversas, das lembranças dos causos e do passado longínquo. Trata-se do principal cômodo da casa, e é pela porta da cozinha que nela se adentra, sendo estranho à etiqueta local um visitante achar que será recebido pela porta da sala.

Assim como fizera com Seu Mauro, após um preâmbulo em que se espera pela oportunidade ideal para iniciar o tema da conversa propriamente dita, pedi que me contasse um pouco a história política do município, não sem antes tomar um café e comer um pedaço de bolo de fubá caseiro. Notei que enquanto íamos conversando, sua esposa dava início à preparação do jantar – ainda não eram 16 horas –, mas sempre atenta à nossa conversa.

Para compor esta primeira parte do trabalho, tal como fizera com Seu Mauro e Seu Romão, foram entrevistadas ainda outras sete pessoas, sendo: o primeiro gerente do Banco do Brasil da cidade; três ex-funcionários públicos; uma moradora do bairro Bagagem; e um médio produtor rural e seu filho, todos já aposentados, à exceção da moradora do bairro Bagagem e do filho do produtor rural.

Iraí de Minas¹¹, até então pertencente ao município de Monte Carmelo, teve início como município em 1962 por graça e obra de alguns ricos fazendeiros locais, como um tal Seu Erculano Silva, o senhor Hélio Silveira, o senhor Alírio Pereira e outros, que doaram ou venderam as primeiras terras para que o município sediasse a prefeitura, a delegacia de polícia, a igreja, um grupo escolar e a praça central. O Sr. Abraão Vilela (tio do ex-prefeito Candido Vilela – 1983/1985 e 1993/1996) foi o primeiro intendente de Iraí de Minas, espécie de prefeito interino nomeado, até que se realizasse a primeira eleição municipal após a emancipação do município, ocorrida em 1962¹². Nesta eleição foi eleito

¹¹ Iraí de Minas localiza-se na Região do Triângulo Mineiro, situada a 100 km de Uberlândia, a 480 km de Belo Horizonte e a aproximadamente 460 km de Brasília. Possui uma população estimada para o ano de 2020 de 7.027 habitantes, segundo o IBGE.

¹² A Lei Estadual mineira nº 2.764, de 30/12/1962, emancipou oficialmente o município de Iraí de Minas/MG do município de Monte Carmelo/MG.

o primeiro prefeito da cidade, o Sr. Francisco Souza, que ficou conhecido como Francisquinho (1963/1966 e 1971/1972), pai do também ex-prefeito Paulo Souza (2005/2008 e 2013/2016).

Foi o primeiro de todos (referindo-se ao primeiro prefeito Francisquinho). O primeiro de todos. Teve a emancipação do município e como tava¹³ fora da época de eleições, teve uma pessoa que foi nomeada pelo governo. Era um farmacêutico de dentro de Iraí, nomearam ele como prefeito. Eles falavam na época, eles tratavam ele era intendente, intendente Abraão Vilela. (Seu Mauro)

Nesses primeiros anos do município, quase nada havia em termos de infraestrutura urbana além de uma ou duas ruas principais de terra batida, a igreja e alguns prédios públicos, tudo ainda por fazer. O pouco que passou a existir contou com um esforço quase heroico de seu primeiro prefeito, Francisquinho, num tempo em que a política local, carente de recursos, era feita montado a cavalo e visitando os moradores de porta em porta, guardando bastante distância das faustosas campanhas eleitorais dos últimos pleitos, como veremos.

Ele não tinha carro pra andar, ele era prefeito e não tinha carro pra ele andar. Aí, os primeiro ano o que que ele fez? Comprou uma galerinha, essas galerinha... como é que fala... mobilete. Ele comprou uma mobilete pra ele andar no município aqui trabalhando. Aí quando nós tava trabalhando, a vez que eu trabalhei na prefeitura, na época dele, às vezes encascalhando estrada, escutava o urro da galerinha, oh Francisquinho, lá em vem. Às vezes tava pro Barreiro, lá em vinha de galeri. E foi assim uns dois anos, depois que ele foi providenciando, comprou uma Rural pra ele andar na época, e aí veio já comprou um caminhão pra prefeitura, depois já foi dando jeito de fazer o prédio. (Seu Firmino)

Pra mim ele foi um guerreiro, pro cê vê o município, quando municipou que ele foi o primeiro prefeito, não tinha arrecadação de nada, nada, porque praticamente nem leite direito o povo tirava. Pra ir em Monte Carmelo ele tinha uma motocicleta. (Seu Neres)

Quanto às terras do município como um todo, eram vastas extensões de cerrado, habitadas por mineiros nativos, gente da terra, como se diz. Nessa época, as famílias desses mineiros eram proprietárias de verdadeiras sesmarias de terras, mas pisavam em solo inculto e com total desconhecimento técnico do potencial produtivo dos solos. Juntesse a isso a falta do conhecimento técnico para desbravar o cerrado nativo, a total carência de recursos, de capital, para levar adiante qualquer empreendimento que visasse ao

¹³ Optou-se por preservar a escrita da fala literal dos entrevistados de modo a não se perder o sentido exato dos discursos. Pontualmente, fizeram-se algumas intervenções, que aparecem entre colchetes, para facilitar a leitura de trechos obscuros que, de outro modo, tornar-se-iam de difícil compreensão.

desenvolvimento agropecuário dessas terras. Eram ricos fazendeiros em terras, mas completamente pobres de informação sobre as terras, e do capital necessário para fazê-las prosperar.

A este respeito é interessante notar que terras que hoje custam milhões, de alta produtividade agrícola e pecuária, nos primeiros anos do município não apresentavam valor algum do ponto de vista econômico; eram negociadas à base de troca por animais como gado, rolo de arame, éguas, ou até mesmo simplesmente dadas, apenas para se ficar livre do imposto territorial rural.

Eles trocavam um mundo de terra aí a troco de uma junta de boi; outros dava dado pra poder pagar imposto. Aconteceu isso daí. Dava era dado pra poder livrar do imposto... Pra cê ver, pode perguntar o Murilo, o pai do, o João Clemente, o pai do Murilo, ali onde é do Maurim era uma terra grande ali, eu não sei quanto que era, mas era grande (cerca de 300 hectares). Quando ele comprou ali do Mariano, que era o pai do Edgar que foi o presidente da Coplim, ele comprou um mundo de terra que eu não sei quanto, mas era muita terra por uma junta de boi, trocou. (Seu Neres)

Já no final dos anos 1970, “os gaúchos” – o modo comum de a população local se referir aos imigrantes sulistas (gaúchos, catarinenses e paranaenses especialmente) – chegaram a Iraí, tendo a cidade se desenvolvido a partir de então, superando muito da carestia geral dos primeiros anos do município. A vinda dos gaúchos para Iraí foi uma política do governo federal de desenvolvimento da agricultura e pecuária nestas regiões do Triângulo Mineiro. Para tanto, ofereceram-se a eles, em verdade a algumas poucas famílias de sulistas, e não aos mineiros locais, incentivos diversos para a imigração, como: subsídios para a compra de terras, implementos agrícolas e crédito bancário facilitado. É história conhecida em Iraí que a maioria deles chegou à cidade praticamente com “a roupa do corpo”, como se diz; hoje. Muitos deles tornaram-se milionários, barões do agronegócio.

As condições para a vinda dessas famílias sulistas às terras de Iraí de Minas deram-se num contexto de expansão da fronteira agrícola brasileira para a região dos cerrados, até então tida como imprópria para o desenvolvimento da agricultura. E foi daí que nasceu o acordo binacional entre Brasil e Japão, visando ao desenvolvimento dessa região e a exploração de todo o seu potencial produtivo. Criou-se para tanto em 1974 o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados, o Prodecer. Este, então supervisionado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, era coordenado pela Companhia de Promoção Agrícola, a Campo, que por sua vez foi a empresa Nipo-Brasileira coordenadora da implantação do programa. Os

financiamentos para a compra das terras, maquinários agrícolas e construção de moradias foram concedidos pelo extinto Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, o BDMG. À época, três foram os municípios beneficiados pelo primeiro Prodecer: Iraí de Minas, Coromandel e Paracatu, tendo sido incorporada ao Programa uma área de 64 mil hectares¹⁴.

Com as condições favoráveis, os sulistas não se fizeram de rogados; arremataram a maioria das terras dos mineiros, até então cerrados nativos de pouco ou quase nenhum valor comercial. A partir daí, teve início no município o plantio das principais culturas que ainda hoje predominam, como o milho, a soja, o feijão e o café, elevando em pouco tempo a produtividade dos solos e colocando o preço das terras, compradas a “preço de banana”, em patamares altíssimos. Aos mineiros desterrados, em sua maioria, restou a pecuária de médio e pequeno porte, exercida em pequenas propriedades pelo braço trabalhador da própria família.

Mais montaram assim com tudo pago, foram financiadas as terras através do BDMG. Como o BDMG não tinha agência, através da Minas Caixa, que repassava o dinheiro e o financiamento de lavoura... é, e foi dado na época vinte anos de prazo (para pagar a terra)... muito boas (as condições), mas ninguém queria daqui. Ninguém, ninguém. (Aroldo)

Eles deram tanta sorte, veio dinheiro pra comprar colhedeira, os trator, tudo, acho que foi três anos depois ou quatro anos, aquelas máquinas usadas que eles tinham, se eles vendesse a colhedeira usada deles, a colhedeira, eles pagava a dívida da terra todinha. Porque as coisas valorizou demais, sabe?, foi lá pra cima e o financiamento deles ficou pequenininho. Pra você vê que com uma máquina eles pagava a dívida da terra. (Denis, filho de Seu Neres)

Valmir: Deixa eu dar a primeira palitada que você intéra. Os mineiros não sabia nada do projeto, nem o Candido Vilela que tinha terra, o pai do Delvito que tinha um mundo véio de terra vendeu de graça. Venderam praticamente tudo, não tinha valor, e eles, aí esse projeto foi não sei porque imigrante, entrou uns mineiro igual o Tácio, mas ele não era daqui, era de Oliveira, parece, mas muito inteligente, estudado, formado, ele conseguiu pagar. O Caetano, foi um ou dois ou três, muitos pouquinho. Aí o que que aconteceu nesse projeto? Era um projeto tão bão que parece que eles escolheram lá no Sul aonde que o pessoal tava com mais vontade de trabalhar e trouxe praticamente tudo de lá. Portanto eles chegaram aqui. Zé pega aí e emenda. Eles chegaram aqui e ficaram morando naquela casa velha, onde é o pátio da prefeitura que entra os maquinários. Ali tinha uma casa velha. Chegou morando todo mundo junto ali. A maioria era família, igual o João Dias com o Seu Alcebíades, era o Gaspar com o Seu Vladimir, eles eram tudo família, conhecia.

¹⁴ A importância do Programa pode ser avaliada pela única e última vez que um Presidente da República visitou Iraí de Minas, em julho de 1981, o general Ernesto Geisel.

Florentino: Eu fiz essa pergunta pro Candido Vilela (prefeito à época da chegada dos imigrantes gaúchos). O Candido Vilela falou: “Florentino, esse trem aqui o governo abriu preferência só pro pessoal lá do Sul”. Os mineiros não teve participação, não teve interesse do governo.

Valmir: Os mineiros não sabia que jeito que funcionava o plano, não foi oferecido e não abriram o jogo pros mineiros, pra nós aqui. Ninguém sabia, porque o próprio Candido Vilela, que era o diretor deles lá, ele não sabia.

Florentino: Foi tão fácil aquilo ali que com curto prazo...

Valmir: Três anos, foi três anos.

Florentino: Eles já tinham. O Marcos, que ele trabalhava no banco, falou Florentino que o gaúcho que foi pagar a prestação lá ele ainda riu e falou assim não tava dando o valor do talão de energia.

Valmir: Não só foi na segunda planta de soja eles já quitou tudo. Na verdade, eles liquidaram com dois anos de colheita.

Seguiram-se a isso, é preciso dizer, não sem os riscos e a capacidade de empreendimento dos imigrantes sulistas, o desenvolvimento das grandes lavouras ancoradas em grandes propriedades¹⁵, a monocultura praticada em sistema de rotação de culturas, o forte uso de trabalho braçal nos primeiros tempos e o uso intensivo de tecnologia mais recentemente. Não é exagero afirmar que Iraí conta hoje com um baronato do agronegócio comparável aos grandes produtores rurais Brasil afora.

De forma mais modesta, o desenvolvimento da pecuária leiteira, com o braço mineiro, desenvolveu-se significativamente com mão de obra familiar em pequenas propriedades rurais, colocando o município como uma das principais bacias leiteiras da região¹⁶. Deste modo, agricultura e pecuária constituíram ao longo dos anos, desde a emancipação em 1962, a base econômica do município, a ela se acoplando as cooperativas rurais de agricultores e pecuaristas, fábrica de ração, um laticínio, o incipiente comércio local, uma agência dos correios, outra do Banco do Brasil, um banco cooperativo, uma casa lotérica e a própria prefeitura municipal, hoje o principal órgão empregador da cidade.

¹⁵ Segundo relato do Aroldo, primeiro gerente do Banco do Brasil em Iraí de Minas e responsável pela instalação da agência, o Prodecer, mediante financiamento do BDMG, destinou 26 lotes ao programa, cada qual com cerca de 400 hectares, sendo vinte lotes para os imigrantes sulistas e seis lotes para alguns mineiros provenientes do Sul de Minas.

¹⁶ Destaca-se na produção leiteira também um imigrante sulista, cuja produção em sua fazenda ultrapassa mais de 10 mil litros de leite diários.

É preciso dizer que pouco depois dos primeiros anos da chegada dos gaúchos em Iraí de Minas, já em meados dos anos 1980, os quais vieram se somar à população mineira local, a carência de trabalhadores braçais para o emprego nas lavouras dos imigrantes sulistas, a princípio também tocadas por familiares, demandou a importação de trabalhadores rurais provenientes, sobretudo, da região do norte de Minas e adjacências. Cidades como Claro dos Poções, Januária e Janaúba constituíram-se como importantes berços de mão de obra para o desenvolvimento do agronegócio, e também, em menor parte, para o desenvolvimento da pecuária leiteira em Iraí.

A esses dois componentes da população local, o mineiro e o imigrante sulista¹⁷, ambos de pele clara, veio juntar-se o pessoal do “norte de Minas”, como se diz na cidade, de pele mais escura em sua maioria, formando basicamente o perfil étnico-racial predominante no município.

A chegada dos imigrantes do norte de Minas em início dos anos 1990, transportados em ônibus fretados pelos próprios fazendeiros locais, pressionou as autoridades do município, especialmente o prefeito, para a ampliação da cidade. De início, pensou-se na construção de um bairro com casas populares nas proximidades do rio Bagagem, o rio que margeia a cidade e que deu nome ao povoado em 1943. Como no início do bairro o dinheiro não apareceu para a construção das casas, optou-se pela distribuição de lotes aos trabalhadores, sem nenhuma infraestrutura urbana, deixando-os entregues à própria sorte.

Era só gente de fora que vinha pra ali (bairro Bagagem). Aquilo ali dava época de panha de café. O pai lembra, rapaz, aquilo dava no começo das panhas de café, não tinha um dia que você ia em Iraí, tava aquele cordão de gente descendo com mala nas costas. Aí muitos trabaiava, aí achava bão e não voltava embora mais, aí eles construíam um barraquinho e ia ficando ali. (Denis)

Aí quando eu cheguei aqui (Bagagem) tinha poucas casas no bairro. Lembro que, nitidamente, lembro que tinha várias barracas de lona. Eu já fui numa barraca de lona, assim, eu não fui morar numa; eu quando eu cheguei eu fui morar na casa da minha sogra porque do lado da casa da minha sogra tem uma... minha primeira casa, porque eu vim pra cá casada, então nós queria morar numa casa separada, então meu sogro cedeu a parte da garagem e a gente fez três cômodos, e aí a gente veio morar aqui. Nisso, eu fiz amizade com o pessoal aqui do bairro que hoje eu considero uma família, e eles moravam em barraca de lona, barraca de lona... A água, eu lembro que eles pegavam na mina, tinha a mina ali na descida e tem mina aqui pra baixo, também tem uma... Lavar roupa, essas coisas, não, não, não tinha não (energia elétrica). A dona

¹⁷ Destaque-se também a presença em menor proporção de imigrantes descendentes de japoneses em Iraí de Minas, tendo chegado à cidade entre os anos 1975/1980. Muitos deles dedicam-se à atividade cafeeira.

da barraca, ela queixava que a lona esquentava muito, que era muito quente lá dentro. À tarde, quando o sol estava muito quente, a gente não ficava dentro da barraca, a gente ficava debaixo de uma árvore, que debaixo da árvore já era mais fresco... Água pra beber na mina, lavar alguma coisa, às vezes lavava lá na Bagagem (rio Bagagem) ou lavava mesmo lá de frente da barraca. Energia não tinha não. Aí era assim, aí vinha pra colheita, geralmente vinha pra colheita, aí muita gente vinha pra colheita, e o que acontece? Gostava do lugar, foi adequando com a situação, que aqui era bom de serviço e tudo, e acabou ficando. (Juraci, moradora do bairro Bagagem há 22 anos)

Seguiu-se o esperado: a construção de barracos para abrigar as famílias que chegavam em grandes levadas de ônibus lotados que aportavam em Iraí, em busca de melhores condições de vida e trabalho na cidade que prosperava, deixando para trás a vida amarga, porém saudosa do norte de Minas¹⁸. Estes trabalhadores fixaram-se no local que lhes fora destinado, um bairro popular como dito (bairro Bagagem), na parte baixa da cidade. Não demorou para que se constituísse um padrão de sociabilidade entre eles e os residentes na parte alta da cidade, mineiros nativos do lugar e sulistas, marcado essencialmente pela discriminação social, do tipo estabelecidos e *outsiders*, tão bem analisado por Norbert Elias.

Dessa forma, um contraste social nítido define a geografia étnica de Iraí: de um lado, a parte alta da cidade, composta pelo centro e adjacências, é habitada em sua maioria por mineiros e gaúchos, população majoritariamente branca, os mineiros nativos do lugar com o crédito de, por assim dizer, ser a gente da terra; já os gaúchos – igualmente na condição de migrantes como os trabalhadores vindos do norte de Minas, apesar de as circunstâncias que concorreram para a sua vinda a Iraí terem sido completamente distintas – têm o crédito não só de estar há mais tempo na cidade quando comparados com os trabalhadores do norte, como também e, principalmente, são os principais responsáveis por alavancar/trazer o desenvolvimento para Iraí, além dos louros da tez branca, por óbvio. “*Iraí de Minas é antes dos gaúchos e depois dos gaúchos*”. De outro lado, tem-se a parte baixa da cidade, o bairro Bagagem¹⁹, majoritariamente habitado pelos trabalhadores rurais vindos do norte de Minas, menos alfabetizados que os mineiros e

¹⁸ É comum em final de ano, às vésperas do Natal, muitos dos moradores do bairro Bagagem fazerem a viagem de regresso ao norte de Minas para rever a terra natal e festejar com muitos dos seus parentes que ainda moram nessas cidades.

¹⁹ Outros dois bairros de características mais populares, semelhantes às do bairro Bagagem, situados em áreas limítrofes que separam a zona urbana da zona rural, mas não necessariamente periféricos, uma vez que são praticamente contíguos aos bairros centrais, são o bairro Liberdade (Vila) e o bairro Novo Horizonte (antigo Barro Colado). Estes bairros, apesar de situados na parte alta da cidade, diferentemente do bairro Bagagem, localizado na parte baixa, também são alvo de discriminação.

gaúchos, de pele mais escura, morando há menos tempo no município em habitações, em sua maior parte, de padrão inferior àquele das residências de mineiros nativos e gaúchos, ainda que tenham mais recentemente construído casas de alvenaria em substituição aos barracos do início do bairro.

Como já foi dito, esse padrão de sociabilidade entre os moradores da parte alta da cidade e os moradores do bairro Bagagem é essencialmente discriminatório. Ao bairro Bagagem são atribuídas as mazelas sociais do município, como pobreza²⁰, vícios, violência, tráfico de drogas, prostituição, alcoolismo, gravidez juvenil e até malquerença entre vizinhos, ainda que tais ocorrências de fato não aconteçam ou, quando acontecem, não ocorrem na dimensão atribuída pelos moradores do Centro, na parte alta da cidade. Nada que já não fora explicado por Elias.

Porque aqui tem preconceito tem, tem o bairro Bagagem, tem preconceito no Barro Colado, já ouviu falar no Barro Colado? Vila e Bagagem estão assim lado a lado. Barro Colado, por que Barro Colado? Porque lá, antes de asfaltar, lá o barro colava no calçado. Chegou um ponto de o povo não querer mais comprar aqui, querer comprar lá em cima, em vez de fazer casas aqui. Aqui era mais acessível financeiramente, os valores dos lotes, das casas; hoje até os aluguéis é mais acessível aqui em baixo do que lá em cima. Ela era minha manicure, aí ela separou do marido e tava em jogo esse imóvel (imóvel do casal), aí no dia da audiência o advogado do marido dela colocou o imóvel lá em baixo, preço lá em baixo, ele falou do bairro... Nossa Senhora!, que o bairro é muito assim, é um bairro que quase ninguém quer morar lá, que é um bairro que tem muito bandido, que é um bairro perigoso, e foi descendo a lenha no bairro. Então assim eu imagino pra poder pôr o valor lá em baixo, pra ele poder pagar menos, pra poder pagar menos pra mulher, lógico, né? Aí o advogado da mulher rebateu dizendo que não, mas ele (advogado do marido) falou tanto do bairro, que sinceramente, se fosse uma propaganda para vender o imóvel, ninguém queria comprar. (Juraci)

É em meio a esse desenvolvimento do agronegócio com a expansão da fronteira agrícola para essas terras do cerrado, capitaneado pelos imigrantes sulistas e com o concurso da mão de obra dos imigrantes do norte de Minas, além do desenvolvimento da pecuária leiteira com o braço nativo mineiro, e o próprio desenvolvimento gradual da cidade, que alguns gaúchos tomam interesse pela vida política local, até então dominada pelas famílias mineiras nativas da terra.

A partir desse momento, 1989²¹, alguns gaúchos começam a se apresentar como candidatos a vereadores e depois prefeito. Em 1996, João Dias, imigrante do Rio Grande

²⁰ Vide o conceito de White de “áreas pobres e degradadas” (White, 2005, p. 19, 348).

²¹ João Dias, imigrante sulista, foi eleito vereador do município. Posteriormente seria eleito prefeito por três mandatos (1997-2000, 2001-2004 e 2009-2012).

do Sul, é eleito prefeito de Iraí de Minas, dando início a um período de forte polarização política entre gaúchos e mineiros pelo controle da prefeitura, numa disputa acirrada²² na qual, desde então, vem se revezando na hegemonia do poder político local, alternando-se no poder, as famílias Vilela/Souza (mineiros) e Dias/Barros (gaúchos).

Neste ponto, é imperioso apresentar o papel do dinheiro na política de Iraí.

É comum ouvir na cidade, em qualquer conversa de boteco, que o dinheiro entrou de modo decisivo na política local com a entrada dos gaúchos na política. Os relatos apontam para uma tríade: dinheiro-gaúcho-política local. Entretanto, os entrevistados igualmente reconhecem que, se é verdade que o dinheiro chegou à política de Iraí por intermédio dos gaúchos, os quais com o tempo tornaram-se barões do agronegócio, não parece ser menos verdade que, após este instante germinal, os mineiros mais abastados, da mesma forma, passaram a fazer uso de igual expediente em suas campanhas eleitorais, demarcando um período, que se estende até os dias atuais, em que o poder econômico tem influenciado de modo significativo no resultado dos pleitos eleitorais. Tempos muito diferentes daqueles lembrados por Seu Mauro e Seu Romão, nos primórdios da emancipação política, em que, talvez pela escassez generalizada, o peso do dinheiro não parecia ser algo significativo.

Na política antiga (referindo-se aos anos 1970), no meu tempo mesmo, não tinha dinheiro, ninguém tinha dinheiro pra gastar em política. Eu, pelo menos, fiz a minha campanha com o meu dinheirinho que tinha e fui eleito. Trabalhei durante o mandato sem dinheiro. Fiz a campanha do meu bolso, não tive que comprar um voto, ninguém falava em comprar voto. (Seu Mauro)

Agora, aí como entrou os gaúchos e eles começaram a subir (prosperar com o desenvolvimento da agricultura), aí já começaram a investir no povo, soltando dinheiro (referindo-se à compra de votos). Na época, não era só eles não (referindo-se à população do B. Bagagem), mesmo a pessoa do lugar (mineiros nativos), o povo pegava mesmo. Porque o dever do cidadão é comparecer às urnas e dar o seu voto, dar, não fala em vender, né? Então já começaram a mudar, já ia comparecer às urnas pra vender o voto. (Seu Romão)

Sentiu forçado, entrou no jogo. (referindo-se ao PMDB, sigla dominada pelos mineiros, e à tática da compra de votos, à necessidade de também recorrer a este expediente). (Florentino)

²² Nas eleições municipais de 2008 apresentaram-se como candidatos a prefeito: Paulo Souza, que buscava a reeleição, e João Dias, ex-prefeito da cidade por dois mandatos consecutivos (1997/2000 e 2001/2004). O pleito foi decidido com apenas sete votos de diferença. O mineiro Paulo Souza ficou com 2.379 votos e o gaúcho João Dias levou o terceiro mandato com 2.386 votos. Relembrando este fatídico episódio ocorrido naquela triste tarde de 5/10/2008 em que se apurou a diferença dos benditos sete votos, o ex-prefeito Paulo Souza e um seu cabo eleitoral forte (Natinho) assim comentaram o episódio: Natinho: *“Eu nunca vi isso... sobrou dinheiro na campanha”*. Ao que Paulo Souza emendou: *“Sobrou dinheiro e faltou voto”*.

É a mesma coisa de você chegar num baile e tá tocando uma valsa, você dança a marcha, né? Não vai funcionar, tem que entrar no jogo. (Valmir)

É exatamente isso, o pessoal entrou no jogo. (Florentino)

Retomando o estigma que pesa sobre o bairro Bagagem, os entrevistados deixam claro que o alvo predileto da sanha dos candidatos quando das aguerridas campanhas eleitorais é fundamentalmente esse bairro, embora também tenham consciência de que mesmo gente do Centro e adjacências não se faz de rogada para receber o seu quinhão eleitoral como incentivo para se dirigir às urnas. A diferença em uma e outra situação de captação ilícita de sufrágios, erigida à prática ordinária da política local, é que no bairro Bagagem é feita de modo bastante explícito, na calada da noite e mesmo à luz do dia, especialmente nas vésperas do pleito²³. Já na região central, ela ocorre de modo mais sutil, furtivo, não tão às claras e, parece-nos, em menor proporção que no bairro Bagagem.

Seja de que modo for e pelas mil maneiras arquitetadas para colocar em marcha essa mola mestra do sistema político local, o fato é que o uso do dinheiro como engrenagem decisiva – em espécie ou indiretamente, mediante doação de bens, ou o oferecimento de favores inúmeros – tornou-se prática corriqueira nos pleitos eleitorais a tal ponto que os políticos locais não sabem mais como se desvencilhar deste artil por eles mesmos inventado, sejam os postulantes à prefeitura, sejam os postulantes à vereança.

Tem uns que ainda falam assim: Ah, quem me dá mais? Fulano me deu só 100 (uma espécie de leilão do voto). E varia o valor do voto também, tá? Tem voto que é vendido por uma conta de energia, água, um gás, por uma cesta básica, sei lá quantos tijolos, sei lá quantas sacas de cimento, por lote, o que você imaginar é negociado. (Juraci)

Primeiro foi o João Dias vereador. Nessa (eleição) de 89 que o Seu Jorge Américo tinha entrado, o João Dias candidatou a vereador. (Florentino)

²³ Normalmente, na sexta-feira e no sábado que antecedem ao domingo da eleição, os cabos eleitorais compradores de votos dirigem-se ao bairro Bagagem na calada da noite, madrugada adentro, levando grandes quantias de dinheiro em espécie para efetuar a compra de votos. A tática consiste em, a um só tempo, comprar o máximo de votos para o seu partido e evitar que o adversário faça o mesmo, em uma vigília recíproca que persiste por toda a noite, por vezes levando inclusive a conflitos físicos entre os aguerridos militantes. A polícia militar até tenta coibir tal prática, às vezes fechando a avenida que dá acesso ao bairro Bagagem, mas é uma medida inócua, pois o dinheiro encontra outros caminhos e acaba sempre chegando ao bairro Bagagem. Muitos dos moradores, numa atitude curiosa e até engraçada, passam boa parte da noite sentados nas calçadas, a pretexto de conversar, quando na verdade aguardam ansiosos no frio da madrugada, muitos enrolados em seus cobertores, pelos compradores de votos. Nestes últimos dias de campanha o bairro Bagagem é visitado por candidatos, cabos eleitorais e compradores de votos dia e noite; fora dessa época, ou seja, nos quatro anos que se seguem, sua presença é rara no bairro.

Foi aí que eles tomou gosto. E o gosto deles foi panhado pelo bairro Bagagem porque o João Dias, muito esperto, na época quase não existia isso aqui, ele juntou um pacote de dinheiro e foi lá e comprou o bairro praticamente inteiro e o Barreiro (distrito da zona rural igualmente afamado pela compra e venda de votos). A maior votação da história de Iraí pra vereador na época. Aí foi onde eles entusiasmaram com a política. Aí o Seu Alcebiades (irmão do ex-prefeito Joaquim Barros e cunhado do ex-prefeito João Dias) e o João Dias aprendeu a dominar a política em cima do bairro Bagagem. Quando o João Dias foi candidato a vereador a primeira vez, foi aí que começou o dinheiro. Enjetou pesado. Até então o Iraí, quando falava em compra de voto, era um par de botina, coisinha mínima. O João Dias disse que vendeu um caminhão de feijão, embolsou tudo e investiu lá. Foi o vereador mais votado da época. (Valmir)

Quanto aos recursos que abastecem o caixa das faustosas campanhas eleitorais²⁴, pode-se dizer que são provenientes de uma combinação de fontes que abarca tanto os recursos dos próprios candidatos à prefeitura; militantes apaixonados que muitas vezes “tiram da boca” para ajudar o seu candidato²⁵; rentistas/especuladores²⁶ que fazem um caixa em espécie em suas próprias casas para emprestar a juros aos candidatos; e ainda os comerciantes e empresários locais que, almejando um possível contrato futuro com a prefeitura, de preferência que lhes seja vantajoso, doam/investem vultosos recursos no candidato que acreditam ter as melhores chances de vitória. Essas, pelo que se nota, são basicamente as principais fontes de recursos das campanhas para prefeito.

Já os postulantes à vereança têm de se contentar com bem menos, apesar de isso não significar campanhas espartanas, até porque o seu futuro poder de barganha é infinitamente menor que o do futuro prefeito. Além de seus próprios recursos, uns mais outros menos abastados, contam com eventuais doações do seu candidato a prefeito, mesmo que isso se resuma a um, dois ou a alguns tanques de gasolina, empréstimo a juros de última hora, o empurrão de algum padrinho político etc. Esta é a regra, a menos que se esteja, como fez o atual prefeito e ex-vereador por quatro mandatos, construindo um caminho natural para a prefeitura.

²⁴ Apesar de a Resolução TSE 23.459/2015 estipular os limites de gastos nas campanhas eleitorais de 2016 para prefeito e vereador em R\$ 100 mil e R\$ 10 mil reais, respectivamente, para municípios do porte de Iraí de Minas, é notório que os candidatos gastam valores bem maiores que o permitido, especialmente os postulantes à prefeitura, que despendem cifras astronômicas que chegam à casa do milhão, sendo isso lugar-comum neste município.

²⁵ Não é algo incomum tomar ciência de militantes apaixonados que, especialmente nas vésperas do pleito, tiram dinheiro do próprio bolso e saem à compra de votos, até mesmo à revelia do seu candidato, ou seja, compram o voto com dinheiro próprio ainda que esta não seja a vontade de seu candidato.

²⁶ Tal prática consiste em literalmente guardar em casa vultosas somas em dinheiro “vivo”, como se diz – vide o exemplo mostrado ao longo deste estudo, do Seu Valter e do Natinho emprestando dinheiro a seus candidatos – para emprestá-las a juros, sobretudo aos candidatos a prefeito, na reta final da campanha, os últimos dias, abastecendo o caixa para a compra de votos.

Esse Joaquim Barros aí (referindo-se ao ex-prefeito), esse homem desde a primeira vez que se candidatou a vereador, esse homem gastava um rio de dinheiro. Ele gastava dinheiro ali na eleição que os quatro anos como vereador não dava um pouquinho do salário que ele investiu. (Seu Romão)

É preciso acrescentar aqui que o aludido rodízio no domínio político local entre as famílias dos mineiros e gaúchos, Vilela/Souza e Dias/Barros, característico de outrora e persistente nos dias atuais, não incorporou às suas fileiras os representantes do bairro Bagagem, o que quer dizer que o negócio político em Iraí tornou-se assunto de duas famílias²⁷ para domínio da prefeitura, especialmente com o apoio de uma base de vereadores, eles também moradores da região central. Em outros termos, os moradores do bairro Bagagem – a parte da cidade mais carente de recursos e políticas públicas em seu benefício – estão praticamente alijados da representação política do município apesar de constituírem uma fração significativa do eleitorado.

Outro aspecto característico desta geografia política e social de Iraí na atualidade é que a prosperidade advinda com o desenvolvimento das lavouras gaúchas, se no passado empregava grande quantidade de mão de obra (população do bairro Bagagem), com o uso cada vez mais intensivo de tecnologia rural e a mecanização do campo, não se fez acompanhar da geração de outras oportunidades de emprego na cidade além daquelas já mencionadas (prefeitura, laticínio, cooperativas, pequeno comércio etc.). Com isso a pequena cidade viu crescer o número de desempregados, especialmente entre os moradores do bairro Bagagem, muitos dos quais excedentes das lavouras gaúchas mecanizadas e com baixa qualificação profissional.

Entretanto, essa questão social da geração de empregos neste pequeno município deve ser examinada com mais cautela. Devemos questionar inclusive o real interesse dos dirigentes políticos locais em gerar oportunidades de emprego, haja vista que redutos eleitorais como o bairro Bagagem são utilizados em períodos de campanha, como já apontado, para a compra de votos, recurso deveras eficaz num contexto de pobreza e desemprego.

O recurso da promessa de oferta de emprego na prefeitura para famílias inteiras, não só do bairro Bagagem, mas especialmente para familiares da região central, nada mais

²⁷ Cogita-se pela cidade ainda uma eventual aliança política entre as duas famílias rivais, isso porque há uns três anos a filha do ex-prefeito João Dias casou-se com o filho do ex-prefeito Paulo Souza. Tal enlace matrimonial pode apontar para uma campanha em que João Dias e Paulo Souza, os patriarcas, podem estar no mesmo palanque (prefeito e vice), ou mesmo a continuidade dessas famílias na política local por intermédio dos filhos, numa espécie de governo dinástico.

é que outro expediente utilizado pelos políticos locais para apartar seus eleitores e garantir o depósito do voto na urna, tanto do futuro empregado quanto da família que o acompanha. Nem é preciso dizer do poder de sedução desta promessa: oferecer emprego futuro, ainda que pago a salário mínimo, a uma mãe ou pai de família que precisa garantir o pão de cada dia, é garantia de voto certo. Possivelmente aí reside o pouco entusiasmo dos chefes políticos locais em buscar, criar ou aceitar novas alternativas para a geração de emprego e renda. Junto com o emprego vêm a liberdade do voto e o rompimento de um mecanismo central na manutenção do sistema político deste pequeno município.

Eu acho que a má vontade dos políticos aqui de gerar emprego aqui parece coisas que eles quer as pessoas dominada por eles, sabe como é que é, porque se eles ficar igual tá por exemplo só dependendo de prefeitura, eles ficam mais ou menos na mão deles, e se esforçar trazer uma industriazinha pra cá, alguma coisa, aí já desvia pra lá. Eles já perdem a força de cá. Eu penso isso aí, não sei, né? E tem outra coisa muito grave nisso aí: é que eu já ouvi falar, não tenho certeza, de umas industriazinha que queria vir pra cá, mas não conseguiu terreno aqui por perto, porque os donos das terras aqui monta em cima e acha que não pode ceder um pedacinho pra ninguém. Já ouvi falar isso também. (Seu Firmino)

O pai lembra, o João Dias foi candidato, foi prefeito por dois mandatos, depois perdeu; perdeu não, ele não podia candidatar. Foi o Omar com o Zeca, depois o Paulo Souza tinha ganhado, depois o João Dias de novo. O João Dias prometeu tanto emprego, tanto emprego no Iraí, que no dia lá tinha gente brigando por causa de serviço que ele tinha prometido uns 2 mil empregos na prefeitura ali. Aí ele teve de dispensar gente lá assim, de xingar os outros na porta da prefeitura. Foi no dia que ele foi tomar posse que ficou assim de gente lá por causa de serviço, tinha emprego lá que ele tinha prometido ele lá pra uns cinquenta ou mais. (Denis)

Visto de modo bastante ligeiro e em caráter panorâmico, esse é o quadro geográfico, político e social em que se encontra atualmente Iraí de Minas, este rio de mel que corre nas entranhas de Minas Gerais, no coração do Triângulo Mineiro. Barões do agronegócio, alguns mineiros nativos abastados e outros tantos pequenos e médios produtores de leite com o emprego de mão de obra essencialmente familiar; baixa oferta de trabalho; pequeno comércio local; pobreza na periferia; discriminação social; crescente desemprego ou subemprego, tudo isso combinado com o exercício restrito, quase hermético, do poder político por algumas famílias tradicionais, hoje gaúchos e mineiros, que enfeixam em suas mãos os destinos do município e, ao fazê-lo, impedem este rio de correr para o mar.

Passemos ao exame mais detido e do dia a dia deste microcosmo social, em seus aspectos relacionados ao exercício do poder político e o impacto na vida social.

Capítulo 1 – Os vereadores

Parecer piedoso, fiel, humano, religioso, íntegro, mas com a mente preparada, de modo que, precisando não ser essas coisas, possa e saiba ser o contrário. (Nicolau Maquiavel, 211, p. 141)

Entender a política de Iraí de Minas passa inevitavelmente pela compreensão de uma figura essencial no arranjo político, sem a qual toda tentativa de interpretação da política local carecerá de substância. Estamos falando dos vereadores. O que os move? Como se dá a sua entrada na política local? Como se organizam as suas campanhas? E o seu trabalho diário, como se desenvolve? Por outro lado, por que muitos fogem da política e não se candidatam? Essas e outras indagações tomarão conta das páginas que seguem.

1.1 Por que entrar na política local?

De início, não é possível compreender a política iraiense sem lançar mão da ideia de paixão, espécie de ardência que toma conta dos corpos e mentes daqueles que a ela se lançam com ímpeto e força irresistível, arrastados por uma correnteza, dominados por um desejo irrefreável que turva a própria razão e contra o qual não é possível lutar, tragados por um redemoinho do qual poucos conseguem sair. Talvez por isso mesmo, ante uma energia dessa magnitude, muitos vão ao seu encontro, buscando os prazeres e evitando a dor que a ela se seguem. *“É um vírus no sangue, ele não sai... É uma coisa que envolve a cidade inteira” (Ex-vereador Seu Mauro).*

Eu vivo política, não dou conta. É, é uma paixão. Não adianta, eu nasci politicano. Eu venho de uma família política, minha vó morreu, tinha santinho assim na cama dela tudo. Ela morreu com uma camisa do Candido (camisa do candidato Candido). Então eu venho disso, eu cresci nesse mundo político, então eu amo política. (Ex-vereadora²⁸ Ana)

Para muitos é exatamente disso que se trata: dar vazão a essa herança congênita recebida ainda em berço. Nesse sentido, candidatar-se como um vereador no município aparece como algo natural, um prosseguimento de uma herança familiar recebida de tempos remotos que, cedo ou tarde, colocará o indivíduo em movimento em direção à inevitável candidatura.

²⁸ Visando preservar a identidade dos entrevistados, no caso dos agentes políticos, além de atribuímos-lhes nomes fictícios, também optamos por não fazer referência se se trata de vereador atual, ex-vereador de legislatura recente ou ex-vereador de legislatura remota, nominando-os apenas como ex-vereadores. Idêntico critério foi aplicado no caso dos prefeitos e vices; referimo-nos a eles apenas como ex-prefeitos e ex-vice-prefeitos.

A ideia de vocação no sentido weberiano de dever, espécie de atendimento a um chamado divino, compromisso inarredável com o próprio Deus, aqui é matizada pela ideia de atendimento ao chamado familiar, mantendo vivo um legado político passado de pai a filho; é dar ouvidos aos gritos dos ancestrais que ecoam através dos tempos. Quando a vereadora Ana relembra o leito de morte de sua avó coberto de santinhos dos candidatos de seu partido e que a militante defunta vestia uma camisa do candidato a prefeito, isso é real e revela a força da política na vida dessa gente, que chora a morte do ente querido, mas também a perda da referência e inspiração política que se vai, como que deixando estampado no peito um último desejo, a vontade de a herança política continuar pelas mãos dos filhos, netos e correligionários – a eternidade conferida pela política.

É comum chegar a uma casa e ver estampado em portas, janelas e mesmo em lugares mais longe da vista²⁹, adesivos com nomes e fotos dos candidatos, e isso não somente em tempos de campanha, mas em qualquer época. Tal como o proprietário coloca o aviso no portão de sua casa de “Cuidado com o cão”, também o faz colocando ali os adesivos do partido, com a intenção deliberada de demarcar um reduto político, deixando claro a qualquer visitante que ali reside uma família cuja preferência partidária não é discutível.

Figura 1 – Adesivo do partido



Certa vez, numa reunião política na casa de um ex-prefeito, não pude deixar de notar que em uma de suas janelas havia os adesivos de sua legenda (MDB), não só do

²⁹ Em uma oportunidade, visitando a casa de um vizinho, tempos depois de uma campanha eleitoral, a certa altura pedi licença para ir ao banheiro. Notei ali, próximo à descarga, com um misto de espanto e gracejo, o adesivo com as fotos dos nossos candidatos a prefeito e vice, sorridentes como todo candidato. Retribuí o sorriso e saí desconcertado.

candidato a deputado federal da atual campanha, como também de candidatos de campanhas eleitorais anteriores. Uma sucessão de fotos, siglas e números que remontavam a três ou quatro campanhas eleitorais anteriores, dando conta do histórico eleitoral dos últimos candidatos a deputado do partido. Já sobre a mesa de reunião, havia jornaizinhos pretéritos e atuais de candidatos do partido.

Em outra oportunidade em tempos de campanha, e falaremos detidamente disso mais adiante, recebi de um candidato o relato de que ele havia chegado a uma casa para pedir voto, julgando tratar-se de terreno neutro. Ao deparar com a foto do candidato a prefeito adversário estampada na porta de entrada, não pôde evitar o choque do inesperado. A saída encontrada foi conversar com os moradores, buscando-lhes o voto com o cuidado de em nenhum momento lembrar o nome do seu candidato a prefeito. Nessas situações o voto para prefeito já está perdido; o voto para vereador é duvidoso, mas, para não perder a caminhada, tenta-se fazê-lo possível, de modo que insistir em pedir o voto também para prefeito é constranger desnecessariamente o eleitor e dele receber a certeza da perda do voto para prefeito, que já era consumada, e também do voto para vereador, que não estava de todo descartada. Não observar essa etiqueta dos costumes é visto como um ato de ingenuidade dos não iniciados na política local.

Esta herança familiar certamente é uma das fontes da qual emana boa parte dos candidatos a vereador de Iraí de Minas, colocando muitos deles em um compromisso moral de um dia representar o partido. Muitos se refugiarão na militância, ajudando os candidatos do partido – um parente, um amigo ou conhecido –, mas não são poucos aqueles que se candidatam porque é isso que deles se espera, como o vereador abaixo:

A minha família sempre foi uma família de tradição política. O meu avô foi candidato a vice-prefeito. Então, já desde essa época, a minha família tem tradição política, quando não era município. O primeiro prefeito foi o tio Francisquinho, pai do Paulo Souza. Então assim, já vem de família. Depois do tio Francisquinho, o tio Cândido Vilela foi prefeito, casado com a minha tia Felícia. O tio Mariano era vereador em Monte Carmelo... Depois meu pai que, quando faleceu, era vereador, e era o braço direito do tio Cândido Vilela, que era prefeito. (Ex-vereador Márcio)

Veja-se a naturalidade com que a candidatura apareceu para este jovem vereador: o avô, candidato a vice-prefeito; o pai e um dos tios, vereadores; outros tios e um primo, prefeitos. É de se imaginar que teve toda uma infância e juventude vivenciada em meio político e, não obstante a sua própria hesitação inicial em participar – *“Não gostava de política, eu era assim um cara idealista, de esquerda... eleitor do Lula, e tinha aquela ideologia... aquela coisa idealista. Não pretendia ser candidato”* –, chegou o momento

em que não pôde mais fugir a essa predestinação e à própria pressão do partido, como que atormentado pelo fantasma do pai: “*Você tem que ser candidato e ajudar o partido*”.

A essa herança familiar como fonte geradora de novos candidatos agrega-se a força do partidarismo³⁰ político existente em Iraí de Minas, em que dois grupos políticos, capitaneados pelas famílias dos Vilela/Souza (MDB) e Dias/Barros (PDT) – os primeiros, mineiros, e os últimos, gaúchos –, vêm se alternando no exercício do poder político local ao longo dos últimos anos e forçando a renovação das lideranças a partir do interior de uma e de outra família. Assim é que esses grupos tradicionais têm buscado se renovar, fazendo as candidaturas principais recaírem, preferencialmente, sobre os membros da família.

Os companheiro veio antes do Iraí ser emancipado. Aí naquela época quando eu fiz o meu título de eleitor, eu já fiz com os candidatos da UDN lá de Monte Carmelo, mas nós votava aqui, né? E aí acompanhei aqueles companheiros veio aqui do Iraí. E aí eu vem acompanhando e tô com aqueles companheiro véio antigo até hoje. (Ex-vereador Seu Mauro)

Quando eu tô dum lado eu defendo esse partido como se fosse a minha vida. Eu abraço, tô aqui pro que der e vier. (Ex-vereador Juliano)

Um exemplo ilustra o que estamos a dizer. Na eleição municipal de 2016, o ex-prefeito de três mandatos (1997/2004 e 2009/2012) João Dias não se apresentou como candidato, todavia, ofertou o seu apoio ao cunhado Joaquim Barros; este, por sua vez, já era vereador do município há quatro mandatos (2001/2016). Baseado na ideia de renovação a partir de dentro, lançou pela primeira vez a jovem filha Tania Dias como candidata a vereadora, com o objetivo claro: formar uma liderança na própria família capaz de dar continuidade ao legado do pai e do tio.

Este mecanismo da força do partidarismo local como uma das fontes geradoras dos novos candidatos, embora tenha funcionado há alguns anos, ultimamente tem mostrado sinais de esgotamento por um e outro lado. A esse respeito, nota-se, por exemplo, que a possível sucessora dos Dias/Barros não tem demonstrado força política para candidatar-se a prefeita. Por sua vez, o MDB carece de liderança de sangue para fazer frente a uma candidatura para prefeito. Isso quer dizer que um e outro grupo já começam a articular-se internamente não para o desfazimento dos grupos políticos, mas para uma espécie de arejamento que tem possibilitado a emergência e o fortalecimento de

³⁰ O partidarismo político existente em Iraí de Minas não se refere ao partidarismo ideológico do cenário nacional com variações à direita ou à esquerda, aproxima-se muito mais da ideia de paixão política examinada neste estudo.

lideranças externas às famílias. Isso significa dizer que tais grupos, ante a carência de lideranças de sangue, têm sido levados a uma política na qual “perdem-se os anéis, mas mantêm-se os dedos” e aceitam unir-se a líderes promissores que não sejam da família, contanto que ela continue a exercer influência na política local, numa natural decorrência do instinto de sobrevivência política.

Outro aspecto da política local relevante para se compreender as motivações dos novos candidatos que decidem entrar na política refere-se a uma espécie de virtude prometeica, uma filantropia social caracterizada pelo desejo de ajudar, ainda que não se saiba exatamente como a posse de um cargo político, especialmente no caso de vereador, pode converter-se em instrumento de auxílio ao próximo e de garantia de benefícios sociais.

É verdade que essa sensibilidade com o social, essa preocupação com a vida das pessoas, acaba por provocar uma inquietação em alguns cidadãos, que veem os seus desejos de ajudar o próximo ou de promover algum tipo de melhoria na comunidade em que vivem obstados pela capacidade individual de resposta a problemas que requerem políticas públicas muito além da capacidade individual de ajudar, por mais bem-intencionado que seja o cidadão. Desse desconforto psicossocial surgem muitos de nossos candidatos a vereador.

Assim, eu tenho muita vontade de tá ajudando as pessoas, sabe? E se eu tivesse dinheiro pra mim, tava ajudando. Igual assim, eu peguei o paciente aqui, que é o Neguim, até você me ajudou no exame dele. Então eu gosto muito de ajudar as pessoas. Se eu vejo uma pessoa com dificuldade, eu tenho vontade de ajudar, sabe? Eu queria ser tipo uma assistente social, sabe? Se eu tivesse condição, eu gostaria de ajudar muita gente. Eu se eu fosse uma vereadora, por exemplo, eu pensava nesse pessoal aí mais carente, com problema de saúde, os idosos que tá precisando de ajuda. (Pré-candidata a vereadora Jacinda – Eleições 2020)

Eu decidi entrar mesmo. Como eu frequento aqui há vinte anos e eu não vejo mudança, crescimento, aí eu falei: “Gente, eu vou morar aqui, eu vou ter uma família”. Então, será que eu consigo trazer mudança pra cidade? Quando eu entrei foi nesse pensamento, dar uma contribuição (pra cidade). (Ex-vereadora Helena)

Essa vontade de ajudar, comum em muitos dos que se ingressam na vida política desta cidade, nasce da vida cotidiana em Iraí de Minas. É o paciente sem esclarecimento e sem recursos que precisa agendar uma consulta, fazer um exame ou comprar um medicamento; a jovem mãe solteira que precisa alimentar o filho; o idoso desamparado; a casa de uma família modesta que precisa de algum reparo etc. É o desânimo em ver uma

rua sem asfalto, esburacada ou sem captação da enxurrada; a estrada descuidada; as praças públicas malcuidadas; as ruas sujas, a iluminação precária etc. São todas essas situações presentes no dia a dia dos moradores, a requerer algum tipo de ação, que leva alguns deles a buscarem no cargo político algum meio ou recurso para promover alguma melhoria, seja de ordem individual ou coletiva – aquela sensação de que com a sua ação algo ao redor se tornou melhor, ou o sentimento de ter sido útil socialmente, para além da esfera da vida individual na qual cada um de nós vive.

Mas não são apenas virtudes prometeicas que levam muitos dos cidadãos à disputa do cargo político, muito pelo contrário até, apenas uma pequena parcela dos candidatos guia-se por tais propósitos, embora antes de eleitos este certamente seja um dos seus principais mantras. O exercício do cargo revela intenções não confessadas quando da decisão de se candidatar que, em verdade, permeiam o pensamento da maioria dos candidatos. Estamos falando da busca pela satisfação de interesses pessoais³¹.

Eu trabalhava todo dia na roça, mas chegava o dia da reunião, então eu já sabia uns dias antes. Eu já chegava em casa, trocava uma roupa, montava em cima de um cavalo, às vezes debaixo de chuva, montava em cima desse cavalo e mandava nesse mundão aí até chegar aí. A reunião era sempre oito horas, por aí. Eu marrava o cavalo no poste de luz que tem perto lá e subia lá pra cima e ia pra reunião. (Ex-vereador Seu Mauro)

Muito longe já vai o tempo em que vereadores como Seu Mauro, depois de um longo e cansativo dia de trabalho na roça, mal tinham tempo de chegar em casa e trocar uma roupa para, em seguida, montar no lombo de um cavalo e percorrer algumas dezenas de quilômetros para a reunião da Câmara na cidade. Era um tempo em que não havia sequer salário para vereador. Mas como ele próprio lembra: “*a política daquele tempo pra hoje, a coisa mudou muito*”, referindo-se ao fato da ausência de salário bem como às demais dificuldades de seu tempo relativas à escassez geral de recursos. Por outro lado, o vereador veterano deixa antever que já naquele tempo a consciência pública não era uma das características mais notáveis dos políticos de então: “*A política, se tem dez políticos, no meio dos dez pode ter um que tem consciência*”.

Podemos idealizar este passado remoto o quanto queiramos, mas ao nos aproximarmos dos candidatos de hoje notamos que a maioria deles tem como força propulsora dominante o ganho pessoal. Busca-se mediante o acesso ao cargo político a obtenção de vantagens diversas que vão desde a distinção social ao enriquecimento ilícito,

³¹ Isso nos faz lembrar a belíssima passagem contida em *O médico e o monstro*: “Ao tempo que o bem brilhava no semblante de um, o mal estava escrito de forma ampla e clara na face do outro”.

passando pelos favores diários à população, obtenção de empregos na prefeitura, chantagens ao prefeito etc. Podemos dizer que, em Iraí de Minas, ser vereador é ostentar uma posição de um ser privilegiado. E em que consistem esses privilégios?

Uma das formas de que se reveste o interesse pessoal que leva muitos a se candidatarem é a busca de um meio de vida mais fácil, conjugada em muitos casos com uma vida pessoal não muito promissora. Trata-se daquele indivíduo que, por quaisquer que sejam as circunstâncias, sempre foi meio arredio às agruras da vida. Muitas vezes o estudo foi pouco, as oportunidades de trabalho escassas, a dureza da lida na roça contrastando com o chamariz da vida boêmia, uma herança mal administrada, algum pequeno negócio que não prosperou, uma dificuldade financeira da qual não se recompôs, enfim, toda uma sorte de reveses que o colocam diante da escolha entre continuar lutando contra uma vida árdua e de trabalho ou ingressar na política e dela extrair os meios de subsistência que não conseguiu na vida privada.

Não tem cabeça pra administrar nada. Aí o que que acontece? Ele aprendeu a ser malandro, não produziu nada, nada, nada (na vida pessoal). Vamos supor, é pessoa que às vezes acabou com a herança que ele recebeu do passado, acabou com tudo. Aí ele entra na política pra ficar à toa Tem muitos no Iraí desse jeito. (Pré-candidato a vereador Julius – Eleições 2020)

Vejamos por exemplo a questão do salário. Numa cidade cujas oportunidades de trabalho são escassas, com desemprego crescente devido à mecanização intensiva do campo, média salarial girando em dois salários mínimos, parece bastante sedutora, ao menos à primeira vista, a ideia de tentar uma vereança e obter uma renda de cinco salários³² mínimos. Sob esse prisma, não chega a ser uma escolha condenável; é a escolha da menor resistência, da ascensão social, ainda que para isso o suporte seja frequentemente o interesse público. O problema é o que fazer quando nessa condição: vereador para quê? Para receber salário?

O salário em si já aparece como um grande atrativo para a entrada na vereança, ou ao menos o desejo de se chegar lá. Para muitos, quando eleitos, passa a constituir a fonte principal de renda e, mesmo naqueles casos em que o vereador já possui uma ocupação principal, o salário do vereador converte-se num um acessório substancial e nada desprezível no conjunto da renda.

Tem gente que entra na política porque acha que política é muito fácil, quer ganhar dinheiro à toa. Eu escutei isso do Marculino (vereador); o Marculino falou assim: “Larguei de tirar leite, agora quero ser vereador,

³² Este foi o salário de vereador estabelecido pela Câmara para viger na Legislatura 2021/2024.

vereador é ganhar dinheiro fácil”. Eu escutei do Anastácio lá no banco ontem, que é o cabo eleitoral forte dele, falando que não vota no Marculino mais por causa disso, porque falou isso inclusive pra ele. (Ex-vereadora Ana)

Como visto, o salário por si só já é uma variável importante na decisão de muitos indivíduos em se candidatar, mas a ele ainda se juntam, por assim dizer, as condições de trabalho. É que o trabalho do vereador possui uma natureza distinta das ocupações em geral, sobretudo num pequeno município. Em tese, a única obrigação regimental do edil é participar das reuniões ordinárias da Câmara, duas ou três vezes por mês, cada uma delas com uma duração entre uma e três horas, não mais que isso. Não faltando a um terço³³ ou mais dessas reuniões, assegura-se o mandato e o contracheque no final do mês.

Tudo o mais fica por conta de cada vereador delimitar o raio de suas ações com total liberdade e autonomia e segundo os seus próprios interesses na política local. Apresentar projetos, discuti-los, fiscalizar a administração, fazer o corpo a corpo com a população, buscar recursos com deputados e tudo o mais que o cidadão alheio a esse mundo esperaria dependem da boa vontade de cada parlamentar. Ele é o patrão de si mesmo, não está obrigado a quase nada, move-se segundo o seu interesse político. Se quiser passar os quatro anos do mandato apenas recebendo o salário e participando minimamente das reuniões da Câmara, ele o fará sem nenhuma preocupação de ordem punitiva. E isso não raro acontece com muitos dos vereadores locais que dominam esse ofício, de tal forma que assegurar uma reeleição não é algo tão incomum.

Uma vez que a obrigação regimental do vereador consome muito poucas horas de seu dia e fica por conta dele o que mais fazer, é comum que muitos aproveitem essa condição e acumulem a atividade parlamentar com outras ocupações profissionais, inclusive utilizando-se dos ganhos do cargo político para tentar alavancar negócios particulares. Assim é que na legislatura 2017/2020, sete dos nove vereadores possuíam ocupações no comércio, no serviço público e na pecuária. Dos dois restantes, um vereador de carreira (seis mandatos) e o outro, um vereador iniciante.

Entende-se assim o porquê de sempre se buscar um aumento de salário dos vereadores nos momentos dessas votações. Mesmo indo contra o clamor popular, agenda-se uma reunião da Câmara à surdina e, sem chamar a atenção, eis mais um projeto

³³ Art. 55, III, da Constituição Federal conjugado com o art. 28, IV da Lei Orgânica Municipal e com o art. 53, VII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Iraí de Minas.

concedendo algum aumento aos vereadores³⁴. Exatamente isso foi o que aconteceu ao final da legislatura 2017/2020 com a aprovação do aumento do salário para os vereadores; o placar ficou em cinco a quatro a favor do aumento.

Não que a pessoa necessariamente seja frustrada profissionalmente, ou financeiramente, mas ele vê na política, 90% dos candidatos a vereador, eles vê na política, a questão de entrar na política, pra ter um ganho a mais, não só as vezes pensando no salário, mas pensando ah eu sou vereador, eu tenho esse voto aqui, as vezes eu consigo um emprego ali, as vezes numa votação importante eu consigo uma propina.... (Ex-vereador Márcio)

Além do salário em si e das condições de trabalho de que já falamos do cargo de vereador, muitos o miram como um meio para o alcance de benefícios perante o governo, como destaca o ex-vereador. Em outros termos, o vereador passa a barganhar com o próprio voto perante a prefeitura, sempre amealhando alguma vantagem pessoal ou mesmo para terceiros.

O apoio de muitos vereadores não raro é conquistado mediante a garantia de empregos para amigos e familiares, quando não para si próprio: o recebimento de um terreno de propriedade do município, privilégios com a administração e inclusive dinheiro em espécie em casos mais urgentes. É assim que a aprovação da prestação de contas do prefeito, já reprovada pelo Tribunal de Contas, muitas vezes acontece; ou então quando se precisa aprovar uma autorização de empréstimo para a realização de infraestrutura local; ou nas inúmeras vezes em que algum projeto de interesse do prefeito precisa ser aprovado, não raro acontece de o Chefe do Executivo ter de agradar um ou outro para a garantia da aprovação, inclusive os próprios vereadores da base.

O curioso desta situação na qual o vereador usa do cargo para auferir vantagens para si ou terceiros é que o vereador repete no plano do Legislativo aquilo que uma parte dos eleitores faz com o próprio voto quando em épocas de campanha. Tenta-se por todos os meios extrair o máximo proveito possível do voto, seja o eleitor arrancando algo do vereador, seja o vereador exigindo algum agrado do prefeito. Voltaremos a esse ponto quando discutirmos as campanhas eleitorais.

³⁴ Os projetos de aumentos dos subsídios dos vereadores, por força de determinação constitucional, devem ser votados em uma legislatura para vigerem na seguinte. A ideia presente é que os vereadores não estariam legislando em causa própria, entretanto, aqueles de carreira (reeleitos por vários mandatos) e mesmo aqueles que não têm certeza da reeleição, têm uma tendência a ser favoráveis a esses aumentos, esperando deles se beneficiar caso sejam reeleitos. Mesmo no caso da não aprovação dos aumentos, sobretudo em virtude de pressão popular, há sempre o recurso a, iniciado o novo mandato, burlar a determinação constitucional e conceder um aumento, mas como se reajuste fosse, incidindo esse “reajuste” já nos contracheques dos vereadores recém-empossados. Foi isso o que aconteceu nos primeiros dias de trabalho da legislatura 2017/2020.

Quanto a esse aspecto dos interesses pessoais que ajuda a explicar a entrada de muitos candidatos na política local, nota-se que todos os entrevistados reconhecem que essa ideia de ganho pessoal está presente na maioria dos candidatos, mas nenhum deles reconhece que buscou ou busca na política vantagens pessoais; ao contrário, comprazem-se em ressaltar aquelas características mais nobres de que já falamos, como a herança familiar, o partidarismo e, sobretudo, a vontade de ajudar. Citam o colega como interesseiro, mas nunca a si próprios, como o ex-vereador abaixo:

Eu falo que não é todo mundo não. Eu sou invocado com política, eu não penso em benefício próprio pra mim³⁵, nunca pensei. Não é pra todo mundo, não. Eu vou falar dentro do nosso grupo político; ali, metade daqueles candidatos tá pensando nisso (benefício próprio, salário, meio mais fácil de vida). A maioria fala assim pra mim fazer igual ao Marquinhos (ex-vereador), ficar rico só pra votar a favor do prefeito, e a cidade que se foda. A Ana (vereadora) é uma. (Ex-vereador Carlos)

É interessante notar aqui que o fato de os vereadores entrevistados reconhecerem que a maioria dos candidatos busca ganhos pessoais na política enquanto eles próprios são movidos por valores mais nobres, como a ajuda ao próximo e a satisfação do interesse público, pode indicar não simplesmente a omissão de razões ocultas e inconfessáveis, mas o sentimento de que o que fazem beneficia o interesse coletivo de um modo geral, ainda que possam tirar algum proveito pessoal disso. Dito de outro modo, é como se no cômputo geral de suas ações sobressaíssem mais os resultados para o público do que eventuais ganhos pessoais, uma espécie de compensação aceitável. Ou eles não reconhecem que suas ações perseguem o interesse próprio, ou eles até aceitam que isso possa acontecer, contanto que o maior beneficiário do conjunto de suas ações seja o povo. Ou, ainda, têm a consciência de que buscam o ganho próprio, estão dispostos a realizar alguma utilidade pública, mas precisam afirmar para si mesmos, como uma justificativa moral, que o que os move é a satisfação do interesse público.

Pode-se acrescentar também ao conjunto de benefícios que a muitos atrai para uma candidatura de vereador, além do salário, das condições de trabalho e da obtenção de vantagens pessoais, a certeza de que, mesmo não sendo eleito, quando o seu partido chegar ao governo ele não será deixado de fora da administração e certamente será beneficiado com o direito a ocupar alguma secretaria, empregar alguns amigos e

³⁵ Apesar de o ex-vereador Carlos afirmar que não pensa em benefício próprio para si, após as eleições de 2020, na qual saíra candidato a vereador, não tendo sido eleito, acabou angariando uma secretaria no governo do prefeito que apoiara, Diogo Venâncio.

familiares, a obtenção de algum contrato com a prefeitura etc., sendo ainda maiores, por óbvio, esses benefícios na hipótese de ser eleito.

Vimos que muitas podem ser as motivações que trazem os indivíduos para a política local em Iraí de Minas, sobretudo no caso do vereador, razões nobres e não tão nobres, de ordem pública ou particular. É uma espécie de vocação política herdada no berço familiar e combinada com a vivência no partidarismo político; é a vontade de ajudar as pessoas, seja em suas carências pessoais básicas do dia a dia, seja na promoção de benefícios comuns a todos; ou ainda, em grande medida, o puro e simples desejo do ganho pessoal, aliado à vontade de promover algum benefício público, ainda que isso não ocorra, ou ocorra em menor medida.

À guisa de síntese, é oportuno recuperarmos Weber e enquadrarmos a política como um meio para o alcance da direção do Estado, um meio para o alcance do poder, o direito de intervir na história humana. As motivações que levam os indivíduos a ela estão relacionadas a fins ideais ou egoístas ou ao puro e simples gosto do poder pelo poder. Por certo que não se trata de opções rígidas e excludentes; a ação política pode basear-se numa dessas diretrizes ou ser o resultado da combinação das possibilidades; aliás, isso frequentemente parece ser o mais comum, como vimos ao tratar das motivações dos vereadores, e igualmente serve para compreender as motivações dos demais agentes políticos, em especial os prefeitos.

Todo homem que se entrega à política aspira ao poder – seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder “pelo poder”, para gozar do sentimento de prestígio que ele confere. (Weber, 2011, p. 67).

Examinadas as motivações dos indivíduos para ingressar na política local e disputar uma vaga na Câmara, passamos ao exame de uma campanha eleitoral para vereador em Iraí de Minas.

1.2 A campanha eleitoral dos vereadores

Uma vez oficializada a candidatura, é preciso entender como se compõe o reduto eleitoral do vereador, de onde vêm os votos que o levam à almejada eleição – amigos, familiares, desconhecidos –; quais as estratégias utilizadas pelo candidato, bem como o comportamento dos eleitores.

Eu acho aqui em Iraí que a saída é importante. A família do meu pai, todos votaram em mim. Então a minha saída aqui era 100 voto, como tive nesta última (Eleição de 2016), que tava muito ruim e eu tive 120

sem fazer campanha praticamente. Então eu já tinha uma saída de 100 voto sem pedir. (Ex-vereador Márcio)

Já se discorreu anteriormente sobre a influência da herança familiar como matriz geradora de novos candidatos, e esta herança igualmente aqui se projeta; o voto familiar, o voto de saída, o “*voto sem pedir*” constitui em muitos casos a principal alavanca de uma campanha para vereador, chegando a representar cerca de 50% dos votos necessários a uma eleição, como na eleição de 2016 em que o ex-vereador mencionado, embora não tenha sido eleito, alcançou 120 votos, pouco mais da metade necessária para assegurar a eleição. Nesta eleição o vereador menos votado foi eleito com 205 votos. Ou seja, tivesse o ex-vereador expandido o seu reduto eleitoral nessa campanha de 2016 para além do quintal de casa, do apoio familiar, como o fizera na eleição de 2012, na qual fora eleito com 283 votos, talvez tivesse alcançado a reeleição, ou, certamente, ficaria muito próximo disso.

Por que é tão importante contar com esses votos de saída numa eleição para vereador? Além da simples razão matemática, como visto, eles pesam na urna; há que se levar em conta ainda que se trata de um pequeno município com aproximadamente 5 mil eleitores³⁶, boa parte deles constituída por famílias tradicionais numerosas que se ramificam e se constituem como o grosso do eleitorado. Isto significa dizer que numa eleição municipal para vereador, com cerca de 30 candidatos, como observado na eleição de 2016, certamente muitos deles vinculam-se a alguma dessas famílias, estando em pior condição aqueles que não têm esse privilégio do berço.

Ademais disso, o voto de família é um “*voto sem pedir*”, é um voto sem custo, não aqui no sentido financeiro, e daremos conta disso quando tratarmos da compra de votos, mas no sentido de representar para o candidato uma herança recebida, um maço de votos para o qual não se precisou trabalhar para obtê-los, um incentivo e motivação necessários para animar o parente a candidatar-se. Para se ter a correta dimensão da importância desse voto de saída, basta imaginar a situação de desigualdade em que se encontra o candidato a vereador que não tem voto de família, concorrendo com adversários pertencentes a famílias tradicionais extensas. Enquanto este já inicia a disputa com boa parte dos votos na campanha, aquele precisará trabalhar dobrado para igualar as condições da disputa.

³⁶ Segundo o TSE, na eleição municipal de 2020, 5.511 eleitores compareceram às urnas em Iraí de Minas.

Imagine-se uma maratona de 42 km na qual alguns atletas têm suas posições de largada situadas bem à frente da maioria dos competidores (no caso aqui, a posição de largada do atleta depende do tamanho de sua família – quantidade de votos). Ainda que o menos afortunado inicie a corrida estando 5 km à frente, todos os demais que vêm atrás terão de suar muito para alcançar os que seguem à frente, quiçá para ultrapassá-los. Tem-se aí a importância do voto de família.

Nesse sentido, a questão central na vida de um pré-candidato em sua decisão de oficializar a candidatura ou não é saber se contará com os votos de saída da família. É comum, antes de tomar a decisão, o pré-candidato indagar seu grupo familiar próximo e expandido como pais, irmãos, avôs, tios e primos se todos, ou ao menos a maioria, estão de acordo e dispostos a apoiá-lo na eleição. Receber uma negativa nestas horas pode significar a desistência da candidatura, que se torna inviável. Muitos candidatos somente firmam a candidatura após essa indispensável aquiescência geral.

No entanto, pode acontecer, e não raro acontece, de surgir um candidato no interior de uma família que não goza do apoio geral dos parentes. Isso pode se dar basicamente por duas razões: a primeira, por não ser bem aceito, ainda que por alguns dos membros, e a segunda e talvez mais importante, o fato de surgir um segundo candidato na família, levando a uma inevitável divisão dos votos. Desta segunda razão de perda de parte dos votos de família, no caso de dois candidatos, daremos conta quando tratarmos das estratégias utilizadas pelos candidatos a prefeito no capítulo específico sobre a campanha eleitoral. Vejamos então o caso do candidato que não dispõe do apoio geral da família, bem como os efeitos disso em sua campanha.

No caso de uma família possuir um candidato a vereador e este não dispor da unanimidade de votos dos familiares, não contar com o amplo apoio, isso muitas vezes está ligado a uma rejeição interna do candidato no seio da própria família, sendo as razões para isso as mais diversas: um desentendimento qualquer, uma dívida não paga, o desejo de a própria pessoa ser o candidato em vez do parente, a lembrança de que um primo candidato de hoje não apoiou o primo candidato de outrora etc.

Embora no caso de um único candidato essa rejeição no seio da família não seja o mais comum de se ver, ou mesmo quando acontece não atinja a maioria dos membros, isto é, preserva-se a maioria dos votos ainda que não a unanimidade, o fato de alguns não apoiarem o candidato parente por si só já traz para o candidato um estrago com o qual terá de lidar ao longo da campanha.

Eu sempre falo, se você tiver um irmão, um parente que não apoia a gente, já atrapaia. Porque aí uma pessoa fala assim: “Uai, mas a Jacinda tem um parente dela que não vota nela. Então ela deve ter alguma, né? Alguma coisa tem, ela não é essa pessoa boa que eu acho que merece tá lá em cima, não”. (Pré-candidata a vereadora Jacinda)

Não se trata apenas deste ou daquele parente desalmado que se recusa a apoiar o parente candidato, mas do efeito negativo que esta recusa causará à sua campanha. Não é simplesmente este ou aquele “*voto sem pedir*” que se perde, o que já seria danoso: perder um voto que não requereria nenhum trabalho e ainda por cima saber que este voto pode ser decisivo na eleição de vereador, que muitas vezes é decidida por pouquíssimos votos, menos de uma dezena, como já ocorreu. É que o adversário fará uso disso durante a campanha.

Como lembra a pré-candidata, “*um parente que não apoia a gente, já atrapaia*”. Os adversários usam esta rejeição do candidato parente para desgastar a sua candidatura perante a opinião popular, não importa qual seja a razão de um ou alguns familiares não apoiarem o candidato; o certo é que o adversário lançará mão de calúnias, mentiras e fofocas, como sendo a origem da desavença familiar e motivo do não apoio ao parente candidato e, assim, induzir a população a não votar nele.

Em um pequeno município isso traz um sério prejuízo à campanha; o adversário passa a dizer coisas do tipo “*ele quer ser candidato a vereador, mas nem os parentes votam nele*”, não importando se apenas um ou alguns não votam. O adversário fará parecer à população que o grupo inteiro da família não apoia o parente candidato e, por isso, ele não deve ser eleito, pois traz alguns pecados revelados já na origem pelos próprios familiares. Desfazer tais narrativas é algo muito difícil para o parente candidato que não desfruta do apoio geral do grupo familiar; haverá sempre alguém fazendo uso político dessa ausência de unanimidade no apoio da família.

Examinada a importância do voto de saída, dos votos de família, passemos à análise da igualmente importante figura dos cabos eleitorais na eleição de um vereador neste pequeno município.

Tinha um não, eu tinha era mais de vinte (cabos eleitorais). O partido nomeava: “Olha, cê vai trabalhar pro Carlos, assim assim assim”. Muitos votos eu não sabia que era meu era por causa deles. Cabo eleitoral é igual um vereador pra prefeito. Cabo eleitoral, ele é forte. Principalmente se for formador de opinião. É igual com você, quando cê entrou ninguém te conhecia. Eu tenho certeza que tinha dez te defendendo, e assim foi comigo. (Ex-vereador Carlos)

O cabo eleitoral é toda pessoa disposta a ajudar o candidato na conquista de votos, a princípio fazendo isso sem um interesse imediato, mas frequentemente espera com o apoio a obtenção no futuro de algum benefício, especialmente quando o seu candidato se sagra vencedor.

O cabo eleitoral puro não trabalha por pagamento em espécie, como a pessoa que trabalha no carro de som, a que entrega santinhos, aqueles que balançam bandeiras nos dias de comícios; estes, é mais apropriados tratá-los como trabalhadores gerais da campanha. O cabo eleitoral puro prende-se ao seu candidato muito mais por laços de amizade e camaradagem do que por qualquer outro interesse imediato, ainda que vislumbre algum dia obter uma justa retribuição. Pode ser um amigo dileto, um familiar mais aguerrido com a sua campanha, uma liderança política forte como um ex-prefeito, um ex-vereador, um presidente de associação de comunidade rural, uma liderança estudantil, bastando para tanto a disposição em apoiar o seu candidato na localização e conquista de votos.

Por mais popular que seja um candidato, mesmo numa pequena cidade, o seu raio de interação social estreita-se tão logo saia do quintal de casa. É que naturalmente, se por um lado o candidato se vincula a alguns grupos sociais como os amigos do trabalho, os fiéis da igreja que frequenta, as amigas do salão de beleza, por outro lado, ele pode passar a vida desconhecendo por completo os frequentadores dos botecos, o pessoal do futebol, os jogadores de truco, o pessoal que mora nas roças, os estudantes secundaristas e universitários etc. Além disso, ele pode conhecer as famílias A e B, mas nada saber das famílias C, D, E e F.

Isto implica que o cabo eleitoral faz a aproximação entre o seu candidato e eleitores até então estranhos aos grupos sociais nos quais o candidato circula, operando uma mediação essencial para que aquele se aproxime do eleitor estranho a ele, mas próximo do cabo eleitoral, sendo esta a principal função deste.

Nesse sentido, ele otimiza o trabalho do candidato durante a campanha, facilitando a busca diária pelos votos. Assim, o candidato tem melhores condições de fazer um trabalho orientado e não às cegas, programando suas visitas segundo as orientações do cabo eleitoral.

Eu acho que não desanimei mais no decorrer disso porque teve pessoas que me estimularam até o fim (cabos eleitorais). O Mário mesmo, ele conhecia a Vendinha, eu não conhecia, ele me apresentou grande parte da Vendinha. O Roberto foi uma das pessoas que me ajudou bastante. O Vieira, ele se pôs a ajudar, mas depois da campanha me chamou pra conversar. Então assim, teve pessoas, acho que se não fosse essas

pessoas que tivessem me empurrando, às vezes eu desistia. (Ex-vereadora Helena)

Em Iraí de Minas, cerca de 20% a 30% do eleitorado reside na zona rural, que é formada por algumas comunidades, como Chapadão, Vendinha, Cocais, Barreiro, Água Limpa etc. É comum essas comunidades terem algum tipo de associação que congrega os pequenos produtores rurais daquele lugar, sendo presididas por uma liderança escolhida por esses moradores. Também é comum que, mensalmente, parte dessas populações se reúna na sede das associações para discutir os assuntos de interesse da comunidade. Pode ser que o candidato conheça uma ou outra dessas comunidades, seus líderes e moradores, mas dificilmente terá um relacionamento mais estreito com todas elas. E é aqui que entra o cabo eleitoral; primeiro ele se aproxima do presidente da associação, ou mesmo de algum outro líder influente; estes, por assim dizer, o colocarão em contato com os demais moradores da comunidade, possibilitando um contato menos frio e mais amistoso entre o candidato e a comunidade desconhecida.

Tome-se outro exemplo de um candidato que, avesso à religião, deseja pedir votos entre membros de uma igreja evangélica. Ele não fará isso ao acaso, antes, buscará algum cabo eleitoral extraído do interior da própria igreja. O candidato não precisará ir necessariamente a um culto ou coisa do tipo, demonstrando oportunismo, mas poderá contar com o apoio do cabo eleitoral para intermediar uma visita a uma galinhada beneficente e ali, sendo o mais natural possível, oferecer-se discretamente para contribuir na reforma do templo, conversar com os fiéis com o cuidado de não pedir diretamente o voto, enfim, tornando o mais natural possível aquela visita, sempre tendo ao lado o cabo eleitoral. Ele poderá ainda, sempre com o cabo eleitoral de preferência, fazer visitas pessoais a alguns dos fiéis, e, entre um café e outro, agora já não de modo tão discreto, falar um pouco sobre sua campanha, das dificuldades que tem enfrentado, do bom intento que o move e, assim, plantar ali uma semente.

Da mesma forma, seria inusitada uma ida a um bar qualquer com intenção de conquistar votos se o candidato não é assíduo a esse ambiente. Mas não precisa sê-lo, pois um bom cabo eleitoral frequentador desse bar pode organizar um torneio de truco e pedir ao candidato para patrocinar os troféus ou alguma outra premiação. Essa já é uma deixa para o candidato ali chegar, tomar uma ou duas cervejas, conversar com o dono do bar, acompanhar as partidas com entusiasmo, fazendo comentários, de preferência sem falar em política, tirar fotos com os ganhadores ao final do evento e depois sair naturalmente.

Por esses dois exemplos observa-se que círculos até então estranhos ao meio social do candidato tornam-se, com a intermediação do cabo eleitoral, possíveis de ser acessados. Por óbvio que não se espera com essas inserções a conquista de grandes somas de votos, mas numa eleição para vereador em que os votos são disputados cabeça a cabeça, em que cada voto é importante e pode ser decisivo, toda conquista já será positiva, como uma vez me disse o ex-vereador veterano Seu Mauro: “*A política é uma balança, qualquer uma grama que cai dum lado, ela vai oh... Então o seguinte é esse*”. Ademais, um voto que seja onde não se esperava obter nenhum vale todo o esforço empenhado. O mais importante não é nem mesmo o resultado dessas inserções imediatas, mas a representação que a partir de então o cabo eleitoral passará a fazer em nome do candidato.

É a partir desta semente plantada na igreja, dos troféus patrocinados nos torneios de sinuca ou truco dos bares, de uma ou outra janta mensal que se patrocina nas comunidades rurais, que o cabo eleitoral passará a representar o candidato em sua ausência nestes locais, aí sim, neste momento, usufruindo da condição de ser um igual, já falando mais abertamente da campanha do seu candidato e da importância em apoiá-lo. Esse trabalho do cabo eleitoral é ainda mais frutífero que a inserção pontual do candidato em si.

Correlato a esta função de representar o candidato está o papel de defendê-lo. Vez por outra é comum os adversários, especialmente os candidatos rivais, utilizarem de todos os meios possíveis para colocar a população contra o candidato, seja difamando a sua honra ou inventando alguma mentira. Se já foi vereador, dizem que em tal votação votou contra os interesses do povo e coisas do gênero. Nesses momentos, o cabo eleitoral precisa agir como um radar, identificando prontamente estes focos de incêndio, não só contestando-os como fazendo prevalecer a boa índole do seu candidato. Antes mesmo disso, ele deve antecipar-se ao adversário e disseminar pela cidade o bom caráter de seu candidato, não poupando elogios ao fazê-lo e, ao mesmo tempo, divulgando aqui e ali algum passado obscuro, real ou fictício, dos candidatos adversários. Espécie de disputa em que sai na frente o cabo eleitoral que melhor defende o seu candidato enquanto ataca o candidato adversário.

Outra função sobremaneira importante exercida por um cabo eleitoral é o fornecimento ao seu candidato de informações sobre os eleitores a serem visitados, como revela o ex-vereador Márcio:

Por exemplo, o Milton, irmão do Isaque, era uma cara que tinha muito mais conhecimento ali na zona rural na região do que eu, e tava disposto

a me ajudar. Ele falava assim: “Aqui, aqui, aqui cê vai, aqui eu já deixei certo pro cê, mas aqui, aqui, aqui cê vai, é assim, assim”. Quando eu tinha dúvida eu perguntava a ele: “Na casa de fulano, como é que é?”. E ele já me orientava nesse sentido. Não só pra fazer a mediação, mas pra mim falar quem que mora naquela casa. Lá mora fulano, sicrano e beltrano. Quem que é eles mesmo direitinho, aí ele me explicava e eu já chegava lá sabendo alguma coisa. Tinha casa que eu levava minha mãe, porque minha mãe era uma pessoa muito querida. (Ex-vereador Márcio)

Especialmente quando se trata das visitas domiciliares, este conhecimento prévio sobre quem são os moradores da casa a ser visitada é fundamental. Antes da visita, o cabo eleitoral, como num ensaio, passa para o candidato quem é a família: nome do pai, mãe, filhos e parentes próximos; qual a ocupação do pai e da mãe; se os filhos são estudantes ou já têm suas próprias famílias, enfim, informações preliminares que possibilitarão ao candidato, ainda que seja a primeira vez que esteja colocando os pés na casa, criar uma proximidade com os moradores da casa de modo que o candidato *“já chegue lá sabendo alguma coisa”*.

Com essa proximidade, o candidato chega na casa, secundado pelo cabo eleitoral de preferência, já cumprimentando os moradores pelo nome, indagando sobre como vão os estudos dos filhos, perguntando como vai aquele problema de saúde da mulher ou da sogra, dando início a uma conversa sobre o trabalho do marido, sempre dirigindo-se a todos pelo nome, visando criar uma proximidade outrora inexistente e quebrar o gelo da situação um tanto quanto constrangedora que o levava ali a fim de pedir o voto. Pede-se o voto, mas faz-se isso quase que como algo secundário à visita, decorrente de um preâmbulo no qual se busca dar o máximo de atenção à família. Imagine-se um candidato fazendo essas visitas sem um conhecimento prévio e ter-se-ão em mente as dificuldades que terá para conquistar os votos apresentando-se simplesmente como um estranho.

A esse respeito, certa vez durante a campanha eleitoral de 2016, um candidato relatou-me que se dirigiu à casa de uma família que não conhecia e sem um cabo eleitoral que pudesse ajudá-lo a fazer a mediação. Não bastassem as dificuldades de conversar com as pessoas sem ao menos saber os seus nomes, tentar criar de modo instantâneo e artificialmente uma atmosfera de proximidade e buscar quebrar o gelo para então pedir o voto, o candidato veio a saber que a senhora com a qual conversava era a mãe de um candidato adversário. Ante o ridículo da situação, pediu desculpas e disse que era seu dever apresentar-se a todos como candidato. Um cabo eleitoral não deixaria seu candidato cometer um erro tão primário, quebrando a etiqueta básica de pedir voto no reduto eleitoral do adversário.

O cabo eleitoral atua ainda como uma espécie de *coach* político, como relatado pela vereadora Helena; ele é um motivador direto do candidato, não o deixando esmorecer. Ele telefona para o candidato, ou vai à sua casa se precisar, lembrando-lhe que tal família ainda não foi visitada, que fulano espera também pela visita, que é preciso trabalhar mais, que a campanha está em risco e que cumpre não esquecer os moradores da roça. Frequentemente ele se preocupa mais com a campanha que o próprio candidato, como que tomando para si aquela disputa e, ardente pela vitória, não poupa esforços para alcançá-la.

Assim é o cabo eleitoral, esse mandatário sem mandato, esse soldado que leva pela mão o seu candidato, fazendo-o ir além do quintal de casa, alcançando outros círculos sociais que de outra forma seriam inacessíveis ou de difícil acesso. A sua importância se mede pela capacidade de ampliar a abrangência da atuação política do candidato que, com o seu apoio, faz chegar a sua mensagem a lugares a que antes não chegaria, potencializando sobremaneira as chances de sucesso nas urnas.

Curiosamente, por vezes, no afã de ajudar o seu candidato, o cabo eleitoral acaba por beneficiar o candidato adversário. Isso acontece, especialmente, quando o ele possui uma imagem social negativa; às vezes, trata-se daquele tipo tagarela, mandão, que ostenta saber mais que os outros, maçante e de papo ruim, desses muitos que existem por aí, o que faz com que a sua presença próxima ao candidato mais contribua para afastar do que para conquistar potenciais eleitores. É o cabo eleitoral contrário, como dizem. Cada uma das ações do cabo eleitoral contrário soma votos não para o seu candidato, mas para o outro, sendo motivo de piada entre os iraienses, como o ex-vereador Marquinhos, que durante a campanha de 2020 esbravejava pela cidade que o seu candidato possuía 2 milhões de reais para gastar no pleito enquanto o adversário não possuía mais que 200 mil. O efeito dessa demonstração antecipada de supremacia de poder, no entanto, foi contrário: despertou a um só tempo a ânsia de muitos eleitores “*pelo dinheiro do homem*” como também uma certa antipatia e torcida pelo candidato supostamente mais fraco economicamente, que viria a ser o vitorioso dias mais tarde. Certamente, por essas e outras, muitos candidatos fogem desse tipo de cabo eleitoral.

Votos de saída ou de família e o apoio de cabos eleitorais são importantes para a eleição de um candidato a vereador num pequeno município, mas pouco podem fazer por um candidato que já não detenha algum tipo de prestígio ou estima social perante a população. É que antes disso, o candidato deve possuir alguma credencial própria que o habilite a se apresentar para a população e torná-lo merecedor do seu voto.

Assim é que compreendemos por que muitos dos pré-candidatos e dos vereadores eleitos um dia foram uma professora escolar, um mecânico prestativo, um secretário de Saúde, um jovem violeiro, uma dentista de periferia, um pastor de igreja, um formador de opinião em boteco³⁷, um líder comunitário ou alguma outra personalidade possuidora de algum predicado estimado socialmente.

O que estamos dizendo é que muitos dos candidatos, em algum momento de suas vidas, exerceram algum papel social que os colocou numa espécie de vitrine na qual a população pôde avaliar os seus comportamentos e atitudes em suas vivências diárias, de modo que, quando se lançam candidatos, os eleitores já dispõem de um conjunto de informações acerca do candidato: quem é, a qual família pertence, o que faz da vida, se é honesto ou mal pagador, por que meios alcançou o atual *status* social, uma espécie de ficha social da qual não é possível fugir ou ocultar. Em pouco tempo, toda a população já conhecerá em detalhes a vida de cada um dos candidatos, colocando em vantagem aqueles que de certa forma são bem vistos e que possuem uma reputação ou a estima social.

Quando eu fui candidato a vereador, antes eu tinha sido secretário municipal de Saúde. O Paulo Souza (ex-prefeito) quando ganhou em 2005 me chamou pra ser secretário de Saúde. Nem o Paulo Souza sabia o que esse cargo fazia. (Ex-vereador Márcio)

Eu fiz um trabalho na Saúde (ex-secretário de Saúde): marcação de consulta, exame, cirurgia. Eu fiz um trabalho diferenciado na Saúde, sabe? Eu fiz um trabalho assim que Iraí nunca teve... Eu fiz amizade com eles tudo (com os secretários de Saúde dos municípios vizinhos, que eram médicos), aí eles sempre me ajudava com algum trem. Aí eu fui tendo esse acesso, ajudando um, ajudando outro, e tô até hoje. (Ex-vereador Juliano)

Veja-se como exemplo o caso dos servidores públicos, especialmente aqueles lotados na área da Saúde, como o ex-vereador Márcio e o ex-vereador Juliano. Antes de terem sido eleitos, ambos exerceram o cargo de secretário municipal de Saúde. Mas qual a importância disso? Significativa, para dizer o mínimo. É que a saúde pública neste pequeno município, apesar de muito precária, é a ela que a maioria da população recorre. E é exatamente nestes momentos que cresce o prestígio social dos funcionários que detêm

³⁷ O formador de opinião em boteco é aquele tipo social que, valendo-se do copo e do taco (a combinação da cerveja com a sinuca), leva e compartilha com os seus camaradas, ao tempo que os observa nesses momentos de lazer, suas opiniões pessoais sobre o que anda acontecendo na cidade, como fuxicos, fofocas, atuação dos políticos e, em meio a uma opinião aqui e outra ali, enquanto vai jogando e bebendo, pagando algumas cervejas para os amigos, acaba por conquistar certa simpatia popular que rende votos. Além disso, cumpre a importante função de dar maior publicidade à vida social, ao alimentar uma roda de sociabilidades, ainda que não faça distinção entre o que deva vir a público e o que deva ser mantido em sigilo. Ressalte-se que nos botecos iraienses existe uma interação entre as diferentes classes sociais, e as próprias opiniões apresentam variações a depender do efeito do álcool.

algum poder de encaminhar a demanda do paciente que ali chega muitas das vezes desconhecendo por completo os meandros da coisa pública, e menos ainda os seus direitos de cidadão. Ele chega ali já numa situação de dificuldade, descrente do atendimento de sua demanda, de modo que a eventual solução do seu problema lhe parece um favor pessoal mais que um seu direito. Muitos saem dali sentindo-se devedores, numa espécie de obrigação moral com os funcionários que os ajudaram.

Como o hospital municipal mal atende às demandas básicas da população, em quase tudo que requeira uma maior complexidade o município depende do socorro dos hospitais maiores, localizados em cidades como Uberlândia, Monte Carmelo ou Patrocínio. Conseguir uma consulta com um especialista, um exame médico, um medicamento, um encaminhamento para a realização de uma cirurgia, ou mesmo uma ambulância para levar um paciente do município ao hospital do município vizinho quase nunca é tarefa fácil; dependerá da boa vontade e da intermediação de algum funcionário como o secretário de Saúde. E tanto maior será o prestígio popular do funcionário quanto maior for a sua capacidade de atender às demandas desses pacientes, que saem, ao final, devedores de uma obrigação que lhes será cobrada no momento do lançamento de uma candidatura.

Compreende-se assim a permanência na Câmara dos dois vereadores mais longevos em Iraí de Minas, Virgulino e Juliano: ambos não só tiveram a sua origem política trabalhando na área da saúde (secretários de Saúde), como fizeram da saúde o seu nicho de atuação por excelência enquanto vereadores.

Aferraram-se exatamente à área de maior carência do município, e ali estabeleceram os seus domínios, tornando-se vitalícios em suas cadeiras. Certamente por alguns serviços prestados à comunidade, embora muitos digam que esses vereadores sobrevivem politicamente graças exatamente à calamidade da saúde do município, trabalhando para que ela não melhore. É que assim mantêm a população como que refém da sua boa vontade em intermediar atendimentos na área da saúde. A ideia é que se a saúde do município melhorar, eles perdem a sua força para fazer encaminhamentos às cidades vizinhas. São reveladoras as palavras do vereador Juliano e do ex-vereador Carlos a esse respeito, referindo-se ao vereador Virgulino:

E na realidade é uma saúde ruim. Quando a saúde tá mais ruim é melhor para o Virgulino. O Virgulino marca consulta de 110 real lá em Uberlândia; ele mesmo pode ligar (o paciente), mas ele vai no Virgulino. (Ex-vereador Juliano)

Eu acompanho o Virgulino desde quando ele entrou lá dentro. Eu nunca vi ele trabalhar em benefício da cidade na área da saúde, nunca; só pra benefício próprio dele. (Ex-vereador Carlos)

Assim como funcionários públicos como os da saúde auferem o seu prestígio popular, o mesmo acontece em seus respectivos contextos com os outros atores, como a professora, o mecânico, o pastor, o frequentador de boteco e outros; cada qual capitaliza a sua estima social em seu próprio favor enquanto candidato. Estamos tratando de um município pequeno. Se a pessoa se encontra às 11 horas da noite com problemas no carro em uma estrada rural deserta, ela liga para o mecânico e ele vai lá, conserta o carro ou faz o reboque e recebe por isso. Esta pessoa sentir-se-á por demais agradecida, ainda que tenha pago pelo serviço. Se um dia este mecânico aparece como um candidato, não só esta pessoa pesará o episódio na definição de seu voto, um desejo de retribuir o “favor” recebido, como o próprio mecânico, agora candidato, aparecerá para indiretamente “cobrar a dívida”.

Em outros termos, o candidato que possui algum prestígio social, dado normalmente pelo exercício de sua profissão ou por sua conduta na vida particular e pública, está em vantagem em relação àquele de menor prestígio, no qual sobressaem mais os defeitos do que as virtudes. Isto quer dizer que o prestígio social do candidato funciona como uma importante moeda de troca conversível em voto.

Passado o exame da importância dos apoiadores diretos do candidato como a família e os cabos eleitorais, bem como de suas próprias qualidades pessoais, vejamos agora em maiores detalhes como o candidato a vereador pede o voto em Iraí de Minas:

Antes da campanha, vinha e tan tan tan. Passou a política, sumiu. Acabou, sumiu. Agora eu tô contando que eles (candidatos) aparece aí (ano de campanha). Eles vai aparecer. (Ex-vereador Seu Mauro)

Desde o tempo da campanha eleitoral vivida por Seu Mauro (1970) persiste um costume na cidade que os candidatos têm que observar: visitar os eleitores. Naquele tempo, marcado pelas dificuldades de deslocamento e acesso aos eleitores, muitas das vezes o principal meio de apresentar a candidatura e pedir o voto era montar no lombo de um cavalo e marchar, indo de casa em casa e conversando com cada um. Isso era facilitado pelo pequeno número de eleitores existente à época, que contava com pouco mais de mil cabeças distribuídas pelas poucas famílias existentes no município.

O tempo passou, a cidade cresceu, mas o costume permaneceu.

Eu conheci a política que aqui era voto, tipo assim voto, era porta a porta, cê tinha que pedir, então eu falava, gente, mas como é que eu vou fazer, me planejar pra conseguir alcançar a cidade toda? As pessoas têm

muito isso: “Ah, você não foi na minha casa, por isso eu não votei”. Então isso pra mim foi um choque. Mas, gente, como que cê vai andar de casa em casa, pedir, esclarecer... Então isso foi um obstáculo muito grande pra mim, e eu fui adaptando, tanto que nos primeiros dias de campanha eu pensei em desistir. Pensei em desistir, no meio da campanha. Porque assim, se tornou um desgaste muito grande; eu chegava em casa chorando de cansaço. Tinha pessoas que recebia a gente muito bem, mas tinha pessoas que tinha uma certa rejeição. (Ex-vereadora Helena)

Essa exigência protocolar inafastável constitui o dia a dia do candidato a vereador. Ir de casa em casa para pedir o voto, esse é o seu mantra, como lembra o ex-vereador Márcio: *“E dentro da cidade eu dividia os setores e falava tal hora eu vou visitar um, tal hora eu vou visitar outro setor. Ia descendo por ruas”*.

É claro que este trabalho é facilitado pelo cabo eleitoral, que direcionará estas visitas de modo a otimizar o tempo e os esforços, tornando a cata aos votos mais fecunda ao invés de um tatear no escuro. Mas a verdade é que, com ou sem cabo eleitoral, o candidato precisa gastar a sola do sapato e consumir boa parte do seu dia de campanha nessas indefectíveis visitas, ainda que atirando às cegas, alcançando o maior número de casas/famílias possível nos exíguos 45 dias de campanha e mais de 5 mil eleitores a serem visitados. Mesmo sabendo da impossibilidade de se visitar a metade desse contingente, ele será atormentado ao longo da campanha por essa necessidade.

O mineiro é bicho amistoso, ele espera pela atenção dos candidatos. Seja um candidato de primeira viagem, seja um vereador que busca a reeleição, ele os estará aguardando, muitas das vezes em sua humilde casa, com uma xícara de café e até uma quitanda qualquer, para ter um dedo de prosa, sondando desconfiado as intenções dos candidatos. Muitas das vezes o candidato reserva alguns minutos para uma visita, mas a depender da importância do visitado o colóquio se estende por uma hora facilmente. Ao término de um dia de visitas como esse, as roupas e as narinas estão empoeiradas, na boca o sabor amargo das várias xícaras de café que não pode recusar, a mente contabiliza os possíveis votos e a fadiga toma conta do corpo, mas não impede o candidato de lembrar que no dia seguinte é preciso percorrer este mesmo circuito eleitoral.

Nessas visitas *“de porta em porta”* é o momento de o eleitor receber a atenção de que se julga merecedor e realizar uma espécie de vingança contra o candidato que só lembra de sua existência em tempos de eleições. Ele se sente empoderado nos limites de seu lar e detentor de um poder superior ao candidato, que agora depende da boa vontade dele. Opera-se uma inversão dos termos de uma equação na qual a maior parte do tempo o eleitor depende da boa vontade do candidato, principalmente se já exerceu mandato,

mas que nesse momento passageiro de campanha em que o candidato aparece para “*humildemente pedir o seu voto*”, o eleitor tem a sua esperada revanche.

É nessas horas que, muitas das vezes, o eleitor lembrará ao candidato o quanto ele anda “sumido”, que os candidatos são todos iguais, que certa vez precisou do candidato, mas não foi atendido, que sempre que telefonava o candidato não atendia, tendo de ouvir sem contestar palavras duras que generalizam e rebaixam a classe política. O fato é que, justa ou injustamente, merecedor ou não de tais críticas jogadas na cara à queima-roupa, o constrangimento dessas situações exigirá do candidato grande habilidade para contornar às vezes algo incontornável e dali sair, quando não na esperança do voto, ao menos consciente de sua aceitação ou rejeição popular ao final deste duro acerto de contas.

Mas esses encontros face a face entre eleitor e candidato não são marcados tão somente pela hostilidade, ao contrário, como se disse, o mineiro é receptivo; e sutil antes de rude. Nessas ocasiões tem-se a confirmação de muitos apoios; se já é um vereador, recebe o reconhecimento pelo trabalho realizado; se é um candidato iniciante, a assertiva de que tem boas chances de vitória. Frequentemente nestas visitas, se é uma casa com cinco eleitores, por exemplo, é comum ouvir a promessa (novamente a inversão dos termos da equação: normalmente eleitor não faz promessa) de que “*nóis vai tirar um procê*”. E o que isso significa exatamente?

Não se pense que seja fácil para o eleitor simplesmente dizer um não seco para o candidato que está ali em sua casa pedindo o voto; muitas das vezes o candidato é um amigo, um familiar ou mesmo conhecido; alguém para quem se deve um favor feito no passado; ou mesmo quando se trata de um candidato de que ainda não tinha conhecimento; isso é constrangedor para o eleitor que, melhor que a saída rude e grosseira, inclusive com a hostilidade, prefere o caminho da elegância e diz que “*nóis vai tirar um procê*”.

Dois são os significados possíveis dessa expressão comumente ouvida pelos candidatos em suas andanças. O primeiro e mais próximo da intenção do eleitor e dos moradores da casa é dizer ao candidato algo pelo não dito, dizer-lhe uma coisa quando na verdade se quer dizer outra.

Quando o eleitor diz ao candidato que ele terá um voto naquela casa, ou pelo menos um, em verdade ele está sendo delicado e evitando o constrangimento de dizer o não, de dizer que já escolheu o candidato, de dizer que não vota em candidato de partido adversário. É um meio sutil, educado e inteligente de se livrar da impertinência daquele

candidato em quem não vai votar. Trata-se de um mecanismo bastante útil do ponto de vista do eleitor, carregado de sentido; ele se livra do embaraço de dizer o não, alimenta a ânsia de voto do candidato, que sai daquela visita esperançoso de um voto que nunca virá e que ele dificilmente irá saber, e ainda deixa uma porta aberta para que no futuro, caso o candidato venha a ser eleito, esse eleitor se sinta no direito³⁸ de procurá-lo para obter alguma assistência.

O segundo significado dessa expressão já é mais literal; revela de fato a intenção dos moradores da casa visitada de retirarem ao menos um dos votos para o candidato. E por que ao menos um e não todos, o que raramente acontece? Isso quase sempre tem uma razão de ser, pois por mais bem aceito que seja o candidato naquela casa/família, dificilmente esses votos se dirigem para um mesmo candidato a vereador; o mais comum é que sejam divididos entre dois ou três, a depender do tamanho da família.

Agindo assim, a família apoia quem de fato queria apoiar, mas também apoia um ou outro candidato por outras razões, como o voto num candidato do partido adversário que se espera ganhar ou um voto num candidato qualquer bem cotado para também ser eleito. Dessa forma, a família busca garantir portas nas quais possa bater no futuro, vereadores com os quais possa contar. A lógica empregada é a mesma do investidor que evita colocar todos os ovos numa mesma cesta e diversifica suas aplicações. Na distribuição dos votos da família para vereador ocorre o mesmo. Pense-se no risco de todos os membros da família apoiarem um único vereador e este perder a eleição; isso pode significar para esta família não ter a quem recorrer num momento de penúria qualquer. Aí reside a lógica desse mecanismo, o mesmo acontecendo quando se distribuem os votos entre um candidato do próprio partido e um candidato do partido adversário para assegurar ao menos um vereador que esteja do lado do prefeito vencedor e, assim, venha a intermediar alguma demanda dessa família na prefeitura.

É oportuno observar como a lógica desse mecanismo opera, de modo análogo, na esfera estadual e federal, quando observamos os grandes empresários nacionais patrocinarem os diferentes partidos políticos e suas milionárias campanhas almejando influenciar o exercício do poder político com a consequente obtenção de benefícios econômicos, legítimos e ilegítimos, algo evidenciado por Carazza:

³⁸ Não é que o eleitor não tenha o direito de endereçar as suas demandas para qualquer vereador, mas o comum é que ele o faça procurando quase sempre o vereador em quem manifestou apoio expresso, até porque o eleitor teme procurar um vereador em quem não votou e ser repreendido, ouvindo algo do tipo: “Você não votou em mim, não te devo obrigação”. Assim são os costumes locais neste pequeno município.

Grupos políticos se valem de maciças doações eleitorais e propinas provenientes de importantes setores econômicos para se eleger e se manter no poder e, em troca, aprovam leis e políticas públicas que atendam aos interesses dessa elite econômica. (Carazza, 2018, p. 272).

Se, por um lado, temos a família que distribui os votos de seus membros entre os diferentes candidatos, por outro, as grandes empresas distribuem dinheiro aos políticos e seus partidos, ambos, cada qual a seu modo, buscando uma influência no exercício do poder político.

A importância em se pedir o voto de casa em casa revela-se também no pós-eleição, quando os eleitores encontram os candidatos, especialmente os que perderam e que não visitaram esses eleitores, e dirigem-lhes a seguinte expressão: “Eu ia votar, mas você não pediu o meu voto”. Isso traz para o candidato um sentimento de culpa, sabendo que de fato não visitara o eleitor, que falhara em fazer a sua parte. Ao dizer isso, não é que o eleitor iria necessariamente votar no candidato houvesse a visita sido feita, isso até poderia ter acontecido, mas ele ainda se aproveita enquanto pode desta sensação de poder sobre o candidato e que, portanto, deveria ter sido considerado³⁹.

Ao fazer as visitas de casa em casa, cada candidato vai contabilizando a seu modo os votos que lhe são prometidos: na família tal eu tenho tantos votos, na casa tal mais tantos, na outra nenhum, e assim por diante, de modo a obter o número mágico que lhe garanta a eleição, um pouco acima dos 200 votos, a depender da legenda partidária na qual se encontra. Para tanto, muitos usam um tradicional caderninho para mapear os seus votos.

Eu ia visitar as pessoas e eu tinha um caderninho no carro, eu não levava o caderninho pra dentro da casa, mas depois que eu saía, eu anotava. Então eu anotava dum lado os votos que eu tinha certeza e anotava do outro os votos duvidosos. Toda casa que cê vai a pessoa fala assim: aqui tem três votos, mas eu vou votar pro cê, nós vai tirar um pro cê. Em toda casa as pessoas fala que vai tirar um voto pro cê. Mas assim, eu acho que não é nem por maldade, muitas vezes, às vezes um é por maldade, mas muitas vezes é porque a pessoa fica sem graça de falar que não vai votar no cê. Aí eu cheguei lá e falei: “Tio (Seu Cândido Vilela, ex-prefeito), eu acho que eu vou ser eleito com uma votação histórica, eu acho que eu vou ter uns 800 voto”. Aí o meu tio deu uma risada e falou assim: “Divide isso aí por três. Divide 800 por três pra cê vê”. (Ex-vereador Márcio)

³⁹ Certa vez, durante o curso do mandato 2017/2020, um eleitor encontrou pelas ruas um vereador eleito e lhe disse: “Nessa passada eu não votei em você porque você não me pediu o voto, mas na próxima eu quero te ajudar”. Ou seja, é uma expressão que mesmo os vitoriosos têm de ouvir.

É nesse caderninho, como mostra o ex-vereador, que o candidato anota os nomes dos possíveis eleitores ao sair de cada casa, alimentando as esperanças da eleição. Se preenchido de forma cuidadosa e orientado por uma liderança experiente que conhece o eleitorado, o recurso ao caderninho fornece informações preciosas para o candidato fazer os encaminhamentos necessários no decorrer da campanha.

Na eleição de 2012, por exemplo, o candidato Márcio foi eleito vereador com 283 votos. Observe-se que a experiência do tio teve uma precisão espantosa na totalização antecipada dos votos. Enquanto o candidato contava com uma “*votação histórica*”, o tio experiente dividiu os votos que o sobrinho dava como certos por três, desprezando os votos tidos como duvidosos ($800/3=266$) e chegando a um resultado mais conservador de 266 votos, que ao final se revelou bem próximo da votação obtida pelo sobrinho.

Figura 2 – Caderninho de votos, início da campanha

| CADERNHO DE VOTOS | | |
|-------------------|--|------------------|
| DiA | | |
| 14/8/20 | Visita ao Tonyinho e família Tonyinho, esposa, filhos (Julia e Guilherme) | Saldo 4 VOTOS |
| 15/8 | Comunidade São José do Barreiro Irmã da Sinhede e rapaz do futebol | 2 VOTOS |
| 16/8 | - Descanso | |
| 17/8* | Visita ao Sen Claudemiro e esposa | 2 VOTOS |
| " | " " Niomedes " | 2 VOTOS |
| " | " " Zezinho " | 2 VOTOS |
| " | " " Vânia e Nivalir e filhos | 2 VOTOS |
| 18/8 | - | |
| 19/8 | Visita Ivanilda (loja Emporários - antes na 12) | 2 VOTOS |
| " | " " Sen Ze e esposa (Jola) | 2 VOTOS |
| " | " " Anjinho (Borrachão) | 1 VOTO |
| 20/8 | " " Cláudio (Chuchu) | 1 VOTO |
| " | " " M ^{te} Eliza (Professora) | 1 VOTO |
| " | " " Jaiminho | 1 VOTO |
| " | " " Jairo (Eletron) | 3 VOTOS |
| " | " " Gleineir (irmã Ana Gleide) | 2 VOTOS |
| 21/8 | " " VICENTE e Juliana (Irmã da esposa - Agua Simpa) | 1 VOTO |
| " | " " Régis do Zé Maria | 1 VOTO |
| " | Conversa com o Penha | (30/30) 1 VOTO |

Acervo do autor, abril de 2021.

Figura 3 – Caderninho de votos, final da campanha

| | | |
|-------|--|---------|
| | Visita Zé Luciano | 1 VOTO |
| 12/11 | Visita Ronaldo Patrícia (Merada do Rd) | 1 VOTO |
| " | " " Sen Noni/Adelto | 1 VOTO |
| | Churrasco p/ Domingos | 7 VOTOS |
| 13/11 | Visita Ingrid/Angilla (Macambas) | 2 VOTOS |
| " | " " Jeticia e esposo | 1 VOTO |
| " | " " Célio/Rose | 2 VOTOS |
| 14/11 | Visita Pedro Grilo | 1 VOTO |
| " | " " Dione e Marlete | 1 VOTO |
| " | " " Dilson e família | 2 VOTOS |
| " | " " Carminha | 1 VOTO |
| 15/11 | ELEIÇÃO → visita Daniell (Arbi) | 1 VOTO |
| | | 21/43 |

Acervo do autor, abril de 2021.

Mas há casos também em que o controle pelo caderninho não funciona. É conhecida na cidade a eleição em que o candidato Felisberto, em meio à campanha, pelas anotações de seu caderninho, sentiu-se já vitorioso e, desse momento em diante, passou a pedir votos em vez de para si mesmo para uma candidata colega de partido, dizendo que para ele os votos já eram suficientes, que então era hora de ajudar a colega. Nem é preciso dizer que teve de aprender do jeito mais difícil que em uma eleição todo voto é pouco; o

resultado foi que ele não só perdeu essa eleição como também viu sua colega ser eleita. Além disso, exatamente por este episódio, passou para a história política de Iraí como motivo de chacota por ter confiado demais no caderninho.

Durante essa peregrinação de porta em porta, na qual muitas vezes o candidato a vereador tem de “*escutar por vereador antigo*” ou mesmo ser constrangido ainda que justificadamente pelo eleitor tendo de ouvir silente suas críticas, o candidato deve ainda lidar com toda uma série de assédios por parte do eleitor, como lembra o ex-vereador Carlos: “*Prá cê ter uma noção, só porque eu falei que vou ser candidato, aqui em casa toda semana tem que fazer uma galinhada. Hoje mesmo, teve*”.

Normalmente o gatilho que dispara o assédio dos eleitores sobre os candidatos é o momento a partir do qual o indivíduo começa a se apresentar na cidade como um pré-candidato a vereador, o que ocorre bem antes das convenções partidárias de julho do ano eleitoral, quando se oficializam as candidaturas. A partir desse momento da pré-candidatura, o indivíduo já sabe que será procurado. É um cidadão que precisa visitar um parente adoentado que mora distante; o aluguel que está atrasado há vários meses; a conta de água ou luz que está para ser cortada; o gás que acabou naquela semana; os documentos do carro que estão vencidos; um lote que precisa ser aterrado; as contas atrasadas no mercado; a receita que precisa ser renovada, o churrasco que havia prometido. E essa lista se estende interminavelmente. Todas essas demandas serão apresentadas ao candidato em muitas das visitas que fará e, por mais habilidoso que seja em esquivar-se dessas lamúrias, certamente chegará ao final da campanha tendo se rendido a muitas delas, seja por compaixão, seja pelo embaraço ou ainda pela esperança de obter algum dividendo com isso.

Trata-se de uma espécie de fatura que o eleitor acumulou ao longo dos quatro anos em que viveu desassistido do poder público. Chegada a hora da campanha, é o momento mais apropriado para apresentá-la ao candidato que bate à porta.

Essa questão de mudança (transporte de mudança) até o Marinho (esposo da vereadora) fez algumas. Essa questão de gasolina, as pessoas pediam, mas eu não cedia. O que eu acabei cedendo foi essa questão de mudança. O pessoal, como a gente tem comércio (supermercado), pedia pra quitar notinha; aí eu deixava bem claro: é do meu esposo, é a fonte de renda dele, a gente não tem como. (Ex-vereadora Helena)

Corolário direto desse assédio que se manifesta mediante a apresentação de demandas não pecuniárias na maioria das vezes é o pedido de dinheiro em espécie. O eleitor aproveita-se da privacidade do seu lar para indagar o candidato por dinheiro. Estes

aspectos que tratam do poder econômico, do dinheiro, da compra de votos, por se constituírem como elementos decisivos no sistema político iraiense, serão examinados em detalhes no capítulo que se destina ao estudo da campanha eleitoral. Por ora, façamos apenas a constatação de que eles existem.

Eu não comprei votos, mas vou te falar que o Marinho sim; o Marinho, num final de semana, ele abandonou praticamente o mercado dele e ficou (comprando votos). Teve um dia que uma moça me ligou e falou assim: “Helena, fala pro Marinho que tem uma família lá que quer tanto dinheiro”. Eu falei assim: “Quê, dinheiro?”. Liguei pro Marinho e falei assim: “Você tá de brincadeira, você tá comprando voto? Marinho, para com isso, se a gente ganhar é por mérito”. Comprou, ele comprou, mas da minha mão não saiu nada. (Ex-vereadora Helena)

Eu não sou de comprar voto. Eu compro voto, assim, não vou te mentir não, que eu compro. No dia da eleição eu ponho 2 mil no bolso, fico ali perto, dou 100 real pra um ir lá votar se quiser, eu dou um tiro no escuro, e às vezes esses 100 real vale mais que as cestas básicas que você deu, porque é o último dinheiro, porque a sua cesta básica eles já comeu⁴⁰. (Ex-vereador Juliano)

Quando dissemos da apresentação das demandas não pecuniárias, em muitas das vezes trata-se apenas de um meio indireto de indagar o candidato pelo dinheiro em espécie. Quando o eleitor diz ao candidato, por exemplo, que está com três talões de energia atrasados, ele não espera necessariamente que o candidato pegue estes talões e vá pagar para ele; o que ele espera é que o candidato lhe repasse o dinheiro. Em situações como essa o candidato jamais irá saber se está diante de uma situação real ou fictícia criada pelo eleitor para, de alguma forma, levá-lo a abrir a carteira.

Esse meio indireto também se justifica, independentemente de se a situação é real ou fictícia, porque a situação em si constrange tanto ao eleitor quanto ao candidato. O eleitor quer preservar a sua dignidade e não receber a pecha de que vendeu o voto; o candidato busca racionalizar sua ação e interpretá-la como uma ação humanitária ao invés de uma pura compra de voto, de modo que um e outro possam dormir com as consciências tranquilas ao final do dia e das visitas. Em outros termos, estamos diante de algo muito maior que um simples stratagema malicioso, ninguém quer ter a consciência que fez algo reprovável. O eleitor deseja sua demanda atendida, o que demanda dinheiro. O candidato quer vencer uma eleição, bater no peito e dizer que foi por mérito.

⁴⁰ Parece assistir razão ao vereador quando diz que a compra de voto direta funciona mais que a doação de uma cesta básica; corroborando esta percepção do vereador, certa vez um eleitor me disse: “*O que é comido é esquecido*”.

A real eficácia deste mecanismo bem como a influência do poder econômico sobre as eleições municipais, conforme já dissemos, serão discutidas mais adiante, para que não desbordemos demais do objetivo deste capítulo que buscou analisar o conjunto de fatores que exercem importância na eleição de um vereador.

Como vimos, constitui uma verdadeira fórmula matemática composta por variáveis, cada qual com seu peso, na definição de uma eleição de vereador: são os votos de saída ou de família, os cabos eleitorais, o prestígio de que desfruta o candidato perante a população, as visitas que faz aos eleitores de porta em porta, bem como o peso do poder econômico. Ser eleito ou não, em muitos casos, depende do resultado deste somatório, considerando-se a ponderação das variáveis. Por aí já se vê que os candidatos não entram na disputa em condições de igualdade; cada qual tem a sua força dada pelo capital político resultante dessa combinação de fatores.

1.3 O trabalho do vereador

Como já foi dito, o trabalho do vereador, o trabalho de um político possui uma natureza distinta das demais ocupações em geral, especialmente no que tange à rigidez de uma jornada de trabalho e de um conjunto de atribuições básicas a que está preso um trabalhador comum. Exceto pela obrigação de participar de ao menos dois terços das reuniões da Câmara, no mais, o escopo de seu trabalho é definido por ele mesmo. Até onde vai o mandato é algo que diz respeito unicamente ao próprio vereador segundo suas intenções na política local.

Cabe a cada vereador definir o raio de suas ações no desempenho do mandato e, aqui, poderíamos pensar em funções legislativas, fiscalizatórias, como atribuições típicas que se esperaria fossem exercidas pelos edis. Da mesma forma, a intermediação de algum recurso com algum deputado ou mesmo a mediação das demandas populares junto ao prefeito municipal. Embora no plano teórico/jurídico seja fácil conceber atribuições como essas, no dia a dia do vereador não é bem isso o que se vê. É que uma série de limitações de toda ordem põe-se entre a concepção abstrata e a realidade vivenciada por cada vereador.

Nada mais típico que se esperar do vereador o desempenho da função legislativa, a produção de leis do interesse da municipalidade. Mas aí já se tem uma grande barreira à iniciativa própria do vereador; ele frequentemente se vê arrastado pelos projetos de

iniciativa do prefeito. Por determinação da própria Constituição federal⁴¹, replicada nas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios, há um rol de matérias que são de iniciativa reservada do prefeito, em sua maioria relacionadas à criação ou ao aumento de despesas que envolvam o funcionalismo e a administração municipal. Compete somente a ele a apresentação de projetos dessa natureza.

Trata-se de uma trava legal que reserva ao prefeito a grande maioria dos projetos relevantes para o município, restando ao vereador utilizar-se de muita criatividade para apresentar algum projeto que de alguma forma não implique aumento de despesa para o município.

A esse empecilho jurídico ainda vem se somar outro, de ordem prática no sentido da própria elaboração do projeto em si. Ainda que o vereador escape à iniciativa reservada do prefeito, terá de literalmente fazer o projeto, redigi-lo. Não se pense que basta ter a ideia legislativa, é preciso adequá-la às formalidades até o ponto em que esteja pronta para ser votada. E não é todo vereador que possui a capacidade técnica para fazê-lo. Em sua maioria, possuem baixos níveis de instrução que os impedem da redação de um projeto por mais simples que seja. Além disso, pensar em uma assessoria da Câmara para dar vida à ideia também não é a praxe, pois os servidores restringem suas atribuições a secretariar os serviços da casa.

Compreende-se aí a frustração da vereadora Helena:

No início (do mandato) eu fiquei muito perdida; depois que eu fui adaptando um pouco melhor, mas também ficando frustrada de não poder ajudar tanto. Porque assim, tudo se limita ao Executivo, então cê fica amarrado. (Ex-vereadora Helena)

Compreende-se assim o porquê de a grande maioria dos projetos de lei aprovados no município ser de iniciativa do prefeito, sendo raros os casos de projetos de lei de autoria dos vereadores. Na legislatura 2017/2020, a Câmara de Vereadores de Iraí aprovou 57 projetos de autoria do prefeito e sete projetos de autoria dos vereadores.

Superadas essas barreiras iniciais entre a ideia legislativa em si e a lei aprovada, poderia se pensar nesta vitória pessoal do vereador, o que não é o caso. Há uma grande distância entre a lei no papel e a lei materializada na vida das pessoas. O próprio prefeito, por razões políticas e vaidades pessoais, nesses casos, age como o primeiro a boicotar a

⁴¹ Vide Constituição Federal: art. 61, ° 1º, II c/c art. 63. O STF, em jurisprudência recente estabelecida em 2016 (RE 878.911/RJ), manifestou a possibilidade da apresentação de projetos de lei por parte dos vereadores em alguns casos que impliquem geração ou aumento de despesas para o município, entretanto, os Tribunais de Justiça dos Estados ainda têm manifestado o entendimento tradicional no sentido de limitar essas possibilidades.

lei, com o intuito direto de o vereador não receber o crédito popular pela iniciativa, fazendo assim com que a lei não saia do papel.

Em 2017, por exemplo, um vereador da oposição apresentou um projeto de lei criando a obrigatoriedade de os proprietários de terrenos urbanos manterem os lotes limpos. O projeto teve amplo apoio popular, uma vez que os lotes malcuidados traziam transtornos a todos, e foi aprovado na Câmara por unanimidade. Mas não virou realidade porque dependia da ação executiva da prefeitura para cobrar dos moradores faltosos o cumprimento da obrigação. O prefeito não mobilizou o aparato administrativo para que a lei alcançasse o seu objetivo e atingisse a vida das pessoas. Criou-se a lei, mas a vida não mudou.

A tarefa da fiscalização, embora menos exigente do ponto de vista técnico procedimental, também não costuma render bons frutos ao município. O vereador toma conhecimento de alguma irregularidade na administração pública, por exemplo, uma contratação de pessoal burlando a obrigatoriedade do concurso público ou o sobrepreço/superfaturamento⁴² de determinado contrato. O que fazer?

Caso se trate de um vereador que apoia o prefeito, não se espera que ele faça nada, pois seria ir contra o governo de que faz parte; em muitos casos, isso significaria ir contra o próprio interesse do vereador. É que a contratação de pessoal sem concurso pode beneficiar um indicado seu para preencher a vaga, algo comum de se ver. Ou, ainda, o sobrepreço/superfaturamento de determinado contrato pode ter ele próprio como beneficiário ou um seu intermediário.

Isso leva a tarefa da fiscalização para as mãos do vereador de oposição, que informa os órgãos de fiscalização e controle, como o Ministério Público e os tribunais de contas, pouco dispostos a fazer a mão do controle alcançar o pequeno município. Frustrasse uma vez mais o vereador.

Note-se que se trata de duas competências típicas do Legislativo, mas que no pequeno município são as menos exercidas.

Mas restam outras funções aos vereadores, como a busca de algum recurso em benefício do município, comumente a partir do contato com algum deputado. Aqui os esforços são mais prolíferos, apesar de também não serem grande coisa. O vereador

⁴² Pode-se dizer que o sobrepreço se verifica quando o valor orçado ou contratado pelo poder público está acima do valor de mercado de modo injustificado; já o superfaturamento ocorre quando um bem ou serviço é pago acima do valor de mercado ou mesmo quando é pago sem o serviço ter sido prestado ou o bem entregue (como nos casos de nota fria). Para os conceitos técnicos, vide o art. 31, § 1º, da Lei 13.303/2016 e o item I.3 do Roteiro de Auditoria de Obras Públicas do Tribunal de Contas da União.

durante o seu mandato até consegue alguma emenda com um seu deputado estadual ou federal, mas será um recurso pouco expressivo ante as necessidades do município. Basta pensar que um vereador do pequeno município que tem em média entre 200 e 300 votos não terá grande poder de barganha com os deputados, os quais, por sua vez, dividem as emendas a que fazem jus entre esses e os vereadores de grandes cidades, cujas votações ficam na casa de alguns milhares de votos. Assim, batalhando muito ele terá um pequeno quinhão para divulgar no município que conseguiu com a sua luta, disputando ainda esse crédito com o prefeito, que tomará a frente no recebimento e na destinação do recurso.

O que estamos a dizer é que o vereador em Iraí de Minas já entra para a vida política tendo de lidar com limitações que neutralizam sobremaneira as mais nobres intenções republicanas que porventura possa nutrir. Examinemos duas outras ordens de limitações, concernentes à ausência de recursos financeiros para promover alguma benfeitoria municipal e ao receio de uma eventual retaliação política, uma e outra limitação expressas pelo ex-vereador Seu Mauro e pela vereadora Helena:

Não tinha como fazer nada, não tinha dinheiro pra nada. (Ex-vereador Seu Mauro)

Eu vejo a coisa errada, sei o que que tem que fazer, mas cê tem um certo receio, assim de denunciar. Sou servidora, e o Marinho com o comércio, as pessoas confunde muito. (Ex-vereadora Helena)

A limitação financeira diz respeito à dificuldade de encabeçar algum projeto que possa beneficiar o município e a população que não seja lançando mão da própria carteira. Dito de outro modo, a chave do cofre, a disposição do orçamento municipal cabe ao prefeito, é ele quem diz onde e como os recursos serão utilizados, tendo uma liberdade quase absoluta sobre essa gestão, devendo apenas respeitar os gastos obrigatórios legais em saúde, educação e folha de pagamento⁴³. O vereador até poderia alterar o orçamento no momento em que é votado na Câmara, propondo usar tal recurso nesta área e não naquela, mas a verdade é que a própria peça orçamentária encaminhada pelo prefeito à Câmara muitas das vezes é fictícia; trata-se de um grande guarda-chuva concebido para abrigar toda despesa que a prefeitura realizar, dificultando o poder do vereador de emendar. Essa dificuldade só aumenta pelas razões já expostas da impossibilidade de o vereador fazer a emenda, seja pela falta de conhecimento técnico, seja pela falta de

⁴³ Em 2019 a Câmara aprovou uma emenda à Lei Orgânica que garante aos vereadores as chamadas emendas impositivas, que são emendas incorporadas ao projeto de lei orçamentária pelos vereadores e de execução obrigatória pelo prefeito quando aprovadas.

assessoria. Por quais motivos forem, o fato é que não é comum os vereadores alterarem o orçamento; eles costumam manter o texto assim como este chega à Câmara.

Alguns vereadores se veem limitados no exercício dos seus mandatos pelo receio de uma retaliação política, como no exemplo da vereadora Helena, que se mostra receosa de uma fiscalização mais incisiva sobre a administração municipal, haja vista sua própria vida pessoal. Como servidora do município, teme uma retaliação que poderia vir com a criação de um ambiente hostil no trabalho, criando-se dificuldades de toda ordem para que ela pudesse exercer o cargo com um mínimo de paz e convivência agradável no ambiente de trabalho. Como esposa do dono de supermercado, teme que a depender da sua postura como vereadora, isso possa significar a perda de clientes do negócio do marido. É que esses clientes apoiadores do prefeito podem ver nas ações da vereadora a criação de dificuldades desnecessárias ao prefeito e, com isso, deixam de comprar no mercado.

Vemos desse modo que os próprios interesses pessoais dos vereadores interferem diretamente em suas ações como representantes públicos, funcionando como uma espécie de freio, como certa vez me revelou a vereadora Tania, ao dizer que se sentia impedida de exercer o mandato como gostaria em razão de interesses de sua família na prefeitura. É que o prefeito (seu tio), já não bastassem os laços familiares envolvidos, mantinha o principal contrato da prefeitura de fornecimento de gêneros alimentícios com o supermercado da família da vereadora. Uma eventual postura contestatória à administração do prefeito poderia significar, mais que uma desavença familiar, o rompimento de um contrato com prejuízos econômicos diretos para o grupo familiar.

Limitados muitas das vezes pelos seus próprios interesses particulares, outras tantas pelas dificuldades de emplacar uma boa ideia convertendo-a em fonte de benefício para a população, uma das saídas que encontram os vereadores a fim de atribuir conteúdo ao mandato é a votação das indicações⁴⁴.

A indicação é o instrumento por meio do qual o vereador leva ao conhecimento do prefeito, após a aprovação pela Câmara, alguma providência que demande a ação da prefeitura. Do seu contato direto com a população e vivência diária no município, ele toma ciência dos problemas locais e cobra do prefeito uma ação. Os vereadores sentem-se na obrigação de entregar algo à população, e as indicações servem a esse propósito independentemente do destino que o Executivo dará a elas.

⁴⁴ Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Iraí de Minas, Art. 186: Indicação é a proposição na qual o vereador sugere às autoridades do Município, Estado e União medida de interesse público.

Não que se trate de algo desnecessário, como aponta a vereadora Helena: *“Eu falava, gente, mas é fútil eu levar uma indicação pra arrumar uma faixa de pedestre, pra arrumar um mata-burro, pra arrumar uma estrada”*. Ao contrário, é útil na medida em que coloca o vereador como um mediador entre a população e a prefeitura, cabendo-lhe cobrar providências relativas ao bem-estar público. Por certo, e dando razão à vereadora, seriam desnecessárias caso os próprios secretários municipais e mesmo o prefeito estivessem atentos às demandas do pequeno município. Ocorre que, ainda que se trate de uma administração proativa, sempre haverá esta ou aquela necessidade popular que, não sendo lembrada ou cobrada por ninguém, jamais terá a chance de ser atendida. Aí reside a importância da indicação.

O problema das indicações é que por não terem caráter obrigatório, não obrigam o prefeito a executá-las, já aí se antevendo as dificuldades para a sua concretização, multiplicadas por questões como ser da base ou da oposição. Durante a legislatura 2017/2020, a Câmara aprovou 244 indicações, todavia, apenas cerca de 20% delas foram atendidas, sendo a maior parte desta fração indicações dos vereadores do governo.

Passando pelas indicações que consomem boa parte da pauta dos trabalhos da câmara e alcançam as centenas, examinemos mais amiúde alguns aspectos circundantes às votações que ocorrem na Câmara.

Existe um ditado em Iraí de Minas, corrente entre os vereadores, atuais ou antigos, que assevera: “é preciso votar contra se é da oposição”. Até aí compreensível, uma vez que o governo municipal exercido por dois partidos, ou dois grupos políticos, ao longo do tempo tem dado origem a uma rivalidade que se reflete no parlamento. E isso de veras ocorre.

O grupo político que perde a eleição perde o prefeito, mas sempre conta com três ou quatro vereadores eleitos que serão os porta-vozes da oposição ao grupo vencedor. Esses vereadores têm a missão de se opor aos projetos do prefeito, sejam eles quais forem. Essa primeira pressão é exercida pelas próprias lideranças do grupo partidário derrotado, numa estratégia deliberada para causar algum desgaste e enfraquecimento ao prefeito eleito e a seu grupo, e facilitar uma possível volta ao governo na eleição seguinte.

É possível que uma estratégia como essa cause um desgaste do vereador perante a opinião da população, por exemplo, quando da votação de um projeto do prefeito de interesse público que promova alguma melhoria na infraestrutura urbana. Mas essa correlação não acontece de forma tão necessária; muitas das vezes ocorre até o oposto: o

vereador vota contra o projeto, contra a benfeitoria pública, e ainda assim colhe o dividendo político.

Tem essa pressão, os eleitor, né?, os próprios eleitor, não tô falando do grupo político não. Os eleitor pressiona o vereador pra ir contra o prefeito. Eles quer que vai contra pra derrubar ele na próxima. (Ex-vereador Carlos)

Teve projeto da oposição que eu votei contra, mas que era bom. Eles (grupo político) falavam: “Cê não pode votar isso não”. Hoje é a primeira vez que eu vejo vocês (novos vereadores). Foi abrindo a cabeça da gente, foi vocês que fez abrir a cabeça da gente, que viu que não é assim. (Ex-vereador Juliano)

É que aliada a essa primeira pressão interna vinda das lideranças do grupo político, soma-se uma segunda pressão vinda das ruas, de parte da população alinhada ao grupo político derrotado. Estamos falando dos próprios eleitores que pressionam os vereadores para votarem contra os projetos do prefeito eleito, mas que antes se quisera derrotado. Nesse momento, o interesse público é colocado em segundo plano e, mais importante que isso, sob a ótica dessa parte do eleitorado, isso provoca algum desgaste à imagem do prefeito a ponto de que venha a não ter forças para disputar a reeleição ou mesmo indicar um preferido e, disputando, possa-se vencê-lo, não dando chances a um segundo mandato do adversário e de seu grupo político.

Por óbvio que a parcela da população beneficiada pela política pública tem razões bastantes para reprovar a conduta dos vereadores que votam contra projetos como esse. Mas isso não ocorre de forma automática. É que existe uma tendência dos governos em Iraí no sentido de direcionar os recursos da administração, sempre que possível, para favorecer/beneficiar o seu próprio grupo político, de modo que, sob a ótica do vereador, votar contra um projeto que irá beneficiar o adversário significa perder um voto que já não era seu; o eleitor que ficará contrariado, em sua maioria não faz parte de seu rebanho político, é um eleitor do grupo rival. Ao passo que votar contra projetos como esse é agir de acordo com o que espera o seu grupo político, tanto em um nível mais restrito (lideranças) quanto em um nível mais amplo (apoiadores em geral).

Aliás, estranhamente, acontece de os próprios moradores a serem beneficiados com a política pública pressionarem os vereadores do seu grupo político para que votem contra o projeto. Ou seja, renunciam ao próprio benefício se este benefício tem de ser entregue pelas mãos do prefeito rival eleito; adia-se o sonho do asfalto na rua, engole-se a poeira e se espera para que o prefeito de seu grupo político seja o benfeitor quando chegar ao governo.

Aí o João Dias queria asfaltar aquilo lá, até os morador que tava lá, porque era o João Dias que ia fazer, falou: “Vota contra, pode votar”. Naquela época o João Dias (ex-prefeito) queria fazer um empréstimo na época no BNDES para asfaltar aquilo lá (bairro Bagagem), tinha as casinhas que o Paulo Souza (ex-prefeito rival do João Dias) fez, mas não tinha asfalto. Eles ia ser beneficiado, ia ter asfalto pra eles, muitos pediu pra votar contra. Pode votar contra, não deixa eles votar (aprovar). Tanto que eles é fanático, com medo do João Dias crescer e pegar voto. Daqui a quatro anos nós asfalta. (Ex-vereador Juliano)

Da mesma forma que a oposição adota esse comportamento instintivo e até natural de enfraquecer o adversário, agradar as bases e assim manter-se viva na política local, o governo, por seu turno, para permanecer governo adota estratégias similares, como revela o ex-vereador Carlos:

É igual asfaltar. Olha, esse prefeito aí agora vai asfaltar mais de cinco ruas pra cima; só jogar o asfalto em cima (sem infraestrutura). Eu não sou contra o asfalto, mas do jeito que ele tá asfaltando eu sou contra. Só que eu falei isso um dia na Câmara, eles (grupo político do prefeito) foi casa por casa e falou que eu era contra o asfalto. E outra coisa, eles asfaltou mais casa de companheiro político meu do que deles, mas foi casa por casa lá e falou; “O Carlos é contra se asfaltar aqui”. (Ex-vereador Carlos)

Busca-se assim construir uma narrativa e colocar a população contra o adversário. Nesse caso, vemos que o prefeito asfalta ruas a princípio num reduto adversário, algo que não é comum de se ver, mas ele o faz buscando expandir o seu próprio grupo de apoiadores ao tempo que se aproveita dessa oportunidade para lembrar que o vereador tal foi contra o asfalto, obviamente não mencionando os argumentos do vereador para ter se posicionado contrariamente – no caso, a ausência da infraestrutura básica como água e esgoto, que devem preceder ao asfalto.

Pode-se pensar assim que os principais adversários de um vereador estejam presentes no grupo político rival. Por mais lógico que isso seja, pensar assim seria um erro. Não que isso não ocorra, ocorre, mas, não raro, as preocupações maiores de um vereador que busca ascensão na política local são com os colegas do próprio grupo, uma espécie de fogo amigo.

Seus inimigos políticos de vereador é dentro do partido, porque eles são seus concorrentes. (Ex-vereadora Ana)

O adversário fez o papel dele; eu tive mais problemas com os companheiros. O grupo político achava ruim (de ele ser mais atendido pelo prefeito). “Não, não pode deixar o Carlos fazer isso, cê tá promovendo só o Carlos”. (Ex-vereador Carlos)

A razão desse inimigo interno é que cada vereador busca a sua própria ascensão e, nessa jornada, ele não só encontra uma concorrência por prestígio da parte dos vereadores e do grupo rival, bem como entra em disputa contra os próprios colegas de partido para aumentara sua popularidade e liderança no grupo, a fim de que, agindo desse modo, um dia ele venha a se constituir como o sucessor natural do seu grupo e tornar-se um candidato a prefeito ou vice-prefeito.

O prefeito, por maior que seja a sua força política, após uma eventual reeleição ou mesmo desistência de concorrer por alguma razão, precisará de um sucessor, e é essa necessidade de formação de lideranças alternativas que alimenta as intrigas e conchavos internos. Ao tempo que se trabalha visando ao aumento do próprio prestígio, busca-se com não menos energia evitar que o colega também possa fazê-lo.

O vereador Márcio me apresentou dois episódios vivenciados por ele em seu mandato que ilustram o fogo amigo. Numa oportunidade, um deputado estadual enviou um convite à Câmara para uma cerimônia em Belo Horizonte de entrega da homenagem do mérito legislativo. Os agraciados seriam os indicados pelos deputados – dois agraciados por deputado. Ocorre que, chegando à Câmara, o convite fora interceptado pela vereadora Ana e, mais que interceptado, fora violado. Ao tomar ciência do que se tratava, nada disse ao vereador Márcio; este só veio a tomar conhecimento do convite já na véspera do evento pomposo na capital, e isso porque uma assessora do deputado ligara para confirmar se o vereador já estava na capital. Para não perder o evento e o recebimento da comenda, o vereador teve de sair às pressas rumo a Belo Horizonte.

Já em outra ocasião, a vereadora Ana também confessou ter sido vítima dos colegas de partido. Tratou-se de uma eleição para presidente da Câmara em que os colegas, segundo ela, aproveitando-se de sua inexperiência na política – era o início do primeiro mandato – manifestaram apoio para que ela fosse eleita presidente. O real intento deles era desgastá-la nessa condição de presidente (portadora do voto de minerva). *“Dizem, eles falou assim: vamos jogar a Ana agora, porque ela cresceu muito, nós tem que derrubar ela. Vamos jogar ela; agora ela vai se queimar toda”*.

Este fogo amigo é um aspecto que costuma escapar ao vereador iniciante, ainda pouco escolarizado nesses mistérios, mas um artifício corriqueiro e utilizado com frequência pelos mais experimentados. Aqueles que não aprendem essa lição o quanto antes, naufragam antes mesmo de se darem conta de qual seria o curso da navegação.

Além desses perigos que rondam o vereador em seu intento de crescer politicamente, seja o fogo amigo ou o crescimento de lideranças políticas rivais, é preciso

destacar a importância que uma presidência da Câmara pode assumir e contribuir para esta ascensão ou queda, principalmente nos casos em que as votações necessitam ser decididas pelo voto de minerva.

As principais votações realizadas pela Câmara Municipal e que se repetem a cada ano legislativo dizem respeito ao projeto de lei do orçamento municipal e aos projetos que tratam das prestações de contas, tanto do presidente da Câmara quanto do prefeito. Além delas, eventualmente, ocorre a solicitação pelo prefeito de uma autorização para a contratação de empréstimo, a criação de um loteamento ou mesmo a votação de uma matéria qualquer que, pelo seu impacto no município, desperte a atenção popular, como a votação de salários do funcionalismo ou a votação dos salários de agentes políticos como prefeito e vereadores.

Neste momento, abordaremos algumas dessas votações pelo prisma da importância dos votos dos vereadores, especialmente nos casos em que tais votações são decididas no voto de desempate pelo presidente da Câmara, bem como o mecanismo de que o prefeito lança mão para assegurar a aprovação de um seu projeto. É uma situação que ocorre principalmente quando o prefeito eleito não elege a maioria de seus vereadores⁴⁵; por exemplo, ele elege quatro dos seus vereadores, mas a oposição faz a maioria de cinco vereadores e, sendo maioria, dirigirá os trabalhos da Câmara. Isso aconteceu na eleição de 2008, quando o ex-prefeito João Dias venceu e elegeu quatro dos seus vereadores, e o ex-prefeito Paulo Souza, derrotado, elegeu cinco dos seus vereadores.

Aí nós (prefeito) mandou um projeto do asfalto lá (para a Câmara). Era mais dinheiro, ele (ex-vereador Marquinhos) pediu 50 mil. Aí eu (vereador Juliano, líder do governo à época) falava pro João Dias: “João Dias, ele quer isso agora naquele projeto de 1 milhão e tanto”. E o João Dias: “É, tem que dar, não tem jeito”. Aí nós mandava o projeto, ele votava contra. Enquanto nós não dava o dinheiro pra ele, ele não fazia. Ele deve ter tirado uns 400 mil nesse mandato (2009/2012). (Ex-vereador Juliano)

⁴⁵ Embora o padrão seja o prefeito ter dificuldades para a aprovação dos projetos de seu interesse nas situações em que não possui a maioria dos vereadores, essas dificuldades também ocorrem quando ele possui a maioria dos vereadores, como visto durante o governo do ex-prefeito Paulo Souza (2013/2016) que, apesar de possuir seis vereadores em sua base, teve dificuldades para a aprovação de uma sua prestação de contas, como relata o vereador Márcio (presidente da Câmara), no mandato à época: “*As duas pressão mais forte que eu recebi foi do Juarez e da Ana (na votação da prestação de contas do Paulo Souza). Eu falei: Paulo Souza, o Juarez e a Ana vão te pedir alguma coisa, cê pode ter certeza. E aí ficou sete a dois, e salvou os direitos políticos dele. Foi a votação mais importante que eu participei, mas ele nunca me agradeceu*”.

O relato do vereador Juliano não deixa dúvidas quanto à eficácia bem como quanto ao modo como opera o mecanismo. Vejamos. O ex-prefeito João Dias durante esse governo (2009/2012) possuía apenas quatro vereadores em sua base de apoio, de modo que precisava contar sempre com ao menos um voto proveniente do grupo adversário, que possuía cinco vereadores, para a aprovação dos projetos de interesse do seu governo. Os cinco vereadores da oposição seguiam a sua tendência natural de votar contra. Como isso levava a uma situação de empate (4x4), o voto decisivo recaía quase sempre sobre o presidente. Este, por sua vez, utilizava-se do cargo para barganhar algum benefício próprio com o prefeito rival. O prefeito ou cedia aos termos da barganha ou veria os seus planos de governo, quando não arruinados, dificultados pelos vereadores rivais, em especial o presidente.

E aí veio o empréstimo de 1 milhão. O Tiago (correligionário do ex-prefeito João Dias), ele entrou, falou que queria conversar comigo (vereadora Ana, presidente da Câmara à época), com uma maletinha preta assim que eu nunca esqueci, mas aquelas antigas assim que aperta e abre pra cima. Aí nós sentou na sala ali dentro, e ele abriu aquela maletinha. Ele falou: “O prefeito meu amigo, o João Dias, vai votar um projeto hoje de 1 milhão; ele precisa desse dinheiro, porque ele conta com esse dinheiro, porque ele ganhou essa eleição, conta com esse dinheiro”. Isso foi no meu primeiro mandato (mandato 2009/2012). “Ele precisa desse dinheiro e o voto minerva, já sabe que os quatro vereador do lado da oposição vai votar contra e os quatro do outro lado a favor, e você vai votar a favor”. Aí eu falei assim: “Não”. Ele pegou e falou: “Cê vai votar sim”. Abriu a mala assim, menino, na minha vida eu nunca tinha visto tanta nota; naquela época, nota de 50 quem tinha era pra poucos. Ele falou assim: “Ó, nós tem 100 mil aqui, dá pra ocê comprar uma casa, cê vai votar 1 milhão e vai ganhar 100 mil”. “Não sou mulher de vender meu voto não, cara”. (Ex-vereadora Ana)

Já quando da presidência da vereadora Ana (2009), nesse mesmo mandato de 2009/2012, novamente o grupo político do ex-prefeito João Dias lançou mão desse mecanismo em toda a sua agressividade. Apesar de terem despertado o brilho nos olhos da vereadora, conforme ela diz, não conseguiram conquistar o seu voto. O projeto foi aprovado ao final⁴⁶.

É curioso observar que nesses momentos de votações decisivas, como vimos, parece haver uma espécie de apagão mental temporário nos vereadores quanto ao exame do mérito dos projetos em questão. Cada qual se posiciona alinhando-se às estratégias dos

⁴⁶ Consultando os arquivos da Câmara Municipal, verificamos que de fato esse projeto (Projeto de Lei 2/2011) fora aprovado sem o voto da vereadora Ana. O voto para a aprovação veio mesmo do ex-vereador Marquinhos, da oposição, como atesta o registro de votação, convergindo os relatos de que tenha sido ele o real beneficiário da suposta mala preta.

seus grupos políticos e, sendo possível, busca extrair com o voto algum benefício pessoal, algo que se torna ainda mais notável quando o presidente detém o voto decisivo. O mérito assim fica em segundo plano, restando ao prefeito, ainda que sejam nobres as suas intenções, curvar-se à força desse mecanismo ou lançar mão de alguma outra estratégia de aprovação menos eficaz e igualmente menos conhecida.

É curioso notar também, ainda que não tenha sido esta a intenção, a atitude do portador da mala preta quando se dirige à casa da vereadora para “pedir” o seu voto à aprovação do projeto. Ele o faz dando a entender que o empréstimo de 1 milhão não seria exatamente para a obra pública do asfalto, mas para benefício do próprio prefeito. *“Ele precisa desse dinheiro, porque ele conta com esse dinheiro, porque ele ganhou essa eleição”*. Em outras palavras, é como se dissesse que se tratava de uma espécie de reparação de guerra devida ao prefeito eleito em razão dos vultosos dispêndios de campanha. Algo como o início do retorno de um investimento que se fizera no passado.

As forças concorrentes que atuam na definição do voto de um vereador são consideráveis, além das próprias orientações que vêm do grupo político e de algum benefício que se colhe aqui e ali por alguns. A pressão popular em certos momentos se faz sentir dando conotações de dramaticidade; nem sempre o vereador se livra da pressão vinda das ruas. O relato da vereadora Ana a esse respeito é esclarecedor:

No dia do concurso (mandato 2009/2012), a Câmara era lá em cima no segundo piso (2º piso da prefeitura), e ele (ex-prefeito João Dias) pôs os funcionários, quinhentas pessoas lá, aquele filho do Quiabinho era doido, tava com um pedaço de pau desse tamanho, e ninguém teve coragem de descer na Câmara, e foi a reunião, eles xingava tudo. Aquilo o povo foi empurrano assim, só tinha duas janelas, como que pulava lá embaixo, lá embaixo tinha mais uma multidão. Aí eu nunca esqueci que o Bartolomeu (ex-vereador), o povo fechou as janelas da Câmara assim, passou o cadeado, os da situação desceu e eles (população) aplaudia, aplaudia, aplaudia, e nós cinco (vereadores da oposição) lá em cima. Marquinhos (ex-vereador) ficou com medo de descer, todo mundo ficou com medo de descer. Eu que reprovei, porque aí eles votou os quatro a favor. Aí ele (ex-prefeito João Dias) mandou esses funcionários tudo embora e pôs eles tudo lá na Câmara no dia dessa votação. Aí, menino, eles ficou com medo de ir embora. O Bartolomeu ligou pedindo um reforço de polícia do Celso Bueno (comunidade vizinha, vinculada ao município de Monte Carmelo). Aí eles ficou lá em cima na Câmara, e eu falei assim que eu não posso mostrar medo pra esse povo, te falo que eu era corajosa demais. Aí encheu a Câmara tudo de gente, e aí, meu filho, votou os quatro do nosso lado contra e os quatro do lado dele a favor. Aí eu votei contra (desempatando na condição de presidente). A hora que eu votei contra, aquelas mulher me xingava tudo, a Tiana puxou meu cabelo assim na hora que eu saí, não tinha polícia, não tinha nada, e eles foi e desceu tudo lá pra baixo pra esperar lá embaixo, e já tinha aquela multidão. E aí quase que eles amassa nós tudo lá naquele

segundo piso da Câmara. Aí eu falei, eu não posso mostrar medo pra esse povo, porque senão eles vai me ameaçar toda vez, vai encher a Câmara de gente. As reunião era pesada. Aí eu peguei e falei eu vou descer, e eu desci pegando com Deus. Na hora que eu desci as escadas, eu olhava a multidão e via que eles tava afastando, só que eles tava era aproximano. Aí, menino, o Quiabinho veio com um pedaço de pau assim pra me acertar, o Paulão foi e entrou nas minhas costas assim e mandou o pé no pau assim e aquele menino, o Josimarr da Francisca, ficou na minha frente. Aí eles me protegeu, me pôs dentro do carro pra vim embora. (Ex-vereadora Ana)

O episódio narrado pela vereadora Ana, presidente da Câmara à época, trata da extinção de cargos públicos ocupados temporariamente por funcionários contratados pelo prefeito, sem obediência à obrigatoriedade do concurso público. O projeto em si buscava a permanência desses funcionários e a burla do concurso público. Esse era o costume até então reinante em Iraí de Minas: o prefeito que ganhava uma eleição demitia praticamente todos os funcionários para contratar os seus protegidos; mudava-se praticamente toda a administração. Isso perdurou até pelo menos 2005, quando, por determinação do Ministério Público, os primeiros concursos públicos começaram a ser realizados na cidade, contra a vontade dos prefeitos.

E essa era a situação que estava para ser votada. Votar contra significava demitir os funcionários contratados sem concurso, para que assim o concurso pudesse ser realizado e as vagas preenchidas regularmente. Por óbvio que isso desagradava imensamente os funcionários atingidos, razão pela qual o prefeito catalisou essa fúria dos funcionários colocando-os contra os vereadores da oposição, especialmente contra a vereadora Ana, uma vez que seria dela o voto decisivo.

Não bastasse a atmosfera explosiva que permeou a votação na Câmara, conforme revelado pela vereadora, ela ainda teve de enfrentar a fúria popular quando chegou em casa. É que tão logo foi finalizada a votação na Câmara, o grupo político do prefeito incitou os funcionários atingidos, nesse caso se tratavam de mulheres garis, a se dirigirem à casa da vereadora como que para um acerto de contas. *“O Juliano falou: mandou os funcionários tudo embora, o Juliano foi e falou pras gari que elas ia passar fome, que foi eu que tinha mandado elas embora, que a culpa era minha, pra vim aqui (na casa da vereadora)”*.

Em algumas votações, ainda que pontuais, a própria pele do vereador pode estar sob ameaça, para além do mero prestígio popular. Nem sempre se vota como se deseja ou quer, sendo preciso ponderar as variáveis em questão com muito cuidado. Na política

local, um passo em falso causa estragos de difícil reparação; uma reeleição ou mesmo a ascensão para vice ou prefeito pode estar fatalmente comprometida por um voto incauto.

No início de 2020, quando da votação do salário dos vereadores para a legislatura 2021/2024, a vereadora Ana comentou na Câmara, longe dos microfones, que o aumento era muito pouco (o salário seria aumentado de 4,5 mil para 5 mil reais, máximo permitido para um município do porte de Iraí), que o salário de vereador deveria ser pelos menos uns 7 mil reais. Entretanto, no dia da votação, com a casa cheia e ante o olhar atento dos populares, que queriam ver quais vereadores votariam a favor desse projeto, rejeitado pela unanimidade da população, a vereadora Ana votou contra o aumento, alinhando-se ao desejo popular e deixando a responsabilidade pela aprovação para os vereadores do governo. É possível imaginar o seu alívio quando viu que, mesmo indo contra os populares, o presidente desempatou a votação a favor do aumento. Ou seja, ela conseguiu o que queria, ainda que não os 7 mil – e o fez de modo magistral, sem se indispor com a população. Provavelmente os vereadores que votaram contra, no fundo dos seus corações também desejavam o aumento.

A pressão popular se manifesta em ocasiões pontuais, requerendo grande habilidade do vereador para não contrariar a população. Mas o comum ao longo do mandato é o absoluto desinteresse da população em tomar ciência do que acontece na Câmara ou do que anda fazendo este ou aquele vereador. Trata-se de um fenômeno estranho; ao tempo que a política local contagia a população de um modo geral, despertando uma paixão singular, da qual ainda muito falaremos neste trabalho, manifesta sobretudo em tempos de campanha, com relação à Câmara e ao trabalho dos vereadores, o seu dia a dia pouco desperta o interesse do povo⁴⁷. Como me revela o ex-vereador Márcio: *“As pessoas não se interessam pela política, pelo que acontece na Câmara. Eu (enquanto presidente da Câmara) cansei de fazer reunião só com o Tião assistindo da plateia. As pessoas não tãem aí para o que que acontece na Câmara”*.

A razão primeira que se ouve pelas ruas da cidade sobre a fraca, quando não inexistente, participação popular nas reuniões da Câmara é que o ambiente em si, sobretudo em legislaturas anteriores, não é nada convidativo, sendo marcado pela baixaria, troca de farpas entre os vereadores, xingamentos, acusações, falsidades,

⁴⁷ A este respeito, pesquisas feitas no Distrito Federal sugerem esse distanciamento do cidadão comum da política convencional representada pelos candidatos, partidos, sindicatos etc., revelando uma espécie de cansaço generalizado com o sistema de representação convencional; contrasta, entretanto, com uma propensão desse cidadão em aderir a formas menos convencionais de participação política, como os abaixo-assinados, boicotes, passeatas etc. (Araújo, 2000, p. 147-149).

desrespeito mútuo e coisas do gênero, não restando muito espaço para a real discussão e deliberação sobre os interesses públicos. O cidadão percebe que ir ali é perda de tempo, dada a baixa efetividade do legislativo municipal no que para prover encaminhamentos úteis à vida das pessoas, satisfazendo-se em acompanhar “*Só de longe, só de longe*”.

De fato, esta atmosfera de animosidade não raro é uma constante em reuniões da Câmara e age como um repelente ao cidadão comum que, já cansado da própria rotina diária, não quer perder o seu tempo. Entretanto, seja o ambiente convidativo ou não, é ali onde se deliberam os interesses municipais, de modo que o não acompanhamento do trabalho do vereador funciona como um cheque em branco para que ele aja não como um representante do povo, senão como um representante de si mesmo que, não sendo vigiado, não se sente na obrigação de agir conforme o que a população dele espera, muito menos de prestar conta de seus atos.

Mas não é apenas o ambiente e suas leis próprias que afugentam o cidadão das reuniões da Câmara; é que no seu dia a dia o seu relacionamento com o vereador comumente se dá em um âmbito privado, da porta para dentro. Aos olhos de boa parte dos cidadãos, pouca importância tem acompanhar funções típicas do Legislativo como legislar e fiscalizar; importam-lhes coisas mais palpáveis e imediatas, como ser atendido pelo seu vereador em momentos de penúria e urgência do cotidiano, daí formando a sua opinião sobre a boa ou má atuação deste ou daquele vereador, conforme já discutimos em outra parte deste estudo.

Outra variável explicativa para compreender o baixo quórum popular nas reuniões da Câmara é o receio de sofrer algum tipo de retaliação decorrente tão simplesmente da presença na reunião da Câmara. A exposição pública neste pequeno município não costuma ser bem vista pelos agentes políticos. A presença popular na Câmara desperta nos vereadores um temor que não possuem quando as reuniões estão desertas, algo que pode desencadear uma reação no sentido de marcar politicamente a pessoa e torná-la alvo de perseguições políticas.

Foi exatamente isso o que ocorreu numa reunião da Câmara de 2017, na qual estava presente boa parte das professoras municipais reivindicando basicamente melhores salários. A certa altura foi dada a palavra a uma delas para falar representando o grupo. Bastou que se exasperasse um pouco para que um dos vereadores do governo a ameaçasse com a abertura de um processo por ela tê-lo supostamente ofendido.

Em outra ocasião, em 2019, quando os vereadores deliberavam sobre o aumento do salário dos vereadores da legislatura subsequente, foi dada a palavra a um motorista

do município que, de forma indignada, expressou todo o seu descontentamento e o da categoria que representava, ao dizer que era um absurdo os vereadores aumentarem os próprios salários e não fazerem nada para conceder um aumento aos motoristas. Na semana seguinte, o prefeito exigiu pessoalmente a esse motorista que fosse à Câmara na reunião imediata e pedisse desculpas aos vereadores, sob pena de ter o salário reduzido. O motorista teve fibra e negou-se ao cumprimento da exigência; teve sorte, pois dessa vez a ameaça não foi cumprida.

Os cidadãos em Iraí acompanham o trabalho da Câmara e dos vereadores mais de longe; evitam ir às reuniões do legislativo durante os quatro anos do governo, como que acumulando energias para explodirem durante a campanha eleitoral que, de alguma forma, a uns mais e a outros menos, toca a todos, *“envolvendo a cidade inteira”*.

Sobre o trabalho do vereador, até o momento temos tratado de aspectos públicos de sua atuação atinentes à sua interação com os demais vereadores, prefeito, lideranças políticas e populares em geral. É oportuno, todavia, antes de finalizarmos este tópico, abordarmos alguns aspectos relacionados à sua esfera íntima e pouco visíveis àqueles não pertencentes ao seu círculo social próximo, mas que o afetam em demasia na sua jornada política.

Em meio à sua atuação política durante o curso do mandato, o vereador experimenta um misto de desgosto, frustração e desapontamento, que culmina num sofrimento pessoal debilitante, sobretudo nos vereadores de primeira viagem que, pegos de surpresa, precisam aprender rapidamente a viver num mundo até então desconhecido. Não é exagero dizer que a sua sobrevivência política depende desse rápido aprendizado.

Basicamente, duas são as causas desse sofrimento pessoal: origina-se do próprio meio político em que circula ou então decorre do seu contato direto com a população. Seja qual for a causa do mal, se não a sobrevivência política, ao menos a paz de espírito fica comprometida se o novato não aprende logo a lidar com as tormentas. *“Eu vim embora pra casa (depois de sair de uma reunião da Câmara e ter tido uma desavença com o vereador Virgulino) e não consegui dormir não. Eu pensava o tanto que ele era cara de pau”*.

No meio político em que circula, o vereador precisa entender que a sua atuação incomoda a correligionários e adversários, empurrando-o desde o princípio a uma difícil escolha: partir para uma atuação neutra, beirando à mediocridade, o que significa dizer abrir mão de qualquer pretensão de ascender na política local; ou mostrar a que veio e

exercer um mandato ativo, deixando claro que a vereança é apenas um começo de quem ambiciona a cadeira do prefeito ou a elevada estima social.

No primeiro caso, o mais provável é que entre e saia do mandato sem chamar atenção, não sendo visto pelo meio político como um risco ou ameaça que se deva temer. Entretanto, apesar de trazer um conforto psicológico, isso dificulta bastante qualquer projeto de reeleição porque implicará o exercício de um mandato pífio. Este costuma ser o caminho escolhido por aqueles que buscam na vereança satisfazer uma vaidade pessoal ou fazer um pé de meia; costumam ser vereadores de um mandato, embora a questão da reeleição envolva outras variáveis que examinaremos mais detidamente em outro capítulo, como compra de votos, acordos políticos, desinteresse do vereador etc.

A escolha pelo exercício de um mandato altaneiro colocará o vereador em rota de colisão com os demais atores políticos, os quais passam a ver no novato uma ameaça a seus próprios projetos pessoais na política local. Os ciúmes daí decorrentes despertarão a ira e provocarão reações, seja fogo amigo, seja por parte dos adversários, com vistas a frear o vereador promissor. Trata-se de um instinto de sobrevivência do meio político: tirar o sossego e a paz do adversário, importuná-lo com uma malvadeza qualquer, tirá-lo o sono para que, tendo de se defender, perca tempo e o foco de seu mandato, quando não o próprio gosto pela política. Por conseguinte, cria-se assim todo o tipo de embaraços a fim de que não cresça na política. É uma reação tão primitiva e natural quanto evitar dizer um não para um eleitor.

Fui no promotor sozinha e exigi que fizesse concurso público (em 2009). E eles começou a me ameaçar... e denunciava e metia o pau... e eu fui crescendo. Aí gerou ciúme no Marquinhos, na Teresa, no Bartolomeu (ex-vereadores correligionários da vereadora Ana).

Eles achou que eu fosse uma bostinha, que eles iam me devorar. Eu sofri muito com estes processos, era um em cima do outro, eles (adversários e correligionários) me denunciava todo dia. Eu sofri tanto que eu não dormia. Fiquei magrinha, a minha família não queria que eu mexesse com política mais nunca. Eu não aguentava mais de tanto processo; eu ia naquele fórum todo dia, tinha que gastar dinheiro, vendi um lote pra gastar com Oliveira e Viana, que era os advogados na época que tinha. (Ex-vereadora Ana)

Vê-se assim, bem cedo, que se por sua atuação o vereador desperta ciúmes e inveja entre os dirigentes políticos, estes, correligionários e adversários, instintivamente, partem numa cruzada para, se não destruir, fazê-lo enxergar que a sua atuação deve obedecer a limites que não devem ser ultrapassados, garantindo-se assim uma reserva de mercado para que os cargos de vice e de prefeito sejam acessíveis a um número seletivo de

pretendentes. O vereador que deseja ascender na política em Iraí de Minas deve estar preparado para sobreviver ao canibalismo político local ali existente.

A segunda causa do sofrimento pessoal que flagela o vereador decorre do seu contato diário com o povo. Ser um vereador em Iraí de Minas é ter de lidar cotidianamente com as infinitas demandas pessoais que os cidadãos trazem ao vereador, sabendo-se que a cada não proferido aumenta a tendência de um voto não recebido, algo angustiante para o detentor de mandato popular. “*É necessário, portanto, cativá-lo todos os dias*”, diz Tocqueville em algum lugar, referindo-se ao vínculo instável e cambiante entre representante e representado nas sociedades democráticas.

Veja-se, por exemplo, o morador que vai ao vereador e lhe pede uma cesta básica. Certamente ele já recebeu um não na assistência social, quando não no gabinete do próprio prefeito. Que fazer? O vereador atende esse morador, a um segundo e também a um terceiro, mas já na semana seguinte não conseguirá atender às dezenas de moradores que estarão levando a ele idêntico pedido, somado a inúmeras outras demandas da vida diária.

Situações como essa se repetem às centenas durante o curso de um mandato. Ele se depara com demandas que requerem políticas públicas inexistentes ou insuficientes para o atendimento geral. Ele busca então a seu modo, com força limitada, atender, sem ser esmagado, a esse varejo infinito que bate à sua porta e pede compaixão.

Mas não é só a impotência a causa deste sofrimento vindo das ruas com que o vereador deve lidar. Muitas vezes o seu desapontamento tem origem na ausência de privacidade – “*Não, eles (populares) não respeita não (privacidade)*” –, no incômodo ininterrupto a que está submetido, na esperteza de alguns moradores que buscam tudo para si e nada para o outro, ou mesmo na ingratidão vinda de alguns a quem tanto ajudou, mas de quem não receberá o voto.

Eu acho que o povo é ingrato, eu tenho isso comigo, cê entendeu? Eu ajudei uma pessoa que estava passando mal num domingo, eu era secretário de Saúde, não era vereador, me chamou lá, eu fui lá, ela tava muito ruim, eu peguei ela, pus no meu carro e fui pra Uberlândia. Aí falei assim: qual filho dela que vai com ela? Tinha dois, nenhum quis ir, eu fui sozinho, eu fui num domingo, eu saí daqui (Iraí) depois do almoço, saí de lá (retornando de Uberlândia) quase uma hora da manhã, com ela operada no quarto. Ela falava que eu era um filho dela. Aí quando eu candidatei ela trabalhou pra outra pessoa contra eu. Uma cirurgia dessas se ela fosse pagar era 10 mil. Consegui a cirurgia de graça, fiquei com ela como um parente, como um filho, mais do que um filho, porque o filho não quis ir. E numa campanha ela não me ajudou. Aí eu nem num imaginei, fui falar com ela, e ela falou: “Ah, mais eu

sou desse lado de cá (de partido adversário)”. O povo é muito ingrato. (Ex-vereador Juliano)

O vereador deve aprender a lidar com os seus dramas pessoais. É a traição de um companheiro político, é o desgosto ao ver a infidelidade do eleitor que se carregou ao longo de quatro anos, mas que votou no adversário etc. E ele aprende⁴⁸, e rápido; em pouco tempo desenvolve-se um exoesqueleto que o protegerá ao longo do mandato.

Contra os inimigos de casa, do partido e do grupo rival, os seus instintos se tornam mais aguçados; ele desenvolve uma espécie de sexto sentido que o habilita a ver e sentir aquilo antes não via ou sentia; se antes ele confiava nas pessoas ao seu redor por antecipação, agora, estando na política, ele desconfia de todos por precaução; antes ele interpretava lendo todo o texto, hoje compreende nas entrelinhas decifrando o não dito; expressava-se mediante longos períodos, tornou-se sucinto e evita expor-se desnecessariamente; agia sem cautela, agora premedita as ações. Opera-se assim uma transmutação dos sentidos ao fim da qual se torna um animal político.

Podemos dizer sem exagero, fazendo uso de um dos conceitos de Pierre Bourdieu, que o vereador desenvolve um *habitus*, ele incorpora um saber prático, pré-reflexivo, como uma necessidade de sobrevivência em um meio que até então lhe era estranho. A partir dessa “*interiorização da exterioridade*”, ele passa a moldar o seu comportamento, adquirindo tanto maior naturalidade e desenvoltura quanto maior for a sua permanência nesse meio. Dessa absorção do “*sentido do jogo*”, resultam comportamentos automatizados que lhe facultam o trânsito na esfera política com comportamentos e atitudes que por vezes até mesmo escandalizam⁴⁹ a terceiros, mas que a ele parecem naturais. Com o tempo, esse agir se torna inconsciente.

Necessidade incorporada, convertida em disposição geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido às práticas engendradas dessa forma, o *habitus*, enquanto disposição geral e intransponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem: é o que faz com que o conjunto das práticas de um agente – ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes – são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos – ou mutuamente

⁴⁸ E deste aprendizado depende a sua sobrevivência na política local. Tal como o bom selvagem de Rousseau, que tendo perdido a “*piiedade natural*” do seu estado primitivo é levado ao aprendizado de uma gramática social perversa para não perecer na sociedade civil. “*As pessoas de bem aprenderam a incluir entre seus deveres o de matar os semelhantes*” (Rousseau, 2017, p. 97).

⁴⁹ Como, por exemplo, nas reuniões da Câmara, em que soa incompreensível e abjeto para muitos cidadãos ver alguns dos vereadores se insultarem mutuamente e, tão logo são desligados os microfones e encerrada a transmissão ao vivo, trocam efusivos cumprimentos, contam piadas e saem sorrindo como se nada de mais tivesse acontecido.

convertíveis – e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida⁵⁰. (Bourdieu, 2013, p. 163).

É verdade que alguns vereadores se sensibilizam com as dificuldades diárias das pessoas. Como vimos, este sentimento de compaixão é o que move muitos deles, o desejo de ajuda ao próximo. Voltemos ao exemplo da cesta básica.

Muitas vezes o sujeito está desempregado, a jovem mãe solteira com os filhos para criar, o idoso que não pode contar com os familiares, enfim, pessoas que buscam em um seu vereador um alento. O vereador vai até à casa da pessoa certificar-se se a tormenta é real ou se se trata de algum vigarista que aprendeu a viver encostado⁵¹. Mal adentra o imóvel e já sente vergonha da própria desconfiança; a situação não é só real como ainda pior que o relato. A casa não possui o revestimento externo das paredes, a pintura está desbotada, o telhado vazando, a mobília resumida a alguns poucos cacarecos, a geladeira vazia, algumas crianças com roupinhas surradas, e todos ali feridos em sua dignidade, com o abatimento estampado no rosto.

A princípio, situações como essa podem até sensibilizar alguns vereadores. E um ou outro se desdobra movido inicialmente mais por sentimentos humanitários que políticos, ou pela combinação resultante desta mistura, procurando ajudar como pode. Não é preciso muito tempo para perceber que conseguirá socorrer apenas uma ínfima parcela destes desafortunados. Com o passar do tempo, ele vai perdendo a capacidade reativa de responder apropriada e humanamente falando, não porque perca o remorso pela situação comovedora, mas por compreender que situações como essas se repetirão às centenas no seu cotidiano e que não é possível nem eficaz derramar uma lágrima para cada uma delas durante todos os quatro anos do mandato. Desenvolve-se assim uma insensibilidade como forma de se resistir psicologicamente às tribulações alheias, não porque ele é de todo mau, mas porque do contrário, não seria exagero dizer, poderia mesmo ser levado a um colapso psíquico ou mesmo a perder a capacidade de enxergar o pouco que ainda existe de belo na vida, privando-o assim de desfrutar momentos de alegria no convívio social. *“Fica um pouco (insensível). Tem que saber lidar”*.

Curiosamente, replica-se aqui, algo semelhante àquilo que já fora examinado brilhantemente por Simmel em seu ensaio clássico que escrutina os impactos no

⁵⁰ Ou a ideia síntese do conceito de classe, incorporada do mesmo autor.

⁵¹ Embora representem uma minoria, há aqueles que havendo em quem encostar não fazem um esforço sequer para se alimentar.

psiquismo humano da vida nas grandes cidades. Para Simmel, a atmosfera metropolitana estimula os nervos a tal ponto, com experiências as mais diversas, cambiantes e em graus de intensidade, velocidade e de maneira reiterada que, se em um primeiro momento experiências tais são capazes de despertar reações nervosas veementes, com a exposição contínua a esses estímulos a única defesa do psiquismo é reduzir gradativamente as suas reações ao ponto de não reagir mais ao turbilhão de vida que o atormenta. É de onde vem a atitude de frieza, reserva e desconfiança típicas do cidadão metropolitano, a atitude *blasé*. O indivíduo passa a “*reagir com a cabeça, ao invés de com o coração*”.

A atitude *blasé* resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos. Disto também parece originalmente jorrar a intensificação da intelectualidade metropolitana. Portanto, as pessoas estúpidas, que não têm existência intelectual, não são exatamente *blasé*. Uma vida em perseguição desregrada ao prazer torna uma pessoa *blasé* porque agita os nervos até seu ponto de mais forte reatividade por um tempo tão longo que eles finalmente cessam completamente de reagir. Da mesma forma, através da rapidez e contraditoriedade de suas mudanças, impressões menos ofensivas forçam reações tão violentas, estirando os nervos tão brutalmente em uma e outra direção, que suas últimas reservas são gastas; e, se a pessoa permanece no mesmo meio, ela não dispõe de tempo para recuperar a força. Surge assim a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada. [...]

[...] Nesse fenômeno, os nervos encontram na recusa a reagir a seus estímulos a última possibilidade de acomodar-se ao conteúdo e à forma da vida metropolitana⁵². (Simmel, 1976, p. 15-17).

Neste ensaio, Simmel tratava dos principais dramas dos indivíduos metropolitanos; ironicamente, os seus *insights* ajudam a compreender alguns dos dilemas dos vereadores da cidade pequena. Essa “*perda da capacidade de reagir com a energia apropriada*” é o que ajuda a explicar muitas vezes a atitude de frieza, distanciamento e indiferença de alguns vereadores diante dos reclamos da população. A dor alheia, se outrora incomodava a alguns, com a exposição reiterada aos infortúnios, passa a ser vista e tratada como algo normal, reduzindo-se gradualmente o esforço do vereador em resolver as demandas particulares. Todos aqueles flagelos passam a não mais incomodá-lo.

Essa insensibilidade, frieza e, em alguns casos, até mesmo aversão ao povo em período não eleitoral, decorrente do peso do contato diário que o vereador tem com a

52 O que causa assombro é que Simmel mostra que o estilo metropolitano de vida assentado na reserva, na indiferença, estranheza, e mesmo na aversão ao outro, mutuamente alimentada (sintetizado na atitude *blasé*), é o suporte por excelência desta sociedade, definindo a marca elementar de sua socialização, sem os quais o modo de vida metropolitano não subsistiria. A este respeito, vide Simmel, 1976, p. 18.

população, ou mesmo como furto do puro desinteresse, é que ajuda a compreender determinados comportamentos dos vereadores, como não atender a determinados telefonemas que pressagiam alguma cobrança popular; por vezes, esconde-se para não ser encontrado; ou ainda, quando não é possível escapar do contato face a face com o morador que pede uma cesta básica, livrando-se do problema e o transfere para outro vereador que supostamente distribui cestas básicas.

O contato com a população, eu era um pouco mais inocente. O Marinho (esposo da vereadora Helena), que mexe com comércio, ele já se transformou muito. Ele tinha um coração muito bom, e hoje mexendo com o povo cê acaba mudando também por conta disso, porque cê vê que as pessoas são, tipo assim, age com má intenção com você. (Ex-vereadora Helena)

Um morador certa vez me confessou: *“No tempo de política, os vidros dos carros (dos candidatos) é tudo baixo, né? Quando passa, quem ganhou, os vidro já é fechado”*. Ou seja, em tempos de campanha eleitoral os vidros baixos das portas dos carros dos candidatos estão abertos em sinal de simpatia e acessibilidade, sendo comum vê-los a passear pelas ruas sempre sorridentes e acenando para o povo. Passadas as eleições, os vidros fechados significam distanciamento da população, seja por não estar disposto a ajudar mesmo podendo fazê-lo, seja pela incapacidade ou impotência para “correr atrás” de algo que irá beneficiar o cidadão que o procura.

Examinamos assim alguns dos aspectos relacionados ao trabalho do vereador nem tão visíveis a um primeiro olhar, conhecendo as suas limitações, a ociosidade do trabalho na Câmara, as principais votações de que participa e as estratégias empregadas para votar, o desinteresse da população combinado com o acompanhamento esporádico em votações pontuais, demonstrando desse modo que aquele vereador que deseja um dia ser prefeito ou mesmo vice, ou ainda permanecer como vereador, deve aprender desde cedo valiosas lições do universo político, como lidar com os seus dramas íntimos. Ele precisa decifrar um código de conduta que não está dado por antecipação, de outro modo, é pouco provável que subsistirá por muito tempo na política local.

1.4 Por que não entrar na política local?

Quando iniciamos este capítulo buscamos compreender as causas mais comuns que explicam a entrada dos indivíduos na política local. Deparamo-nos com motivações como a vocação e a herança familiar, o partidarismo, os interesses particulares, bem como a paixão. Aproximando-nos do seu final, a indagação que emerge naturalmente refere-se

à sua recíproca: por que não entrar na política local? Quais razões afugentam os bons quadros do município? Por que aquelas pessoas consideradas como sérias, éticas, honestas, trabalhadoras e de espírito público, em sua maioria, não se aproximam da política, em muitos casos nutrindo aversão por ela? Essas reflexões guiarão os exames seguintes.

Há muito tempo já se tornou um lugar-comum, dispensando qualquer reflexão, associar a figura do político com a do bandido, aquele que vive à custa alheia, um malfeitor, aquele que ao invés de zelar pelos recursos do município é o primeiro a deles fazer uso indevido, um assaltante que, diferentemente do bandido convencional, rouba não a um ou a alguns, mas a milhares sob o manto de estar agindo no interesse público⁵³.

Quando fala que o cara é político, o que que é a primeira coisa que você pensa sobre ele? Que ele é ladrão. Ele sabe que ele sozinho não vai fazer verão, principalmente se for vereador. Mesmo o cara sendo prefeito, ele vai sofrer. (Ex-vereador Márcio)

Aí já se tem uma primeira chave explicativa para se compreender as razões de muitos dos cidadãos de bem manterem-se afastados da política, pois veem nela o lado sombrio, os vícios que lhes são comuns, como avareza, cobiça, ambição, traições, vaidades, inveja, tal como se tudo que nela tivesse origem já viesse ao mundo carimbado com o pecado original, uma nódoa que se apodera das pessoas e, uma vez dela portadores, não é possível dispensá-la e retornar a uma suposta pureza original.

Em outros termos, o homem simples e o letrado se deparam com uma imagem negativa da política, disseminada socialmente, estranha a seu caráter; ele sente que entre ele e a política há um abismo intransponível. Desse modo, desse seu primeiro contato imediato com a política, forma-se em seu juízo um sentimento de incompatibilidade que funcionará como um eterno freio à sua eventual vontade de dela fazer parte.

Ele não vê a política como uma atividade humana passível de ser aperfeiçoada inclusive com o concurso de sua ação. Antes, ele a vê tal como a política lhe é apresentada a distância, de segunda mão, envolta numa espessa cortina de fumaça que faz chegar até ele uma imagem, uma sombra⁵⁴, muito mais que uma realidade em si, um vício e não uma virtude. Abraçando-se a este real imediato que lhe fora apresentado, o homem de bem

⁵³ Um parasita social, diria Manoel Bomfim, à semelhança dos colonizadores portugueses e espanhóis que tinham como ideal nas Américas: “*Viver sem nada fazer – ter escravos e à custa deles passar a vida e enriquecer*”; “*Uns a trabalhar e outros a engordar e gozar*”. Vide Manoel Bomfim, 2008, p. 89-91.

⁵⁴ Tal como os prisioneiros da caverna de Platão (Vide *República*, Livro VII).

perde de vista a política como uma utopia, um trabalho presente para a construção de um mundo futuro, uma realidade não imediata.

Este juízo de incompatibilidade afasta o bom caráter da política, como se dissesse: não serve para mim. O efeito imediato desta omissão da qual ele é mais vítima⁵⁵ que culpado concorre para a reprodução desses perfis que ele não gosta de ver na política. A sua recusa em participar da política alimenta a dominância dos aspectos negativos construídos socialmente. E, de fato, esses aspectos negativos da política existem, que ninguém tenha dúvida disso, de Iraí a Brasília, mas o não dito é que isso constitui uma parte da realidade, mas não toda ela.

Essa imagem da política como refúgio de salteadores⁵⁶ é apenas uma primeira camada que ajuda a compreender o afastamento do homem de boa índole da política local. Certamente existem outras em níveis mais profundos.

Eu acho que as pessoas que têm uma boa índole, elas se afastam cada vez mais, e às vezes nem quer direcionar nem apoio. Fica neutro de tudo. É porque a política de modo geral, o que a gente vê nas redes sociais é só isso: é roubo, é benefício próprio, e aqui em Iraí, porque eu vejo assim principalmente esse prefeito de cabide de emprego. Desde quando eu frequento Iraí que é essa política de cabide de emprego, então fica cada vez mais desacreditado. E tem essa outra questão de marcação, aí é que a pessoa não se envolve mesmo, por conta disso, de ver que Iraí com o tempo não evolui, não é cidade que cresce, que tem uma perspectiva. Acaba que ele é um funcionário, a maioria é um funcionário público concursado que sempre tem essas marcações. (Ex-vereadora Helena)

Em Iraí de Minas, o sentimento de impotência ante a política local é partilhado socialmente. O fato de há mais de trinta anos o poder político ter se mantido nas mãos de duas grandes famílias tradicionais em muito tem contribuído para isso. Como que se naturalizou ao longo do tempo que o modo de exercer a política é esse mesmo a que se está acostumado. Mesmo não estando contente, a lógica dominante, cristalizada ao longo dos tempos, confronta com mais força toda boa intenção de se reformá-la, aquele sentimento de que uma andorinha sozinha não faz verão.

55 Vide os desenvolvimentos do conceito de alienação em Marx, por exemplo, em *A Ideologia Alemã* (“A ideologia em geral, especialmente a alemã” e em *O Capital*, “O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”).

56 Um aspecto decorrente da baixa credibilidade de que goza a classe política refere-se à generalização desmerecida que afugenta a alma bem-intencionada, temerosa não só de ver-se atirada na vala comum, mas proibida de ascender socialmente com o risco de ser julgada popularmente como um usurpador dos recursos públicos, ainda que não seja o caso, como certa vez me confessou um vereador, que estava evitando trocar o carro próprio por um modelo mais confortável para não dar causa a esse tipo de julgamento, muitas das vezes inerecido.

Esse sentimento de impotência não nasce simplesmente como resultado da confrontação de uma lógica dominante na política local; mais que uma lógica, trata-se de confrontar interesses políticos locais, o que significa dizer estar disposto a ser marcado politicamente por aqueles que exercem o poder político e não querem ser incomodados pelo modo como o fazem.

A marcação ou perseguição política é traço inerente na política de Iraí; o exercício público da consciência política tem um preço, amargo para aqueles que não ficaram do lado vencedor na contenda local. Nesse sentido, perder uma eleição é muito mais que não ver o candidato que gostaria chegar ao governo, é saber que não poderá contar com os favores da administração e, ainda pior que isso, sofrer retaliações por ter atuado na campanha como adversário.

O remédio, a consulta médica, a melhoria na estrada, o asfalto em determinada rua, é para o adversário? Faça-o esperar, humilhe, pise, especialmente nos primeiros anos do mandato; no ano da eleição, a gente faz um agrado e tenta trazê-lo para o nosso grupo, mas agora é a hora do castigo.

Se se trata de um funcionário público, se ele pede as férias em janeiro, dê-lhe em outro mês, menos aquele em que pediu e faça-o vir ao gabinete do prefeito para “pedir” as férias. Que o projeto de aumento salarial exclua os adversários ou então que reserve os melhores aumentos para os nossos. Repasse aquela pior turma na escola para uma professora que incomodou durante a campanha.

A impotência vem daí: romper estruturas sociais incrustadas sabendo-se ainda incorrer em prejuízos pessoais diretos⁵⁷. Este aspecto é tão forte na política local que não só impede o indivíduo de manifestar-se ativamente, como, por exemplo, sendo um candidato, como às vezes ele nem sequer expressa publicamente o apoio a este ou aquele candidato. Muitos se refugiam na neutralidade para que amanhã ou depois possam escapar a uma eventual perseguição e ainda conseguir o encaminhamento para alguma demanda na prefeitura.

O indivíduo que pretende se candidatar terá de enfrentar barreiras à entrada na política local, como destaca o ex-vereador Carlos:

Queria (candidatar), mas, uai, é o partidarismo do povo (que o impedia de se candidatar). Eles (as lideranças) escolhia quem ia ser os

⁵⁷ Estes prejuízos pessoais podem alcançar vias mais intimidadoras, como a tentativa de assassinato do ex-prefeito João Dias em 2000, que resultou na morte de um correligionário, ou no assassinato do vereador Narciso que, eleito em 2004, não chegou sequer a tomar posse do cargo, pairando dúvidas ainda hoje se foram crimes políticos. Um disparo de arma de fogo aqui e ali é sempre algo que se ouve nos dias mais quentes da campanha.

candidatos. Queria, mas era barrado. “Cê não tá na sua hora, cê financeiramente não pode”, esse tipo de coisa. Era tudo carta marcada. Continuei ajudando até chegar a minha hora certa. (Ex-vereador Carlos)

É que não basta ter a vontade de se candidatar para se tornar um candidato; além da vontade própria, é preciso contar ainda com a boa vontade das lideranças políticas em aquiescer com a candidatura, algo que nem sempre acontece. Sobre esse processo de escolha e formação das chapas dos candidatos, cuidaremos com mais detalhes quando tratarmos da campanha eleitoral.

Muitos se afastam da política pelo descrédito da ocupação, pela impotência em promover a mudança que se deseja, pelo medo de “marcação”, porque não lhe permitem ser candidato, mas também simplesmente porque acham que a atividade não é para eles, como manifesta a pré-candidata a vereadora Jacinda: *“Eu acho que nem todo mundo é para a política. Eu acho que político tem que ter até um dom, um dom de mexer com as pessoas, trabalhar com o povo. Não é todo mundo não”*.

Observe-se que independentemente de se ter o dom ou não a que se refere a pré-candidata, não há nenhum pecado nisso, mas simplesmente a constatação de que a política não é causa de deleite para muitos, e não só por conta dos vícios a ela associados, mas porque encontram a fonte do contentamento individual nas próprias esferas da vida privada, contribuindo socialmente à sua maneira, segundo o dito *“De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades”*. É preciso ter *“um gosto”*, *“tem que gostar um pouco da política”*.

Além disso, a atividade demanda um ato de coragem; o indivíduo precisa sentir uma inquietação, uma espécie de formigamento que o leva a deixar a sua zona de conforto da esfera privada e agir na esfera pública, conforme certa vez manifestou um ex-vereador: *“A política é um verme, e quem tem ele no corpo não consegue ficar parado e nem calado”*.

Para entrar na política local de Iraí de Minas é necessário estar disposto a conhecer os seus males e buscar a cura incerta; cumpre submeter-se ao julgamento diário e contínuo da população em situações face a face e saber que não bastam dez nobres ações públicas, se a décima primeira não for igualmente nobre – esta última, por vezes, terá mais peso que as dez primeiras na opinião pública. Por aí se vai compreendendo que não é tarefa fácil arregimentar os bons quadros, convocar os homens bons do município para a política. Enquanto a estes é preciso buscar pelo laço, aqueles que veem na política a

busca pela satisfação de interesses próprios não precisam ser chamados, buscam-na como ao Santo Graal.

Ao considerar o peso que a vida pública impõe sobre os ombros do homem de bem, fica difícil condenar a decisão do pobre Sancho Pança, que, mesmo com a melhor das intenções, viu-se obrigado a renunciar precocemente ao governo da Ilha Baratária com que tanto sonhara, dela tendo amealhado apenas os encargos e os infortúnios, não podendo mudar o que queria e, muito menos, usufruir os benefícios da vida prazerosa⁵⁸, concluindo resignado “*que não serve de nada ser governador de uma ilha*”.

Abri caminho, senhores meus, e deixai-me voltar à minha antiga liberdade; deixai-me ir buscar a vida passada, para que me ressuscite desta morte presente. Eu não nasci para ser governador, nem para defender ilhas nem cidades dos inimigos que as quiserem acometer. Entendo mais de lavrar, de cavar, de podar e de pôr bachelos nas vinhas, do que de dar leis ou defender províncias nem reinos. Bem está S. Pedro em Roma; quero dizer: bem está cada um, usando do ofício para que foi nascido. Melhor me fica a mim uma foice na mão, do que um cetro de governador. (Cervantes, 2005, p. 227).

Examinadas as razões preliminares de por que muitos dos indivíduos, especialmente aqueles de bom caráter, afastam-se da política local, passemos agora ao núcleo explicativo.

O medo de gastar dinheiro é uma das causas primeiras que contribuem para afastar da política local o indivíduo que goza da estima social⁵⁹:

Como candidato, cê nunca vai vê eles (pessoas com bom conceito local), só como militante. No meu ponto de vista, é o financeiro, que essas pessoas que nós tá falando aqui para ele se eleger, ele tem que gastar. O povo acredita só no dinheiro dele. Infelizmente aqui no Iraí é assim. O Inácio Pereira, ele tem umas ideias boa, mas ele não candidata porque ele apoiando, ele tem mais força sem gastar do que ele candidatar. (Ex-vereador Carlos)

Em Iraí de Minas desenvolveu-se uma cultura política, alimentada por candidato e eleitor, de que para se apresentar como um candidato é preciso ter dinheiro, a ponto de ser corrente na cidade a expressão: “*Tem um ditado aqui oh, o pobre não ganha eleição*”. Isso quer dizer que se espera que o candidato esteja disposto a contribuir com a campanha, a abrir a carteira. Os predicados relacionados à índole da pessoa como honestidade, bom

⁵⁸ Sobre as desventuras vividas por Sancho Pança na Ilha Baratária e de como se deu o seu efêmero governo, vide os capítulos XLV a LV, vol. II da obra citada.

⁵⁹ Por óbvio que também o indivíduo nem tão estimado socialmente sente este mesmo medo; a diferença é que enquanto este último encara a política como um investimento com boas perspectivas de rentabilidade e, em razão disso, assume mais os riscos de entrada na política, o primeiro tem uma perspectiva mais idealista, encarando a coisa mais como uma espécie de doação à causa que como um investimento em si mesmo e, sendo menos prático que o outro, é mais temeroso, frequentemente resignando-se à contemplação.

caráter, que construiu um patrimônio com o próprio esforço, de espírito público, têm a sua relevância, mas não tanto quanto a sua disponibilidade de gastar/investir algum dinheiro no pleito.

Dito de outro modo, ter um bom conceito social tem sua importância, torna o sujeito um peixe mais fácil de ser vendido, mas isso não garante necessariamente a venda; esta depende muito mais da habilidade do vendedor em convencer o comprador/eleitor, a despeito das qualidades intrínsecas do seu produto, ainda quando se trate de um peixe com mau cheiro.

Essa auréola financeira que envolve o sistema político iraiense, e da qual ainda muito falaremos, acaba por espantar muitas das almas bem-intencionadas. A grande maioria, pela simples razão de se tratar de pessoas de poucos recursos, que lutam por sua sobrevivência diária. Estas, por vezes, até conseguem entrar na política mediante o apoio de algum padrinho político, mas não é o padrão observado. Já aqueles que conseguiram alguma ascensão social, que dispõem de algum recurso, que construíram um patrimônio e sabem das dificuldades que isso lhes custou, têm receio de que eventual entrada na política possa trazer-lhes prejuízo material.

O cara que entrava na vida política, ele quebrava, gastava demais. Cê pode ver que os prefeitos de Iraí que já foi, hoje, vamos supor, tem gente muito boa que fica por fora, se ele for entrar lá, não vai aguentar a pressão do povo. Começou desde o Francisquinho, que vendeu fazenda pra ser prefeito; Candido Vilela quebrou pra ser prefeito; João Dias quebrou pra ser prefeito; Paulo Souza quebrou pra ser prefeito; Seu Jorge Américo quebrou pra ser prefeito. Você pegar o seu patrimônio e começar a vender por causa da política, no Iraí era assim, e muitos desses caras que tá fora, às vezes não quer entrar com medo disso. É muito melhor apoiar do que entrar. Eu vou só apoiar, não dá para entrar em Iraí. Em Iraí muita gente fala assim que gasta demais, gasta demais, gasta demais. E vê o reflexo dos outros prefeitos, tudo quebrado. Por que que eu quero entrar nisso? Que graça tem ser prefeito, pra quebrar, pra ficar sem dinheiro, pra ficar fudido? (Ex-vereador Juliano)

No capítulo sobre a campanha eleitoral, investigaremos o papel do dinheiro na política local e por que se gasta tanto. Quais as origens desse dinheiro e como é utilizado, bem como o impacto que isso provoca no sistema político. Por ora, registremos a constatação de que esse “medo” de gastar dinheiro, observado em outros candidatos que efetivamente gastam, exerce um efeito repelente tanto sobre aquele que gostaria de participar das disputas eleitorais, mas desprovido de recursos, como sobre aquele que, possuindo algum capital, teme desfalcá-lo uma vez estando na política.

Apenas como evidência dessa constatação, dois exemplos para demonstrar o argumento.

O primeiro vem de um candidato a vereador nas eleições de 2016 que, apesar de possuir minguados recursos, recebera uma herança de cerca de 30 mil reais um pouco antes da campanha, sendo considerado um dos cotados para ser eleito. Não titubeou, queimou os 30 na campanha: *“Ele acabou com quase 30 mil fazendo isso: pagando água, energia, tudo, desde quando era pré-candidato”*. Apesar do esforço, o candidato não foi eleito e, pior que isso, a ressaca do pós-campanha o abateu fortemente. Na linguagem popular, ficou “quebrado”.

O segundo exemplo me foi relatado por um dos vereadores de um dos candidatos a prefeito nesta mesma eleição de 2016. Segundo ele, tudo estava indo bem, conforme o planejado; o orçamento da campanha estava sendo seguido à risca, isso até o auge da campanha, caracterizado pela semana de véspera do pleito. O candidato gastou nessa última semana mais que o dobro do que gastara nas cinco semanas anteriores da campanha. Todavia, a vitória não veio. Apesar de estar mais embasado financeiramente que o outro, nem por isso deixou de sentir o baque, afinal, é parte do patrimônio que se come, e a derrota só acentua a indigestão.

Caminhando para o final deste tópico que indaga sobre as razões da não entrada na política local, examinaremos agora a questão do comodismo.

Weber, com a sua habitual lucidez, observa em algum lugar que *“A política é um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira”*. Daí já se vê que a atividade requer energia, trabalho, desprendimento, convicção, firmeza de propósito e uma série de outros predicados que têm em comum algum sacrifício pessoal. Quando lançamos o olhar para o pequeno município, a força dessa assertiva é ainda mais evidente. Como diz o ex-vereador Márcio: *“O político é funcionário do povo o tempo inteiro”*.

Em Iraí de Minas, mais que uma relação social entre candidato e eleitor, tem-se uma relação que envolve, na maioria dos casos, pessoas que se conhecem há bom tempo e que estão unidas por laços familiares ou de amizade. Antes de se tornar candidato, o sujeito já possui uma relação pessoal e até afetiva para com muitos dos eleitores. Por se tratar de um município bem pequeno, o político, o vereador, por exemplo, tem um contato diário com a população, justapondo-se as relações pessoais e de amizade com as relações cívicas entre político e eleitor.

Esses são elementos que causam uma espécie de sobrecarga e exaustão no vereador, que precisa estar sempre à disposição dos reclamos populares, disposto a ser

incomodado em sua vida privada. É que a natureza da atividade, as dimensões do município, combinadas com os costumes locais, tornam difícil na prática uma suposta separação entre atividade pública e vida privada. Os eleitores conhecem os políticos, possuem os números dos seus telefones e sabem os seus endereços, não se incomodando em procurá-los seja dia, seja noite.

É comum os eleitores telefonarem para os vereadores, enviarem mensagens de *WhatsApp*, sendo prática não menos comum os vereadores evitarem atender muitas das ligações ou responder às insistentes mensagens. Não obtendo êxito por esses meios, o eleitor procura o vereador em sua casa; este pode até conseguir escapar da visita indesejada, mas sabe que mais adiante esbarrará com o eleitor pelas ruas da cidade e ficará em uma saia-justa. Situações como essas são o cotidiano de um vereador em Iraí.

As relações face a face neste pequeno município entre político e eleitor expandem as fronteiras da vida pública, que passam a invadir os domínios da vida privada, provocando uma espécie de sobrecarga no agente político e alerta àqueles que pensam em ingressar na atividade, os quais preferem, muitas vezes, em razão disso, o refúgio, o conforto, a comodidade da vida privada, longe dos dramas cotidianos da população. Não é fácil lidar com isso; uma coisa é participar enquanto cidadão comum com os amigos do trabalho de uma campanha de Natal Solidário da qual por vezes nem se conhecem os beneficiários da ação; outra, muito diferente, é lidar cara a cara com as demandas urgentes da população, sabendo-se que poderá considerar-se vitorioso se conseguir encaminhar 10% delas, e fazendo disso um dever de ofício como ações cotidianas ao longo de quatro anos.

Outro aspecto a se considerar sobre o tema do comodismo e apelo da vida privada ante uma eventual participação na política local refere-se ao tempo, ao sacrifício do tempo privado. Já há muito, Tocqueville ressaltava a dificuldade de o homem comum se interessar pela vida pública, seja pela sua má compreensão da influência dos negócios públicos em sua vida privada, seja pela simples falta de tempo, preso que se acha às urgências do cotidiano.

É difícil tirar um homem de si mesmo para interessá-lo pelo destino de todo o Estado, porque ele compreende mal a influência que o destino do Estado pode ter sobre sua sorte.

Não apenas eles não têm naturalmente o gosto de se ocupar das coisas públicas, mas em geral falta-lhes tempo para isso. A vida privada é tão ativa nos tempos democráticos, tão agitada, tão cheia de desejos, de trabalhos, que quase não resta mais energia nem tempo para a vida política de cada homem. (Tocqueville, 2014, p. 127, 363).

Dedicar-se à atividade política, seja como um militante, seja como um candidato, e mais ainda, como um detentor de mandato, significa sacrificar boa parte do tempo da vida privada. A maior parte das pessoas comuns possui uma rotina restrita, como trabalho, casa, família, supermercado, escola, igreja, passear com o cachorro e coisas do gênero. O vereador, como também possui essas ocupações da esfera íntima, frequentemente sacrifica parte desse tempo privado para dedicar-se em alguma medida à vida pública.

Como vereador, além do contato diário e face a face com a população, ele participa de infinitas reuniões, seja na Câmara, seja com as lideranças políticas; precisa de tempo para trabalhar em seus projetos, andar pela cidade e tomar nota de seus problemas, percorrer as comunidades rurais, visitar moradores e participar de eventos sociais, muitas vezes só mesmo para fazer presença, como a participação em velórios de pessoas não próximas, ir à capital vez ou outra em busca de algum recurso com o seu deputado. Em tempos de campanha, as reuniões se multiplicam; há de se fazer as articulações políticas, organizar a campanha, preparar os discursos etc.

O tempo, essa mercadoria de valor inestimável, é o seu algoz. A cada uma das atividades que reclamam a sua presença ele terá de renunciar a uma fração do seu tempo de vida privada; por vezes, poderia ser aquele tempo em que estaria fazendo a tarefa da escola com o filho ou jantando com a família, ou mesmo aquele tempo ocioso em que nos rendemos ao sofá e nos comprazemos com os nossos próprios pensamentos ou procuramos por alguma distração na TV. Ainda que fosse o guardião do tempo, o exercício da vida política significa uma diminuição do tempo da vida privada inversamente proporcional ao tempo dedicado à vida pública. É compreensível assim o porquê deste exercício de abnegação causar assombro a muitos⁶⁰.

Esta dificuldade de sacrifício de tempo à causa pública é emblemática inclusive entre os próprios atores políticos envolvidos nas disputadas eleitorais. Muitos se doam integralmente, sobretudo no ano da eleição e nos 45 dias de campanha eleitoral. Findo o pleito, resta apenas aos eleitos zelar pelo partido; os demais, candidatos derrotados e militantes, abatidos pela ressaca do pós-eleição, recolhem-se numa espécie de ostracismo voluntário, ali permanecendo pelos próximos dois ou três anos de governo, para regressarem tão somente no ano eleitoral ou um pouco antes.

⁶⁰ Obtive de um vereador o relato de que nos quatro anos do seu mandato como vereador em Iraí de Minas (2017/2020) recebera em seu improvisado gabinete centenas de pessoas. Na grande maioria das vezes, procuravam por algum alento às suas demandas; raríssimas foram as vezes, por outro lado, que alguma pessoa se mostrava interessada em discutir e conhecer melhor a política local, sendo ainda mais raro que alguma manifestasse interesse em participar da política, seja como candidato ou como militante.

Se já é difícil para o ator político local sacrificar tempo à causa pública, imagine-se o peso desta dificuldade para o cidadão comum em sua vida pacata e compreender-se-á a razão pela qual é mais cômodo “não mexer com isso”. Vislumbrasse ele a correspondência estreita entre a satisfação de seus interesses particulares e os do interesse comum como decorrência direta ou indireta do manejo da coisa pública, o vínculo que une o interesse particular ao interesse geral, ser-lhe-ia menos custoso interessar-se por ela⁶¹.

O cidadão comum goza de certa liberdade estranha ao político; não que este também não a usufrua em alguma medida, mas trata-se de uma liberdade vigiada. Enquanto o primeiro dá vazão ao seu pensamento, mesmo que na vida pública, de modo espontâneo e sem limitações, muitas vezes sem maiores preocupações com eventual cerceamento social, o político vive na contenção; ele deve aprender a conter-se, buscando quase sempre evitar tomar partido nos extremos e à cata da neutralidade, em especial quando mira o Executivo. Defender ardorosamente alguma posição o expõe desnecessariamente ao agrado de uns e à contrariedade de outros; isso não é bom para alguém que precisa do apoio popular para chegar à prefeitura.

No caso de um vereador, ele precisa aprender a se comportar, agindo da forma o mais natural possível, transitando pelos diversos segmentos sociais, transparecendo ser comedido sem parecer dissimulado. Isso não significa dizer que ele precisará abrir mão de suas convicções pessoais; algumas vezes a população espera exatamente que ele mostre quem realmente é, mas na maioria das vezes, tendo o cálculo político em vista, o melhor é que ele preserve as suas posições mais apaixonadas para si mesmo, evitando uma ressonância negativa desnecessária que corrói seu capital político.

Corolário da necessidade de contenção é a não menos importante questão da plasticidade. Se é recomendável evitar expor publicamente opiniões agudas, e o fato de se tratar de um pequeno município só aumenta os efeitos deletérios dessa atitude, saber moldar-se ao ambiente é vital. Em tempos de campanha, é comum os vereadores visitarem casas/famílias que já definiram o seu candidato a prefeito; isso não impede o candidato a vereador de visitar as casas nas quais o candidato a prefeito escolhido é o adversário e, com habilidade, sempre com muito respeito ao candidato a prefeito adversário, tentar conquistar o voto para vereador do eleitor.

⁶¹ Cedo aqui ao desejo de citar a brilhante passagem de Montaigne recuperada por Tocqueville: “*Se, por sua retidão, eu não seguisse o caminho reto, segui-lo-ia por ter descoberto, por experiência, que no final das contas é comumente o mais feliz e o mais útil*”.

Se, por um lado, a contenção evita a reação natural e espontânea do político que poderia causar-lhe danos irreparáveis, por outro, para o cidadão comum, ela representa um desconforto antinatural com o qual ele não está treinado para lidar nem disposto a aprender como fazê-lo.

Já a plasticidade requer do político a habilidade de transitar por diferentes mundos, tirando proveito de todos eles preferencialmente, mas ao cidadão comum isso mais parece ou pode parecer ausência de autenticidade, falsidade, dissimulação.

Uma vez mais se compreende a força do apelo da vida privada; o cidadão comum deseja pensar e agir mais natural e livremente. É menos forçoso para ele ajustar-se a quem ele é, sem ter de prestar contas para ninguém. Já o político lida com o seu duplo espectral, pois precisa projetar a si mesmo de modo que essa sua imagem combine elementos do *self* com as características contraditórias das situações contingenciais a que se submete cotidianamente. Trata-se de uma autometamorfose que quase sempre altera o ser original, espécie de viagem pelo tempo que provoca mutações irreversíveis.

Nesse esforço de compreender as razões que afastam a muitos da política é oportuno recuperar aqui as preciosas lições de Maquiavel e Weber em um ponto que as torna convergentes, a despeito da distância temporal que os separa.

Já há mais de 500 anos, Maquiavel considerou a política como uma atividade prática voltada à consecução de resultados como o bem-estar de um povo ou a conservação de um território e que, para tanto, impelia o príncipe a lançar mão de meios virtuosos e não virtuosos, contanto que os resultados visados fossem alcançados, a despeito de quaisquer julgamentos de ordem ética ou moral que pudessem pesar sobre suas ações.

Porque um homem que quer em todas as suas palavras fazer profissão de bondade se perde em meio a tantos que não são bons. Portanto, é necessário, para um príncipe que deseja manter o que é seu, saber como fazer o mal, e fazê-lo ou não de acordo com a necessidade. (Maquiavel, 2011, p. 121).

A atividade política demanda do príncipe/governante um esforço constante para ajustar-se ao ambiente e às circunstâncias, levando-o a agir conforme necessário, de modo a não perder as rédeas do governo, não se colocando a questão dos juízos ético-morais sobre as ações em si.

Portanto, é preciso que ele tenha uma mente disposta a mudar de acordo com os ventos e as variações da sorte e ainda, como eu disse antes, não deixar de ser bom se possível, mas, se necessário, saber então ser o inverso. (Maquiavel, 2011, p. 141).

Depreendemos assim de Maquiavel que a atividade política reclama duas qualidades nem sempre encontráveis em muitos indivíduos: a “*astúcia da raposa*” – a capacidade de dominar as artimanhas, construir ardis, agir com frieza, manipular, “*ser um grande simulador e dissimulador*” –, combinada com a “*força do leão*”, a capacidade de altivez, imposição e espírito de liderança para comandar. Mesmo sem essas qualidades, os que almejam a política devem ao menos aprender a manejá-las.

Mais de 400 anos depois, Weber retoma essa questão posta por Maquiavel da justificação dos meios pelos fins e dos paradoxos éticos que envolvem a atividade política, e faz a distinção entre a “*ética da convicção*” e a “*ética da responsabilidade*”. Enquanto a primeira “*condena qualquer ação que faça apelo a meios moralmente perigosos*”, a ética da responsabilidade, levando em conta “*as fraquezas comuns do homem*”, toma como diretriz o agir conforme as circunstâncias, inclusive mediante o uso da violência⁶² legítima consubstanciada no Estado, afinal, “*em matéria de moral política, [é preciso] adaptar-se aos costumes vigentes no setor*”.

A nenhuma ética é dado ignorar o seguinte ponto: para alcançar fins “bons”, vemo-nos, com frequência, compelidos a recorrer, de uma parte, a meios desonestos ou, pelo menos, perigosos, e compelidos, de outra parte, a contar com a possibilidade e mesmo a eventualidade de consequências desagradáveis, e nenhuma ética pode dizer-nos a que momento e em que medida um fim moralmente bom justifica os meios e as consequências moralmente perigosos. (Weber, 2011, p. 144).

Segundo a ótica de Maquiavel e Weber, esses paradoxos éticos que perpassam a atividade política certamente são um entrave para que nela adentrem aqueles que não são capazes de suportar o peso deste agir conforme a necessidade, a despeito do que diga a ética e a moral, e que não estejam dispostos a sacrificar os valores pessoais quando a isso forem demandados. O próprio Weber já ressaltava os perigos de uma incursão desavisada nesta seara:

Quem deseje dedicar-se à política e, principalmente, quem deseje dedicar-se à política em termos de vocação deve tomar consciência desses paradoxos éticos e da responsabilidade quanto àquilo em que ele próprio poderá transformar-se sob a pressão desses paradoxos. Repito que ele se compromete com potências diabólicas que atuam com toda a violência. (Weber, 2011, p. 152).

Buscando ainda as razões para a recusa da entrada na política, percebemos que a facilidade em fazer a crítica e a dificuldade para suportá-la também devem ser

⁶² Violência no sentido de força, como o instrumento específico, mas não único, de que se vale o Estado para o alcance de suas finalidades.

consideradas para se compreender a razão de muitos não atenderem ao chamado da política local. O não político pode apresentar-se como a pior pessoa do mundo, mas comumente está entre os primeiros a atirar a primeira pedra, de forma justa ou injusta. A posição desse crítico de que estamos falando é cômoda, pois ele não tem responsabilidade a fim de dar qualquer encaminhamento a um problema para o qual levantou a crítica; aliás, ele é até admirado por apontar os problemas do município.

Entretanto, essa crítica que vem do sofá muitas vezes ecoa num vazio basicamente por duas razões: a primeira, porque o próprio crítico coloca-se em uma posição de eximir-se de qualquer responsabilidade pela ação requerida na crítica⁶³; a segunda, porque a sua crítica frequentemente não encontra ressonância entre os atores políticos. Um exemplo dessa crítica de que estamos falando pode ser caracterizada pela indignação expressa pelo cidadão abaixo em um grupo de *WhatsApp*:

Esse bando de malandro aí que quer ganhar salário de 5 mil, eles têm que criar vergonha na cara deles e olhar é pra cuidar aumentar o salário aí é pro dos caras igual esses coitado dos garis, desses caras aí, dessas varredoras de rua que levanta 5 horas da manhã e trabalha, não igual esses marajá que vai aí na Câmara aí só pra assinar uma pautazinha de reunião aí e ir embora, pra ganhar o dinheiro sem fazer nada não. Vai, põe eles pra trabaiair aí, não vou falar o dia inteiro não, põe eles pra trabaiair só meia hora aí pegano lixo igual os meninos catador de lixo aí que ganha uma merreca, uma vergonha dum salário, as coitada das varredeira de rua, levanta todo dia 4 e meia da manhã, cinco hora pra pegar no serviço aí pra varrer rua, vai lá, fica no lugar delas uma hora pra cês vê o que que é trabalho, o que que é merecedor de salário, de aumento de salário, quem que é merecedor se é os varredor de rua, se é os catador de lixo ou se é ocês que só anda limpinho o dia inteiro e só sabe ir ali na Câmara pra assinar uma pautazinha de reunião e pronto, acabou, e ficar nesse blá-blá-blá. O salário de ocês sobe, cria vergonha na cara de ocês, bando de safado. (Seu Jerônimo)

Veja-se que o cidadão se indigna justificadamente. O problema é que ele faz a crítica muito provavelmente no conforto de seu lar, sem sequer ter participado desta reunião da Câmara em que ocorreu tal votação. É uma escolha individual, particular, mas a sua ressonância fica limitada exatamente porque o gasto de energia do cidadão foi

⁶³ Certa vez um eleitor iraiense disse que não precisava ir à Câmara ou mesmo acompanhar o trabalho do seu vereador, uma vez que já votara nele exatamente para que o representasse. O problema é que na representação indireta há uma tendência de o mandatário afastar-se da representação que lhe fora incumbida pelo representado/eleitor e agir atendendo a interesses outros, quando não atendendo aos próprios interesses. Rousseau já alertara para esse perigo, da representação: “*A soberania não pode ser representada pela mesma razão que não pode ser alienada; ela consiste essencialmente na vontade geral, e a vontade não se representa: ela é a mesma ou é outra, não há meio termo*” (Rousseau, 2018, p. 107). Ou seja, dar um cheque em branco ao representante político quase nunca é aconselhável, sendo preciso vigiá-lo constantemente. No mesmo sentido, José Murilo de Carvalho ressalta: “*O voto, repito, é apenas um entre vários instrumentos de exercício da cidadania política, sem falar na cidadania civil e social. O voto não pode ser o álibi do cidadão*” (Carvalho, 2017, p. 62).

mínimo. Talvez ou exatamente por isso, os vereadores nessa ocasião tenham votado em sua maioria pelo aumento dos salários.

O outro lado dessa crítica existente na política local é a dificuldade em suportá-la. Pleitear um cargo político como o posto de vereador é submeter-se ao julgamento popular contínuo e ininterrupto. Além disso, é aprender a lidar com os próprios vereadores e demais dirigentes políticos, especialmente aprender a lidar com aqueles que não comungam dos mesmos valores que a gente.

A esse respeito, certa vez uma pré-candidata a vereadora confessou que adorava a política de Iraí de Minas, que gostava de discutir as questões do município e que tinha muita vontade de um dia se apresentar como candidata a vereadora. Mas acrescentou em seguida que não suporta quando alguém discorda das ideias dela, a ponto de ficar abalada psicologicamente.

Percebe-se por aí mais um elemento que empurra muitos para o conforto do lar ante o embate da arena pública; é preciso uma força de espírito, um controle emocional não só para lidar com aquele que discorda da gente, mas para lidar com pressão, frustração, julgamento injusto, impotência etc., e ao final de cada dia voltar para casa e encontrar a paz de espírito, recompor as forças para no dia seguinte continuar andando de cabeça erguida pelas ruas da cidade, sabendo que ainda conta com a estima social.

No início deste capítulo, apresentamos uma razão imediata presente no senso comum que afasta os bons cidadãos da política. Estes associam a atividade e a figura do político a todo um conjunto de caracteres negativos, mormente relacionados à satisfação de interesses próprios; associam-na ao banditismo, aos piores vícios humanos que se nutrem à custa do bem comum. Ancorado nessa razão primeira, o bom caráter rapidamente se afasta, temeroso de adentrar nesse mundo e igualmente se sujar, corrompendo os seus valores ou, ainda que os consiga manter, receia que a estima social de que até então gozara já não mais será a mesma, uma vez que adentrou em um mundo marcado pelos vícios.

De fato, esse receio não é desprovido de sentido. Não se trata simplesmente de uma imagem negativa, mas de um dado positivo verificável de Iraí a Brasília. Assiste razão assim ao cidadão de bem. Entretanto, observo aí o não dito, esse argumento funciona como um alibi.

Ainda que a política local fosse marcada pela virtude, desconfio que mesmo assim não seria tarefa fácil arregimentar novos e bons quadros para as suas fileiras, e isso

pelas razões já expostas⁶⁴. A atividade política demanda um desconforto, um formigamento, um gasto de energia, como já foi dito, e requer sacrificar parte da própria vida privada em tempos nos quais o indivíduo se compraz consigo próprio em sua esfera íntima. Um tempo em que o eu cresce em importância e significado ante um nós enfraquecido, o indivíduo alcança o seu ápice e busca a sua satisfação pessoal em uma sociedade na qual espera que tudo funcione, mas de preferência sem o concurso de sua ação, especialmente no que tange ao cuidado dos negócios públicos.

Resgatar alguns destes bons cidadãos de que estamos falando para a política, existentes em Iraí de Minas e em qualquer aglomerado humano, implica uma verdadeira mudança nos valores sociais, com um alto consumo de energia humana. Trata-se de um processo educacional de longa duração que ensina o indivíduo a contrariar o seu instinto natural que o leva a viver com o menor esforço para que seja possível atingir o social.

A construção social não é tarefa de um homem e de uma geração, mas um esforço coletivo ao longo do tempo; é um constante dispêndio de energia humana e requer pôr os pés no barro, contrariando a tendência natural da acomodação ao *status quo*. A obra coletiva implica dar uma parcela de contribuição para a edificação do todo, abdicando de parte do próprio tempo privado em benefício da causa comum, algo somente alcançável pela educação.

Em outros termos, é preciso resgatar a própria política. Isso não quer dizer um retorno impossível ao modelo da Antiguidade greco-romana, quando a política era tida como o ápice da atividade humana, sinônimo de virtude, atividade nobre que engrandece o espírito. Significa um resgate da imagem positiva da política, não esta a que estamos acostumados a viver, marcada pela corrupção dos valores, mas aquela marcada pela virtude de que somos herdeiros. Tendo tais valores como inspiração, há de se redefinir a imagem da política combatendo a imagem negativa que, de forma deliberada, afasta os bons cidadãos. Em termos pragmáticos, fazer dela o instrumento pelo qual homens e mulheres possam conquistar melhorias para os locais onde vivem, contribuindo reflexamente para a melhoria da vida das pessoas.

64 Veja-se, por exemplo, o relato do ex-vereador Márcio: *“A pessoa de boa índole, de boa capacidade, a pessoa vamos dizer assim que tem condição de não ser um vereador igual o Marculino, de não ser um vereador medíocre, uma pessoa que tem condição de ser um bom vereador, um bom prefeito, ela ganha mais dinheiro no negócio dela, na profissão dela do que sendo político, e ela vai pro trabalho dela, pra fazenda, pro escritório, e faz o trabalho dele e volta pra casa e descansa; o político, não, ele é funcionário do povo o tempo inteiro. Na porta dos vereador eles vão o tempo todo”*.

Mirar o impossível para alcançar o possível, numa espécie de resgate da esperança. Acreditar que existem exemplos, ainda que isolados, como fonte de inspiração para a formação de novos quadros políticos locais e que existem sementes para o plantio e a germinação de uma nova safra política⁶⁵.

Compreendemos assim algumas das razões da não entrada de muitos indivíduos na política local em Iraí de Minas. É a má reputação da atividade, o medo de marcações pessoais, o sentimento de impotência, o receio de desfalcocar o próprio patrimônio, mas também a força que exerce sobre os indivíduos o comodismo da vida privada. De outro lado, destacamos o aspecto humano desta atividade, passível de ser reformada mediante algum esforço.

1.5 Uma paixão municipal

Ao iniciarmos este capítulo sobre os vereadores e abordar aspectos da política em Iraí de Minas, mencionamos a ideia de paixão como um dos elementos envolventes da política local. Avancemos um pouco mais sobre esse aspecto.

Eu mexo com política desde os 18 anos; sou militante desde a campanha do Miguel (ex-candidato a prefeito). (Ex-vereador Carlos)

Desde menina, aos sete anos de idade, eu distribuía santinho na rua e gostava de política, muito. Aí eu fiquei mocinha com uns 12 anos, aí eu tinha um dom de comunicação, a facilidade de conversar, de interagir no grupo. Aí teve uma política, campanha do Seu Jorge Américo (ex-prefeito), o Virgulino (vereador) fazia parte dessa campanha, Jorge Américo e Carlos. Eu já era mocinha, e eu fui encarregada. Primeiro teve um comitê lá no pai da Joana, eu fui encarregada. Lá em Monte Carmelo, fazia cédula, três meses eu fazia cédula dia e noite, eu não dormia, eu pegava caixa assim de papel e escrevia dia e noite o nome dos vereador, preenchia a cédula pronta pra dar pro povo, na época era cédula. A política era suja. Essa cédula eu distribuía pro povo, aí era a mesma cédula que punha na urna, fazia pros vereador pra dar pro povo. Eu trabalhava no comitê. (Ex-vereadora Ana)

Não é preciso dizer muito para evidenciar a paixão⁶⁶ que move os atores da política local, muitos deles, como o ex-vereador Carlos e a ex-vereadora Ana, militantes de um mesmo partido (MDB) há mais de trinta anos.

⁶⁵ “Utopia... Utopia... repetirá a sensatez rasteira. Utopia, sim; sejamos utopistas, bem utopistas; contanto que não esterilizemos o nosso ideal, esperando a sua realização de qualquer força imanente à própria utopia; sejamos utopistas, contanto que trabalhemos” (Bomfim, 2008, p. 290).

⁶⁶ A ideia de paixão usada neste trabalho relaciona-se a competição, tradição rivalidades etc., distanciando-se em alguma medida, mas não totalmente, da ideia de “gosto pela política” de que nos fala a Prof.^a Maria Francisca. Para ela, há que se fazer uma diferenciação entre a política entendida como ação do Estado expressa pelos meios institucionais, a política de que o brasileiro não gosta: “... ele não se sente representado na política”, e a política “situada no mundo da vida, na interação entre sujeito, cultura e

É curioso o relato trazido pela ex-vereadora Ana, que já quando criança contribuía para o seu partido nas eleições municipais. Nesse tempo, ainda quando o voto era exercido mediante o preenchimento de cédula, nas vésperas da eleição o partido lhe entregava um maço de cédulas para que ela as preenchesse, obviamente com os nomes dos candidatos de seu partido. No dia da eleição, ela distribuía essas cédulas já preenchidas aos eleitores. O truque consistia no seguinte: o eleitor, muitos deles sem leitura, quando se dirigia à cabine de votação recebia dos mesários a cédula oficial, mas colocava na urna a cédula que já recebera preenchida, vinda do partido. Finalizado o voto, o eleitor restituía a alguém do partido a cédula oficial como uma espécie de comprovante de que votara segundo a recomendação que lhe fora dada pelo partido⁶⁷.

Outra variante desta entrega da cédula preenchida ao eleitor no dia da eleição, conforme me revelou a vereadora, consistia em abordar os eleitores vindos da roça, muitos deles sem leitura, e perguntar em quem o eleitor ia votar; se o eleitor dissesse que iria votar em algum candidato adversário, ela pedia para ver a cédula que fora entregue nos moldes anteriores e dizia ao eleitor que aquela cédula não era do candidato em quem ele queria votar e, ao mesmo tempo, entregava-lhe outra cédula, essa por ela preenchida. Dizia então que essa sim era a cédula de que o eleitor precisava. Ou seja, trocava a cédula preenchida pelo partido adversário pela cédula preenchida pelo partido dela, e assim assegurava mais um voto para o partido.

Trata-se de uma disputa envolvente, presente há tempos desde a emancipação do município, e que vai alimentando contendas geracionais. A paixão que alimenta essas disputas políticas é causa de rixas entre vizinhos, coloca marido e mulher um contra o outro, provoca traumas familiares e é fonte de calorosas discussões em bares ou qualquer outra rodinha que aglomere mais de duas pessoas, especialmente no período da campanha eleitoral.

É comum ouvir em Iraí de Minas expressões como “fulano é doente em política”, querendo com isso dizer que o seu gosto, a sua paixão é tamanha quando se trata de política, que beira o fanatismo ou se assemelha a uma moléstia grave. O sujeito levanta o

sociedade”, o envolvimento com a política de que o brasileiro gosta. A Prof.^a Maria Francisca sugere um amadurecimento de valores modernos/pós-modernos em “*uma sociedade cada vez mais participativa e politizada*”, na qual se “*reprova a forma oficial de fazer política, mas, não, a política*” (Pinheiro, 2000, 61-86). Não obstante essa proposição, no contexto empírico de Iraí, o gosto ou a paixão pela política tem mais a ver com a ideia de “*jogo absorvente*”.

⁶⁷ Note-se que se hoje a urna eletrônica sofre questionamentos acerca da possibilidade de fraude, com o voto em cédula a fragilidade não era menor. Não se pense que o eleitor que recebia a cédula já preenchida, ainda que sem leitura, fizesse o truque da troca das cédulas sem receber algum incentivo para isso.

estandarte do partido e passa a nutrir quase que uma repugnância por tudo o que tenha origem no partido adversário.

Nas eleições municipais de 2016 (PDT x PROS), por exemplo, o MDB, principal partido político da cidade e um dos polos antagônicos da política local, não lançou candidato à prefeitura para concorrer com o rival histórico, o PDT. É provável inferir, até por conta da rivalidade histórica entre MDB e PDT, que a maioria dos eleitores do MDB, por falta de alternativa, votou no PROS, mas quando observamos os votos brancos e nulos dessa eleição (5,04% do eleitorado – 262 votos) e comparamos com os votos brancos e nulos da eleição anterior de 2012 (2,56% do eleitorado – 136 votos), constatamos que esse número praticamente dobrou, o que nos leva a concluir, tendo também por base os relatos dos próprios eleitores, que muitos dos eleitores do MDB recusaram-se a votar seja no PROS⁶⁸, seja no PDT, engrossando assim os votos brancos e nulos dessa eleição de 2016, como que dizendo: “Se não posso votar em meu partido, no caso o MDB, também não voto nesses que aí estão”.

Outra situação em que se manifesta essa paixão doentia é no chamado voto cruzado. Um candidato a vereador pode apresentar-se em uma campanha possuindo os melhores atributos possíveis como candidato, mas se o seu candidato a prefeito sair da eleição derrotado, também ele poderá não alcançar a vitória. Isso porque existe uma tendência de os eleitores buscarem o seu candidato a vereador no partido que acreditam que vencerá as eleições, diminuindo as chances do bom candidato que fica do lado derrotado, uma vez que o eleitor evita votar no prefeito de um partido e em um vereador de outro partido. Isso é algo que acontece na política local⁶⁹; por vezes, escolhe-se o medíocre e despreza-se aquele com mais atributos, com a justificativa de não se cruzar o voto.

Eurico: aqui é muito doentio, vizinho fica de mal do outro por pouca coisa de política. Uma palavra que o vizinho falar pro outro já é motivo de desavença. Eu creio que tem muita desavença na política aqui. Eu

⁶⁸ Essa recusa de muitos eleitores do MDB votarem no PROS também se explica pela recusa do PROS em fazer aliança com o MDB nessa eleição. Como o PROS não aceitou a aliança com o MDB, isso magoou muitas das lideranças tradicionais do MDB, algumas das quais optaram por votar no PDT, votar no rival, ou então refugiar-se no voto branco e nulo.

⁶⁹ Algo bem diferente do que ocorre na eleição no plano nacional, no que tange ao voto partidário, em que o partido vencedor da eleição presidencial não consegue eleger 20% dos deputados federais, como nas eleições gerais de 2010 e 2014, por exemplo, em que o PT venceu as eleições presidenciais, mas na Câmara, mesmo tendo elegido as maiores bancadas, elegeu apenas 86 e 68 deputados, respectivamente, de um total de 513 deputados. Uma das razões para isso é a *“incongruência do eleitor”* em seu voto, como destaca o cientista político Jairo Nicolau: uma fração inexpressiva do eleitorado, *“cerca de 4%, é partidário, ou seja, vota em candidatos a deputado federal do partido pelo qual tem simpatia”* (Nicolau, 2017, p. 77). Mas em Iraí a tendência é oposta, como veremos: o eleito faz a Câmara.

fico reparando que tem muitos aí que a gente repara que era carne e unha e por causa de política, doentio mesmo, se separou.

Jacinda: aqui tem uns que é 15 (MDB), igual o Eurico falou, é 15, 15 doente, pode pôr qualquer um lá no 15, às vezes ele nem é tão bom, eles vota naquilo lá. (Diálogo entre a pré-candidata a vereadora Jacinda e seu esposo Eurico)

Um rápido exame do resultado das eleições municipais para prefeito dos últimos pleitos ilustra esse aspecto “doentio” da política corrente na cidade, que por sua vez reforça o partidarismo existente. Nas últimas quatro eleições (2004, 2008, 2012 e 2016), os grupos políticos liderados por João Dias e Paulo Souza têm-se alternado à frente do governo⁷⁰ (2004 e 2012 – Paulo Souza prefeito; 2008 – João Dias prefeito; 2016 – Joaquim Barros, correligionário do grupo político do João Dias, prefeito). O curioso, no entanto, foram os placares dessas disputas. Em três delas, os vitoriosos ficaram com 55% dos votos contra 45% dos derrotados, não importando quais fossem os candidatos. A exceção ficou por conta da lendária eleição de 2008, na qual os dois patriarcas – João Dias e Paulo Souza – mediram forças, ficando o placar em 50,07% a 49,93% (meros sete votos de diferença) a favor do João Dias.

A paixão política em Iraí, que envolve candidatos e eleitores, é algo real de que não se tem dúvida, sendo o seu ponto de ebulição o período das campanhas eleitorais. A esse respeito, recupero uma interessante passagem de Tocqueville mostrando o caráter febril que acometia os norte-americanos nos momentos que antecediam às eleições de seus primeiros presidentes:

À medida que a eleição se aproxima, as intrigas se tornam mais ativas, a imaginação mais viva e mais difundida. Os cidadãos se dividem em vários campos, cada um dos quais toma o nome de seu candidato. A nação inteira mergulha num estado febril, a eleição passa a ser o texto cotidiano dos papéis públicos, o tema das conversas particulares, o objetivo de todas as gestões, o objeto de todos os pensamentos, o único interesse do presente. (Tocqueville, 1998, p. 153).

Mas de onde vem esse ímpeto contagiante que leva o marido a brigar com a mulher, o cabo eleitoral a comprar votos para o seu candidato por vontade própria sem às vezes ter sido instado a isso, os eleitores a fazerem apostas nos candidatos, ao enorme dispêndio financeiro das campanhas eleitorais que induz mesmo o humilde a gastar o pouco que não tem? De onde vem essa paixão política local?

⁷⁰ Em verdade, essa alternância entre os dois grupos políticos remonta à própria emancipação política do município, em 1962, sendo Francisquinho (pai do ex-prefeito Paulo Souza) o primeiro prefeito eleito, em 1963.

Ela é diferente da política de Uberlândia, da política nível estadual, da política nível federal, mas ela é igual à política da Romaria, da Estrela do Sul, da Grupiara, pela questão que os políticos conhece todos os eleitor, os eleitor aqui é contado um a um. Quem não conhece todos os eleitor, pelo menos 90% na ponta do lápis, tá em desvantagem. (Ex-vereador Márcio)

O alimento diário dessa paixão política local é a proximidade, o contato estreito que coloca cara a cara eleitor e candidato, não como partes estranhas que se apresentam durante uma campanha eleitoral de modo impessoal. Candidato e eleitor, na maioria das vezes, são pessoas que se conhecem, dividem uma história em comum, uma vivência partilhada que pode vir de uma amizade de infância, ou até pertencem a uma mesma família. Ainda quando não seja um amigo ou familiar, sabe-se quais são as suas origens e o que faz o candidato tal, aliás, antes mesmo de alguém se apresentar como candidato o eleitor já detém um conjunto de informações acerca de quem é a pessoa. Em outros termos, as limitadas dimensões geográficas e populacionais do município induzem relações sociais orgânicas, apaixonadas, personalíssimas, relações essas que se transferem quase que naturalmente para o plano da política. É compreensível assim a dificuldade de muitos eleitores negarem um voto para um parente ou amigo candidato a vereador independentemente de quais sejam os seus atributos para o exercício do cargo. A proximidade gera uma espécie de dívida moral que vincula de modo indissociável eleitor e candidato, funcionando como verdadeiro fermento da paixão política local.

O fato de a política local ser monopolizada por dois grupos políticos, duas grandes famílias, só contribui para continuar mantendo viva esta paixão. O cidadão cobra o asfalto para se ver livre da poeira e do barro, mas se é o prefeito adversário a seu grupo político que deseja fazer o asfalto, ele pede ao vereador para votar contra esse asfalto, ou seja, é preferível não ter o asfalto do que tê-lo pelas mãos do adversário. É preciso ter em mente esse aspecto da política local para compreender atitudes como essa que, de outro modo, seriam incompreensíveis a um estrangeiro nessas terras.

No capítulo destinado ao exame da campanha eleitoral, analisaremos outro aspecto decorrente da proximidade, da paixão, entre eleitor e candidato, que se refere ao aspecto financeiro da política local e às suas implicações. Por ora, vejamos mais uma manifestação inequívoca da paixão política que, como a outra, também cega.

Uma vez eu (Eurico) fui julgado aí. Eu tinha um Fiat Uno, mas só que em Iraí tinha uma renca (muitos) de Fiat Uno vermelho. Eu (Júlia) vi o carro dele lá (na carreta do adversário). Nós (Jacinda e Eurico) ficou morrendo de raiva. A Júlia brigando que o Eurico tava. Então assim é doentio. (Eurico, esposo da pré-candidata Jacinda)

Esse episódio ocorreu durante uma carreata realizada pelo partido adversário ao partido da pré-candidata Jacinda, de seu esposo Eurico e da amiga do casal, Júlia. Na ocasião, Júlia vira um Fiat Uno vermelho na carreata e de imediato associou o veículo ao do amigo Eurico, sendo isso para ela motivo de grande descontentamento. Como é possível o veículo do amigo e correligionário de partido na carreata do adversário? Algo imperdoável. Conforme me revelaram Eurico e Jacinda, passado o episódio, de pouco adiantaram as explicações de que o veículo não era o do Eurico, mas outro qualquer; Júlia não se convenceu totalmente da inocência nesta suposta traição⁷¹. O fato de Eurico e Jacinda não terem conseguido convencê-la de sua inocência foi razão para deixá-los igualmente raivosos com o ocorrido, ou melhor, com o não ocorrido.

Tivemos a oportunidade de analisar neste capítulo o papel dos vereadores no contexto do exercício do poder político local em Iraí de Minas. Iniciamos o estudo investigando as causas que explicam a entrada na política local de novos atores. Verificamos o peso da herança familiar, do partidarismo e alguma dose de vocação para a atividade como forças que atraem indivíduos para a política local. Além disso, evidenciamos que, de modo geral, são significativas as razões de ordem pessoal no sentido de busca da atividade como meio para a satisfação de interesses próprios.

Ainda, verificamos que a maioria daqueles que não se interessam pela política enquanto candidato, especialmente os de boa índole, tem como razões a imagem negativa da política veiculada socialmente, o sentimento de impotência ante a dificuldade da mudança dos costumes locais, o medo da marcação e perseguição política e o receio de gastar dinheiro, uma vez estando na política. O comodismo da vida privada também se revelou uma razão significativa para explicar o afastamento de muitos da política local.

Ao examinar a campanha de vereador em Iraí de Minas, resta evidente que os eleitos surgem como o resultado de uma combinação de fatores: os votos de família, os cabos eleitorais, o prestígio social de que goza o candidato e o voto de porta em porta. Adentramos ainda na relação do candidato com o eleitor e na habilidade que esse deve ter para lidar com o assédio dos eleitores, além do sensível tema da compra de votos.

Ao tratar das questões relativas ao trabalho do vereador, observamos a ociosidade do tempo de que dispõe, as limitações gerais ao desempenho da atividade no sentido de buscar alguma melhoria para a municipalidade, examinamos o seu dia a dia

⁷¹ A analogia com uma suposta traição amorosa dá o tom da paixão política presente nos atores.

nas reuniões da Câmara de Vereadores e as estratégias empregadas nas principais votações. Ressaltamos igualmente o peso do mandato sobre o vereador, vindo tanto das interações do próprio meio político com os correligionários e adversários, como da pressão popular que se apresenta em momentos pontuais. Verificamos que essa pressão sofrida pelos vereadores afeta a sua esfera íntima, alterando os seus padrões sensitivos como resposta ao meio em que vive.

Por fim, destacamos o tema da paixão política como uma espécie de cimento social que une candidatos e eleitores especialmente durante os períodos de campanhas eleitorais⁷². Vimos que essa paixão emerge da proximidade, das relações sociais orgânicas daí decorrentes que se transferem para o plano político quase que naturalmente, constituindo um relevo singular, uma espécie de “*virus no sangue*”, uma “*coisa que envolve a cidade inteira*”.

⁷² Algo bem diferente do plano nacional, em que frequentemente, semanas após uma eleição, cerca de metade dos eleitores nem se lembra dos nomes dos candidatos em quem votou – no caso das eleições para deputado federal e estadual –, numa espécie de “*amnésia eleitoral*” (Nicolau, 2017, p. 64-65)

Capítulo 2 – O dia a dia da Câmara

Assim que alguém diz dos assuntos do Estado “que me importa?”, deve se contar que o Estado está perdido. (Rousseau, 2018, p. 106)

Neste capítulo ver-se-ão os meandros da política em Iraí de Minas, examinando em detalhes o dia a dia da Câmara de Vereadores, como ocorrem as eleições de seus presidentes, o andamento das reuniões, os projetos que lá são votados, a ociosidade dos trabalhos, a participação popular e as estratégias políticas empregadas nas votações.

Figura 4 – Câmara Municipal de Iraí de Minas, frente



Acervo do autor, março de 2021.

Figura 5 – Câmara Municipal de Iraí de Minas, interior



Acervo do autor, março de 2021.

A necessidade de um parlamento republicano nos regimes democráticos remonta ao declínio das monarquias absolutas, sendo o auge deste processo alcançado com a Revolução Francesa, quando ficou marcado em bronze que o povo deveria ser ouvido, se não diretamente, ao menos por intermédio de seus representantes, perdendo literalmente a cabeça aqueles que divergissem de tal entendimento. Como se diz, a democracia tem um preço e no início a unidade de medida era o sangue.

No Brasil, mesmo no período imperial houve a necessidade de um contrapeso ao poder absoluto do monarca, ganhando relevância maior no período republicano, apesar de ter enfrentado ao longo de sua história recente altos e baixos, inclusive com episódios de seu fechamento como o ocorrido durante o Regime Militar de 1964.

Com a redemocratização do país, ocorrida em 1985, o parlamento brasileiro assumiu a tarefa de elaborar uma nova Constituição. Em 1988 foi promulgada a Constituição hoje vigente, conhecida como “*Constituição Cidadã*”. Pela inspiração do gênio de Montesquieu, está estatuída como uma de suas regras de ouro o mecanismo dos freios e contrapesos, consagrado pela máxima da separação dos poderes. Assembleia, governo e juiz, apesar de terem sua origem na unicidade do poder popular, possuem características e funções distintas a fim de que um poder contenha os arbítrios do outro e assim se evitem os temores do passado, em que o soberano guardava para si o papel de legislador, carrasco e juiz.

A Constituição de 1988 e as inúmeras constituições estaduais deixam claro o papel dos parlamentos: legislar e fiscalizar precipuamente, além da autonomia para cuidar de sua administração interna, bem como atuar como instância judiciária em circunstâncias específicas como o julgamento do prefeito em crimes políticos e o julgamento de seus próprios pares, como nos processos de quebra de decoro parlamentar. Estas duas últimas funções, administrativo-judiciárias, devido ao caráter excepcional que possuem, são conhecidas como funções atípicas de um parlamento.

Passemos então do plano teórico, no qual o parlamento existe como instância abstrato-conceitual destituído de substância, para um plano material, humano, em que o ideal nem sempre se conforma com o real, com o objetivo de alcançar as vicissitudes presentes no dia a dia de um parlamento, descrevendo como os seus representantes concebem em termos práticos essa instituição, tornando palpável para si mesmos e para os outros o parlamento idealizado pela Constituição. Faremos isso a partir da observação direta do cotidiano da Câmara de Vereadores de Iraí de Minas, uma entre as tantas existentes nos milhares de municípios brasileiros. Vejamos o que lá ocorre.

2.1 A eleição do Presidente

Trata-se de procedimento comum após o fechamento das urnas o partido ou coligação⁷³ de partidos que fez a maioria de vereadores, pelo menos cinco, reunir-se, em caráter privado por óbvio, para a definição de quem ocupará os cargos da Mesa Diretora, Presidente, Vice e Secretários. Já nesse pequeno conchavo, duas situações podem acontecer. No primeiro cenário, temos que o prefeito, para seu próprio deleite, fez a maioria de vereadores (elegeu pelo menos cinco dos seus). Nesse caso, ele próprio capitaneará essa reunião ditando as diretrizes para a escolha de quem ocupará cada cargo, como forma de demonstrar seu poder e manter as rédeas da Câmara em suas mãos. Mas há que se observar que ele não detém o poder absoluto de designar qualquer um, à sua livre escolha, para ocupar qualquer cargo, especialmente o de Presidente, que será o maestro dos trabalhos da Câmara durante um mandato que normalmente pode ser de um ou dois anos, vedada a reeleição para o período imediatamente seguinte. É comum o prefeito indicar para esse posto o vereador mais votado de sua legenda e com esse mesmo critério proceder ao preenchimento dos demais cargos.

No outro cenário possível de se ver, o prefeito eleito não faz a maioria de vereadores e pagará caro por isso, inclusive no sentido literal dessa expressão. Como não fez maioria, a princípio não terá influência direta no preenchimento dos cargos da Mesa. Nesse cenário, o mais comum de se ver é a influência ser exercida pelo candidato a prefeito que perdeu, por um presidente de partido ou alguma outra liderança partidária, muitas das vezes também utilizando o critério de o candidato mais bem votado na legenda ser designado para a Presidência da Câmara.

Variações desses dois cenários são possíveis e não raro acontecem. Por vezes, mesmo o prefeito tendo feito maioria, tem de lidar com algum insurgente, alguma ovelha desgarrada, que, ouvindo a si próprio, já deseja ser o Presidente no início da legislatura (período de quatro anos do mandato parlamentar), a despeito de qualquer que seja o critério apontado pelo prefeito. Tem-se então um impasse no interior do próprio grupo vitorioso, mormente movido por vaidades pessoais. Nesse caso, o insurgente que deseja fazer-se Presidente, vai em busca de apoio entre os vereadores da minoria para montar uma chapa contestatória ao governo, mas é aí que se depara com uma das máximas dos acordos políticos que diz que todo apoio desejado deve ofertar algum tipo de

⁷³ Após a Emenda Constitucional nº 97/2017 ficou vedada a coligação de partidos para a disputa das eleições proporcionais.

contrapartida, o velho “toma lá dá cá”. Por exemplo, apoia-se o desgarrado para a Presidência no primeiro período legislativo, mas a ele se pede em troca igual apoio para que no segundo período legislativo algum dos vereadores que o apoiou seja o segundo Presidente.

Como essa rebeldia tem um preço, incluindo o desgaste com os próprios correligionários, resta ao insurgente retornar ao rebanho, mas não o faz docilmente, submete-se às diretrizes do prefeito, porém à custa da venda de seu apoio à chapa do prefeito.

Uma variação do cenário no qual o prefeito não faz maioria é o cenário em que cada vereador, numa espécie de guerra de todos contra todos, parte em busca de construir sua própria maioria para fazer-se Presidente, já sabendo o que deverá ofertar para os vereadores a fim de arregimentar o apoio necessário, uma vez que dificilmente conseguirá qualquer apoio sem oferecer algo em troca.

O sentido da disputa para a Presidência é compreensível, pois além da já mencionada direção dos trabalhos da Câmara, o Presidente por vezes faz jus a uma retribuição pelo exercício do cargo, uma parcela extra ao salário comum a todos os pares, e goza de benefícios pessoais como carro oficial, linha telefônica, direito de empregar para cargos de confiança correligionários seus e a distinção social conferida pelo cargo.

Feitos todos os arranjos de bastidores extraoficiais para a composição da Mesa, procede-se a uma reunião preparatória, da Câmara, esta oficial, para a eleição secreta⁷⁴ dos membros da Mesa, cujo resultado, por evidente, já é sabido.

E é assim que começa o ano legislativo em uma Câmara Municipal de uma pequena cidade, especialmente no início de cada governo.

Observemos agora o funcionamento regular de uma Câmara de Vereadores, particularmente no que tange à sua atuação legislativa.

2.2 As reuniões da Câmara

Uma Câmara de Vereadores funciona basicamente mediante três tipos de reuniões: ordinárias, extraordinárias e especiais/solenes. As ordinárias são aquelas em que se delibera regularmente sobre a pauta legislativa do município e representam a

⁷⁴ Na eleição para a Presidência da Mesa da Câmara no exercício de 2020, os vereadores do governo (cinco vereadores), temendo uma “traição” de algum deles, alterou o regimento interno da Casa de última hora a fim de que o voto fosse aberto ao invés de secreto. Com isso, evitava-se a temível traição e a perda da Presidência. De fato a manobra foi exitosa; sendo aberto o voto, a eventual traição não ocorreu e assim manteve-se a Presidência na base de apoio ao prefeito.

maioria das reuniões. As extraordinárias destinam-se a apreciar alguma proposição de natureza relevante e urgente e que por isso mesmo não podem esperar as reuniões ordinárias para serem apreciadas, ocorrendo em número bastante reduzido ao longo do ano. Já as especiais/solenes destinam-se a algum tipo de comemoração/homenagem, abertura dos trabalhos legislativos etc. e ocorrem em número ainda menor que as extraordinárias.

Em Iraí de Minas, as reuniões ordinárias obedecem a um calendário previamente estabelecido pelo Presidente no início do ano legislativo e, comumente, ocorrem apenas duas vezes ao mês. Em dois dias do mês, normalmente um na primeira e outro na segunda quinzena do mês, os vereadores se reúnem no plenário da Câmara e tem início a reunião ordinária. As reuniões em Plenário tomam apenas uma pequeníssima parte do tempo de trabalho mensal dos vereadores.

Essa reunião ordinária subdivide-se em três momentos: uma espécie de preâmbulo da reunião propriamente dita; a apreciação da ordem do dia; e o uso da palavra ou o período após a ordem do dia, embora o uso da palavra de maneira prolongada ocorra durante a ordem do dia, sendo isso o mais comum.

O preâmbulo é marcado pelo seguinte compasso. Um servidor da Câmara, em atitude cerimonial e de microfone em punho faz a chamada dos vereadores, começando por certo pela chamada do Presidente e dos demais por ordem alfabética, convidando-os para assumirem os seus lugares. Ato seguinte, seguindo o rito e antes de passar a palavra ao Presidente, esse servidor convida todos para, em posição de respeito, cantarem o hino nacional. Especialmente no início de uma legislatura e em sessões especiais/solenes canta-se também o hino do município. Após esse momento cívico, todos os presentes saúdam o pavilhão. É quando o servidor passa a palavra ao Presidente.

Este, verificada a presença do quórum mínimo de abertura de cinco vereadores, faz a abertura dos trabalhos, não sem antes solicitar à primeira secretária que faça, como de costume, a leitura de um trecho bíblico escolhido por ela mesma, como que para iluminar o andamento da reunião e a cordialidade e o respeito que dela se espera, embora não raro isso seja pouco observado. Em seguida, o Presidente solicita à primeira secretária que proceda à leitura da ata da reunião ordinária anterior, a fim de que os vereadores a ratifiquem ou solicitem eventuais correções. Este momento da ata é bastante tedioso para os vereadores, uma vez que leva alguns bons minutos e comumente serve apenas para cumprir uma mera formalidade já oficializada na reunião anterior.

Para fugir a esse tédio mortal da leitura da ata, expedientes como ir ao cafezinho ou água, ir ao banheiro, ler alguma correspondência particular destinada ao vereador, rascunhar algum argumento a ser proferido em algum momento da ordem do dia ou do uso da palavra, combinar com o colega de partido algum voto para a ordem do dia, dar uma passada de olho para registrar a população presente à sessão e planejar algum elogio, ou mesmo responder a algumas mensagens do celular são atitudes corriqueiras e aliviam um pouco o tédio da leitura da ata, superado tão somente após o Presidente submetê-la à votação e colher o já esperado “favorável” de cada vereador. Raríssimas são as vezes em que algum vereador solicita alguma retificação na ata, mas é um momento da reunião como que sagrado e, juntamente com outros mais, como se verá, compõe um todo que legitima perante os poderes instituídos o seu direito de existência, o direito sagrado de existir de uma Câmara de Vereadores.

Feita a leitura da ata, o Presidente procede à leitura de algumas correspondências oficiais dirigidas à Câmara, como ofícios de deputados anunciando o envio de recursos para o município, órgãos públicos anunciando o envio de repasses etc., comunicações essas já disponíveis aos vereadores muito antes do início da reunião. Mas o ritual não pode ser quebrado, e é por isso que as leituras são feitas. Somente após a leitura desses expedientes diversos encaminhados à Câmara é que se segue a ordem do dia, momento no qual se passa à deliberação de alguma proposição legislativa de interesse do município que requer os votos dos vereadores. E o que se vota nesses momentos?

Espera-se particularmente que votem leis e matérias em geral, de forma independente, que contribuam de alguma maneira para a melhoria do município e promovam o bem-estar de sua população, seja a votação de um projeto de uma obra pública, que promova melhorias na administração, seja a obtenção de empréstimos para a realização de obras urbanas. Enfim, tudo aquilo que deverá trazer algum benefício para a coletividade local. Mas nem sempre é isso o que ocorre.

Um primeiro aspecto a ser observado é que a grande maioria dos projetos submetidos à apreciação da Câmara é de autoria do prefeito. Por exemplo, na legislatura 2017-2020, dos 64 projetos apresentados, 57 foram de autoria do prefeito e sete de autoria de vereadores. Isso revela que a direção da agenda legislativa municipal é comandada de modo quase que absoluto pelo prefeito, fato este que não agradaria muito Montesquieu, dada a interferência direta de um poder nas competências do outro. E por que isso acontece?

Basicamente duas são as razões. A primeira deve-se ao próprio regramento constitucional⁷⁵ que limita a iniciativa dos vereadores aos projetos que não impliquem aumento de despesa pública; estes são reservados apenas ao Chefe do Executivo, como já vimos. Apesar de esta regra esvaziar em alguma medida o rol de matérias sobre as quais um vereador poderia apresentar um projeto, um aspecto talvez ainda mais forte que este explica a baixa iniciativa legislativa dos vereadores: a falta de competência técnica ou de boa vontade.

Em Iraí de Minas, é fato que em diferentes legislaturas o nível de instrução dos vereadores é bem baixo⁷⁶ e, mesmo quando a maioria dos vereadores são os ditos “estudados”, aqueles que têm curso superior, como na legislatura 2017-2020, um ou outro tem a capacidade de transformar um problema urbano qualquer num projeto de lei claro e objetivo com potencial para promover algum tipo de melhoria no município.

Ademais, quando um vereador ousa apresentar um projeto de lei, fato este raríssimo num pequeno município, enfrenta não só “o ciúme e a inveja” de seus pares, como do próprio prefeito⁷⁷. Isso significa, algumas vezes, a dificuldade para se obter apoio mesmo quando o referido projeto é de interesse público. No que tange ao prefeito, este ameaça com a possibilidade do veto caso o projeto seja aprovado na Câmara, argumentando que tal projeto não é da competência do vereador, que é inconstitucional por ferir a lei tal etc., numa manobra para desencorajar o vereador a levar o projeto adiante, para que o próprio prefeito possa oportunamente apresentar o projeto e colher a graça da população com a sua aprovação.

Os projetos de lei, em sua maioria de autoria do prefeito, ocupam proporcionalmente apenas uma pequena parte dos trabalhos da Câmara ao longo de um ano legislativo típico, como se verá adiante. É que 80% do tempo de trabalho dos vereadores em uma reunião ordinária, e lembrem que estas ocorrem apenas duas vezes

⁷⁵ Vide nota 41.

⁷⁶ O que nos relembra, em alguma medida, a cômica sessão de julgamento pela Câmara dos Deputados do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff em abril de 2016 e as esdrúxulas justificativas e comportamentos bizarros apresentados pelos deputados, que faziam referência a Deus, à família, aos seus municípios, mas calavam-se quanto às razões do processo, seja por astúcia política, seja pela pura e simples ignorância do que se tratava.

⁷⁷ Em 2019, determinado vereador apresentou um projeto de lei criando o direito de o servidor público municipal gozar um dia de folga pela passagem de seu aniversário. Sob o pretexto de que o projeto era da iniciativa do prefeito, este, sabendo da boa recepção pelos funcionários do projeto do vereador, apresentou um projeto de igual objeto e combinou com o presidente da Câmara para que o seu projeto fosse levado a voto em vez do projeto do vereador, e tudo isso para dizer que foi dele a ideia, esperando colher com essa manobra algum dividendo político junto ao funcionalismo.

em cada mês, destina-se à apreciação das célebres Indicações. Mas antes de delas darmos conta novamente, vejamos o fluxo de um projeto de lei de iniciativa do prefeito.

Aqui novamente temos de retomar os dois cenários anteriores nos quais o prefeito fez a maioria de pelo menos cinco vereadores em nove e, portanto, possui maioria para governar; ou não fez essa maioria, o que na prática implica que terá de lançar mão de algum recurso, financeiro inclusive, para compor a maioria necessária e obter a aprovação de seus projetos.

Tendo ele a maioria de vereadores, o fluxo de um projeto de sua autoria segue conforme o indicado. O prefeito toma a decisão de aprovar um projeto de interesse seu; se o projeto é de interesse público, isso nem sempre vem ao caso; convoca sua maioria para nos bastidores ensaiar a votação; obtido o apoio de seus vereadores, ele formaliza o projeto e o apresenta à Câmara para ser votado; o presidente, conforme acordado, submete o projeto à votação e, sem surpresas, tudo sai conforme o ensaiado.

Esta é uma linha geral muito mais didática que real, sem que com isso, contudo, possamos desprezar a sua força operatória. Isso porque, na prática, uma série de variáveis interfere ao longo deste fluxo do início ao fim. Vejamos algumas delas.

Muitos dos projetos apresentados pelo prefeito em verdade têm alguma coisa de seu próprio interesse e muita coisa do interesse dos indivíduos ou grupos de pressão que com ele estabeleceram compromissos ainda quando do período de campanhas, como se verá em outro lugar. Assim, a iniciativa é do prefeito, mas comumente é guiada por interesses outros que vão muito além de sua própria vontade e, não raro, pouco concorrem para o atendimento dos interesses comunitários.

Concebido o projeto, o prefeito convoca sua base para obter o apoio necessário, mas nem sempre todos os vereadores da base são convidados, fato este que desperta a cobiça dos que ficaram de fora. Em regra, o presidente e mais um ou outro próximos ao prefeito são chamados, mas nem sempre todos.

É de se pensar que os vereadores do prefeito, a maioria neste cenário, votam com o prefeito, e frequentemente é isso mesmo o que ocorre, mas não sem algum tempero. Em Iraí de Minas não existe voto de graça, especialmente quando se trata de vereadores. Mesmo os vereadores do prefeito, a todo o momento estão sempre a lembra-lo do companheirismo e de que este é alimentado por contrapartidas. Assim, especialmente entre os vereadores do prefeito, é comum vê-los diariamente à porta da prefeitura para obter um carro a fim de levar um eleitor a uma cidade vizinha, conseguir gasolina para que outro possa fazer tal viagem, uma ajuda de custo para que eles próprios satisfaçam

interesses pessoais, a obtenção de máquinas como caminhões e tratores para a realização de serviços particulares, uma vaga de emprego para um familiar, entre outras contrapartidas rotineiras que funcionam como um reforço para a manutenção do bom companheirismo.

Após conseguir o apoio dos vereadores de sua base, o prefeito apresenta o projeto à Câmara. Acredita-se que um projeto, após ser apresentado, seja alvo de estudo pelos vereadores, debates em plenário, consulta à população eleitora do vereador, exame pelas comissões temáticas da Câmara etc., a fim de que esteja apto a ser votado em plenário. Não é bem isso o que ocorre. A apreciação na Câmara de um projeto de autoria do prefeito é feita em caráter relâmpago; via de regra, o projeto é protocolado na Câmara no dia anterior à realização da reunião ordinária em que será votado⁷⁸. Por certo, o presidente tem autonomia para pautá-lo quando considerar mais oportuno, mas sempre o faz em pouco mais de um dia após a entrada do projeto na Câmara.

Tome-se como exemplo o Projeto de Lei Complementar nº 2/2018, que institui o plano de carreira dos profissionais da educação, um projeto de umas cem páginas. O projeto foi protocolado na Câmara no dia 27/2/2018 às 13 horas e dois minutos. Às 15 horas e quarenta minutos os vereadores foram convocados para a votação do projeto, que ocorreu por volta das 20 horas deste mesmo dia, a despeito dos interstícios regimentais previstos no próprio regimento interna da Câmara (art. 101).

E dessa forma, sem tempo hábil para estudo, debates, oitiva da população, em tempo recorde, o projeto do prefeito é aprovado. Os vereadores do prefeito pouco adentram no conteúdo do projeto quando de sua defesa, apenas repetem a cantilena de que ele é muito bom, que contribuirá para o município, que o prefeito é parceiro, seguindo como bons fiéis o ensaio geral. Aos vereadores da oposição resta improvisar algum argumento contestatório ao projeto e resignar-se com o placar já esperado.

No segundo cenário, não tendo o prefeito feito a maioria de vereadores, o fluxo de um projeto de sua autoria segue analogamente o já descrito no primeiro cenário, acrescentando-se apenas que além de ter de “conquistar” o apoio de seus próprios vereadores, terá de fazer um esforço extra e, digamos, mais dispendioso, para obter a maioria necessária à aprovação dos projetos de seu interesse.

Duas curiosas situações ocorreram durante a legislatura 2009/2012, na qual o prefeito eleito fez apenas quatro dos nove vereadores, ficando a maioria com a oposição.

⁷⁸ Também é prática comum apresentar o projeto no final da tarde de sexta-feira para ser votado na segunda-feira imediata, para que os vereadores não tenham tempo de examiná-lo.

Na primeira delas, o expediente utilizado pelo prefeito para compor a maioria de pelos menos cinco vereadores, necessários à aprovação de seus projetos, conforme a convergência dos relatos, foi, além de assegurar a fidelidade dos quatro vereadores de sua base de apoio pelos meios expostos anteriormente, dirigir-se ao elo mais fraco da oposição, àquele vereador menos fiel à sua própria legenda e mais atento aos seus próprios interesses, para literalmente comprar-lhe o voto, e isso ao longo de todo o governo, sempre que preciso.

Quando este cenário de cinco a quatro se forma em desfavor ao prefeito, este frequentemente deve lançar mão do expediente mencionado para assegurar sua maioria, isso porque, mesmo se tratando de projetos “bons para o município”, muitos dos vereadores da oposição votam contra, não exatamente contra o projeto em si, mas muito mais contra o próprio prefeito, numa estratégia deliberada de enfraquecer seu governo, deteriorando-o perante a avaliação popular e, conseqüentemente, dando à oposição maiores chances de voltar ao governo nas eleições seguintes.

Foi exatamente o que aconteceu quando da votação do Projeto de Lei nº 2/2011, que autorizava a prefeitura a contratar financiamento para a realização de obras públicas, conforme já vimos no capítulo sobre os vereadores. Na ocasião, o prefeito detinha apenas quatro dos nove votos, contudo o projeto foi aprovado com cinco votos, contando para isso com os quatro votos dos vereadores da base e de um vereador da oposição, o ex-vereador Marquinhos, que segundo os relatos teria sido “convencido”⁷⁹ a apoiar o projeto.

Outro exemplo que ilustra esse voto para prejudicar o governo, a despeito do mérito do projeto, pode ser encontrado no início da Legislatura 2021/2024, durante a votação do primeiro projeto encaminhado à Câmara pelo prefeito recém-empossado, o Projeto de Lei nº 1/2021, que cuidava do financiamento de dívidas dos contribuintes. A maioria composta pelos cinco vereadores da oposição foi unânime em votar contra o projeto⁸⁰, pouco adiantando ao prefeito ter os quatro votos favoráveis dos vereadores de sua base. Mais do que com o voto contrário, ali a oposição já mostrava o seu cartão de visita ao prefeito estreante.

2.3 As indicações

⁷⁹ Vide nota 44.

⁸⁰ Em suas justificativas os vereadores da oposição alegaram deficiências no projeto, o que de fato era verdade, entretanto, isso era algo que se poderia corrigir mediante a apresentação de uma emenda por qualquer um deles. Essa emenda não foi apresentada e, ainda que isso tivesse sido feito, o projeto seria derrotado de qualquer forma, pois se tratava de um ato simbólico de demonstração de força contra o prefeito nesse primeiro projeto.

Passemos agora à apreciação pela Câmara das Indicações. Como já dito, a quase totalidade do tempo das reuniões plenárias destina-se a deliberar sobre as indicações. Mas o que são? Vamos repetir.

Pode-se dizer que a indicação é uma proposição legislativa de autoria do vereador por meio da qual ele leva ao conhecimento do Executivo, após ser aprovada em plenário, alguma situação do município que requer uma ação da prefeitura municipal. Nesse sentido, diversas são as situações do cotidiano local passíveis de ser objeto de indicações, não havendo em princípio limites ao poder do vereador para indicar que não os impostos por sua própria imaginação. Assim, indicações como necessidade de quebramolas, nome de ruas, lâmpadas de postes de iluminação pública, pavimentação asfáltica, tapa-buracos, construção e reparos em praças públicas, doações de lotes do município, castração de cães e gatos, necessidade de médicos, e mais uma infinidade de outros assuntos, movimentam as reuniões ordinárias da Câmara Municipal.

O vereador anda por uma calçada, tropeça e lá vai a indicação; o vizinho reclama do barulho, outra indicação; o funcionário sem reajuste também terá sua indicação. O vereador, quando anda pelas ruas de sua cidade, como que se mantém em estado de alerta, esperando capturar a cada passo uma indicação que espera para ser feita. Uma vez feita a indicação, o vereador a apresenta à Câmara e, frequentemente já na reunião ordinária seguinte, ela será apreciada pelos vereadores.

Diferentemente dos projetos de lei que requerem do prefeito a busca de uma maioria para a sua aprovação pelos meios já expostos, com as indicações essa maioria não é um problema; é comum serem aprovadas por unanimidade, sendo raríssima a reprovação de uma indicação. Como que se estabelece entre os vereadores da oposição e os do governo um acordo tácito para a sua aprovação sem maiores problemas.

Aprovadas em Plenário, as indicações são encaminhadas ao prefeito; é aqui que se verifica a sua pouca eficácia prática. Como o próprio nome sugere, são apenas indicações, e mesmo sendo aprovadas pela Câmara, não geram a obrigação de o prefeito atendê-las, já que não são vinculantes. Atender ou não a uma indicação depende de juízo discricionário do prefeito e de sua boa vontade; esta será tanto maior para com seus aliados que para com os seus adversários, mas, como pode ser observado, todo o “esforço” dos vereadores para levar ao prefeito centenas de indicações não encontra ressonância na prefeitura, haja vista que apenas um pequeno número delas é atendido⁸¹.

⁸¹ Na legislatura 2017/2020, os vereadores apresentaram ao todo 244 indicações; apenas cerca 20% delas foram executadas pela prefeitura.

No primeiro ano de um governo, especialmente, verifica-se entre os vereadores uma competição para saber quem é o campeão de indicações, uma espécie de “briga” pelo título de vereador mais atuante com relação ao tema indicações. Não por acaso, das 244 indicações apresentadas durante a Legislatura 2017/2020, 109 foram apresentadas já no primeiro ano da legislatura, em 2017. E assim, ao longo deste primeiro ano de governo, dezenas de indicações são levadas à Câmara.

Já do segundo ano de governo em diante, não obstante toda a diligência dos vereadores em apresentar suas indicações, a quantidade de indicações apresentadas diminui sensivelmente, e isso por uma razão óbvia: chega um tempo em que não há mais o que ser objeto de indicação, como se todos os principais problemas do pequeno município já houvessem sido esquadrihados⁸². Isto gera uma ociosidade nas reuniões ordinárias do segundo ano de governo em diante, ocupadas, como se viu, em sua maior parte com as ditas indicações, deixando os vereadores numa saia-justa durante as reuniões, pela ausência do que deliberar. Como as indicações não costumam ser repetidas⁸³ durante a legislatura, os vereadores devem contentar-se com a elaboração de ofícios reiterando ao prefeito a necessidade do cumprimento das indicações.

Outra causa do baixo cumprimento das indicações por parte do prefeito é simples; poucas são as razões para que ele cumpra uma indicação, ainda que de seus aliados, que dirá da oposição, quando ele próprio pode figurar como o autor/executar daquilo que está sendo indicado e, com isso, colher os louros da ação realizada, fortalecendo a si próprio ao invés de beneficiar o adversário.

Apresento agora três curiosos exemplos de indicações que revelam um pouco a trama que envolve uma indicação.

Certa vez, durante a legislatura 2017-2020, um vereador dirigiu-se à Câmara e pediu à servidora que fizesse uma indicação para ele, solicitando ao prefeito que providenciasse a sinalização de trânsito horizontal e vertical nas ruas e avenidas da cidade. O vereador pode levar a indicação já pronta para a Câmara, mas o mais comum é que peça a algum servidor da Câmara que a elabore a partir do assunto que ele, vereador, leva. Nesta oportunidade, um vereador adversário que estava presente na Câmara

⁸² Nessa Legislatura 2017/2020 tivemos 109 indicações apresentadas em 2017, cinquenta indicações apresentadas em 2018, 39 indicações apresentadas em 2019 e 46 indicações apresentadas em 2020.

⁸³ Às vezes acontece de os próprios vereadores se esquecerem das indicações pretéritas (ou de caso pensado mesmo) e repetirem as indicações outrora feitas, como no caso das indicações nº 44/2017 e 19/2020, apresentadas por dois vereadores em diferentes anos, tratando do mesmo assunto: a necessidade de instalação de câmeras de segurança na cidade.

arregalou as orelhas e ouviu sobre o que se tratava a indicação. Pois bem, tendo saído o vereador autor da indicação, o vereador bom de ouvido não perdeu tempo e disse ao servidor que também já fizera uma indicação de idêntico objeto. Para evitar o impasse, o vereador autor teve de se resignar quanto à autoria intelectual e aceitar que o vereador bom de ouvido igualmente assinasse a indicação e os dois dividissem o mérito do feito.

No que se refere ao tema das indicações, também é muito comum que o prefeito, tendo decidido adotar alguma providência no município, convide algum vereador de sua base para fazer a indicação na Câmara e, uma vez aprovada, o prefeito, como ensaiado, realiza a ação, como que repartindo com o vereador o mérito por esta. O recado para a população foi este: o vereador atento fez a indicação e o prefeito atuante e prestativo não hesitou em cumprir com o seu dever. O ensaio é apenas um detalhe.

Num desses ensaios o prefeito pediu que um vereador fizesse uma indicação para a doação de um terreno do município a um correligionário político, a bem do interesse público. O ensaio foi este: você faz a indicação e, depois de aprovada, eu baixo o decreto, doamos o lote e posamos para a merecida publicidade. Ocorre que, por um descompasso de agenda, quando a indicação foi aprovada na Câmara o prefeito já havia baixado o decreto alguns dias antes, revelando uma situação inusitada em que a indicação pedia algo que já havia sido feito. Mas o vereador não se fez de rogado e aproveitou a oportunidade, não para rir de si mesmo, mas para louvar o prefeito por fazer as coisas antes mesmo de solicitado, como que numa relação mediúnica com a Câmara.

Em outra oportunidade, um vereador adversário do prefeito foi à prefeitura para cobrar diretamente do prefeito o acesso a documentos do município para o desempenho de seu trabalho de fiscalizar o gasto dos recursos públicos, algo raro por sinal. Sempre se esquivando do tema da indesejada visita, o prefeito desconversava e se comprazia em falar de seus próprios feitos como vereador e como prefeito da cidade. Em meio ao enaltecido monólogo narcísico do prefeito, escapou-lhe que em breve seria construída uma praça pública num bairro de periferia. Mais do que depressa, antecipando-se a um possível ensaio do prefeito com algum vereador de sua base, o vereador fiscal fez uma indicação solicitando a construção da praça pública. Aprovada pela Câmara mesmo com o gosto amargo dos vereadores do governo, o prefeito acabou tendo de construir a praça, mesmo porque se tratava de recursos com destinação específica. Um caso raro de indicação de adversário atendida pelo prefeito.

2.4 Após a Ordem do Dia

Vencida a fase da ordem do dia das reuniões ordinárias, em sua maior parte tomado pelas indicações, é comum o presidente franquear o uso da palavra ao vereador ou mesmo a algum ouvinte presente na plateia, que dela queira fazer uso, abrindo assim uma espécie de após a ordem do dia.

Neste momento da reunião, os vereadores aproveitam o fato de que as reuniões são transmitidas aos munícipes por ondas de rádio, para agradecer aos ouvintes, presentes e em casa, fazer algum comentário sobre sua atuação, um cumprimento especial a alguma pessoa importante cuja presença já fora detectada na plateia no início da reunião etc. Vejamos então, a título de exemplo, de que modo o líder do governo, um vereador de oposição, o presidente e um cidadão comum fazem o uso da palavra nesses momentos.

A posição de líder do governo tem os seus momentos de dureza; faça chuva ou faça sol, esteja o prefeito bem ou mal na avaliação popular, lá estará ele durante o uso da palavra repetindo a ladainha de sempre: de que o prefeito está muito bom, que é parceiro, que trabalha com transparência, que não está perseguindo quem não votou nele, que está todos os dias na prefeitura antes das sete horas da manhã, que é trabalhador, que está melhorando a cidade, e continua rasgando sua seda para o seu deus tal como se estivesse rezando com um terço em mãos. De fato, o trabalho não é moleza, requer certa desenvoltura do vereador líder, numa *performance* para bem representar este papel. Contudo, ele sabe que será bem recompensado por esta atuação/dramatização.

Como se espera, a oposição frequentemente faz o papel de antítese ao líder do governo, e sobre isso não é preciso falar muito, mas apenas destacar que oposição e governo aproveitam este tempo para o uso da palavra para lavarem a roupa suja, transformando a reunião numa troca de farpas na qual relembram as desavenças do passado e trocam insultos e xingamentos, cada qual tentando atribuir ao outro seus próprios pecados.

Relembrem assim que o vereador que diz apoiar a causa dos professores hoje, no passado votou contra a categoria; mencionam que o vereador tal responde a processo de desvio de recursos públicos na Justiça, herança da época em que fora presidente da Câmara; caluniam dizendo que o vereador que posa de honesto está cometendo esta e aquela irregularidade; esquecem o exercício de seus próprios mandatos e indagam sobre o suposto mau desempenho parlamentar do vereador tal; e assim se elevam os ânimos, pouco importando se os argumentos têm base factual ou não, como que para mostrar que existe oposição e governo firmes, ainda que isso se dê muito mais no plano das ofensas pessoais que na defesa de ideias e projetos úteis aos interesses públicos do município.

Após cada vereador fazer as suas considerações finais durante o uso da palavra, o presidente reserva-se o direito de fazer a última manifestação. Então, de pé, agradece, muitas das vezes nominalmente, a todos os presentes, detém-se para um elogio a alguma eminência em particular, estende os cumprimentos aos ouvintes, não se cansa de dizer o quanto tem trabalhado em benefício da população, quase que numa abnegação cristã e roga a Deus que continue a iluminá-lo para o bom desempenho, por ele mesmo avaliado, de seu mandato. Esgotadas as palavras de autoelogio, encerra a reunião ordinária.

Imediatamente antes de o presidente tecer com palavras escolhidas suas considerações finais, ele consulta os cidadãos presentes à reunião se algum deles gostaria de fazer uso da palavra. Este momento é de bastante tensão entre os vereadores, pois é sempre um risco dar a palavra aos munícipes ante a imprevisibilidade do que poderão dizer. Os vereadores temem e ficam como que acuados, esperando o que virá da voz do povo. E, de fato, eles têm razão para certo temor.

É raro o uso da palavra pela população nas reuniões plenárias, mas quando o fazem a paulada é certa. Trazem à tona, com voz inflamada, críticas severas à atuação da Câmara e da prefeitura e exigem providências imediatas.

Certa vez, um cidadão ao solicitar providências para colocar um poste de iluminação pública numa rua da cidade, falava quase que gritando e com as mãos trêmulas a ponto de arremessar o microfone contra os vereadores. Em outra oportunidade, a categoria dos professores esteve presente em peso na Câmara e uma delas, designada para falar em nome da categoria, mostrou toda a sua indignação pelo fato de os vereadores do governo terem votado em reunião anterior uma medida que, na prática, redundou na diminuição dos salários da categoria. Quando isso acontece, acuados pela soberania popular, os vereadores reforçam seus compromissos dizendo que estão do lado da categoria, que a melhoria esperada virá, que o cidadão indignado tem razão em sua reivindicação, que pode contar com eles, afinal, quem ousaria no plano do discurso ir contra a população? Nesses momentos, resguardar-se contra uma microfonada, uma cusparada ou algo do tipo é sempre o mais sensato.

Apesar de os vereadores temerem a presença da população em suas reuniões ordinárias, a verdade é que bem poucas pessoas comparecem às reuniões da Câmara. Em inúmeras reuniões não se observa mais que meia dúzia de munícipes presentes⁸⁴. Mesmo

⁸⁴ Algo que se caracteriza como um desafio da República brasileira ao longo do tempo, alcançando os dias de hoje, a difícil tarefa de inserir/incorporar o povo. Examinando os primeiros anos da Primeira República (1889-1930), José Murilo de Carvalho destaca que ela foi proclamada e se consolidou sem a presença de

com reuniões marcadas para o período noturno, muito poucas são as oportunidades em que este número aumenta.

Uma das razões de conhecimento geral na cidade é a própria postura dos vereadores durante as reuniões, em especial durante o uso da palavra, com as suas costumeiras agressões verbais, como seu viu. O frequente baixo nível de respeitabilidade entre os vereadores é um inibidor natural da presença da população nas reuniões. Junte-se a isso o baixo protagonismo da Câmara na condução efetiva dos assuntos de interesse da população, e não se pode desprezar também o desinteresse⁸⁵ geral presente em maior ou menor grau na população de participar diretamente das questões políticas do município, atribuindo desta forma ao prefeito e aos vereadores uma responsabilidade quase que absoluta pela satisfação do interesse público, isenta da responsabilidade de prestar contas.

A baixa participação popular nas reuniões da Câmara é contrastada em pouquíssimas ocasiões, como quando se vota algum tema de determinada categoria de servidores do município, ou então quando se vota algum tema de maior relevância e de impacto direto na vida da população. Fora isso, os vereadores têm a liberdade de conduzir suas reuniões ordinárias públicas como se se tratasse de um assunto privado.

Pode-se dizer que um ou outro projeto de fato tem uma maior relevância quando se têm em vista os interesses maiores do município e de sua população, mas isso acontece duas ou três vezes ao longo de um ano legislativo típico, ocasiões, por exemplo, em que se votam a lei orçamentária anual, certamente a principal lei do município, pois se trata do orçamento, do dinheiro público, das prioridades da administração, de como o prefeito pensa em utilizar o dinheiro do município no ano seguinte, quais obras pretende executar, eventuais reajustes para servidores, reforço dos recursos para uma determinada secretaria, compra de mais medicamentos, equipamentos para a escola, uma nova patrôla para a

seu elemento fundamental: o povo; este, excluído dos canais institucionais de representação, fazia-se sentir fora dos canais oficiais, como a participação na religião, festas, associações comunitárias, greves, revoltas urbanas e rurais etc. *“Passados 87 anos desde 1930, ainda estamos lutando com o problema de construir uma democracia inclusiva, capaz de sustentar governos representativos que possam combinar estabilidade institucional com implementação de políticas públicas voltadas para as necessidades da maioria dos representados”* (Carvalho, 2017, p. 27).

⁸⁵ Desinteresse que leva aos perigos já há muito apontados por Rousseau no *Contrato*; daí o porquê de sua rejeição à ideia de democracia representativa. É que, frequentemente, o representante tende a usurpar o poder conferido pelos representados, em benefício próprio ou de terceiros, desvirtuando a vontade geral. *“Seja como for, a partir do momento em que um Povo se dá representantes, ele não é mais livre, não existe mais”* (Rousseau, 2018, p. 109). Acolher a representação leva à necessidade da criação de mecanismos de controle sob os representantes, para que estes se mantenham o mais próximo possível do objeto da representação. *“Onde se encontra o representado, não há mais representante”*.

execução de serviços em estradas rurais, pagamento de fornecedores atrasados, o saneamento básico do loteamento tal etc.

De fundamental importância, seja por seu aspecto técnico, por cuidar da saúde financeira do município, seja por seu aspecto de natureza política, por elencar as prioridades na aplicação dos recursos, era de se esperar que o orçamento fosse construído com todo o esmero que dele se espera, inclusive franqueando à população o direito de opinar sobre as prioridades do município. Entretanto, tal como os demais projetos encaminhados à Câmara pelo prefeito, o projeto de lei orçamentária chega à Câmara em um dia para ser votado no dia seguinte. Nada de discussão, nada de exame por comissões, nada de emendas pelos vereadores, nada de participação popular. Os vereadores, seja pela falta do conhecimento técnico ou pela falta de tempo para exame, seja mesmo para não contrariar os interesses do prefeito, aprovam o orçamento tal como enviado pelo prefeito.

A Câmara, que deveria fazer um controle prévio da lisura e da destinação dos gastos da prefeitura mediante os ajustes e a subsequente aprovação do orçamento, em verdade confere ao Executivo uma espécie de cheque em branco para o gasto do dinheiro público livre de maiores controles, até mesmo com a aprovação dentro do orçamento de um conhecido mecanismo que autoriza o prefeito a abrir créditos suplementares em patamares equivalentes a outro orçamento, ou seja, além do orçamento em si, o prefeito pode gastar outros valores sem a necessidade de se submeter ao controle prévio da Câmara.

Outra proposição também de muita importância na Câmara é a prestação de contas anual do município, ocasião em que os vereadores atestam ou não a lisura das despesas realizadas pelo prefeito no ano anterior. Como se trata de matéria que requer um mínimo de conhecimento técnico de aspectos contábeis e financeiro-orçamentários, os vereadores têm em seu socorro um parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, que opina pela aprovação ou não das contas do prefeito. Embora não seja vinculante, é comum que a maioria dos vereadores siga a recomendação do Tribunal. Isso nem sempre ocorre, havendo ocasiões em que se busca reprovar as contas do prefeito mesmo tendo o Tribunal opinado por sua aprovação, como forma de causar ao prefeito embaraços jurídicos, até com uma possível condenação com suspensão dos direitos políticos e a impossibilidade de candidatar-se no pleito seguinte⁸⁶.

⁸⁶ Quando acontece de a Câmara, por maioria qualificada de 2/3, rejeitar as contas do prefeito, essa reprovação leva à inelegibilidade do Chefe do Executivo.

Além do orçamento e da prestação de contas, mais raras ainda são outras proposições de maior relevância para o município. Aqui e ali aparece uma doação de área pública, uma autorização para contratação de empréstimo e nada mais.

É de se mencionar também que após o encerramento das reuniões ordinárias, os vereadores aproveitam para conversar e trocar cumprimentos, sorrisos e abraços, como que deixando em outra dimensão as querelas e desavenças ocorridas durante as reuniões. Dão a impressão a um estranho de que são velhos amigos, impressão esta enganosa e que frequentemente oculta os ardis e as profundezas do coração de um vereador. O que se observa é que mesmo os desafetos, terminada a reunião, não deixam de abrir o sorriso e cumprimentar os pares, simulando um companheirismo que inexistente nas reuniões e no cotidiano.

Em resumo, esse é o ritmo das reuniões ordinárias ao longo de um ano legislativo típico e que se repete durante os quatro anos da legislatura, consumidos, em sua maioria, na votação de centenas de indicações de pouca efetividade, marcadas aqui e ali pelos projetos de iniciativa do prefeito e pelas baixezas cometidas por muitos vereadores. Tudo isso passa ao largo do interesse popular, atarefado demais com as urgências do cotidiano para participar de reuniões que pouco contribuem para o desenvolvimento da cidade e o bem-estar de sua população.

A cadência desse movimento é rompida eventualmente por alguma reunião extraordinária – uma, talvez duas ao ano – e, ainda, por uma ou outra reunião solene. A respeito desta última, é comum uma vez ao ano a Câmara reunir-se para homenagear os ditos cidadãos honorários e conferir moção de aplausos aos ilustres cidadãos que por suas ações e vida têm contribuído para o desenvolvimento do município.

O problema desse tipo de reunião em um pequeno município é que em muito pouco tempo começa a não haver mais ilustres figuras para serem agraciadas, empecilho este resolvido com a homenagem de figuras menos graduadas, afinal, as homenagens precisam ser conferidas a fim de que os vereadores possam a cada ano fazer um agrado a um seu eleitor e, assim, assegurarem o voto do agraciado e de sua comovida família pelo parente ter recebido tamanha honraria do município.

Entretanto, com a proliferação do número dos agraciados, o valor simbólico distintivo conferido pela posse deste nobre título diminui bastante, já que é difícil encontrar na cidade alguma família que não tenha pelos menos um de seus membros com este título de nobreza local.

2.5 Posicionamentos dos vereadores

Muito já foi dito sobre a atuação dos vereadores na Câmara Municipal. Passemos agora a observar o desempenho cotidiano de alguns vereadores típicos em um pequeno município e o que fazem em seu dia a dia.

De início, ressalte-se que a maioria dos vereadores de um pequeno município toma o exercício da vereança como uma espécie de bico. Expliquemos melhor o que isso vem a ser.

Não que necessariamente encarem a vereança como uma atividade de menor relevância, é que a quase a totalidade já possui antes um primeiro ofício e, ao mirarem a vereança, veem nela uma substancial fonte de complementação de renda e a ela se aferram. Mesmo quando em alguns poucos casos o salário do vereador é maior que o do primeiro ofício, ele terá sempre em mente que é uma fonte passageira, renovável apenas com o sufrágio das urnas. Daí por que a ideia do bico é uma atividade subsidiária, haja vista que a quase totalidade tem uma ocupação principal, e mesmo aqueles que têm pretensões de continuar no exercício da vereança não largam suas antigas ocupações⁸⁷.

É oportuno retomar o exame do posicionamento dos vereadores e das votações de projetos ocorridas na Câmara. Vale destacar também algumas das estratégias comumente utilizadas pelos vereadores da oposição e do governo, e pelo próprio prefeito e seus correligionários, no âmbito da Câmara.

Inicialmente, vejamos um pouco mais sobre o posicionamento dos vereadores.

Existe uma diretriz na velha guarda da política local que assevera que os vereadores da oposição votam contra os projetos do governo. Reza esse mantra que pouco importa o objeto em questão, se vem do governo a oposição é contra, pois não pode ser coisa boa. Já foi dito que isso é algo deliberado, uma forma de tentar enfraquecer o governo, isto é, o prefeito, enquanto se marca posição partidária e vai-se pavimentando o caminho para uma eventual volta ao governo, à prefeitura.

Embora frequentemente esse seja um comportamento quase que natural da oposição, percebe-se que um ou outro de seus vereadores mais atentos busca alinhar o seu voto ao interesse público. Caso considere que determinado projeto é bom para o município, ele votará favoravelmente; em caso contrário, votará contra, independentemente de se o projeto é do governo. Ao agir assim, ele induz um

⁸⁷ Por exemplo, na Legislatura 2017/2020, dos nove vereadores, três eram servidores públicos, dois eram comerciantes, dois eram pequenos produtores rurais e apenas outros dois tinham como ofício unicamente a vereança.

comportamento dos demais vereadores da oposição de votarem com um olho no projeto e o outro olho nas ruas. Neste sentido, a oposição, apesar de sua tendência espontânea a votar contra, não perde de vista o sentimento vindo da população.

Um exemplo disso pode ser verificado na Legislatura 2017/2020, quando da votação do Projeto de Lei nº 9/2019 que, assim como o Projeto de Lei nº 2/2011, visto há pouco, também tratava de autorizar a prefeitura a contratar financiamento para a realização de obras públicas. Neste projeto, entretanto, diferentemente do primeiro, os três vereadores da oposição foram favoráveis ao governo.

O fato de os vereadores da oposição se posicionarem e votarem contra os projetos do prefeito deve-se também a uma necessidade de mostrar para os eleitores de seu partido que estão firmes na contenda com o prefeito. Muitos desses eleitores esperam exatamente isso; como que alimentados pelas rivalidades históricas e pela paixão da campanha, desejam que o embate entre os vereadores de seu partido, no caso da oposição, continue sendo alimentado contra os vereadores do governo e o próprio prefeito, perdendo-se de vista não raro o objeto do projeto que gera causa à querela interpartidária. Esta luta contínua enche de prazer os partidários mais fanáticos e como que reaviva o seu ânimo, contribuindo assim para a manutenção da unidade do grupo.

Se, por um lado, os vereadores da oposição têm uma tendência a votar contra, como visto, entre os vereadores que compõem a base do governo a tendência em votar favoravelmente é congênita. E fazem-no por razões bastante humanas, diríamos. Espera-se por óbvio que os vereadores do governo votem com o prefeito, mantendo a unidade de seu grupo político ao tempo que se demonstra força perante os rivais. Mas espera-se ainda muito mais que os vereadores do governo votem favoravelmente aos projetos de seu prefeito quando estes usufruem do governo, da prefeitura, um conjunto de benefícios não extensíveis aos vereadores da oposição.

Dito de outro modo, o vereador do governo comumente possui amigos e familiares empregados na prefeitura a seu pedido; tem a facilidade de usar a prefeitura para atender eleitores, como o carro oficial para transporte de passageiros, seja em finalidade pública ou particular etc. Ele trabalha com o apoio do prefeito, ao passo que o da oposição trabalha por conta própria.

Um exemplo dessa predisposição dos vereadores do governo a votarem favoráveis aos projetos encaminhados pelo prefeito, independentemente do mérito, observa-se nesta mesma Legislatura 2017/2020, quando da votação do Projeto de Lei nº 8/2019, que concedida aumentos salariais para os servidores públicos com vigência a

partir de janeiro de 2021. O próprio objeto do projeto já é sugestivo de uma eventual incongruência⁸⁸, uma vez que fora posto em votação em 2019, mais precisamente em julho de 2019 (com um olho nas eleições de 2020), mas só passaria a valer um ano e meio após a sua aprovação em janeiro de 2021. Este fato foi apontado pelos vereadores da oposição, que votaram contra. Já os vereadores do governo, a despeito do mérito, aprovaram o projeto sem maiores discussões.

Podemos dizer então que, se os vereadores da oposição têm uma tendência de votar com um olho no projeto e o outro olho nas ruas, por outro lado, os vereadores do governo têm uma tendência de votar com um pequeno olho no projeto, um olho médio nas ruas e, diríamos, um olho grande em seu conjunto de benefícios. Isto quer dizer que o fator preponderante quando se vota um projeto de interesse do prefeito, do ponto de vista dos vereadores que o apoiam, é a garantia dos benefícios que usufruem.

Todavia, essa situação confere aos vereadores da oposição certa vantagem, uma vez que, como não possuem nada ou quase nada a perder, têm maior liberdade de voto, podendo, para estar em sintonia com o anseio popular, votar contra ou a favor de um projeto do governo, ao passo que a liberdade de voto dos vereadores do governo é bem restrita. A estes não está reservada a insurgência que pode vir dos vereadores da oposição a qualquer momento e sem aviso prévio; ao contrário, têm a sua liberdade de voto constantemente vigiada, e um voto contra os interesses do prefeito dificilmente é tolerado, sob pena da perda dos benefícios reservados aos amigos⁸⁹.

Dito de outro modo, não é que o vereador do governo despreze a natureza de um projeto do prefeito ou faça ouvidos de mercador ao clamor popular; ele até leva isso em conta em alguma medida, mas, se decide votar contrariando o prefeito, sabe que o seu poder de barganha junto à prefeitura diminuirá e, por conseguinte, o poder de agradar seus eleitores⁹⁰.

⁸⁸ Foge ao escopo deste trabalho o exame da constitucionalidade deste projeto, entretanto é algo que pode ser feito pela leitura da Constituição Federal: art. 169, §1º, I e II; Lei de Responsabilidade Fiscal: Art. 21, I e II combinado com o art. 42, *caput*; Lei Eleitoral: art. 73, VIII; e Código Penal: art. 359-G, os quais em conjunto vedam a prática intentada pelo projeto em comento.

⁸⁹ No mandato 2017/2020 foram apresentados na Câmara 57 projetos de autoria do prefeito municipal; todos eles não só tiveram o voto favorável unânime de sua base, composta por seis vereadores, exceto quando das ausências de um ou outro desses vereadores, como também não sofreram crítica em plenário no sentido de sua contestação por esses vereadores.

⁹⁰ A esse respeito, veja-se o seguinte episódio ocorrido em meados de 2017. Um vereador da base do governo, e não um vereador qualquer, estava no sexto mandato de vereador, sendo sempre o primeiro ou o segundo mais votado da cidade. Presidente da Câmara naquele ano, em razão de uma desavença interna fora agredido com socos e pontapés pelo seu prefeito dentro da prefeitura, mas nem por isso deixou de votar com o prefeito ao longo do mandato 2017/2020.

Antes de passarmos ao exame do comportamento estratégico do prefeito no âmbito das votações da Câmara, vejamos outra tática comumente utilizada pelos vereadores em seus acalorados debates.

Especialmente nas ocasiões em que o prefeito eleito consegue também ver eleita uma sua maioria de vereadores, pelo menos cinco em um total de nove, que é o número máximo permitido em pequenos municípios, os vereadores do governo, em razão de possuírem maior número, usam isso a seu favor a fim de calar/abafar a voz de algum vereador oposicionista proeminente. Isto significa dizer que, frequentemente, usam o número em vez do argumento para procurar calar o opositor.

É fácil de entender tal mecanismo operativo. Se o prefeito possui cinco votos ou mais e a oposição possui quatro votos ou menos, de imediato tem-se que já o comando da Câmara será de um dos vereadores do prefeito, isto é, a direção dos trabalhos será do governo. Mas, se se ergue um ou outro vereador oposicionista, a ele é dada a palavra uma vez para, em seguida, passar-se a palavra a todos os vereadores do governo, que contra-argumentam numa espécie de *blitz* de cinco ou mais contra um, colocando o oposicionista numa situação que, ainda que esteja com a razão do seu lado, não lhe é dado tempo para refutar todas as falas dos vereadores do governo. Definitivamente não há paridade de armas, o que há é uma estratégia deliberada de calar/abafar a voz de uma possível ameaça nas eleições futuras.

Uma característica bem peculiar marca o processo legislativo municipal: quase sempre quando o prefeito envia à Câmara algum projeto que possua alguma repercussão popular no município, como aumento de salário para servidores, doação de áreas públicas e outros projetos dessa natureza que concorram para o aumento do seu prestígio, ele convoca e lidera pessoalmente uma espécie de tropa de choque para ir à Câmara, composta por ele próprio, o vice-prefeito, o advogado da prefeitura e mais uma meia dúzia de correligionários, como se se tratasse de uma visita eventual.

O objetivo, entretanto, é evidente: trata-se, por um lado, de juntar-se aos vereadores da base e reforçar a intimidação aos vereadores da oposição, lançando mão, por exemplo, do advogado municipal que, a pretexto de defender a norma jurídica, defende com ardor o interesse partidário tal como se um vereador fosse. Por outro lado, a presença do prefeito e companhia na Câmara, nesses momentos, reveste-se de fundamental importância, a fim de intimidar com mais vigor os próprios vereadores da base, como forma de garantir o resultado da votação desejada.

Digno de registro também são as armadilhas armadas na Câmara com vistas a colocar os vereadores da oposição contra o sentimento da população. Nesse sentido, joga-se, por exemplo, com a tendência da oposição de votar contra, induzindo-os a votar contra um projeto de especial interesse do governo e também da população, como projetos relativos a casas populares. Recurso eficaz, frequentemente, pois coloca os vereadores da oposição numa saia-justa perante a opinião popular. Talvez exatamente por levar isso em conta é que os vereadores da oposição foram favoráveis ao Projeto de Lei nº 9/2019, encaminhado pelo prefeito e visto há pouco.

Mas não se pense que se trata de um artifício exclusivo do governo e seus vereadores; embora algo mais raro, também os vereadores da oposição, jogando da mesma forma com o anseio popular, utilizam-se do mesmo expediente e intentam colocar o prefeito e seus vereadores contra a parede. Vejamos alguns exemplos emblemáticos da votação de alguns projetos que ilustram bem esse posicionamento na Câmara tanto de vereadores como do próprio prefeito.

Se a função legislativa municipal é exercida a reboque do Executivo, isto é, se a iniciativa do processo legislativo municipal é exercida quase que exclusivamente pelo prefeito⁹¹, sendo raros os projetos cuja iniciativa seja dos vereadores⁹², não menos raro é o exercício da função fiscalizatória pelos vereadores. Pelos motivos já apresentados compreende-se o porquê de os vereadores da base do governo “não levantarem a voz contra o seu prefeito”. É difícil imaginar um vereador do governo fiscalizando seu próprio prefeito; isso raramente acontece.

Restaria então aos vereadores da oposição cumprir este papel, e eles até tentam, mas veem sua boa vontade obstaculizada por algumas razões. A primeira delas é a própria falta de algum conhecimento técnico⁹³ das matérias afetas à administração do município, como orçamento e finanças, gestão de pessoas, material e patrimônio, contratações públicas etc. Vencida essa primeira barreira, afinal ninguém precisa ser doutor para ser um bom vereador, ergue-se outra ainda mais difícil que a primeira: a má vontade da administração pública em franquear acesso ao vereador aos documentos da municipalidade. Não se pense que seja algo fácil conseguir do prefeito algum documento

⁹¹ Não é que se trate tão somente de inércia dos vereadores, mas as próprias limitações legais restringem o seu poder de propor leis, como visto na nota 41.

⁹² Durante o mandato 2017/2020, 64 projetos de lei foram apresentados na Câmara Municipal de Iraí de Minas; destes, 57 foram de iniciativa do prefeito e sete de iniciativa de vereadores.

⁹³ A baixa escolarização dos vereadores é uma constante no município. Na gestão 2017/2020, dos nove vereadores, três possuíam curso superior e seis possuíam nível fundamental ou médio.

que exponha ou coloque em dúvida a probidade de sua administração. Lei de Acesso à Informação nesse contexto é lei para inglês ver. Os documentos públicos são mantidos em caráter sigiloso, guardados a sete chaves.

Caso não se dê por vencido, o vereador desejoso de fiscalizar o prefeito tem como último recurso acionar os órgãos de controle e fiscalização, como o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Vigilância Sanitária etc. Pode-se dizer, sem incorrer em exageros, que a fiscalização municipal a cargo dos vereadores se resume a uma verdadeira guerra de denúncias; denuncia-se o que é pertinente, mas também aquilo que é impertinente aos interesses da municipalidade; denuncia-se pelo dever de zelar pela correta aplicação dos recursos públicos, mas também se denuncia pelo capricho de causar embaraços à administração; denuncia-se o nepotismo e fraudes em licitações notórias no município, mas também as contratações de pessoas, bens e serviços ainda que feitos sob a mais estrita legalidade.

Muitas vezes as denúncias feitas aos órgãos de controle têm muito mais a ver com a ideia de se causar embaraços à administração municipal, retirar-lhe a tranquilidade para governar, do que algum interesse republicano mais nobre. A ideia é clara: seja a denúncia justa ou injusta, é preciso subtrair o sono do prefeito sempre que possível.

Ainda que se trate de denúncias legítimas no cumprimento da missão constitucional de fiscalizar, muitos desses nobres esforços acabam por se frustrar ante a baixa eficácia dos órgãos de controle em fiscalizar o município. Justificativas para tanto sobejam. O Tribunal de Contas do Estado é uma entidade metafísica de que apenas se ouve falar nos domínios do município, mas de cujas ações de controle pouco se tem notícia nas centenas de municípios mineiros sob a sua jurisdição. Limita-se a emitir frios pareceres de análises de contas da Câmara e da prefeitura, amparados em documentos enviados à capital pelo município que nem sempre espelham a real situação das contas municipais.

Já o Ministério Público, praticamente inexistente nos pequenos municípios, está mais próximo da municipalidade; localiza-se numa cidade polo que sedia uma comarca formada por alguns outros municípios menores localizados em seu entorno. Dele se esperaria uma maior efetividade das ações de controle e fiscalização. E muitos dos abnegados promotores públicos até se esforçam, mas quase sempre não logram entregar aquilo que gostariam.

É difícil colocar os pés no barro. Alega-se falta de estrutura técnica, operacional, deficiência de pessoal, volume de trabalho, precárias condições de trabalho; omitem-se

razões humanas e inconfessáveis, como a frustração de estar em uma cidade do interior aguardando o cumprimento do estágio probatório a fim de pleitear uma remoção para uma cidade de grande porte ou mesmo a capital, o próprio medo de represálias quando suas ações começam a incomodar os chefes políticos locais, o gosto pela comodidade de trabalhar numa sala climatizada ante o trabalho de uma fiscalização *in loco*.

Sejam quais forem os impeditivos, o fato é que os braços dos órgãos de controle pouco têm alcançado o município de Iraí de Minas, conferindo aos gestores locais uma espécie de carta branca para a administração dos recursos municipais.

Nesta seara da fiscalização, se não a última, talvez a mais importante fronteira até onde ousa ir um vereador é mesmo o apoio do povo. Levar ao conhecimento da população, especialmente quando se trata da malversação de recursos públicos, é quase que o derradeiro suspiro do vereador. Mesmo que seja de pouca eficácia prática denunciar diretamente ao povo os descabros da administração, ao menos se aufere algum dividendo político ao se expor o adversário ao julgamento popular. Não se ganha nada ou quase nada no sentido da reparação de alguma irregularidade, mas se desgasta o governo e, politicamente, é provável que isto seja mesmo o mais importante.

Em meados de 2017, após várias tentativas frustradas de obter junto à prefeitura documentos do município, dois vereadores da oposição submeteram à Câmara um requerimento de informações (Requerimento nº 1/2017) no qual solicitavam à prefeitura cópias das principais licitações e contratos administrativos celebrados pela prefeitura. O presidente da Câmara submeteu o requerimento à votação plenária e o resultado foi três votos da oposição favoráveis ao requerimento e cinco votos⁹⁴ do governo contrários ao requerimento.

Por óbvio que os vereadores oposicionistas sabiam que o requerimento seria negado pelos vereadores do prefeito, todavia, nem por isso deixaram de apresentá-lo, isso porque, frustrado o mérito do requerimento, sobressaía o uso político do episódio: expor perante o julgamento popular os vereadores que votaram contrariamente ao requerimento, haja vista que votar contra era votar contra uma proposta de fiscalização. Assim, ficava difícil justificar para a população o voto contra, sabendo-se que os vereadores têm por dever fiscalizar. Votar contra equivaleria a abrir mão das próprias prerrogativas de vereador.

⁹⁴ O presidente da Câmara, vereador da base do governo, usou da prerrogativa regimental de não votar, apesar de ter se manifestado contrariamente ao requerimento.

É oportuno acrescentar que nesta votação em plenário, os seis vereadores utilizaram a tática do maior número para vencer os argumentos dos vereadores requerentes. Estes, por sua vez, usaram a tática de colocar o adversário contra o povo, no caso, os seis vereadores. Nota-se assim que os passos são calculados por oposição e governo sempre que se votam projetos com repercussão popular.

Vejamos novamente, agora em maiores detalhes, a votação do Projeto de Lei nº 8/2019, de iniciativa do prefeito, que concedia aumento salarial ao funcionalismo municipal, estabelecendo sua vigência para janeiro de 2021.

Do ponto de vista do prefeito, era evidente o seu intuito: promoção pessoal com vistas à busca pela reeleição em 2020. Por certo que a aprovação do projeto lhe daria o crédito para, na campanha de 2020, dizer do alto de um palanque que fora ele o benfeitor dos servidores.

Já dissemos que em momentos como este, prefeito e companhia são presenças certas na Câmara. De fato lá estavam eles acompanhando atentos à votação, e tinham razão para isso. Havia uma suspeita de que dois dos vereadores da base fossem votar contra o projeto, o que significaria na prática a rejeição ante o esperado voto contra dos três vereadores da oposição.

É possível que esses dois vereadores do governo votassem contra o seu prefeito? Ninguém o saberá jamais. Se tinham mesmo esse intento, a presença em plenário do prefeito dissuadiu-lhes de qualquer insurgência. Juntamente com os outros quatro vereadores da base votaram favoravelmente ao projeto, como esperava o prefeito.

Os vereadores da oposição, por sua vez, votaram contra e expressaram o seu inconformismo alegando que o projeto contrariava a Lei de Responsabilidade Fiscal, era temerário com relação às finanças do município, não previa qualquer dotação orçamentária e financeira para fazer face à despesa futura, não atendia ao interesse do servidor que queria o aumento imediato etc. Mas ainda que tivessem colocado em movimento todo o universo jurídico a seu favor, isso em nada teria alterado o resultado da votação, a saber, a aprovação do projeto segundo os interesses do prefeito.

Observe-se aqui novamente toda a gama de interesses do espectro político local atravessando a votação, cada qual lançando mão das armas que tem sem nunca perder de vista o saldo político, o dividendo que se espera colher ao fim de cada passo.

Vejamos mais de perto os detalhes não explícitos subjacentes à votação do Projeto de Lei nº 9/2019, de autoria do prefeito, que demandava à Câmara autorização para contratar financiamento para o custeio de obras de infraestrutura públicas.

Nessa votação o prefeito não fora à Câmara, que havia sido convocada poucos dias antes em caráter extraordinário para a votação do projeto. A oposição contrariou sua tendência a votar contra e, junto com os vereadores do governo, aprovou por unanimidade o projeto. Mas havia algo no ar nesta votação a princípio desprezível. À oposição pareceu que uma armadilha houvesse sido armada com vistas a colocá-la contra a população caso votasse contra o empréstimo.

No passado, em situação idêntica, este tipo de projeto teve o voto contrário da oposição, quando se contrapôs a um projeto de empréstimo cujos recursos seriam utilizados para o asfaltamento de uma importante via na cidade. Prevendo o prefeito que o comportamento da oposição fosse se repetir, lançou o projeto e, para a surpresa dos vereadores do governo, os vereadores da oposição, desta vez, nem sequer enveredaram pela discussão mais aprofundada do projeto, votando-o. A maioria da população nem sequer tomou ciência da votação desse projeto pela Câmara. Mas o que temia a oposição?

Com a cabeça nas eleições de 2020, cada passo dado em 2019 para os vereadores da oposição era crucial. Nesta votação específica ainda havia um ingrediente a mais, uma vereadora do governo estava licenciada. Este tipo de projeto, segundo o regimento atualizado da Casa, exigia uma maioria qualificada de seis votos para ser aprovado, mas o governo só contava neste dia com cinco vereadores, ou seja, dependia de pelo menos um voto da oposição para o projeto ser aprovado. Era a oportunidade ideal para a oposição vencer pela primeira vez o governo numa votação plenária, bastaria que os seus três vereadores fossem contra o projeto.

A orientação da oposição foi a seguinte: o voto favorável ao projeto não teria praticamente nenhuma repercussão imediata da qual pudesse fazer uso tanto o prefeito como seus vereadores. Já o voto contrário significaria a rejeição do projeto. Era aí que morava o perigo segundo o cálculo da oposição. Em sua conta, certamente a rejeição do projeto lhe seria atribuída com toda a força nos palanques de 2020; dir-se-ia, por exemplo, que as tão esperadas casas populares, apesar de todo o empenho do prefeito, não foram construídas devido à irresponsabilidade dos vereadores da oposição, que não autorizaram o empréstimo necessário para a construção da infraestrutura.

Na política deste pequeno município pune-se aquele que ousa dormir de olhos fechados; a eterna vigilância pode coroar o êxito, ao passo que um mero descuido pode fulminar uma liderança promissora. Assim tem sido em Iraí de Minas.

Convém apresentar também um momento de grande importância na agenda da Câmara Municipal, a votação dos salários dos agentes políticos: prefeito, vice, vereadores

e secretários municipais. A importância dessas votações reside na impopularidade de tais projetos, colocando especialmente prefeito e vereadores numa difícil situação perante a opinião pública. Isso ocorre porque, ao tempo que desejam os aumentos, sempre bem-vindos, não há justificativa possível para acalmar os ânimos da população, naturalmente sempre contrária a medidas como essas que, em seu entender, têm o significado de legislar em causa própria, promovendo benefício para os políticos ante a carência geral em que vive o município. Vejamos como ocorre a votação desses projetos de aumento de salários para os agentes políticos.

Comumente, a votação desses projetos ocorre no último ano de uma legislatura, o que significa dizer que tais votações se dão no ano das eleições municipais. A ideia é que os vereadores que estão terminando um mandato votem os salários dos próximos agentes políticos que virão com o abrir das urnas. Dessa forma se esperaria algum grau de autonomia e republicanismo dos edis, os quais, sopesando o interesse público envolvido, fixariam o salário dos próximos políticos, em tese isentos de estarem legislando em causa própria.

Aqui já temos um problema imediato: é que alguns dos próximos políticos serão, sem dúvida, os mesmos vereadores que estão votando os aumentos de salários, haja vista a sua provável reeleição. Em Iraí de Minas, dos nove vereadores que compõem a Câmara, três são vereadores reeleitos, o primeiro com seis mandatos, o segundo com cinco mandatos e a terceira está em seu terceiro mandato. Não raro, esses políticos de profissão são exatamente os que defendem os aumentos, e por uma razão óbvia: buscam aumentar os próprios salários antevendo uma reeleição. A tais políticos de carreira juntam-se os vereadores de primeiro mandato para fazer coro ao aumento de salários para os políticos, na esperança de serem eles também reeleitos no pleito que se avizinha.

Todavia, há sempre alguns poucos vereadores que, por demagogia, republicanismo ou cálculo político, colocam-se contrários a esses projetos de aumento de salários para os agentes políticos. Examinemos o exemplo concreto e vejamos como a Câmara se divide em momentos como este, bem como a atuação dos vereadores e a participação popular.

Já dissemos que a votação desses projetos ocorre no ano das eleições, mas isso não acontece em qualquer data; primeiro, há que se observar o calendário fixado pela Justiça Eleitoral e as recomendações emitidas pelos Tribunais de Contas, que normalmente estabelecem que tais votações ocorram antes das eleições municipais. Mas, sempre atentos ao ônus político envolvido, os vereadores não têm por hábito votar esses

projetos às vésperas das eleições; de praxe, realizam-nas já nas primeiras semanas do ano eleitoral, de preferência após o recesso parlamentar e antes do Carnaval. A razão implícita é clara, ao menos do ponto de vista do vereador: subtrair-se do julgamento popular. Votar tais projetos nas vésperas do pleito eleitoral pode significar o suicídio político do vereador; já votar tais projetos e aprovar os aumentos em fevereiro, além de ter um ônus político menor, espera-se que até as eleições de outubro o eleitor já tenha esquecido tais projetos ou ao menos não dê mais a eles tanta importância.

Cabe aos vereadores que compõem a Mesa Diretora da Câmara (presidente, vice, 1º secretário e 2º secretário, no caso de Iraí) a árdua missão de apresentar esses projetos; a eles, e somente a eles, é reservada tal competência. E como isso ocorre? Normalmente se reúnem e acertam com o prefeito, parte também diretamente interessada, os aumentos dos salários. Ato seguinte, os projetos são protocolados na Câmara, momento em que ganham publicidade e sabe-se assim o tamanho dos aumentos. Como de resto acontece com projetos dessa natureza com forte repercussão popular, é comum que eles sejam apresentados praticamente na véspera das votações, a fim de que não haja tempo hábil para os vereadores contrários tomarem conhecimento, formularem emendas ou mobilizarem a população para ir à reunião de votação e pressionar os vereadores favoráveis aos aumentos.

Assim efetivamente aconteceu quando os membros da Mesa Diretora da Câmara de Iraí protocolaram, no final da tarde de uma sexta-feira, dia 14/2/2020, o Projeto de Lei nº 1/2020 (aumento para prefeito, vice e secretários) e o Projeto de Resolução nº 1/2020 (aumento para os vereadores), ambos para serem votados na reunião ordinária da Câmara da segunda-feira seguinte, dia 17/2/2020⁹⁵.

Tudo caminhava conforme se esperava, os projetos foram apresentados na sexta-feira, a população não teria tempo de tomar conhecimento sobre eles e, assim, numa monótona reunião da segunda-feira, com meia dúzia de cidadãos presentes como é costume, a reunião transcorreria tranquilamente com a aprovação dos aumentos. Entretanto, os vereadores contrários estavam alertas, aguardando o protocolo dos

⁹⁵ Os atuais salários do prefeito, vice-prefeito, vereadores e secretários municipais na legislatura 2017/2020 são: R\$ 13.000,00, R\$ 6.500,00, R\$ 4.506,73 e R\$ 2.800,00, respectivamente. Com os aumentos proposto, esses salários iriam para R\$ 18.200,00, R\$ 9.100,00, R\$ 5.064,00 e R\$ 3.800,00, respectivamente. Apenas os secretários tiveram os aumentos aprovados. O aumento para os vereadores foi apreciado, em caráter extraordinário, na reunião do dia 27/2/2020, decidindo a Câmara, em reunião de pouca presença popular, por sua aprovação.

projetos. Tão logo tomaram ciência deles, deram início à mobilização popular com vistas à reprovação dos projetos e a auferirem o bônus político.

Na reunião de votação do dia 17, a Câmara estava cheia e, sob pressão popular, restou aos vereadores favoráveis aos aumentos recuar e reprovar os aumentos, mantendo-se os atuais salários para a próxima legislatura. Fato curioso é que, um dos membros da Mesa, signatário dos projetos de aumento, “traindo” os outros companheiros da Mesa, fez questão de frisar ao longo da reunião que não havia assinado tais projetos e que era contra os aumentos. Não menos curiosa a atitude de alguns vereadores contrários aos aumentos, apesar dos acalorados discursos em favor das urgências do município, em verdade eram favoráveis aos aumentos como me confidenciou uma colega minutos antes das votações: *“Mas o salário do vereador vai aumentar só isso; é pouco demais, tinha que ser pelo menos uns 7 mil”*.

Na votação do aumento salarial, os quatro vereadores contrários aos aumentos e opositoristas ao prefeito aproveitaram o contexto da pressão popular e da disputa eleitoral já em curso para tensionar ainda mais a votação e, com isso, quem sabe, ganhar a graça do povo, cogitando a apresentação de uma emenda que propunha a diminuição dos salários dos vereadores sob a justificativa de que os próprios vereadores deveriam dar o exemplo cortando na própria carne, gerando uma economia para o município. Como já dito, não é que esses quatro vereadores desejassem de fato a redução dos salários dos vereadores; é mais razoável pensar que cortejavam o aumento, mas o objetivo da manobra era jogar toda a responsabilidade pela reprovação esperada dessa emenda e pela eventual aprovação dos aumentos nas costas dos cinco vereadores favoráveis e governistas. Isso era o que efetivamente estava em jogo, colher o fruto sem ter de atirar a pedra.

Na votação desses aumentos para os vereadores, imagine-se a pressão sofrida e o estado mental do presidente da Câmara, a quem coube o voto de minerva e o desempate dessa votação. Chorou, mas o sentido dessas lágrimas ninguém o saberá jamais. Desempatou a votação em favor do aumento.

Eis aí alguns dos sentidos subjacentes a uma votação sensível como essa da votação de salário dos agentes políticos em ano eleitoral.

2.6 Valorizando o passe

Seguramente, um dos atos de governo que requerem do prefeito a maior habilidade consiste em assegurar a sua base de apoio, notadamente em seu primeiro nível, representado pelos vereadores da base. Existe uma razão para compreender esta

dificuldade, a qual tende a aumentar proporcionalmente à medida que se aproximam as eleições municipais⁹⁶, atingindo o seu ápice no período de campanha eleitoral, precisamente no período de pré-campanha.

Nestes momentos mais agudos de pré-campanha e campanha propriamente dita, comumente tem-se no município um período marcado por certo enfraquecimento do prefeito⁹⁷ e do seu partido, contrabalançado frequentemente pelo crescimento popular e pela ascensão do grupo opositor ao prefeito, que busca com todas as suas forças destroná-lo.

É exatamente nesses momentos em que os grupos políticos rivais da política local medem forças, preparando-se para as eleições, que as bases de apoio ao governo tendem a enfraquecer. Alguns de seus vereadores começam a fazer um interessante jogo com vistas a auferir ganhos pessoais. É comum alguns deles, até então dóceis durante o período de mandato, começarem a demonstrar certa rebeldia contra o prefeito, expressa em atos como atacar o seu próprio governo mediante discursos e votos na Câmara. Começam a falar mal do prefeito e da administração pela cidade, cortejam a oposição elogiando-a e esquecendo-se dos ataques pretéritos, chegando a ameaçar o prefeito de mudarem de partido e irem juntar-se ao grupo de opositores que intentam derrotá-lo no pleito eleitoral que se avizinha. Poder-se-ia pensar que essas mudanças ou ameaças de mudança de partido são normais e esperadas, mas isto seria um equívoco quando se tem em mente a política local. Em Iraí de Minas, as rivalidades históricas entre dois partidos, ou melhor, entre dois grupos políticos que vêm se enfrentando ao longo das últimas décadas, fazem com que a mudança de partido, a mudança de lado político, especialmente de suas lideranças mais expressivas, como vereadores e principais correligionários, seja algo raro de se ver.

Mudar de lado implica muitas vezes romper com laços de amizade e familiares que, além de sustentar a ferrenha disputa política e alimentar as paixões entre os grupos, estruturam relações sociais fora das quais o indivíduo se sentiria deslocado e dificilmente suportaria esta espécie de banimento de seu grupo hereditário. Entretanto, considera-se a possibilidade da mudança se se vislumbra a possibilidade de algum ganho, ainda que não

⁹⁶ Exemplo disso pode ser constatado durante a Legislatura 2017/2020. Ao final do 3º ano de governo, um dos seis vereadores do governo insurgiu-se contra o prefeito e juntou-se à oposição.

⁹⁷ Para tanto é suficiente observar que na história política do município desde a emancipação em 1962 apenas um prefeito conseguiu ser reeleito, o lendário João Dias (1997-2000/2001/2004).

se venha de fato a concretizar a intenção, uma vez que basta a ameaça para alcançar o efeito desejado e amolecer o coração do prefeito.

A força deste estratagema, da pressão sobre o prefeito por seus próprios vereadores ou correligionários, deve-se ao grau de acirramento da disputa eleitoral em que meia dúzia de votos é suficiente para selar a vitória em favor de um dos grupos. Se o voto é importante para a democracia, em Iraí de Minas ele é tido como algo sagrado por parte dos agentes políticos que o buscam de dia e de noite, no batizado e no velório, na cidade e nos grotões. Perde-se uma vida se preciso for, mas não um voto. As ações dos agentes políticos são marcadas de alto a baixo pelo saldo eleitoral, quanto se ganha ou perde em escolher determinado curso de ação. Por aí se entende a dificuldade do prefeito em não ceder aos caprichos de seus vereadores.

A esse respeito, um caso ilustra bem a proposição.

No mandato 2017/20, o prefeito possuía na Câmara seis vereadores de sua base e três vereadores da oposição, uma maioria confortável durante o período de mandato, mas que se tornou volúvel no período de campanha, colocando o prefeito numa situação delicada. Em 16/8/2019, dois dos seus principais vereadores, um no exercício do sexto mandato e o outro no exercício do quinto mandato, marcaram uma reunião com as principais lideranças do grupo opositor ao governo. O objetivo? Anunciaram ao mesmo tempo o seu descontentamento com o governo e a sua intenção de passar para o lado opositor e disputar a eleição ao seu lado. Isso seria um golpe fatal no prefeito, perdidas suas duas principais lideranças, pontas de lança nas campanhas. Não lhe restaria muito a fazer.

Bastaram essas aproximações com o grupo opositor para que o mecanismo operasse em sua perfeição e fizesse com que o prefeito cedesse a mais algumas vontades dos eminentes vereadores⁹⁸, de modo a repatriá-los numa espécie de paródia do filho pródigo. Isso foi algo bastante compreensível, afinal, a eleição estava logo ali e com isso não se brinca.

Veja-se então que os dois vereadores do prefeito, ao se aproximarem do grupo rival e passar a cortejá-lo, de certa forma usam a oposição para fazer como que ciúmes políticos a seu prefeito e assim conseguem satisfazer seus desejos. Tem-se ao fim deste flerte a renovação dos votos de fidelidade na maioria das vezes, ao menos até que

⁹⁸ Não obstante os reiterados pedidos do prefeito, um desses dois vereadores acabou mesmo rompendo com o seu grupo e passou a engrossar as fileiras do grupo rival na eleição de 2020.

sobrevenham novos desejos exigirão do prefeito novos esforços para a manutenção da fidelidade de sua base.

Tal uso é recíproco. O grupo opositor, percebendo alguma querela interna entre o prefeito e seus vereadores, trata logo de tirar algum proveito desse fato. Passa então a alimentar as articulações políticas com os vereadores rebeldes do prefeito. Mesmo sabendo que dificilmente esses vereadores venham de fato a mudar de lado, fazem-no com o propósito de desgastar o prefeito e seu grupo e, desse modo, disputar a eleição com um adversário mais fraco, corroído por intrigas internas que diminuem a força que se obteria com a unidade.

Temos então uma relação mutualística em que membros do governo, especialmente aqueles de maior poder como os vereadores, fazem uso de seu capital político com vistas a otimizar os seus ganhos; lançam-se à oposição mirando o conjunto de regalias dos detentores do poder. A oposição, a seu turno, faz um aceno de boas vindas aos vereadores rebeldes, esperando com isso alimentar a discórdia no governo, como que dizendo: “briguem, briguem mais”, ao tempo que zela para que sua própria imagem seja preservada perante a opinião popular.

É certo que muitas vezes esta guinada de membros do governo à oposição não é vista com bons olhos pela população. Como já foi dito, trata-se de rivalidades históricas cujo desejo de manutenção é maior que o desejo de desintegração. Especialmente no que se refere à oposição, desejosa de alcançar ou de retornar ao poder, aproximar-se de membros do governo pode trazer-lhe custos políticos indesejáveis. É que, se por uma lado é útil enfraquecer o prefeito, à população lhe parece algo espúrio e, portanto, um motivo de reprovação. Isso pode diminuir o apoio popular da oposição.

A verdade é que apenas dois são os críticos desse jogo: o prefeito, em razão dos projetos de governo e do desejo de continuidade no cargo, o que o leva a uma constante adulação aos vereadores de sua base, e a população, espremida entre repetir o voto no prefeito desgastado ou votar na promessa representada pelo candidato opositor⁹⁹ que fora governo em muitas das vezes, ainda que não concorde com as aproximações entre os membros dos grupos rivais.

Seguindo o mesmo raciocínio, os demais escalões que compõem esta intrincada hierarquia política, seja a base de apoio ao governo ou as demais lideranças políticas do município, cada qual segundo o seu poder de barganha, buscam a seu modo, mediante

⁹⁹ Na história política de Iraí de Minas jamais houve mais de dois candidatos a prefeito municipal.

artifícios similares aos praticados pelos vereadores, valorizar o seu passe, o que significa dizer em linguagem política local, mostrar-se que se é importante e que, exatamente por isso, é merecedor de estima social, o que se exprime em termos concretos pelo conjunto de benefícios devidos a todo aquele que detém um maço de votos.

Assim é que, por exemplo, no período de campanha ouve-se pela cidade que fulano ou beltrano está fundando um novo partido político. Reúne-se então uma dezena de pessoas, talvez uma ou outra com alguma expressão política, o que não vem ao caso do ponto de vista dos fundadores, e está constituído um diretório provisório de mais um partido político local. Quando isso acontece, na maioria das vezes, o intento não é concorrer às eleições, às vezes nem mesmo para vereador. O objetivo é enviar um recado aos dois principais grupos políticos que protagonizarão a campanha eleitoral; em termos claros e objetivos, está dito: “vocês precisam de nosso apoio para vencer; estamos dispostos a ajudar, contanto que chegando lá não esqueçam de nós”.

Outra estratégia comumente empregada é o lançamento de pré-candidatos a prefeito no período da campanha propriamente dita. Como já assinalado, a rivalidade histórica entre duas forças políticas em Iraí de Minas tem impedido o surgimento de uma terceira força, inviabilizando o aparecimento de um terceiro candidato a prefeito. Mas isso não quer dizer que eles não apareçam no período de campanha e insistam em se apresentar como candidatos a prefeito, levando suas supostas candidaturas até os últimos dias que antecedem as convenções partidárias, momento em que os partidos são obrigados a definir oficialmente os seus candidatos a prefeito, a vice e a vereadores.

Esses pretensos candidatos a prefeito igualmente estão valorizando o seu passe. Normalmente, são pessoas de alguma expressão política que até teriam força para se eleger como vereador, mas ao se lançarem como candidatos a prefeito, dando o passo maior que as pernas, sinalizam para os dois candidatos que de fato protagonizarão a disputa, que esperam por algum acordo, financeiro inclusive, ou talvez um lugar na chapa como vice-prefeito, a fim de que apoiem um ou outro e, por conseguinte, retirem as próprias candidaturas.

De fato, isso é o que tem acontecido em Iraí de Minas. Na última eleição municipal em 2016, apresentaram-se como candidatos a prefeito quatro postulantes. Chegado o fim das convenções partidárias, como se esperava, restaram os dois que disputaram a prefeitura. Um desses quatro, pela segunda eleição consecutiva, apresentara e retirara a candidatura a prefeito após ter sido convencido pelo grupo que ao final decidira apoiar.

E assim alargam-se as bases desta pirâmide, alcançando parte dos cidadãos comuns que, ainda que donos tão somente do próprio voto, fazem lembrar ao prefeito que também são merecedores de alguma consideração, como me revelou Marineide, militante do grupo vencedor nas eleições de 2016: “*Não vejo a hora de balançar uma bandeira bem grande do 90 no ano que vem (2020)*”. A razão? Uma promessa de emprego feita em campanha, sempre adiada e não cumprida pelo prefeito.

Neste capítulo tivemos a oportunidade de adentrar na Câmara Municipal de Iraí de Minas e observar o que nela acontece, inclusive as orquestrações de bastidores relacionadas à eleição de seu presidente e à votação de projetos importantes ou com forte repercussão popular, como a votação de um orçamento municipal ou a votação do projeto de aumento de salários dos agentes políticos.

Constatamos a ociosidade de suas reuniões ordinárias, a maior parte delas consumida com a votação das famosas indicações que, apesar de terem a sua importância ao levar ao conhecimento do prefeito, por intermédio dos vereadores, os problemas da cidade e as reivindicações da população, carecem de eficácia prática porquanto não vinculam o Chefe do Executivo.

Acrescente-se ainda, conforme evidenciado, a ausência de participação popular nas reuniões da Câmara, as quais ocorrem como se se tratassem de reuniões particulares ante o baixo quórum de cidadãos presentes. Exceto em momentos episódicos, como a votação de algum projeto polêmico, tais reuniões ocorrem à revelia do cidadão comum, deixando os vereadores como que com um cheque em branco, livres da necessidade da prestação de contas e longe da pressão popular.

Identificou-se também o cálculo preciso presente nos posicionamentos dos vereadores, os quais, sobretudo quando da votação de projetos com ampla repercussão popular, buscam com o voto nesses projetos colher o máximo dividendo político perante a opinião pública, a exemplo da vereadora que vota contra o aumento dos salários dos agentes políticos, mas que confessa reservadamente o seu desejo pelo aumento.

Por fim, examinamos a questão da valorização do passe dos atores políticos que, sobretudo nas proximidades do período de campanha, fazem valer o seu capital político e buscam auferir algum ganho pessoal. Assim, nos meses que antecedem as eleições, aparecem novos diretórios de partidos políticos, algumas lideranças lançam-se como pré-candidatos a prefeito para, no curso das negociações, retirar as próprias candidaturas e migrarem para o grupo rival B.

Capítulo 3 – Os Prefeitos

Nenhum homem nesta terra é republicano, nem vela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular. (Simão de Vasconcelos, 1663)

Neste capítulo abordaremos aspectos da política local de Iraí de Minas relacionados à sua figura central, os prefeitos. Investigaremos aspectos como o acirramento das disputas eleitorais; a formação e os atos de governo; o relacionamento do prefeito com os vereadores; as obras públicas; os inusitados acordos de divisão de mandato; a origem dos prefeitos etc.

Temas como o voto de porta em porta, a importância dos cabos eleitorais, já examinados no capítulo sobre os vereadores, bem como aspectos como influência do poder econômico, escolha de candidatos e outros, serão analisados em capítulo específico sobre as campanhas eleitorais, os primeiros sendo retomados e os últimos analisados em profundidade.

Figura 6 – Prefeitura Municipal de Iraí de Minas



Acervo do autor, janeiro de 2021.

3.1 O acirramento das disputas eleitorais

Um traço marcante da política em Iraí de Minas que se evidencia tão logo se passa à sua observação diz respeito ao acirramento das contendas eleitorais, sendo as disputas decididas muitas vezes na casa das unidades. Entre os candidatos a vereador, uma dezena de votos ou menos já é suficiente para conquistar uma cadeira, como na eleição de 2012, em que a diferença entre o último vereador eleito (Carlos) e o primeiro

suplente (Reginaldo) do PMDB foi de apenas sete votos. Nessa mesma eleição, a diferença entre o último vereador eleito (Juliano) e o primeiro suplente (Romeu) do partido PDT foi de apenas oito votos.

Na eleição de 1996, os candidatos a vereador do PMDB Joaquina e Mirão foram eleitos com 113 e 111 votos respectivamente, ao passo que o primeiro suplente do partido (Ciro) alcançou 110 votos. Um voto apenas foi o bastante para selar a sorte dos contendores.

O ápice desse acirramento das disputas, no caso dos vereadores, ocorreu na eleição de 1972, sendo a disputa pela nona cadeira marcada por um empate entre os candidatos Gildo e Fernando, cada um obtendo 89 votos. A peleja foi decidida em favor do centenário Gildo, pelo critério de maior idade, restando a Fernando a suplência. Assim ocorre não raro no pequeno município.

Se nas eleições para vereador a diferença costuma ficar na casa das unidades, nas eleições para a disputa da prefeitura essa diferença não passa de umas poucas centenas. Trata-se de um padrão instituído ao longo do tempo, verificável especialmente nas cinco últimas eleições (2004 a 2020), em que o prefeito eleito abocanha algo em torno de 55% dos votos, restando ao adversário derrotado algo em torno de 45% do eleitorado.

Tabela 2 – Eleições em Iraí de Minas 1972/2020

| Eleições para prefeito em Iraí de Minas: Distribuição dos votos de 1972 a 2020 | | | | | |
|--|------------------|--------|----------------------|--------|--------------------|
| Eleição | Candidatos/Votos | | | | Diferença de Votos |
| 1972 | Pereira Passos | | Candido Vilela | | 34 |
| | 690 | 51,26% | 656 | 48,74% | |
| 1976 ¹⁰⁰ | Pedro Andrade | | Sem adversário | | - |
| | 962 | 100% | - | - | |
| 1982 | Candido Vilela | | Alaor Cipriano | | 447 |
| | 1.221 | 61,20% | 774 | 38,80% | |
| 1988 | Jorge Américo | | Miguel Borges | | 224 |
| | 1.424 | 54,27% | 1.200 ¹⁰¹ | 45,73% | |
| 1992 | Candido Vilela | | Tércio Dourado | | 968 |
| | 2.020 | 65,76% | 1.052 | 34,24% | |
| 1996 | João Dias | | Paulo Souza | | 530 |

¹⁰⁰ Nesta eleição de 1976 não houve adversário para enfrentar Pedro Andrade em razão dos estranhos e incomuns casos de acordos políticos examinados no item 3.7 deste trabalho.

¹⁰¹ Quantidade aproximada que me foi informada pelo vice-prefeito de Jorge Américo, uma vez que até a conclusão deste trabalho a Justiça Eleitoral ainda não havia me passado este dado.

| | | | | | |
|------|----------------|--------|-----------------|--------|-----|
| | 1.837 | 57,93% | 1.307 | 41,21% | |
| 2000 | João Dias | | Jerônimo Vilela | | 892 |
| | 2.278 | 62,17% | 1.386 | 37,82% | |
| 2004 | Paulo Souza | | Alaor Cipriano | | 434 |
| | 2.269 | 55,28% | 1.835 | 44,71% | |
| 2008 | João Dias | | Paulo Souza | | 7 |
| | 2.386 | 50,07% | 2.379 | 49,93% | |
| 2012 | Paulo Souza | | Antenor Reis | | 465 |
| | 2.823 | 54,49% | 2.358 | 45,51% | |
| 2016 | Joaquim Barros | | Diogo Venâncio | | 403 |
| | 2.673 | 54,08% | 2.270 | 45,92% | |
| 2020 | Diogo Venâncio | | Joaquim Barros | | 111 |
| | 2.752 | 51,03% | 2.641 | 48,97% | |

Fonte: TSE, elaboração do autor.

Esse padrão observado, de acirramento da eleição (55%/45%), mostra que na disputa pela prefeitura a diferença de votos entre o candidato eleito e o candidato derrotado tem ficado em torno dos 400 votos, como nas eleições de 2012 e 2016, em que essa diferença foi de 465 e 403 votos, respectivamente. O contraste a esse padrão é dado pela eleição de 2000. Em 2000 o prefeito João Dias, após um bem-sucedido mandato (1997/2000) na avaliação geral, partiu para a reeleição, a primeira na história do município¹⁰², e venceu o seu rival Jerônimo Vilela, obtendo 62,17% dos votos, uma diferença acachapante, ou com 892 votos de frente¹⁰³ como se diz no linguajar iraiense. Nas eleições de 1982 e 1992 também se verificou a fuga ao padrão em razão de circunstâncias relacionadas ao carisma e à capacidade de liderança/gestão do ex-prefeito Candido Vilela.

O ápice dessa acirrada disputa pela caneta se deu na épica eleição de 2008, a Guerra de 2008, que colocou lado a lado os dois maiores expoentes da política local pela segunda vez, João Dias e Paulo Souza, gaúcho e mineiro. Na primeira vez em que se enfrentaram, em 1996, nenhum deles havia sido prefeito até então, apesar de ambos já terem exercido o mandato de vereador. Nessa disputa a constante 55%/45%, com ligeira variação (57,93% para o vitorioso e 41,21% para o derrotado), selou a vitória em favor

¹⁰² A reeleição tornou-se possível com o advento da Emenda Constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997.

¹⁰³ Os iraienses usam a expressão “votos de frente” para se referir à quantidade de votos a mais que o candidato a prefeito vencedor obteve em relação ao candidato a prefeito derrotado. Assim, tanto maior é a vitória quanto mais forem os votos de frente. Nesse sentido, é comum ouvir os candidatos favoritos dizerem que vão ganhar com tantos votos de frente.

do gaúcho. Já na eleição de 2008, esse grau de acirramento da disputa foi elevado à enésima potência, marcando a segunda vitória de João Dias sobre Paulo Souza com apenas sete votos de diferença e gerando histórias até hoje sempre lembradas nas rodas de conversas políticas do município.

A respeito dessas histórias, faço um parêntese para citar aqui algumas delas, como a de uma militante apaixonada que, ao serem abertas as urnas, estando grávida, não suportou a emoção da derrota e abortou. Ou a história do gato de política que, tendo recebido um cheque de R\$ 5 mil com a finalidade de comprar votos, mas contando com uma vitória certa, fez pouco caso e “esqueceu” o cheque em cima da geladeira, talvez guardando-o para gastar na festa da vitória; sobrevivendo a derrota, lamentou-se por não ter gasto o cheque da “forma certa”. Conta-se ainda sobre uma Van que transportava eleitores para votar em Iraí de Minas, mas que por um imprevisto não chegou a tempo; tivessem os passageiros chegado a tempo de votar, o resultado seria outro.

Há outra história que não posso deixar de mencionar: o espancamento da irmã. Recebi o relato de duas irmãs, Verônica e Neiane, rivais na política de Iraí de Minas, que durante a eleição de 2008 acertaram as contas pelas vias de fato. Divulgado o resultado, Neiane, que teve a alegria de ver o seu partido sair vencedor da disputa, começou a provocar exageradamente a irmã que saíra derrotada. Verônica não se conteve, trancou-se com a irmã num quarto da casa da família e teve início o troca tapas. Foi preciso arrombar a porta do quarto para evitar que Verônica desse cabo da vida de Neiane por não ter respeitado a derrota alheia.

A eleição de 2020, mantendo a tendência, igualmente foi marcada por uma acirrada disputa: meros 111 votos foram suficientes para a revanche de Diogo Venâncio, que perdera em 2016.

Esse acirramento da disputa pela prefeitura que se repete a cada eleição é o produto direto da polarização política existente no município desde a sua emancipação, colocando dois grupos políticos rivais na luta pelo poder. Nas primeiras décadas após a emancipação, entre 1963 e fins dos anos 1980, essa disputa era travada entre as próprias famílias de mineiros. A partir de fins dos anos 1980, os gaúchos, já estabelecidos no lugar, capitaneados pelo seu maior expoente político, João Dias, alinham-se a um desses grupos políticos de mineiros e assumem a sua direção, dando origem agora a uma rivalidade entre mineiros e gaúchos.

É um lugar-comum ouvir pela cidade que cada um dos grupos políticos detém cerca de 1/3 dos votos, basta ver que mesmo na vitória incontestável de João Dias na

eleição de 2000, seu adversário assegurou o terço de votos do partido, ficando com 37,82% dos votos.

Todos os dois partidos vai sair de 1.500 votos (referindo-se à eleição de 2020), sobra 2 mil votos. Esses 2 mil votos, na minha conta, menos de 10% vai votar por convicção política, outros vão votar por raiva de A ou B, ou a favor ou contra alguém, e desses 2 mil voto aí, pelo menos mil, não é nem promessa de cargo, quer dinheiro, festa. (Ex-vereador Márcio)

O fiel da balança da política local repousa, assim, no terço restante dos eleitores que não se manifesta expressamente como partidário de um grupo ou de outro, assumindo uma posição mais neutra, sendo volúvel a engrossar as fileiras de um ou de outro partido, a depender das circunstâncias presentes na eleição.

Por ora, voltando à Guerra de 2008 entre João Dias e Paulo Souza, é oportuno resgatar um pouco do colorido e das nuances que a tornaram tão importante na história municipal.

O prefeito Paulo Souza, tal como João Dias em seu primeiro mandato, esforçou-se por fazer um bom primeiro mandato (2005/2008), sendo certa a reeleição não fosse João Dias o seu rival (1996/2000 e 2001/2004). Ainda assim, seguindo a tendência local de ser favorito quem está no governo e não o desafiante, as chances maiores estavam com Paulo Souza.

Na realidade, a campanha foi muito boa. Você saía na rua andando de a pé, todo mundo seguindo, bandeira naquela época era liberado, e o povo, a maioria acomodou (ante o favoritismo). Tinha uma turma que era mais entusiasmada a trabalhar, começou a ir pro Barreiro (distrito da Zona Rural) pra beber cachaça, falava que tava trabalhando e ia pra Patrocínio com rolo de mulher. Nós fez uma pesquisa final; até eu vi ela esses dias. Nós tava com uns doze pontos na frente; aí o grupo se acomodou. Eu sabia que não ia ser fácil. Aí o primeiro passo deles, ele (João Dias) começou a comprar nossas lideranças. Aí aquele Apolinário (deputado federal) veio cá e deu as normativas pra eles (de como comprar os votos). Trouxe dinheiro, e o genro do João Dias trabalhava pro Apolinaro (organizou a compra), mas mesmo assim a gente achava que ganhava ainda. No último dia a gente achou que ganhava, mas a diferença não era (seria) tão grande. Tanto que na hora que saiu a vantagem aqui no Iraí, nós saiu com uma vantagem, mas eu falei, nós perdeu, Saiu com uma vantagem de sessenta e tantos (votos). Lá no Barreiro vira. Aí a última urna era lá. Daqui já tava conferida. Aí foi onde virou pra sete. Na realidade, foi uma compra de voto descarada, e nós não importou muito porque achou que tava ganho. Aí depois que o povo viu que perdeu, chegava chorando e falava; “Nossa, eu achei que não ia fazer falta” (dinheiro para comprar voto que não foi usado). (Ex-prefeito Paulo Souza)

Note-se que pela ótica do candidato Paulo Souza e seu grupo político, a vitória em 2008 era certa não fossem duas as razões que, segundo ele, levaram à amarga derrota: a acomodação do grupo e a compra indiscriminada de votos pelo adversário João Dias.

Quanto à acomodação, de fato, na reta final da campanha, nas últimas semanas que antecederam ao pleito especialmente, certo favoritismo parece ter tomado conta dos militantes políticos liderados por Paulo Souza, que tinham a vitória como certa. Tal vertigem foi contraproducente, pois induziu o grupo a certo relaxamento, *“falava que tava trabalhando e ia pra Patrocínio com rolo de mulher”*, atitude natural de quem se sente vencedor, mas desastrosa na política local antes ou até que se abra a última urna.

Tanto é que, feito a apuração dos votos da cidade e restando ainda a totalização dos votos da comunidade rural de São José do Barreiro, Paulo Souza apontava como o candidato reeleito com algumas dezenas de votos à frente de João Dias. Ocorre que o Barreiro é tido como um forte reduto eleitoral de João Dias desde a sua primeira eleição para vereador em 1988.

Comprou até feijão e distribuiu no Barreiro. Ele tinha aqueles votos do Barreiro tudo. Sempre teve uma coisinha, mas maior foi com o caminhão carregado de feijão lá, distribuiu lá (a origem da compra dos votos). Pegou os votos tudo. (Ex-prefeito Paulo Souza)

E foi exatamente valendo-se desse seu reduto eleitoral que João Dias virou a eleição a seu favor, vencendo com os benditos sete votos da última urna aberta.

Quanto à acomodação do grupo lembrada por Paulo Souza, não há dúvida que teve um peso decisivo na eleição de 2008, deixando uma dura lição aos não iniciados na política local: antes que se contem os votos da última urna, não se deve interromper a caça aos votos e, menos ainda, soltar os foguetes da vitória.

Quanto à aludida indiscriminada compra de votos por João Dias, certamente, assim como em outras eleições, teve um papel decisivo. Examinaremos esse tema em detalhes em outro lugar deste estudo. Por ora, observe-se que Paulo Souza confessa que o seu grupo político incidia em igual prática: *“Aí depois que o povo viu que perdeu, chegava chorando e falava: ‘Nossa, eu achei que não ia fazer falta (dinheiro para comprar voto que não fora usado)’*”. Ou seja, atribuir tão somente ao adversário a compra de votos é algo excessivo, já que o instituto se incorporou à lógica política local, sendo ainda hoje parte integrante do sistema político e de uso comum dos partidos. Nessa eleição de 2008, cuja diferença entre vencedor e perdedor ficou em apenas sete votos, o mais apropriado seria falar em quem foi mais eficiente na compra ou em quem comprou mais,

mas que não se tenha dúvidas, ambos os grupos políticos lançaram mão do mecanismo. Que se ponha em questão a legitimidade do mecanismo, mas que ninguém duvide de sua real eficácia. “*Eu nunca vi isso. Sobrou dinheiro na campanha. Sobrou dinheiro e faltou voto*” (Fala de um cabo eleitoral de Paulo Souza).

Talvez por isso mesmo, pelo fato de ambos os partidos terem feito largo uso da compra de votos nessa eleição, assim como tal uso fora feito em eleições anteriores e posteriores a essa, que o pedido de Paulo Souza à Justiça Eleitoral, requerendo a reversão do resultado, fora negado, ainda que ele tenha apresentado como suposta prova contra João Dias lista de um comprador de votos que trabalhara nessa eleição para João Dias:

Ele fez uma relação, peguei com o Célio (cabo eleitoral de João Dias) de 3 mil conto. Ele fez uma lista na letra dele: 50 pro fulano, 100 pro ciclano. O juiz não aceitou. Pegou e fez uma lista, como comprou e deu a baixa em cima, pra falar que gastou o dinheiro que eles deu pra ele. Ele comprou e ele prestou conta que tinha comprado. (Ex-prefeito Paulo Souza)

A compra de votos é peça integrante da política iraiense, havendo indícios de sua ocorrência em outros municípios brasileiros, inclusive travestindo-se de outras formas que não a compra direta e alcançando não somente o eleitor. No caso de Iraí, há décadas tem sido utilizada pelos dois grupos políticos que se rivalizam nas disputas; foi utilizada nessa eleição de 2008 por ambos os partidos; atribuir somente a ela a causa da derrota não nos parece sensato. Estamos diante de uma realidade que se impõe, mas de uma realidade que se constitui como parte, como uma fração, uma variável à qual se juntam outras variáveis que, em seu conjunto, concorrem, cada qual segundo uma determinada força, para o resultado final de uma eleição para prefeito em Iraí.

Além de fatores imperativos como a influência do poder econômico na eleição municipal, especialmente na eleição do prefeito, por vezes, elementos contingentes¹⁰⁴, especialmente de natureza familiar e mesmo ligados à individualidade dos atores políticos locais, influenciam sobremaneira os destinos políticos do pequeno município, como o fato do namoro entre uma das filhas de João Dias e o filho de Paulo Souza durante a

¹⁰⁴ A este respeito, o ex-presidente FHC relatando as suas memórias da presidência descreve como um episódio fortuito ocorrido durante as convenções partidárias para as eleições de 1998 impactou, ainda que indiretamente, os seus projetos pessoais para a reeleição, “balançando a Esplanada” e levando-o a uma reforma ministerial para a garantia da vitória e da governabilidade que se seguiria. Tratou-se de um ajudante de ordens que por alguma razão não anunciou ao Presidente, que assistia a um filme no cinema do Palácio do Alvorada, que o ex-presidente Itamar estava ao telefone e queria falar-lhe, certamente magoado por não ter o nome escolhido pelo PMDB para representar o partido na corrida presidencial e desejando um conforto moral do até então amigo FHC. Foi o bastante para Itamar, à frente de boa parte do PMDB, romper com o apoio a FHC, levando o presidente a ter de reforçar a participação no governo da ala peemedebista que o apoiava. (Cardoso, 2006, p. 308-310).

campanha de 2008, algo impensado e inesperado que surpreendeu os dois rivais e que, anos depois, após o enlace matrimonial dos filhos, iria aproximar as famílias e tornar os rivais um compadre do outro.

Eu inclusive em 2008, eu não sabia que eles namoravam. Depois que passou, quando foi assim que eu encaixei a campanha, mas eu não sei se ele tinha medo, eu nunca peguei, se eles namoravam escondido, porque se eles tivesse namorando sério mesmo, eu não ia... Eu acho a família uma coisa muito importante, eu não sabia. Tanto é que no dia quando deu aqui no Iraí que eu perdi a eleição... sei que a diferença foi no Barreiro, perdi a eleição com trinta ou quarenta votos, perdi, aí ela chorou, foi prum lado. Achei que eu ganhava com 180, 200 votos, e o Paulo Souza toda hora falava que ganhava com 300. (Ex-prefeito João Dias)

João Dias revela que desconhecia o namoro entre sua filha e o filho do rival Paulo Souza; afirma que não teria desafiado o projeto de reeleição de Paulo Souza soubesse ele que o namoro dos filhos era sério. Assim, se a roda da história pudesse girar para trás e o namoro dos garotos fosse antecipado em alguns meses, não teríamos João Dias na disputa em 2008, bem como não teríamos os dolorosos sete votos que machucaram o PMDB.

Entretanto, se o namoro dos filhos não veio a tempo de impedir a disputa dos pais em 2008, o casamento deles alguns anos depois provocou um impacto político nas eleições subsequentes, como na eleição de 2012, em que o embate entre João Dias e Paulo Souza poderia ter acontecido pela terceira vez. O fato é que João Dias recuou, contrariando os correligionários que desejavam a sua candidatura, deixando o caminho livre para Paulo Souza assegurar o seu segundo mandato à frente da prefeitura.

Eu nunca mais, eu posso durar mais trinta anos, eu já falei isso pro Paulo Souza, pode até que um dia nós dois vai, mas eu nunca mais vou disputar contra ocê nem ocê comigo não. (Ex-prefeito João Dias)

Note-se a porta aberta deixada por João Dias para um possível retorno à política local, mas, desta vez, numa composição de interesses com o compadre Paulo Souza, numa possível chapa João Dias e Paulo Souza ou vice-versa. Voltaremos a esse ponto.

Finalizando o exame desse aspecto da política local relacionado ao acirramento das disputas, cujo evento emblemático foi a Guerra de 2008 – a eleição dos sete votos –, é oportuno registrar dois acontecimentos que marcaram essa disputa: o efeito não intencional de uma carreatá despropositada e a homérica Batalha dos Comitês. Antes disso, resgato uma síntese feita por Tocqueville em *Lembranças*, sublinhando a importância de se considerar na análise (sociológica) tanto as causas ditas gerais quanto

as causas acidentais, a exemplo do namoro dos filhos dos ex-prefeitos e dos dois episódios que citaremos abaixo, para que se compreenda o curso da história, ao que o autor ainda acrescentaria a captura dos traços gerais da psicologia humana.

Creio que muitos fatos históricos importantes só podem ser explicados por circunstâncias acidentais e que muitos outros são inexplicáveis; e enfim que o acaso – ou antes o entrelaçamento de causas secundárias, que assim chamamos por não sabermos desenredá-las – tem um grande papel em tudo o que vemos no teatro do mundo; mas creio firmemente que o acaso nada faz àquilo que, de antemão, já não esteja preparado. Os fatos anteriores, a natureza das instituições, a dinâmica dos espíritos e o estado dos costumes são os materiais com os quais o acaso compõe os improvisos que nos assombam e nos assustam. (Lembranças de 1848, 1991, p. 84).

Já se disse sobre o favoritismo do PMDB nessa eleição de 2008 e do entusiasmo entre os militantes. Talvez exatamente por isso, para extravasar a alegria dominante, decidiram, às vésperas da eleição, realizar uma carreata na cidade, numa atmosfera de festa total. De fato, do ponto de vista da mobilização dos participantes, a carreata fora um sucesso; centenas de militantes apaixonados lá estavam, como de resto é comum acontecer em todas as campanhas. Mas nesta em particular, a demonstração de força estampada pela quantidade de carros que participavam da carreata chamou a atenção do grupo do João Dias, colocando todos os seus sentidos em alerta. Aquilo lhes serviu como um susto e ativou o esforço final de seu grupo para correrem a última milha e reverterem o resultado da eleição a qualquer custo. Temos aí uma importante chave explicativa para compreender o desfecho deste pleito: a acomodação de uns foi suplantada pelo empenho até os últimos minutos de outros, não obstante a paridade de armas.

Também às vésperas dessa eleição de 2008 ocorreu a homérica Batalha dos Comitês. Paulo Souza e João Dias decidiram instalar seus comitês na Praça da Rodoviária, localização central da cidade, estratégica por si só. Ambos queriam estar ali e viam vantagens nisso; mal sabiam que estavam preparando um barril de pólvora quando instalaram os comitês a apenas uma dezena de metros um do outro. É que a proximidade entre os grupos rivais foi fermentando em meio a essa atmosfera de acirramento da disputa. Não se sabe quem atirou a primeira lata de cerveja, mas foi o bastante para que se instaurasse na praça pública um campo de batalha; latinhas eram disparadas de um lado para o outro em meio ao tumulto, socos e pontapés a torto e a direito. As centenas de pessoas que estavam por ali acabaram se envolvendo. O saldo final desta batalha foram algumas cabeças ensanguentadas e os candidatos chamados à justiça para que

controlassem seus militantes¹⁰⁵. Ainda hoje é comum ouvir alguns dos participantes desta batalha rememorarem com alegria indizível o fato de terem estado lá, de terem participado, de trazerem no corpo as cicatrizes, demonstrando um orgulho de soldado condecorado por honras de guerra.

3.2 O eleito faz a Câmara

Outro aspecto característico da política em Iraí de Minas, concernente à questão do prefeito, refere-se ao fato de o prefeito eleito em cada eleição fazer a Câmara, como se diz, ou seja, eleger a maioria dos vereadores¹⁰⁶. Nos últimos trinta anos isso não aconteceu apenas em dois momentos; o primeiro, na notável eleição de 2008 dos sete votos. Nessa eleição em particular, como veremos, em que o prefeito eleito João Dias conseguiu eleger apenas quatro vereadores e, portanto, teve de governar sem uma maioria, o jeito encontrado para obter tal maioria foi a pura e simples cooptação de um vereador do grupo rival, o elo mais frágil. O segundo momento de contraste ao padrão ocorreu na última eleição de 2020, em que o prefeito vencedor também não conseguiu eleger uma maioria de vereadores, elegendo apenas quatro vereadores. Entretanto, como demonstra a tabela abaixo, o fator constante é o prefeito eleito eleger a maioria de vereadores.

Tabela 3 – Bancadas eleitas pelos partidos

| Eleições | Grupo político vencedor/Liderança | Qtde. de vereadores eleitos pelo vencedor | Qtde. de vereadores eleitos pelo perdedor |
|----------|-----------------------------------|---|---|
| 1996 | PP/João Dias | 5 | 4 |
| 2000 | PP/João Dias | 6 | 3 |
| 2004 | PMDB/Paulo Souza | 5 | 4 |
| 2008 | PDT/João Dias | 4 | 5 |
| 2012 | PMDB/Paulo Souza | 6 | 3 |
| 2016 | PDT/João Dias/Joaquim Barros | 6 | 3 |

¹⁰⁵ O desfecho da Batalha dos Comitês poderia ter sido mais grave; é que o ex-prefeito Joaquim Barros, vereador à época do grupo do João Dias, em meio à guerra de latinhas, buscou em sua caminhonete uma espingarda calibre 12 com intenção de usá-la, mas a turma do deixa-disso agiu para evitar o pior.

¹⁰⁶ Algo muito distinto do que ocorre na esfera federal nas eleições presidenciais, em que, em razão da fragmentação partidária, o partido que vence a eleição presidencial não consegue eleger mais que 20% dos deputados. Por exemplo, nas eleições de 1994 e 1998, vencidas pelo PSDB, o partido não chegou a eleger mais que 20% dos deputados; já nas quatro eleições seguintes, vencidas pelo PT, o partido elegeu menos de 20% dos deputados; por último, na eleição de 2018, vencida pelo PSL, o partido ficou com apenas 10% das cadeiras partidárias. (Fonte: Portal eletrônico da Câmara dos Deputados).

| | | | |
|------|--------------------------|---|---|
| 2020 | PROS/PMDB/Diogo Venâncio | 4 | 5 |
|------|--------------------------|---|---|

Fonte: TSE, elaboração do autor.

Como já visto, há uma forte polarização partidária em Iraí de Minas em torno dos dois grupos políticos existentes, cujos maiores expoentes foram João Dias (PDT) e Paulo Souza (PMDB). Estes, ainda hoje, exercem forte influência na política local por intermédio de seus herdeiros políticos. Essa polarização se reflete na composição da Câmara. O terço de votos de cada partido garante três vereadores de cada lado. As três cadeiras restantes da Câmara ficam na dependência de quem será o prefeito eleito.

Em Iraí é comum ouvir de muitos eleitores que eles “não cruzam o voto”. Isso significa dizer que os eleitores de cada grupo político têm uma tendência a procurar um candidato a vereador para votar dentro do seu próprio grupo político. Cruzar o voto, votar num candidato a vereador de um grupo político que não é o seu, tem o significado quase de uma traição, daí por que essa tendência a não cruzar o voto faz com que o terço de eleitores de cada partido garanta a eleição de três vereadores para cada lado.

Aquela fração do eleitorado que se mantém mais neutra, o terço de eleitores restantes, em sua maior parte busca o seu candidato a vereador no grupo político que, ao longo da campanha, sobretudo na reta final, demonstra maior força para alcançar a vitória. Trata-se de uma razão humana e bastante compreensível sob a ótica desse eleitor: garantir que o seu vereador não só seja eleito como também esteja do lado do prefeito vencedor, a fim de que no futuro esse seu vereador tenha maior influência na prefeitura para intermediar suas demandas, frequentemente confundidas com a satisfação de interesses pessoais.

Por óbvio, não se trata de um cálculo preciso, pois o eleitor pode escolher o seu vereador acreditando que o candidato a prefeito do grupo saia vitorioso, mas isso também poderá não acontecer. Exatamente pensando nisso, esse eleitor e o seu grupo familiar também dirigem alguns votos para candidatos a vereador do grupo que imagina que sairá derrotado; assim, ele assegura ao menos um vereador, independentemente de quem seja o prefeito eleito, com quem poderá se socorrer nos quatro anos do governo.

Como visto, duas tendências se apresentam: de um lado, a tendência de o eleitor partidário, “doente”, “vacinado”, como se diz, votar nos candidatos a vereador do partido; de outro lado, a tendência de o eleitor mais neutro, vacilante, votar nos candidatos a vereador do grupo político que ele acredita que vencerá a eleição. Um não quer ser

culpado de infidelidade e busca manter a tradição herdada de votar no partido “a vida inteira”; o outro, mais pragmático, mais que não perder o voto, antevê uma garantia para os tempos difíceis. É essa estranha combinação entre paixão e interesse que tem garantido nas últimas décadas que o prefeito eleito também faça a Câmara, carreando aos seus vereadores tanto o voto dos eleitores do partido como a maior fatia dos votos dos eleitores não “vacinados”.

É claro que outras forças além da paixão e do interesse aí também atuam, como o sentimento de vingança de um eleitor contrariado por seu partido e que na eleição seguinte desconta sua ira votando no adversário; ou mesmo o eleitor venal que deixa de lado as querelas entre os partidos e busca tirar o maior proveito possível diante da acirrada disputa. Estamos diante de elementos que se combinam e explicam o fato de o prefeito eleito também fazer a Câmara, contando para tanto com a fidelidade do eleitor que não cruza o voto e com o interesse do eleitor ansioso por alguma vantagem.

Como visto, na política local de Iraí o padrão observado nas últimas décadas/eleições mostra que o prefeito eleito tem a tendência de fazer a Câmara. Contudo, na Guerra de 2008, isso não aconteceu¹⁰⁷. João Dias, apesar de eleito, fez quatro vereadores; Paulo Souza, derrotado, fez cinco vereadores. Essa maioria, entretanto, não foi mantida.

A solução encontrada para a obtenção do quinto voto e para a garantia da aprovação dos projetos de João Dias foi a mais natural possível: convencer um vereador da oposição a votar com o governo. O meio utilizado para tanto, segundo os relatos, foi o mais costumeiro: a compra do voto do vereador da oposição mais suscetível à venalidade, o conhecido Marquinhos. Um exemplo é o bastante.

Em fevereiro de 2011, durante o terceiro mandato do João Dias (2009/2012), ele enviou à Câmara o projeto de lei nº 2/2011, solicitando a autorização do Legislativo para a contratação de um empréstimo ao BDMG no valor de R\$ 1,5 milhão com vistas ao asfaltamento da cidade. Vejamos como se deu a aprovação do projeto pela boca do líder de João Dias na Câmara à época:

Aí nos mandou um projeto do asfalto. Lá era mais dinheiro. Ele pediu (Marquinhos) 50 mil. Aí eu falava pro João Dias: “Ele (Marquinhos) quer isso agora naquele projeto de 1 milhão e tanto. E o João Dias: “É, tem que dar, não tem jeito”. Aí nós mandava o projeto, ele votava contra enquanto nós não dava o dinheiro pra ele. Ele deve ter tirado uns 400 mil nesse mandato. (Ex-vereador Juliano)

¹⁰⁷ Na eleição de 2020, Diogo Venâncio também não conseguiu fazer a Câmara, tendo eleito apenas quatro vereadores.

As palavras do vereador Juliano são ratificadas, ainda que com menor veemência e de forma não tão explícita, pelo próprio prefeito João Dias:

Eu consegui via uma votação, onde eu tive até, é até ruim falar, eu tive que forçar um vereador, que foi o caso do Marquinhos, aquela vez em 2000 (na verdade, tratou-se da eleição de 2008), o Marquinhos era vereador, foi eleito vereador. Aí, pra votar, pra ter os cinco votos pra poder o BDMG liberar um recurso que eu fiz aquela obra beirando o café, que todo mundo metia a boca, que tinha buraco de dois metros, onde mora o... lá embaixo, e aquela ligação saindo do Iraí indo pro batateiro, ali também tem uma rede pluvial muito boa, muito boa e asfaltou. No terceiro (mandato) teve (maioria na Câmara), mas era uma maioria... Depois foi o caso do Marquinhos, que ele ficou ali, era interesse dele, então, a gente não consegue provar isso que já foi, mas é umas coisas muito difícil. O vereador forçar o prefeito... e tem certas coisas que o governo, envolve o orçamento, essas coisas, que é 2/3 da Câmara, então tem que ter 2/3. Mas aquela obra, eu achava importante, só precisava de aprovação. Tanto é que ela demorou, eu custei entregar no meu mandato, ela era pra ser feita um ano antes. Foi negociando, negociando, e não podia passar dum ano pro outro. Mas eu tomava cuidado, eu tinha um sistema, eu chamava os vereadores, eu chamei vereador até da oposição no gabinete. (Ex-prefeito João Dias)

E foi assim que se assegurou a aprovação do projeto, contando o prefeito João Dias tanto com os votos dos quatro vereadores de sua base como com o voto do vereador Marquinhos, “da oposição”. O registro de votação do projeto atesta que a votação ficou em cinco a três pela aprovação do projeto; os quatro vereadores do governo votaram com João Dias e três dos cinco vereadores da oposição votaram contra o projeto. Houvesse Marquinhos votado com os correligionários da oposição, a votação ficaria empatada em quatro a quatro. Neste caso, curiosamente, o voto de minerva foi dado não pela presidente da Câmara, vereadora da oposição, uma vez que não houve o empate, mas sim por Marquinhos.

Uma vez composta a Câmara de modo a garantir a maioria e a governabilidade ao prefeito eleito, este passa a se preocupar com a formação do seu governo, o aparato burocrático.

3.3 Uma burocracia própria

Em Iraí de Minas, a vida política e os seus reflexos na vida social regem-se muito mais pelos costumes cristalizados ao longo de décadas, espécie de direito

consuetudinário, do que pelas leis codificadas¹⁰⁸. A esse respeito, no que tange à formação do corpo funcional da prefeitura, uma herança do passado projeta-se com toda a sua força no presente; cada prefeito eleito outorga-se o direito de constituir a sua própria burocracia¹⁰⁹. Vejamos como isso acontece.

Na minha primeira eleição, eu não tive esse problema (pressão por cargos) porque não tinha quase funcionário na prefeitura. E era feito assim: eu entrava, o adversário saía tudo. Não tinha papo. Eles já sabia: se perdeu, já saía. Não tinha concurso, não tinha nada. Eu fazia do jeito que eu queria. Eu mandei todos embora que não votou pra mim, mas ninguém saiu brigando comigo. Pagava todos os direitos. Ninguém nunca entrou na Justiça contra mim. (Ex-prefeito Candido Vilela)

Como revela o ex-prefeito Candido Vilela, o primeiro ato de governo do prefeito era um ato personalíssimo e sujeito muito mais à sua vontade que à obediência legal. Nomear todos os funcionários do seu governo era um resultado lógico e imediato, um direito adquirido do vencedor. Desse modo, a chegada ao poder do prefeito implicava automaticamente a saída de literalmente todos os funcionários que estavam na gestão anterior do adversário; promovia-se uma espécie de limpa, expurgo necessário para que o eleito tomasse posse não só do seu próprio cargo, mas de todos os cargos da prefeitura¹¹⁰. Assim, o eleito chega ao poder acompanhado de um corpo burocrático próprio, nascido e criado nas fileiras do grupo político que garantiu sua vitória durante os acirrados embates partidários. O ex-vereador Neres assim sintetiza essa prática: “*Quando era dia 1º de janeiro aquela turma (prefeito e funcionários) que tava ali limpava, e entrava outra turma*”.

É bem verdade que o advento da obrigatoriedade do concurso público¹¹¹ como regra para o preenchimento dos cargos públicos tem mitigado essa prática cristalizada ao longo dos tempos em Iraí de Minas, entretanto, o costume internalizado, ainda que com as modificações sofridas ao longo dos anos, permanece a dirigir a vontade do prefeito para que este estenda a sua posse a todos os que com ele estiveram juntos na peleja eleitoral. Enraizou-se como um costume que o eleito retribua o apoio recebido na urna.

¹⁰⁸ Espécie de república claudicante, uma obra inacabada. Certa vez um professor me disse que quando viajava para o interior de Minas Gerais tinha a sensação de voltar no tempo dois ou três séculos. Assiste-lhe alguma razão.

¹⁰⁹ O significado de burocracia tratado aqui diverge substancialmente do sentido atribuído por Weber ao termo, pautado por critérios como racionalidade, eficiência e impessoalidade. Muitas vezes fica evidente, sobretudo, o caráter pessoal e pouco eficiente como marca dos atos de gestão.

¹¹⁰ Ao observar as eleições presidenciais nos Estados Unidos em meados do século XIX, Weber já mencionava a existência de um “*spoil system*”, que consistia na distribuição dos postos na administração federal aos partidários do candidato vitorioso como forma de recompensa pela vitória no “torneio eleitoral”, espécie de *The winner takes it all*. (Weber, 2011, p. 119).

¹¹¹ Art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988.

Competência pessoal, mérito e continuidade administrativa nesse contexto têm pouco apelo ante a realidade do costume e as leis próprias que regem a política local.

Assim, no mandato 2009/2012, um dos primeiros atos do prefeito eleito João Dias foi enviar à Câmara em 19/1/2009, já nos primeiros dias após a posse, o projeto de lei nº 2/2009, dispondo sobre a contratação temporária de servidores públicos. O constituinte teve a boa intenção de reservar esse tipo de contratação¹¹² que prescinde de concurso público para conferir ao gestor meios mais céleres a fim de atender a situações temporárias e imediatas que possam trazer algum prejuízo à administração e aos serviços públicos. A verdade é que este projeto do João Dias, repetido por outros prefeitos, funcionou como uma burla ao concurso público, um guarda-chuva que tornou possível a contratação de servidores para praticamente todas as áreas do município sem ao menos a realização de um processo seletivo simplificado.

Ademais, esse mecanismo é utilizado para fugir da obrigação legal do concurso público, sob o pretexto de se tratar de uma contratação temporária. Na prática, no entanto, o prefeito dele faz uso já no início do mandato, fazendo constar no texto da lei as prorrogações dos contratos que garantirão a manutenção do seu corpo burocrático ao longo dos quatro anos de seu governo. Burla-se o concurso público sob o pretexto da contratação temporária que se prolonga ao longo do tempo, quando em verdade está-se diante de uma contratação que exige o concurso. É um meio encontrado pelos prefeitos para ajustar as contratações de servidores aos comandos legais, fazendo replicar no presente um costume herdado de um passado remoto.

Nos raros momentos em que os prefeitos de Iraí se sentem pressionados pelos órgãos de controle como o Ministério Público para realizar concurso público, embora a prática seja não fazê-lo ao longo do mandato, a muito custo e não sem muita resistência, fazem-no no último caso.

Poder-se-ia pensar que estaria aí fechada a porta para a formação da burocracia própria, o que seria um engano. Primeiro, porque nas raras oportunidades em que se fazem os concursos¹¹³, a maior parte das vagas não é posta no edital, sendo reservadas para as contratações temporárias, como já visto. Segundo, porque se dá um jeito para que figurem na lista dos aprovados, em maioria, se não em sua totalidade, os apoiadores do grupo político no governo, as “cartas marcadas”. Sobre isso, é esclarecedor o registro do

¹¹² Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988.

¹¹³ O primeiro concurso público em Iraí de Minas foi realizado em 2005, sob a administração de Paulo Souza (2005/2009).

presidente da Câmara em 2010 sobre um concurso realizado nesse ano pela Casa: “*Passei eles tudo. Eles não sabia nada. Dei 10 mil pro povo do concurso e passei tudo*” (Ex-vereador Marquinhos).

É curioso observar que muitas pessoas em Iraí de Minas clamam aos vereadores para que haja concursos públicos, mas quase que imediatamente, ao tempo de uma pausa na respiração, arrematam o pensamento sem nenhum constrangimento com a frase: “*Me ajuda lá*”. Ou seja, o concurso é bem-vindo, contanto que o concurreiro/eleitor não fique de fora.

É bem verdade que com o passar dos anos o poder de formar essa burocracia própria a cada novo governo tem perdido alguma força, uma vez que os funcionários concursados permanecem e parte deles inevitavelmente será do grupo político opositor ao prefeito eleito. Contudo, essa característica ainda existe; a cada governo, os funcionários contratados suplantam em muito o número dos efetivos.

Essa burocracia própria não é um simples capricho do prefeito. Trata-se de uma espécie de “*resistência do sistema*”¹¹⁴ que orienta as ações dos prefeitos municipais numa determinada direção, recaindo-lhes um pesado ônus político ante eventuais tentativas de tensionar esse sistema em direções que contrariem a lógica social previamente estabelecida.

Ela (a pessoa) nem sabe se ela é graduada pra aquela área. Eles fala assim: eu quero trabalhar de secretário (apoiadores de campanha barganhando cargos), mas sempre depois que ganha sai uns contrariados. Tem gente que pede até procê assinar um documento (da promessa do cargo). Tem gente que quer uma garantia. (Ex-prefeito Paulo Souza)

O que queremos dizer é que a composição da administração municipal guarda raízes indissociáveis com a campanha eleitoral. Em resumo, a primeira fatura que um prefeito eleito em Iraí é chamado a pagar, já nos primeiros dias de janeiro e desdobrando-se ao longo de todo o mandato, refere-se aos compromissos e acordos assumidos ao longo da caminhada eleitoral. Voltaremos a esse ponto ao tratar das campanhas eleitorais. Não contrair essa fatura é praticamente ter como certa a derrota na campanha para prefeito;

¹¹⁴ Tomo de empréstimo a expressão utilizada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso referindo-se às relações frequentemente clientelísticas e fisiológicas que têm caracterizado o presidencialismo brasileiro, em que a governabilidade depende da oferta aos partidos de cargos na burocracia estatal e do acesso a recursos públicos, como as emendas parlamentares para a garantia do apoio necessário nas votações. Romper os termos deste acordo, com uma faxina ou reforma ministerial, provoca a “*resistência do sistema*” (Cardoso, 2015, p. 78). Para uma compreensão mais aprofundada das relações entre Executivo e Legislativo no plano federal, ver *A arte da política*, do mesmo autor, especialmente o capítulo 4: “No Planalto: desvendando a esfinge do poder” (Cardoso, 2006, p. 223-338).

fazer a dívida e recusar o seu pagamento após a vitória, além de indecoroso, aborta qualquer projeto de reeleição ou mesmo de sobrevivência na política local. Talvez por tais dificuldades é que essa fatura tem sido paga fielmente pelos diferentes prefeitos a cada novo governo.

Como hoje já não é mais possível a formação de uma burocracia própria plena, todo prefeito eleito deve conviver com alguns funcionários concursados do grupo político rival. Essa convivência nem sempre é amistosa e basicamente passa a ocorrer seguindo as diretrizes do favorecimento e da perseguição.

Aos candidatos e aos eleitores que apoiaram o prefeito eleito cabe o espólio de guerra, especialmente no que diz respeito à composição dos quadros administrativos, como vimos. São eles que engrossarão as fileiras de onde sairão os secretários municipais, os diretores do hospital e da escola, os chefes de creche e das estradas rurais, a chefia do gabinete, além da maioria dos cargos do dito chão de fábrica, como os cargos de auxiliar de serviços gerais, garis, varredoras de rua e outros.

O ex-vereador Marquinhos, na eleição de 2016, foi candidato a vereador apoiando o atual prefeito Joaquim Barros. Apesar de não conseguir a vitória para um segundo mandato, com a vitória do seu prefeito assegurou para si a direção da Secretaria de Infraestrutura. Já o sempre reeleito vereador Virgulino, gozando do seu prestígio, além da eleição ganhou também o direito de nomear vários apadrinhados na prefeitura. Ao candidato Tinim, que tinha como lema “Vote facim, vote Tinim!”, estava reservada a Secretaria de Meio Ambiente, não fosse a vaidade de uma apoiadora do prefeito, esposa de um grande produtor rural, que cobiçou o posto, não pelo salário em si, mas pelo prestígio da função. Esta senhora acertou com Tinim a permuta do cargo que assumiria de menor prestígio pela direção da Secretaria mediante uma compensação financeira para Tinim, que naturalmente aceitou. E assim se preenchem os cargos da varredeira de rua ao secretário municipal, sendo essa praxe contrariada apenas por aqueles funcionários efetivos dos quais não é possível livrar-se apenas por um ato de vontade.

Entretanto, se o poder da caneta é utilizado como instrumento de afago numa direção, na direção contrária ele é utilizado como um chicote, um instrumento de flagelo¹¹⁵, fazendo-se sentir tanto sobre o lombo dos funcionários concursados adversários do prefeito eleito como sobre a população de um modo geral. Neste ponto

¹¹⁵ A exemplo da ideia de justiça defendida por Polemarco, segundo a qual: “Justiça é ajudar os amigos e prejudicar os inimigos”; ao que Sócrates rebate: “Em momento algum ficou evidente que seja justo prejudicar alguém”. Diálogo contido no Livro I da *República* de Platão.

nos restringiremos à observação deste aspecto no que tange à administração do quadro de funcionários:

A gente nota que é uma perseguição. Eu de motorista mesmo, eu trabalhava puxando aluno, toda vida puxando aluno. De vez em quando eu saio da função e outros (pais de alunos) quer (que ele volte): “Não, nós quer é o Armando de volta”, porque eu não faço mais que a obrigação, e eles gosta. Então o Virgulino (apoiador de João Dias) uma vez me pôs na área da Saúde (serviço mais penoso para o motorista), pra perseguir. É perseguição mesmo. É igual hoje, por exemplo, é igual hoje, eu sou motorista, se começar a fazer qualquer coisa (contrariar o prefeito e seu grupo), cê vai trabalhar num caminhão véio. Você tá entendendo? Se você é contra, eles te persegue. (Ex-vereador Armando)

Na impossibilidade de aplicar a pena máxima ao servidor concursado e adversário político, que seria a demissão desmotivada, a marcação, o castigo aparece como o melhor remédio. Essa punição se manifesta sob as formas as mais diversas e curiosas: é a mudança de lotação, como a do ex-vereador e motorista Tonim Rocha; o desvio de finalidade do cargo; a redução nos salários dos servidores concursados, que passam a receber salários menores que os funcionários contratados temporariamente para o exercício do mesmo cargo/função; as provocações diárias pelos colegas funcionários, apoiadores do prefeito, no ambiente de trabalho etc. Vejamos alguns casos que ilustram esse poder da caneta como chicote.

Certa vez, durante o terceiro mandato de João Dias (2008/2012), um funcionário concursado no cargo de auxiliar de almoxarifado, adversário de João Dias e apoiador de Paulo Souza, até então havia passado todo o mandato anterior de Paulo Souza (2004/2008) a exercer um importante cargo comissionado de chefe de tributos. Com a chegada de João Dias ao governo, foi imediatamente exonerado do cargo em comissão e teve de voltar ao cargo de auxiliar de almoxarifado. Até aí algo natural e esperado.

Ocorre que o servidor em questão retrucou e, dali em diante, passou a ser um flagelo para João Dias dentro da prefeitura, não só no que tange ao exercício do seu cargo, mas principalmente passando a atuar fortemente como um formador de opinião contrário a João Dias. A solução encontrada por este para se ver livre do tormento diário e calar a voz incômoda foi a designação deste servidor para cuidar do campo de futebol municipal, ou seja, fora da prefeitura. O servidor passou os quatro longos anos deste mandato à sombra de um banco, contemplando o verde do gramado, cumprindo horário e orando para o retorno do vermelho do seu partido.

Esse expediente em particular é frequentemente utilizado para lidar com alguns dos funcionários adversários do prefeito eleito que possam lhe causar inconvenientes

maiores que a eventual prestação do serviço esperado; simplesmente sela-se um acordo tácito para que o funcionário não apareça na prefeitura durante os quatro anos do mandato e não cause problemas ao prefeito. Vejamos outro exemplo.

Quem é do bairro (bairro Bagagem, parte baixa da cidade) tem que subir (para trabalhar na creche da parte alta da cidade Alta). Tem que ser lá pra cima, tem que caminhar mesmo, tem que suar mesmo. É desse jeito, tem que castigar mesmo. Aí tem gente lá do Barro Colado (parte mais alta da cidade), lá das casinhas, das segundas casinhas, aí o que acontece? Tem gente que vem trabalhar (na creche do Bagagem) e ainda tem que ser de manhã, de madrugada, ainda escolhe o horário. É bem rigorosa (a punição). Tipo assim, “ah, você é do meu partido, a gente ganhou, então você escolhe onde quer ficar”; se for do partido contrário, o mais longe que tiver... Eu vou mais além; eu sou do seu partido, ganhei, então eu vou escolher o lugar, o horário e ainda se possível escolher quem vai trabalhar comigo. (Juraci, moradora do bairro Bagagem e auxiliar de creche)

Este relato da servidora de uma das duas creches da cidade é bem esclarecedor sobre o uso da caneta como chicote. Como as duas creches localizam-se a uns vinte minutos de caminhada uma da outra em um trajeto inclinado, é comum o prefeito eleito designar aquelas servidoras que moram perto de uma creche para trabalharem na outra creche, forçando-as ao deslocamento para o outro ponto da cidade e, com isso, sujeitando-as não só ao maior tempo do trajeto para chegarem aos postos de trabalho, bem como às intempéries do clima, como o frio, o sol, a chuva, a poeira, sob o olhar vingativo diário dos adversários vitoriosos.

É importante ressaltar que aqui também não se trata tão somente de um capricho puro e simples do prefeito eleito, tal como ocorre na formação da burocracia própria sob a pressão dos correligionários políticos que vão abocanhando os melhores cargos. Frequentemente as punições podem ocorrer até muito mais pela pressão do grupo político que pelo próprio desejo pessoal do prefeito. Em outras palavras, o grupo político do prefeito vencedor sai das eleições como que com uma sede de vingança e frequentemente são seus próprios funcionários apoiadores que clamam pela punição do adversário. Por aí se compreende a multiplicação dos casos de marcação política existentes no município, fruto direto da paixão e do ódio existentes que alimentam cotidianamente a política local. Um último exemplo dá a dimensão do nível a que chega essa marcação política presente nos diferentes governos que se sucedem.

No início do ano letivo de 2017, a professora Jéssica fora designada como professora de uma turma de alunos do 2º ano do ensino fundamental da escola do município, turma essa tida por suas colegas professoras como “problemática”, de “alunos

díficeis”. O motivo? Uma punição, uma penitência, um castigo por ter se manifestado e votado contra o candidato a prefeito vitorioso.

Expediente como os observados neste estudo são corriqueiros. Aqueles que apoiam um determinado candidato, especialmente durante a candidatura, ou a ele venham a aderir no curso do mandato, são beneficiados de diferentes maneiras durante o governo; de outro lado, aqueles que apoiaram o candidato perdedor, durante a campanha ou o governo, são perseguidos e ficam severamente marcados, estigmatizados, como se trouxessem na testa o número da besta.

Há também os desdobramentos deste padrão geral; não só são lembrados de que não receberão uma possível futura benesse aqueles que já não apoiavam o candidato vitorioso desde a campanha, bem como aqueles que, por assim dizer, padecem de um desvio de consciência, isto é, apoiaram o candidato vitorioso durante a campanha, mas passam durante o governo a assumir uma posição política que confronta diretamente o prefeito e seus correligionários, uma espécie de “traição”¹¹⁶. Trata-se de um paradoxo, um tipo de liberdade de consciência vigiada.

Outro desdobramento desse padrão geral relaciona-se à aproximação dos eleitos – especialmente o prefeito – aos eleitores do candidato derrotado, estendendo-lhes alguns favores garantidos aos fiéis, como um meio para se aumentar o eleitorado e, por conseguinte, assegurar-se de mais uma vitória no próximo pleito. Acenos como esse da possível futura distribuição de casas populares são feitos especialmente a alguns dos eleitores do candidato derrotado, valendo-se do recurso da promessa já utilizado na campanha, haja vista que o direito de preferência é dos fiéis.

Examinada a formação do governo no que se refere à constituição do corpo burocrático, perpassando os favores e as marcações políticas, é tempo de analisar alguns aspectos dos atos de governo relacionados às contratações públicas.

3.4 As contratações públicas

O funcionamento da prefeitura e a conseqüente oferta de bens e serviços à população passam quase necessariamente pelas contratações públicas, que vão desde a

¹¹⁶ Como aconteceu na campanha das professoras, entre 2017 e 2018, por melhores condições de trabalho e salário. Mesmo tendo apoiado o prefeito eleito, tal movimento contrariava frontalmente seu governo. Como forma de impedir a adesão das professoras ao movimento, os vereadores da base do governo passaram a intimidá-las dizendo que seriam excluídas de uma futura distribuição de casas populares que seria feita no município. Tanto melhor fora a persistência delas em sua luta, conquistaram algum direito e não perderam muita coisa, pois a promessa das casas populares não foi cumprida durante o mandato 2017/2020.

compra do material de escritório para o uso das repartições em seu dia a dia à construção dos prédios públicos. A compra de bens e a contratação de serviços são uma decorrência lógica dos atos de governo sem os quais a administração não anda. Mediante essas contratações, por exemplo, adquirem-se as carteiras novas para a escola, a merenda escolar para os alunos e um curso de capacitação para os professores; compra-se o equipamento de raio X para o hospital, os insumos para o seu funcionamento e os remédios para a farmácia popular; terceiriza-se o transporte escolar e os serviços de limpeza urbana; contrata-se o posto para o fornecimento do combustível e adquirem-se os veículos da frota oficial e máquinas e implementos agrícolas para atendimento dos pequenos produtores rurais; contratam-se serviços para a construção de uma praça pública e realiza-se a locação de imóveis particulares para o funcionamento de algum órgão da administração. Esses são apenas alguns exemplos das inúmeras contratações que mesmo o pequeno município não pode se furtar, sob pena de paralisia dos serviços públicos.

Acha-se prescrito na Lei de Licitações o modo como essas contratações públicas devem ser feitas, basicamente observando o princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Isonomia para que todo aquele que tenha condições de atender ao objeto da contratação e entregar o que a administração necessita, tenha iguais oportunidades de fazê-lo em concorrência com outros interessados. Já a ideia de proposta mais vantajosa para a administração decorre do princípio da supremacia do interesse público que dirige o agir da administração. É comum que o critério de julgamento do licitante vencedor seja o menor preço apresentado, ou por vezes o atendimento a determinado nível de qualidade ou técnica. A licitação busca a um só tempo dar igualdade aos interessados em contratar com a administração e contratar a proposta que seja a mais econômica e aquela que atenda à necessidade pública.

Não obstante a clareza das diretrizes normativas, em Iraí pode-se dizer que nessa seara também a longa tradição dos costumes tem concorrido para a timidez da lei. Vejamos como isso acontece.

A Câmara Municipal, por exemplo, não dispõe de um prédio público próprio como sede; isso a leva a ter de alugar um imóvel particular para o seu funcionamento. O comando abstrato até dispensa a licitação, nesse caso; constam coisas do tipo: que o imóvel atenda à finalidade pública; que a localização seja uma condicionante para a escolha; que o preço seja compatível com o mercado; a necessidade de uma avaliação imobiliária prévia para assegurar que o preço seja condizente com a realidade do mercado imobiliário no referido local. Apesar disso, a cada nova administração que assume o

governo municipal altera-se o endereço da Câmara. Em verdade, busca-se um imóvel de algum correligionário político do grupo vencedor, apesar dos parâmetros legais mencionados. Trata-se da necessidade de ajudar algum membro político apoiador do partido como contrapartida pelos esforços prestados durante a campanha.

Assim aconteceu, por exemplo, durante o segundo mandato de Paulo Souza (2012/2016), em que a Câmara funcionava num imóvel do senhor Pércio, apoiador do seu grupo político, bem como durante o mandato de Joaquim Barros (2016/2020), em que a sede da Câmara foi transferida para um ponto quase que diametralmente oposto à localização anterior, imóvel este de propriedade do ex-vereador Marquinhos, forte apoiador do grupo político João Dias-Joaquim Barros.

Do ponto de vista da lógica política que dirige as ações desses atores, não faz nenhum sentido alugar um imóvel do adversário, ainda que este seja o que melhor atenda às necessidades da administração. Pouco importa se o imóvel é aquele com as instalações mais adequadas e a localização mais condizente com o interesse público, cujo preço do aluguel esteja de acordo com o mercado ou mesmo inferior; se não pertencer a algum apoiador do grupo político, não se cogita a locação.

Essa lógica igualmente se aplica às contratações realizadas pela prefeitura municipal. É comum identificar que os principais contratos da prefeitura são feitos invariavelmente com o grupo político do prefeito eleito. Não é por outra razão que durante as administrações de Paulo Souza os contratos com supermercado para fornecimento de gêneros alimentícios para escolas e creches foram feitos atendendo a essa lógica. O mesmo pode ser dito quando das administrações de João Dias-Joaquim Barros; a lógica da contratação foi idêntica. Compreende-se assim o porquê de os dois postos de combustível existentes na cidade, um vinculado ao grupo Paulo Souza e o outro vinculado ao grupo João Dias-Joaquim Barros, terem sido há anos os únicos fornecedores do combustível para a prefeitura. Cogitar quaisquer outros critérios como menor preço e qualidade dos serviços parece insensato sob o ponto de vista da lógica política dominante.

Na realidade a gente faz até meio errado, não faz um pregão, porque você não vai pôr cidade (empresas) de fora (nos contratos); você acaba tendo que dar preferência para os comércio que estão aqui. Naquela vez eu comprei do Diogo Venâncio (supermercado), mas olhou o lado político, olha o preço... Porque se fizer aqui (licitação), tem uns que nem participa. (Ex-prefeito Paulo Souza)

Por aí se compreende, muito mais que pela análise dos processos administrativos licitatórios, o porquê de os principais contratos da prefeitura (posto de combustível,

supermercado, farmácia, limpeza urbana, reformas etc.) terem como licitantes vencedores os que outrora foram aguerridos apoiadores do partido. A formalidade do processo licitatório, na maioria das vezes, aparece muito mais como necessidade de cumprimento da norma burocrática do que como obediência a um caminho que tem por finalidade a melhor contratação, um estorvo ante a premência do costume.

Esta associação visceral entre os grupos de interesse, sobretudo empresariais, e os dirigentes políticos, ou a influência do poder econômico sobre o poder político, é uma constante na história política brasileira. A esse respeito, Bruno Carazza, analisando essa história recente no plano federal, mostra como os grandes grupos empresariais brasileiros têm influenciado a política nacional, seja nas campanhas, seja nos atos de governo, almejando a satisfação de seus interesses econômicos e impondo à sociedade um elevado custo social. É o político que precisa do dinheiro para o custeio das pesadas campanhas e, em troca, oferece ao empresário, direta ou indiretamente, a assinatura de um contrato ou um termo aditivo que o beneficie; a agilização de um pagamento; um empréstimo subsidiado; uma isenção tributária; uma nova legislação que o favoreça etc.

Esse jogo de interesses privados no Congresso Nacional parece seguir um modelo de vantagens recíprocas: é bom para a empresa, que arrebanha parlamentares para promover suas causas, e também é bom para deputados e senadores, que são recompensados com doações eleitorais ou o pagamento de propinas. Quem sai perdendo, e paga a conta, é o cidadão comum. (Carazza, 2018, p. 196).

Pode-se deduzir com razoável segurança a existência de arranjos/conluio a fim de que esta lógica não seja rompida. Em decorrência disso, é comum encontrar nessas contratações desvios, sobrepreço, superfaturamento, além do pagamento de bens não entregues ou serviços não prestados, as conhecidas notas frias.

É conhecida em Iraí de Minas a história de um chefe de creche que recebia, em meio aos gêneros alimentícios enviados à creche, bombons e cigarros para consumo próprio. Nutra oportunidade, o ex-vereador Marquinhos, que trabalhava com o comércio de carnes à época, entregava peças de picanha para consumo do prefeito, mas faturadas como se para a prefeitura fossem. Essas histórias se multiplicam, como a liberação de combustível à custa da prefeitura para uso particular daquelas figuras mais próximas do prefeito.

É importante ressaltar que, tal como ocorre com a formação da burocracia própria, os favorecimentos e as perseguições, aqui também, em muitas das vezes, o prefeito enfrenta uma pressão quase que diária para estabelecer os contratos com os

vencedores da eleição. Não que se tenha na integralidade dos casos um conluio para defraudar a prefeitura, mas é que os vencedores da eleição e apoiadores do partido esperam receber o merecido espólio de guerra pelo sofrido desgaste da campanha. Pode até ser que esse tipo de contrato resultante tenha toda a sua execução regular a preços de mercado, mas o apoiador exige ser o escolhido; não lhe passa pela cabeça que não seja assim, porque ele sabe que ainda assim terá um ganho de escala ao fornecer para a prefeitura.

A esse respeito, recupera-se aqui Tocqueville, que ao buscar no Antigo Regime inventariar as causas da Revolução Francesa, mostra como a realeza era levada quase naturalmente a impor todo o peso da sociedade sobre os ombros da massa empobrecida reunida no Terceiro Estado toda vez que era preciso aumentar os impostos, como a corveia e a talha¹¹⁷, ante a resistência da nobreza e do clero de participar de qualquer repartição tributária; antes, faziam impor os seus privilégios e exigiam a isenção. Tocqueville conclui: “... *a tal ponto os vícios do sistema são mais fortes que a virtude dos homens que os praticam!*”.

Analogamente, se aos reis franceses pouco era possível fazer para aliviar o ônus tributário duramente suportado pela massa miserável, repassando parte deste ônus à nobreza e ao clero, aos prefeitos de Iraí não resta igualmente grande margem de manobra, uma vez no governo herdaram uma máquina já em funcionamento e, mais que isso, uma cultura política que conforma os atos de gestão mesmo daqueles de boa vontade que almejam fazer diferente¹¹⁸, levando a que o poder político seja exercido em seus termos concretos conforme as possibilidades existentes que resistem às abstrações e à força dos discursos de palanque, tal como as águas de um rio que naturalmente buscam o mar por um caminho de menor resistência.

¹¹⁷ Corveia e talha foram impostos largamente utilizados na França absolutista durante o Antigo Regime (século XV ao século XVIII), suportados especialmente pelo Terceiro Estado. O primeiro tratava da prestação à realeza de serviços diversos não remunerados, mas obrigatórios para os camponeses, em obras públicas como a construção de estradas, manutenção do castelo, plantio e colheita etc.; já o segundo era um imposto que incidia sobre a terra e a renda, mormente pago com a própria produção, utilizado sobretudo para a manutenção do Exército.

¹¹⁸ Já há muito, Maquiavel apontava as dificuldades de inauguração de uma nova ordem, ainda que pela alma mais virtuosa, isso porque os beneficiários da ordem vigente se confrontam com mais força com aqueles que possivelmente possam se beneficiar com a nova ordem, somando-se a isso a desconfiança, “a incredulidade dos homens, que não acreditam facilmente em coisas novas até que tenham bastante experiência com elas” (...). “E deve ser lembrado que não há nada mais difícil de controlar, mais perigoso de conduzir, ou mais incerto de alcançar sucesso do que liderar a introdução de uma nova ordem” (Maquiavel, 2011, p. 51).

Como já apontado em outro lugar deste estudo, tais práticas se replicam ao longo do tempo, dada a naturalidade e a aceitação geral em que ocorrem, ante a ineficiência da fiscalização por parte dos vereadores e a inoperância dos órgãos de controle, ao que ainda se poderia acrescentar a falta de transparência no gasto público.

A verdade é que estamos diante de práticas sociais naturalizadas ao longo do tempo e internalizadas socialmente, não parecendo aos cidadãos, em sua maioria, desconhecedores das abstrações legais, haver aí qualquer irregularidade. Estranho lhes pareceria se no governo de Paulo Souza o posto de combustível contratado fosse o dos Barros, seus rivais políticos, em vez do posto do Natinho, seu aliado político, o mesmo raciocínio valendo no caso dos governos João Dias-Joaquim Barros. Está-se diante de mais um caso em que a dureza da lei cede espaço ao ritmo de vida local, influenciado diretamente pelo exercício do poder político.

A despeito da maneira como se processam tanto a formação do corpo funcional como as contratações públicas, é por elas que o governo se dá, que a administração caminha ao longo dos quatro anos do mandato.

Passemos a um exame mais detido do tema das obras públicas, tão caro aos prefeitos.

3.5 As obras públicas

Embora as despesas de custeio da máquina pública municipal onerem sobremaneira os cofres do município, especialmente em decorrência dos elevados gastos com a folha de pagamento, fruto das inúmeras contratações de pessoal que se processam ao longo dos quatro anos de governo, a verdade é que cada um deles busca em seus mandatos passar para a história como o grande realizador das benfeitoras públicas municipais. Dito de outro modo, os diferentes prefeitos de Iraí de Minas, ainda que jamais o confessem, vivem o eterno dilema de ter de consumir a maior parte do orçamento com a folha de pagamento e marcar suas gestões com a entrega de obras públicas. Nenhum deles deseja ser lembrado como um prefeito de folha de pagamento. Tem-se aí um evidente descompasso entre as vultosas despesas de custeio (pessoal) e os minguados recursos para as despesas de capital (investimentos em obras públicas).

Tome-se como exemplo o orçamento do município entre 2017/2020:

Tabela 4 – Perfil das despesas municipais 2017/2020

| |
|---|
| Orçamento do município entre 2017 e 2020 (em valores pagos) |
|---|

| | Despesas Correntes | | Despesas de Capital | | Total |
|--------|--------------------|--------|---------------------|--------|---------------|
| | | | | | |
| 2017 | 17.878.640,12 | 94,33% | 1.074.088,29 | 5,67% | 18.952.728,41 |
| 2018 | 17.684.639,71 | 90,11% | 1.941.168,84 | 9,89% | 19.625.808,55 |
| 2019 | 21.167.007,61 | 93,85% | 1.386.239,45 | 6,15% | 22.553.247,06 |
| 2020 | 25.944.019,09 | 89,16% | 3.153.399,29 | 10,84% | 29.097.418,38 |
| Médias | 20.668.576,63 | 91,86% | 1.888.723,97 | 8,14% | 22.557.300,60 |

Fonte: Sistema Integrado de Gestão e Execução Municipal. Elaboração do autor.

Neste mandato 2017/2020 foram gastos do orçamento mais de 90% em despesas correntes, restando menos de 10% para as despesas de capital. É o dilema entre a manutenção e o progresso do município; gasta-se mais com a primeira, mas o desejo é de reconhecimento por ter sido o realizador do segundo.

Nada muito distinto do perfil das despesas do orçamento da União:

Tabela 5 – Perfil das despesas da União 2017/2020

| Orçamento da União entre 2017 e 2020 (em valores pagos – R\$ milhões) | | | | | |
|---|--------------------|--------|---------------------|--------|-----------|
| | Despesas Correntes | | Despesas de Capital | | Total |
| | | | | | |
| 2017 | 1.619.007 | 80,11% | 402.071 | 19,89% | 2.021.078 |
| 2018 | 1.752.422 | 80,66% | 420.184 | 19,34% | 2.172.606 |
| 2019 | 1.875.363 | 83,88% | 360.385 | 16,12% | 2.235.748 |
| 2020 | 2.359.980 | 83,85% | 454.635 | 16,15% | 2.814.615 |
| Médias | 1.901.693 | 82,13% | 409.319 | 17,88% | 2.311.012 |

Fonte: Tesouro Nacional – Balanço Geral da União 2017/2020. Elaboração do autor.

Examinando as rubricas orçamentárias que compõem as despesas de capital da União, evidencia-se que a maior parte dos gastos refere-se à amortização da dívida. Em 2017, dos 19,89% das despesas de capital, 15,85% foram para amortização da dívida, restando apenas 4,04% para investimentos e inversões financeiras, algo que se repetiu com ligeira variação nos anos seguintes, não tendo as despesas com investimentos e inversões financeiras alcançado sequer 5% do orçamento, ou seja, números ainda menores que os encontrados no município. Por aí há elementos para se compreender muitas das dificuldades encontradas pelos gestores públicos para a ampliação e a melhoria dos serviços públicos ofertados à população.

Movidos por sentimentos como vaidade, ciúmes, inveja, temperados com um discurso de altruísmo e preocupação com os interesses públicos da população, os prefeitos de Iraí de Minas buscam à sua maneira fazer as benfeitorias de que o município carece.

Assim é que se dá a reforma do hospital, de escolas e creches, a manutenção das estradas rurais, o asfalto na cidade, a construção de uma praça pública etc.

É curioso observar, sendo traço comum nos discursos dos prefeitos, a inexistência de uma ideia de continuidade, de reconhecimento do trabalho dos outros¹¹⁹. Isso não se vê. O que se nota é que o gestor que assume sempre alega estar recebendo uma herança maldita, já explicitando aí uma justificativa para um eventual baixo desempenho de seu governo. Ao mesmo tempo, enfatiza que foi justamente graças ao seu heroico trabalho, durante o seu mandato, que o município praticamente nasceu do zero. Dito de um modo mais simples, combina-se uma depreciação do trabalho alheio com uma idealização do trabalho próprio.

João Dias (ex-prefeito), na época que entrou ele deixou (quando saiu) mais de... naquela época era dinheiro demais... 800 mil (de dívida), folha atrasada, aqueles trem tudo, até conta nos armazéns (dívidas). A coisa que a gente fez assim que mais marcou na realidade, na época, porque era distância grande dos dois lados (da via), foi quando asfaltou aquela (avenida). Não foi um pedacinho igual o Joaquim Barros fez, não. Foi dos dois lados, asfaltou tudo, as coisas maior. A escola, consegui transferir ela, consegui aquela verba. Acho que nunca prefeito fez asfalto igual eu fiz. (Ex-prefeito Paulo Souza)

Tal como um imperador romano, o prefeito eleito em Iraí de Minas esforça-se para cravar o nome na história municipal, ser reconhecido, de preferência ainda em vida, como o benfeitor, o pai fundador, o civilizador local que, indo muito além de seus predecessores, agindo com forças sobre-humanas, funda o seu pequeno império para dizer ao final “Fui eu que fiz”. João Dias, quando deixou o segundo mandato consecutivo, alegou que saía com uma aprovação recorde: *“Quando eu entreguei em 2004, quando eu não podia ir mais, eu tinha uma aprovação de 68%”*.

Eu vou te falar uma coisa aqui, tudo que tem no Iraí foi eu que comecei. Eu fiz casa que dei pros outros; eu dava areia, eu dava tijolo, eu dava cimento, eu construí aquela Vila ali (bairro Liberdade). Eu comprei o terreno e doei o lote, dava um contrato doando o lote. Aí eu ia lá, “seu Candido Vilela, tá me faltando um caminhão de pedra”, mando o caminhão de pedra, “seu Candido Vilela, não tem cimento”, eu dava três sacos de cimento, areia, cascalho, ia pra lá, o dia que eu via que ocê tava meio... chamava o pessoa da rua “Vamos lá fazer um mutirão”. Eu ia, assava uma carinha lá, no instantinho a parede subia. Eu tava em contato com o povo. Então o hospital foi eu que comecei; rodoviária foi eu; cemitério foi eu que limpei aqueles trem tudo lá; creche, a primeira creche foi eu que fiz; asfalto, o primeiro asfalto foi eu; meio-fio; rede de esgoto; o único problema que me dava muito aqui era a água. Muita

¹¹⁹ O que nos faz recordar as ardorosas disputas de narrativas entre os ex-presidentes Lula e FHC. O primeiro alegava ter recebido uma herança maldita; já o último colocava-se na posição de maior herói civilizador nacional. A esse respeito, ver Cardoso, 2015, p. 16-17.

gente deixava a torneira aberta de noite só para pirraçar. Estrada a gente fazia, e eu não tinha máquina, eu tinha um caminhão, uma carregadeira véia, não tinha ambulância, mas meu carro que eu tinha, eu punha ele no carro da prefeitura, mandava minha caminhonete. A festa, pergunta o pessoal pro ce vê. Só artista bão, tinha desfile, tinha rodeio, corrida de bicicleta, gincana de menino. O dia inteiro tava acontecendo alguma coisa. Tudo que tem aqui eles (os outros prefeitos) tão me seguindo. A única coisa que eles fez de novo aqui foi a feirinha, na minha época não tinha. (Ex-prefeito Cândido Vilela)

Cada qual canta as suas glórias adicionando à realidade elementos míticos, num esforço natural, humano, de engrandecer os próprios feitos, ainda que para tanto tenha de apenar os esforços do outro. É dessa eterna disputa por prestígio e estima social que o município vem se construindo ao longo do tempo. Qualquer que seja o prefeito, todos eles buscam entregar em seus mandatos alguma obra, sendo motivo de grande desonra passar um mandato sem fazê-lo.

Certa vez o vereador Virgulino (seis mandatos) criticava a administração de Paulo Souza em seu segundo mandato (2009/2012) por, segundo ele, não ter inaugurado uma única obra sequer. Ele estava queixoso porque em todos os mandatos em que fora vereador havia na cidade pelo menos uma placa com o nome dele, ao menos uma obra inaugurada, mas esse mandato de Paulo Souza passou em branco – nenhuma placa, segundo ele. A importância de uma placa de inauguração é uma obsessão não só para os próprios prefeitos, mas também para os vereadores, que recebem uma fração do prestígio auferido pelo prefeito.

É importante ressaltar que em Iraí, o fator decisivo, frequentemente, para se realizar uma obra pública é o apelo ao voto; a obra precisa funcionar como uma isca para fisgar os eleitores. Isto significa dizer que ela precisa ser visível e, mais que visível, ela precisa ser lembrada. Em uma palavra, o ideal é que ela renda votos. Não é por outra razão que obras públicas como a construção de casas populares e asfalto dominam as promessas de campanha e dirigem os esforços dos prefeitos no curso dos mandatos.

Na gestão de Joaquim Barros (2017/2020) temos um exemplo claro dessa lógica operativa ancorada na força da imagem. Destaca-se nesse governo como principal obra¹²⁰ a realização de asfalto. Promoveu-se o recapeamento de várias ruas e avenidas do município, bem como se levou asfalto a alguns lugares onde não havia. Especialmente nesses locais onde o asfalto foi levado pela primeira vez, não houve nenhuma obra prévia

¹²⁰ Na campanha, a principal promessa era a construção de casas populares. Ante a inviabilidade da construção dessas casas no curso do mandato, passou-se imediatamente para a construção de asfalto.

ao asfalto, como a instalação da rede de esgoto e da rede pluvial, haja vista que essas não só têm um custo bem elevado como também não ficam à vista. Ademais, a camada de asfalto foi a mais delgada possível.

Figura 7 – Inauguração de asfalto



Domínio público, julho de 2020.

Obras também necessárias para o município como a construção do aterro sanitário e a manutenção da estação de tratamento de esgoto, ou mesmo a construção de um canil ou a realização da castração dos animais em situação de abandono¹²¹, não têm contado com a boa vontade dos prefeitos. Especialmente as primeiras têm forte impacto ambiental no município, poluindo as nascentes e os cursos de água, mas estão longe da vista dos moradores; muitos nem sequer sabem onde fica o lixão ou a estação de tratamento de esgoto. Seria o tipo de obra que contrariaria a lógica incessante da busca insaciável por mais votos.

Os vereadores obedecem à mesma lógica e buscam agir de igual maneira. No mandato 2017/2020, três vereadores conseguiram cada um, via emenda parlamentar, um recurso de mais ou menos 200 mil reais. O vereador A solicitou a destinação de sua

¹²¹ A este respeito certa vez um vereador assim se referiu em uma reunião da câmara: “Se cachorro votasse esse canil já estaria pronto há muito tempo”.

emenda para a aquisição de trator e implementos agrícolas destinados aos pequenos produtores rurais; o vereador B destinou a sua emenda para a construção de uma praça pública; e o vereador C, o mais infeliz, destinou o mesmo montante de recursos para ações de custeio da saúde pública, como a compra de materiais de uso contínuo no hospital. Enquanto os vereadores A e B auferiram o dividendo político ao lado de bens tangíveis entregues à população, o vereador C não só não colheu este dividendo como ainda teve de dar explicações sobre o que havia sido feito com os recursos, pairando no ar o desvio e mau uso deles, pouco importando se isso de fato acontecera ou não.

Aspecto igualmente importante para o qual deve estar atento o prefeito durante o seu mandato refere-se à entrega da obra durante o seu mandato. Deve constar gravado na placa o nome do prefeito que fez. Todos os esforços devem ser empregados para que a obra seja concluída e entregue dentro do mandato; iniciar a obra e deixar para que o prefeito sucessor a finalize e entregue é pecado imperdoável.

Figura 8 – Placa de obra pública



Acervo do autor, fevereiro de 2021.

Foi isso exatamente o que aconteceu entre o segundo mandato de Paulo Souza (2012/2016) e o mandato de Joaquim Barros (2017/2020). Paulo Souza iniciou a construção de um poliesportivo e a reforma do hospital municipal. Lutou para vencer os entraves burocráticos da liberação de emendas, o estabelecimento dos convênios, a realização de licitações, o cumprimento dos prazos para a realização das etapas das obras, medições, atestes, prestações de contas, liberações de mais parcelas etc. Vencidos os quatro anos, não conseguiu finalizar e entregar essas obras, não obstante tê-las deixado em estágio bem avançado, até mesmo com recursos previstos para as finalizações. Tendo assumido seu sucessor Joaquim Barros, sem muito esforço, finalizou e entregou essas obras, cravando nas placas o seu nome, sem uma menção sequer aos esforços de Paulo Souza. Colheu o fruto da árvore que não plantou.

Retomando a questão do asfalto, é oportuno dizer que não é todo asfalto que concorre para o aumento da popularidade do prefeito. Vejamos.

O que faz o prefeito é quando faz o benefício procê. Mas quando cê dá um coisa pra todo mundo é obrigação do prefeito. No varejo. Tem alguma influencinha. (Ex-prefeito Candido Vilela)

Ou seja, quando se trata da manutenção do asfalto já existente, segundo o ex-prefeito, isso não tem grande influência sobre a popularidade do prefeito perante os

moradores; trata-se de uma obrigação, não sendo motivo para contar vantagem. Aquele que não faz a manutenção do existente colhe grande descrédito, falta com sua obrigação.

Agora, se o asfalto está sendo levado para uma rua onde não existia, livrando o morador da poeira e do barro, então o resultado é melhor, pois o morador foi beneficiado diretamente e o prefeito pode esperar um dividendo político maior. Mas que não se anime tanto. Se o asfalto novo vai beneficiar um reduto do partido rival, a força do partidarismo entra em ação; há moradores, como vimos, que preferem aguentar bravamente as agruras da poeira e do barro, esperando para que o seu prefeito, quando eleito, faça o asfalto, e não o rival.

Não poderia escapar ao escopo desta análise sobre a importância das obras públicas no curso do mandato de um prefeito municipal em Iraí de Minas o momento ideal de, mais que fazê-las, entregá-las.

Sobre o asfalto não, mas se ele fizesse outros tipos de obra vale mais é o final (do mandato). Mas como só o recapeamento, ele não te beneficia, não é asfalto que eles tá fazendo. Quando cê pega uma rua que não tem nada, cê tá assim no barro, cê vai e faz o asfalto, aí cê tá beneficiando direto. Mas quando já tinha cê tá é reformando, era obrigação dele não deixar acabar. Agora fazer um asfalto novo aí é diferente. É melhor no final (obra). Obras no início do mandato... o eleitor esquece. (Ex-prefeito Candido Vilela)

Seja pelas dificuldades burocráticas ou pela intenção deliberada dos prefeitos, é comum vê-los em Iraí de Minas entregando as principais obras do mandato o mais próximo possível do seu final, como revela o ex-prefeito Candido Vilela. Do ponto de vista do cálculo político, a razão é óbvia: causar o maior impacto possível no eleitor, para que deste choque resulte um aumento da popularidade e de votos às vésperas da eleição. Parece-lhes, assim, um tiro mais certo reservar as principais ou mesmo únicas obras para o final do mandato.

No mandato de Joaquim Barros (2017/2020), foi exatamente o que aconteceu. Ele reservou o asfalto e uma importante praça pública para o final, apesar de ter passado os três primeiros anos do mandato sem ter iniciado e concluído uma obra própria. Buscou acelerar essas obras no segundo semestre de 2020. A praça pública foi inaugurada na noite do dia 14/8/2020, o último dia permitido pela legislação¹²² para o comparecimento de candidatos à inauguração de obra pública no ano eleitoral de 2020.

Figura 9 – Inauguração de praça pública

¹²² Art. 77 da Lei nº 9.504/1997: É proibido a qualquer candidato comparecer, nos três meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas.



Acervo do autor, agosto de 2020.

Que não se duvide da eficácia desse cálculo político em Iraí; basta observar que ao final de 2019, após os três primeiros anos de mandato de Joaquim Barros, pesquisas de opinião apontavam que 35,2% dos eleitores votariam no prefeito numa candidatura à reeleição. Já às vésperas da eleição municipal, no segundo semestre de 2020 e sob o impacto das obras de fim de mandato, esse percentual saltou para 44,4%.

Para ilustrar a importância das obras públicas durante o mandato de um prefeito, o momento de se executá-las e de entregá-las, bem como o impacto político eleitoral que delas se espera obter, além da própria satisfação pessoal da vaidade dos prefeitos que buscam sempre se apresentar como maiores que seus antecessores, apresentamos em seguida os principais trechos do discurso do prefeito Joaquim Barros na inauguração da referida praça municipal.

Vou falar mais um pouquinho dessa praça. Essa praça virou um canteiro de obras, virou uma maravilha, uma joia, uma coisa que, porque aqui, Monte Carmelo, Romaria, Patos de Minas não tem uma praça igual essa aqui. Porque eu ando nessa cidade toda e vejo, isso aqui é uma maravilha, isso aqui é um cartão-postal. Se eu for falar aqui tudo que eu consegui em três anos e meio, eu tenho certeza que eu teria que ficar aqui pelo menos até dez horas da noite (a solenidade tivera início às 19 horas) pra mim falar o que eu fiz nessa querida cidade de Iraí de Minas. Estrada na zona rural, o nosso asfalto dessas rodovia tão pior que as estradas do nosso município. Fez poliesportivo, reformei hospital, fez a UBS, coloquei aparelhos lá dentro. Se eu for falar, eu tenho de ficar aqui muito tempo. (Ex-prefeito Joaquim Barros)

3.6 Uma rivalidade histórica

Vencido o tempo de estadia naquela que tem sido a cadeira objeto de desejo de muitos cidadãos iraienses, seja ao término de quatro anos, seja ao fim de oito anos para aqueles mais afortunados que alcançam a reeleição, é preciso largar a caneta. Por mais

forte que seja o magnetismo exercido por este trono do pequeno monarca, como certa vez expressou um ex-vereador: *“Aquela cadeira parece que o caboclo senta lá dentro, fica doente e só pensa na reeleição, aí trabalha pra reeleição, não pra cidade”*, chega a hora de largar o cetro e deixar o trono para a ascensão de um novo rei¹²³.

Ante a saída inevitável, contrariando o interesse vitalício de alguns, é preciso preparar a sucessão. É natural e esperado que o prefeito que sai busque emplacar algum correligionário seu. São inúmeros os interesses em jogo, como a luta por cargos, salários, contratos etc. Aos adversários, representados pelo grupo rival, cabe apresentar a alternativa à continuidade do governo que sai.

Em Iraí de Minas, a disputa pela prefeitura tem sido marcada pelo confronto de dois grupos políticos rivais desde a emancipação do município em 1962, à época MDB x UDN. Esse embate em um primeiro momento, que vai de 1963 a 1996, é marcado por uma disputa entre mineiros nativos do lugar. De um lado tem-se a figura de Francisco Souza, o Francisquinho (primeiro prefeito eleito em Iraí de Minas), e do outro, a figura de Sebastião Lourdes, o Tião, ambos fazendeiros locais. Tanto um quanto o outro deram origem aos dois grupos políticos que ainda hoje se digladiam pela prefeitura, hoje o MDB/PROS x PDT.

As siglas partidárias até têm se modificado ao longo do tempo, mas os grupos partidários têm mantido a rivalidade histórica. Alteram-se as legendas segundo as circunstâncias favoreçam estar neste ou naquele partido; surgem algumas novas lideranças para substituir as que por algum motivo já não mais existem; mantém-se, entretanto, a base identitária dos grupos políticos dominantes da política local.

Neste primeiro momento (1963/1996), à frente da prefeitura, a Francisquinho segue-se Pedro Andrade, seu correligionário; em seguida, retorna Francisquinho, para então assumir o rival Antônio Flores, correligionário de Tião. Antônio Flores não consegue emplacar o sucessor, com o que retorna agora Pedro Andrade ao governo, seguido por Candido Vilela, ambos do mesmo grupo político. Não conseguindo fazer o sucessor, Candido Vilela cede lugar a Jorge Américo, uma dissidência do grupo do MDB. Este, também não conseguindo fazer o sucessor, abre caminho para o retorno de Candido Vilela. Ao fim deste primeiro momento de disputas entre mineiros, tem-se um placar de seis a dois a favor do grupo político cujas origens remontam a Francisquinho (MDB). A Francisquinho seguiu-se Pedro Andrade e a Pedro Andrade, Candido Vilela, enquanto,

¹²³ Diz-se que nos últimos dias que antecederam o final do mandato (2017/2020) de Joaquim Barros, era comum ouvi-lo queixar-se no seu gabinete: *“Como é que eu vou viver sem isso aqui?”*.

de outro lado, a Antônio Flores seguiu-se Jorge Américo. Fecha-se assim a primeira quadra política histórica do município, tendo nesse meio-tempo fermentado as rivalidades que irão alimentar as disputas políticas seguintes.

O segundo momento histórico dessa disputa pela prefeitura vai de 1997 aos dias atuais, tendo o seu início já no governo de Jorge Américo (1989/1992), no qual o gaúcho João Dias apresenta-se à política local como o vereador mais votado na história até então. Este segundo momento é marcado pelo embate entre mineiros e gaúchos, polarizado especialmente pelas figuras de João Dias (gaúcho) e Paulo Souza (mineiro).

Em 1997 João Dias conquista a prefeitura, reelege-se na sequência, mas não consegue emplacar o seu sucessor. Com isso, em 2005, o filho de Francisquinho (o primeiro prefeito), Paulo Souza, o famoso Paulinho, chega à prefeitura para o seu primeiro mandato. Na Guerra de 2008, Paulo Souza perde a eleição para João Dias por meros sete votos, mas volta ao poder em 2013 para, em 2016, ceder a vez a Joaquim Barros, um gaúcho herdeiro político de João Dias. Ao final deste segundo momento histórico da política local (1997/2020) o placar fica em quatro a dois a favor dos gaúchos, herdeiros políticos do grupo cujas origens remontam ao Tião, *“Um cidadão assim sem escola, mas de um conhecimento político de admirar”*, nas palavras de Florentino, um seu conterrâneo.

Tem-se assim, ao final do primeiro e do segundo tempo político em Iraí de Minas, um placar agregado de oito a seis¹²⁴ em favor do grupo político do PMDB, hoje MDB, contra o grupo político na origem liderado por Tião (UDN) e hoje sob a liderança dos gaúchos João Dias e Joaquim Barros.

Ambos os grupos políticos têm se alternado no governo municipal ao longo do tempo. Mais recentemente, neste segundo tempo político local (1997/2020), assiste-se a um vácuo de liderança. João Dias e Paulo Souza, de tanto se digladiarem acabaram esquecendo que um dia um possível retorno à prefeitura, sonho acalentado por ambos, seria obstado pelas urnas ou mesmo pela pura e simples chegada da velhice. João Dias está com 62 anos, e Paulo Souza com 63, ainda jovens para uma possível tentativa de regresso em eleições futuras, não fossem os próprios planos pessoais de Joaquim Barros, 66 anos, que busca a reeleição.

Até que arremedos nesse sentido foram feitos por um e outro partido. Candido Vilela e Paulo Souza procuraram emplacar um jovem líder do partido que se tornou

¹²⁴ Com a vitória de Diogo Venâncio na eleição de 2020, esse placar ficou em nove a seis a favor do grupo político alinhado ao PMDB.

vereador com o apoio dessas lideranças, (Márcio, 35 anos – 2013/2016), embora não tenha passado disso, porquanto naufragou nas eleições de 2016, na tentativa de reeleição para a Câmara. Quanto a João Dias, nas eleições de 2016 apostou tudo na eleição da filha para vereadora. Logrou esse primeiro êxito, a jovem Tania, de 34 anos, obteve a segunda maior votação para a Câmara neste pleito, não só dando essa alegria ao pai como também sugerindo uma possível futura candidatura a prefeita. Esse intento, todavia, igualmente naufragou ante o pífio desempenho da filha na vereança; ela nem sequer buscou nas eleições de 2020 uma tentativa de reeleição.

Ao que as velhas lideranças políticas João Dias e Paulo Souza não atentaram é que o capital político de ambos, amealhado ao longo de disputas épicas, não poderia ser transferido de modo automático a esses dois jovens. Uma estrela sem luz própria, ainda que esteja em uma galáxia radiante, continuará a não emitir luz alguma. Ainda que seja a filha do vereador mais bem votado na história de Iraí de Minas; ainda que seja filha do primeiro prefeito reeleito e do único prefeito a estar à frente da prefeitura por três mandatos, continuará sendo um astro perdido na imensidão do cosmos.

Apesar deste vácuo de lideranças, o grupo político de Paulo Souza ainda saiu em melhor situação, uma vez que foi exatamente de uma ala jovem do partido que se constituiu o PROS, tendo o jovem empresário Diogo Venâncio, 38 anos, disputado a prefeitura em 2016 contra Joaquim Barros. Embora não tenha saído vitorioso, amealhou um significativo capital político que o cacifou para novamente disputar a prefeitura contra Joaquim Barros nas eleições de 2020¹²⁵. Já o grupo político de João Dias conta com a reeleição de Joaquim Barros em 2020 para permanecer no poder, não tendo, até o momento, lideranças jovens de maior expressão para disputar a eleição de 2024.

Outro fator importante nesse tabuleiro político é uma possível aliança dos grandes rivais Paulo Souza e João Dias em 2024, haja vista a união das famílias perpetrada pelo casamento do filho de Paulo Souza (Francisco Neto, nome herdado do avô) com uma das filhas de João Dias (Vânia). A aliança dos filhos pode dar origem à aliança dos pais, pondo fim ao segundo tempo histórico de Iraí de Minas, dando a ambos uma sobrevida no domínio do poder político local ante o ocaso das próprias existências. É que João Dias e Paulo Souza tomaram gosto e se afeioaram por demais à cadeira e ao poder irresistível da caneta; inebriaram-se com a própria aura a ponto de vislumbrarem a fusão destes dois astros maiores ofuscando todo o resto. *“Eu (João Dias), nunca mais;*

¹²⁵ Na eleição de 2020, Diogo Venâncio derrotou Joaquim Barros.

eu posso durar mais trinta anos, eu já falei isso pro Paulo Souza, pode até que um dia nós dois vai, mas eu nunca mais vou disputar contra ocê nem ocê comigo não”.

É curioso observar que João Dias chega a acalentar um sonho de difícil concretização nas eleições de 2024. Vejamos:

Hoje, pela visão, pelo conhecimento que a gente tem aí, hoje a minha ideia se eu fosse um candidato, dentro do grupo eu ia falar eu quero assim e assado, eu quero sentar com toda liderança, eu quero o melhor pra cidade. A gente sabe que milagre só Deus que faz, eu ia sentar com todo mundo. Por exemplo, hoje, no caso que vai disputar a eleição o 90, sentava com eles, com quem tá no grupo, dentro dos cinco, seis, dez vereadores, e falava: “O negócio é o seguinte: eu vou ser o candidato, vamos entrar num consenso quem seria o vice, quem poderia ser, e um compromisso pra gente administrar junto”. (Ex-prefeito João Dias)

Essa ideia de grande acordo vislumbrada por João Dias, envolvendo as lideranças políticas locais em “*um compromisso pra gente administrar junto*”, contando que ele esteja à frente, o que na prática significaria a ausência na campanha de um rival na disputa pela prefeitura, e no governo por uma distribuição de cargos, salários e contratos entre os partícipes desta concertação, algo que, apesar de inusitado, já ocorrera na história política de Iraí nos dois mandatos de Pedro Andrade (1967/1970 e 1977/1982), com consequências inesperadas que analisaremos mais à frente, parece pouco provável de se realizar na quadra política atual. As circunstâncias são outras.

O mesmo furor que levou João Dias, Paulo Souza e todos os outros que os precederam a desejarem a cadeira do prefeito enche hoje o coração e embala os sonhos das jovens lideranças do PROS, como Diogo Venâncio.

Se é verdade que interesses diversos, especialmente os de natureza econômica, estão presentes no cálculo político para se chegar à prefeitura, que não se tenha dúvida disso, longe eles estão de explicar por si sós o desejo de ser o prefeito da cidade. Não será uma vice-prefeitura, uma secretaria, cargos etc., como vislumbra João Dias, que irá demover estes homens, jovens e velhos guerreiros, de sua busca pela caneta mágica, ainda que para muitos deles este seja um sonho inalcançável. Mesmo que todas as chances estejam contra si, esse ímpeto irrefreável, essa sede insaciável pela glória romana certamente manterá viva no coração destes homens a disputa política em Iraí de Minas nos próximos pleitos eleitorais. É que o dinheiro pouco pode quando topa com espíritos como esses que buscam a glória, o poder, a fama, a idolatria. Mais que o dinheiro, muitos desses homens veem na prefeitura uma poção mágica que lhes assegurará a vida eterna. Conquistar a prefeitura tem também o significado de cravar o nome na história política

local; é a garantia de que será lembrado pelas gerações futuras quando se tornar o nome de uma rua ou de uma praça pública.

3.7 Os acordos de divisão de mandato

Aproximando-nos do término desta análise de alguns aspectos relacionados aos prefeitos de Iraí de Minas, é o momento de examinar um aspecto bastante incomum observado na política local, que diz respeito aos estranhos acordos de divisão de mandato do prefeito municipal na história política local. Antes disso, apenas uma nota sobre a origem social dos prefeitos municipais em Iraí.

Homens como Francisquinho, Pedro Andrade, Candido Vilela, Paulo Souza, Tião, Jair, Antônio Flores, Carlito, todos eles são crias de Iraí de Minas, filhos de Iraí, como se diz, e constituíram-se ao longo do tempo como as principais lideranças políticas locais, muitos deles chegando à prefeitura. Tiveram no poder econômico um forte impulso para a conquista do poder político, fazendo ressonância a uma das famosas teses do velho Marx contida no *Brumário*, segundo a qual a classe que domina no plano econômico-industrial naturalmente tende a estender esse domínio ao plano político-ideológico de modo a assegurar o seu domínio enquanto classe hegemônica¹²⁶.

Eram homens de posses, fazendeiros locais. A própria tradição política que foi sendo gestada no lugar, aliada à herança familiar, empurrou a uns e outros para a prefeitura, mais cedo ou mais tarde.

Francisquinho, por exemplo, foi o primeiro prefeito entre 1963/1966, exercendo um segundo mandato entre 1971/1972. Décadas depois, seu filho Paulo Souza exerceria outros dois mandatos, entre 2005/2008 e 2012/2016. Candido Vilela, também prefeito de dois mandatos (1983/1988 e 1993/1996), por sua vez, é homem de estirpe graduada. Sobrinho do intendente Alex Furtado, este foi prefeito interino nomeado indiretamente para governar o município em 1962, quando foi emancipado. Candido Vilela também é primo de Magno Vieira, ex-governador mineiro entre 1961/1966. Ou seja, uma combinação de fatores como poder econômico, tradição, certo carisma e herança político-familiar explica facilmente o caminho natural que os levou à prefeitura da cidade. Ao que ainda poderia se acrescentar a ânsia de poder de cada um deles.

A hegemonia exercida pelos mineiros na política local perdura ao longo de praticamente todo o primeiro tempo histórico da política em Iraí (1963/1996). Apesar de

¹²⁶ Vide a esse respeito, *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, 2008, p. 26.

o intervalo entre o primeiro e o segundo tempo (1997/2020) dessa história ocorrer em 1997 com a chegada do gaúcho João Dias à prefeitura, o ponto de inflexão histórico que marcará a origem dos acontecimentos que levarão João Dias à prefeitura se dará em fins de 1986. Aí encontraremos a origem da entrada na política local pelos gaúchos, com João Dias à frente e depois Joaquim Barros, origem essa que remonta a uma dissidência interna no grupo dos próprios mineiros, relacionada aos estranhos e incomuns acordos de divisão de mandato do prefeito na história política local. Localizemos e vejamos em detalhes como foram costurados esses acordos e como, a partir de um deles, identifica-se a origem da chegada dos gaúchos ao poder político local.

Não sabemos se é ou foi uma prática recorrente em outro lugar, mas examinando a história política de Iraí de Minas, identificamos quatro acordos políticos incomuns e, por mais estranho que possam parecer, não só foram recorrentes no passado como ainda ecoam no presente¹²⁷. Trata-se de uma espécie peculiar de acordo político no qual se forma uma composição de forças resultante da união entre lideranças dos partidos rivais com vistas a alcançar uma eleição de chapa única, sem adversário para concorrer à prefeitura. Isso foi exatamente o que aconteceu no primeiro desses acordos, no primeiro mandato de Pedro Andrade (1967/1970). Ele uniu-se ao rival Jair, lançando a chapa Pedro Andrade para prefeito e Jair para vice. Esse acordo fez com que a eleição de 1966 fosse de chapa única; os rivais unidos não tiveram adversário.

Possivelmente devido ao sucesso desse primeiro estratagema, algo que não iria se repetir nos demais, dez anos depois, em 1976, Pedro Andrade uniu-se ao rival Carlito, filho de Tião, com o mesmo intento: uma eleição de chapa única – Pedro Andrade prefeito e Carlito vice, algo que de fato ocorrera, entretanto, um novo ingrediente seria acrescentado ao acordo. A essa época, o mandato, tal como hoje, era de quatro anos¹²⁸. De olho na possibilidade de ver o filho não só como vice-prefeito, como também de assumir a prefeitura, Tião, exercendo sua influência sobre o filho Carlito, faz com que o filho aceitasse o cargo de vice, contanto que Pedro Andrade aceitasse exercer o mandato nos dois primeiros anos (1977/1978) e o filho assumisse o governo em definitivo nos dois

¹²⁷ Basta ver que João Dias sonha igualmente em voltar à prefeitura numa composição de forças com as lideranças rivais, para se constatar a recorrência, ou ao menos o desejo de se repetir a história, desses acordos em Iraí de Minas.

¹²⁸ Art. 77, § 3º, da Constituição Federal de 1967.

anos seguintes (1979/1980), uma divisão de mandato, meio a meio, entre prefeito e vice, para que ambos saciassem sua sede de poder¹²⁹.

Algo inusitado, mas que iria se repetir nas duas eleições subsequentes com efeitos desastrosos na política local.

Neste acordo Pedro Andrade-Carlito, Tião, antevendo uma possível prorrogação do mandato de quatro para seis anos, exigiu uma renúncia expressa e prévia de Pedro Andrade, uma carta garantia, a fim de que Pedro Andrade de fato deixasse a prefeitura ao fim dos seus dois primeiros anos de governo. Pedro Andrade, menos atento à possível prorrogação do mandato do que Tião, assinou a renúncia seguindo os termos do acordo, que ia bem. Todavia, quando sobreveio a prorrogação do mandato¹³⁰ esperada por Tião, Pedro Andrade queria o seu terceiro ano de governo para que o acordo continuasse meio a meio, algo que não aconteceu. A carta-renúncia exigida por Tião se fez valer, tendo Pedro Andrade ficado no cargo por dois anos (1977/1978) e Carlito por quatro (1979/1982).

Exatamente (acordo para dividir mandato entre Pedro Andrade e Carlito – 1977/1982). O Pedro Andrade ficou dois primeiro, dois anos o Pedro Andrade, e depois houve uma reviravolta, houve prorrogação de mandato. Aí o pessoal usava esperteza e fizeram uma renúncia, mas aí houve a prorrogação de mandato. Ele (Pedro Andrade) ficou brabo porque ele queria mais um ano. O Carlito levou vantagem de dois anos a mais, ficou com quatro anos. (Ex-vereador Armando)

Na eleição seguinte, em 1982, Candido Vilela e Jorge Américo, dois correligionários políticos, até então militantes do mesmo grupo político, inspirados pelo malsucedido acordo de divisão de mandato entre Pedro Andrade e Carlito, selam idêntica combinação: Candido Vilela, prefeito, e Jorge Américo, vice. Apesar de esta não ter sido uma eleição de chapa única, Candido Vilela e Jorge Américo acabaram por derrotar os candidatos rivais Zeca e Nivando. Caberia então a Candido Vilela a primeira parte do mandato de seis anos (1983/1985), e a Jorge Américo a segunda metade (1986/1988). Tal como ocorrera no acordo Pedro Andrade-Carlito, a coisa ia bem na sua primeira metade, mas quando chegou a hora de entregar a caneta o mundo já era outro. Candido Vilela desejou permanecer na cadeira, mas, ao contrário de Pedro Andrade, não renunciou ao cargo. Chegada a hora de passar o governo a Jorge Américo, Candido Vilela se limitou a

¹²⁹ Sabemos pela leitura do art. 79 da Constituição Federal de 1988 que o vice só assume em definitivo o cargo do titular em casos de vacância do Executivo, como renúncia, morte, golpe de Estado, *impeachment* ou, agora pelo exame da história política de Iraí, quando um e outro decidem dividir o mandato, algo que apesar de insólito é legal.

¹³⁰ Emenda nº 14 à Constituição Federal de 1967, promulgada em 9/9/1980.

tirar uma licença, até aí dando a entender que o acordo seria cumprido fielmente. Jorge Américo assumiu em 1986, mas segurou a caneta apenas por pouco mais de um ano, quando Candido Vilela se apresentou para reassumir o restante do mandato, quebrando o pacto com Jorge Américo e influenciando sem o saber o curso da história política local nas décadas que se seguiriam, a lembrar Weber quando sublinha os efeitos intencionais da ação racional:

Nessa época licenciava. Foi licença, ele licenciou mesmo (Candido Vilela no primeiro mandato). E depois, o Candido Vilela pega e acabou tirando o homem mesmo (tirou Jorge Américo). Assumiu, ficou, acho que se não me engano, ficou um ano e pouquinho. Nós tá sofrendo com isso até hoje. Se o Candido Vilela não faz isso, nós tava no arreio até hoje. (Ex-vereador Armando)

O fruto dessa árvore envenenada não poderia ser bom; essa desavença interna entre membros do próprio partido levará Jorge Américo a engrossar as fileiras do grupo político adversário, o que significa dizer que ele deixa o partido a que pertencera até então e leva consigo outros correligionários, também revoltados com a quebra do acordo. Ele enfraquece o seu grupo originário e fortalece o grupo rival, que até então tivera pouco espaço à frente da prefeitura. Isso induzirá Jorge Américo e João Damasceno a disputarem e vencerem a eleição em 1988 contra os agora rivais do partido que deixara. Já há aí um primeiro efeito desastroso da quebra de acordo levada adiante por Candido Vilela: a perda da prefeitura para o grupo rival, sendo este considerado pelo correligionário Florentino “*o maior erro que ele cometeu na política*”.

De fato, assiste razão tanto a Florentino quanto ao ex-vereador Armando, que assistia a tudo isso de camarote como vereador nesse mandato e ainda hoje se queixa de ter perdido o arreio “*Se o Candido Vilela não faz isso, nós tava no arreio até hoje*”. O pior ainda estava por vir: não bastasse a derrota para Jorge Américo nesse mandato (1989/1992), é pelas mãos de Jorge Américo que o gaúcho João Dias dá entrada na política local, exatamente nesse mandato, como vereador. Antes de examinar a chegada de João Dias à política local, vejamos como se deu o quarto acordo de divisão de mandato.

Vimos que o rompimento do acordo Candido Vilela-Jorge Américo leva Jorge Américo para o grupo rival. Ato seguinte, Jorge Américo ganha a eleição de 1988 exatamente pactuando um idêntico acordo com João Damasceno: cada qual governaria dois anos (1989/1990 e 1990/1992). Tendo sido vítima da quebra de acordo por parte de Candido Vilela no mandato anterior, não se esperaria que Jorge Américo quebrasse o acordo firmado com João Damasceno, mas foi isso exatamente o que ocorreu, chegada a

hora de ter de ver o vice governar nos dois anos seguintes. João Damasceno não chegou a ficar na prefeitura um ano; vencida uma rápida licença do cargo, Jorge Américo dá o grito “*O prefeito sou eu!*” e reassume o governo.

Tinha um acordo interno que era dois anos o Jorge Américo e dois anos o João Damasceno. Em 31/12/1990 ele passou pro João Damasceno, mas ele não renunciou, ele só licenciou. Ele licenciou, o João Damasceno assumiu, mas passou os seis mês, chegou em junho, o Jorge Américo começou a criar caso. Começo de agosto ele encencou, “não, o prefeito sou eu!”. (Ex-prefeito João Dias)

Em resumo, percebe-se da análise destes estranhos, porém não raros, acordos políticos encontrados na história política local, especialmente de divisão de mandatos, que eles fracassaram não por conta das boas intenções presentes em suas origens, mas porque buscaram encerrar em uma operação matemática básica – a divisão meio a meio do mandato – sentimentos humanos complexos e contraditórios, como a confiança, o desprendimento, a força do caráter, a ambição, a traição e a vingança. Daí se percebe a dificuldade do cumprimento de acordos dessa natureza e o porquê, apesar da insistência, de tais acordos não terem sido exitosos em Iraí de Minas.

É exatamente em meio a esses acordos não cumpridos, como uma consequência imprevisível da ação inicial de Candido Vilela, que quebrara o acordo com Jorge Américo, que Jorge Américo migrará para as fileiras do grupo rival, tendo ainda convidado o então jovem gaúcho João Dias para se candidatar a vereador ao lado dele. Essa entrada na política de João Dias, que anos depois viria a se tornar prefeito por, até hoje, inéditos três mandatos, foi um efeito não intencional da ambição pessoal de Candido Vilela em permanecer na inteireza do mandato, em vez de ceder a segunda metade a Jorge Américo. Some-se a isso outro acidente histórico digno de nota.

João Dias, antes de se lançar candidato a vereador na eleição de 1988 pelas mãos de Jorge Américo, desejava candidatar-se a vereador, mas não no grupo político de Jorge Américo inicialmente; o seu interesse primeiro era candidatar-se no grupo político àquela época liderado por Candido Vilela, e isso teria acontecido não fosse, mais uma vez, a ambição pessoal de Candido Vilela, que desejava manter a política de Iraí como um monopólio dos mineiros.

Fala pro Armando vim cá assinar a ficha (ficha de filiação), eu vou filiar no partido (PMDB). Ele queria filiar no PMDB pra ser candidato a vereador com nós. Ele queria. Mas respeitando a liderança, eu falei: “Seu Candido Vilela, o João Dias quer candidatar com nós, vamo lá filiar ele”. E o Candido Vilela não queria, mas não falava pra gente “Não, não quero ele não”. Aconteceu o que ele não queria, o João Dias liderou e tirou ele da cadeira, tirou ele da liderança. Essa a razão (seu

Candido Vilela temia uma ameaça futura do jovem João Dias, o que acabou se concretizando). “Candido Vilela, vamos somá, o homem lá quer candidatar a vereador, vamo lá filiar ele, vamo lá filiar ele”. “Não, pode deixar que eu vou lá filiar ele”, falou, falou (que queria ser candidato). O Candido Vilela não deixou. Depois passou (o período de filiações), ele falou: “Ah, deixa esse povo (gaúcho) pra lá”. Ele não queria o povo com ele (os gaúchos). Filiou o João Dias, ué (Jorge Américo filiou João Dias), nós não foi lá filiar ele. E foi o vereador mais votado da época. Aí eu falei: “Candido Vilela, cê não queria o homem, nós perdeu por causa que você não quis, nós perdeu por 200 e pouco, ele teve quase 300 voto, só ele”. Aí ele falou assim: “Armando, cê quer esse povo sentado lá na cadeira, sentado junto com nós”. Eu falei: “É melhor cê querer eles como companheiro que como adversário”. (Ex-vereador Armando)

Nota-se que João Dias já desejava na eleição de 1988 lançar-se candidato a vereador. Como já desfrutava da amizade com Candido Vilela, que tivera uma grande importância na chegada e no estabelecimento dos gaúchos em Iraí de Minas em fins de 1979, era natural que buscasse filiar-se ao grupo liderado por Candido Vilela. Isso só não aconteceu porque Candido Vilela como que já vislumbrava uma possível ameaça futura representada por João Dias. Ao não filiar João Dias ao seu partido (PMDB), Candido Vilela tentava como que cortar o mal pela raiz, para não dar asas a cobra. A ambição pessoal de Candido Vilela, que agia para manter o poder em torno de si, bateu de frente com a ambição pessoal do jovem João Dias que, separando a amizade com Candido Vilela da política, encontrou o abrigo para a sua entrada na política nos braços de Jorge Américo, o qual não só guardava rancores contra Candido Vilela pela quebra do acordo Candido Vilela-Jorge Américo em 1986, como também via em João Dias um forte aliado para vencer as eleições de 1988, levando ambos à prefeitura e à vereança, respectivamente.

Na época, quando faltava mais ou menos um ano (para as eleições de 1988), eu (João Dias) recebi uma visita, uma noite, do Seu Jorge Américo. Ele tinha uma farmácia, e aqui na cidade, como a cidade era pequena, o Bagagem não tinha ninguém, era outro mundo. Ele veio aqui em casa numa visita e me convidou, se eu tinha vontade... o Seu Jorge Américo, hoje falecido, ele tinha sido prefeito (vice do Candido Vilela), e eles brigou, deu um racha, primeiro racha deles. Teve dois racha deles, é teve dois, mas foi o primeiro, eles brigou: o Jorge Américo com o Candido Vilela; e lá na frente, quando eu fui vereador, com o João Damasceno (Jorge Américo brigou com o João Damasceno). Eu falei dentro da minha sala um dia: “Esse trem (divisão de mandato) não funciona”. Mas foi ele (Jorge Américo) que me convidou e falou: “Eu gostaria muito que você filiasse no meu partido, você tem possibilidade de ser pelo menos um candidato a vereador”. Nasceu (um grupo político rival a Candido Vilela) porque ele me convidou, e ele sabia que eu era muito ligado com o Candido Vilela, mas o Candido Vilela, dizem o povo que ele nunca pensava que alguém de fora (no caso, os gaúchos) ia chegar a ser prefeito. Teve os comentários, saiu uns comentários forte aí, mas eu nunca dei importância e gosto muito do Candido Vilela até

hoje. Eu tenho um respeito muito grande por ele, tanto é que eu fui prefeito e nunca mexi com os filhos dele. (Ex-prefeito João Dias)

Essa vitória de Jorge Américo prefeito e João Dias vereador em 1988 não só conferiu uma maior precisão ao cálculo político de Jorge Américo quando comparado com Candido Vilela, como também deu ao primeiro a vingança pelo tombo sofrido em 1986. Demonstrou, ainda, a exatidão das palavras de Armando, cujos conselhos não foram ouvidos por Candido Vilela, de que em política não se deve menosprezar o apoio ofertado por quem quer que seja e de onde quer que ele venha: *“Eu falei, uai é melhor cê querer eles como companheiro que como adversário”*.

Tem-se aí um episódio decisivo na história política local, dominada pelos mineiros até fins dos anos 1980, mas que, com a chegada de João Dias nos braços do povo na eleição de 1988, na qual se sagrou o vereador mais bem votado à época, obtendo 319 votos, 23,49% do eleitorado (praticamente o dobro do segundo colocado, que ficou com 167 votos), fez com que esse até então negócio de mineiros passasse dali em diante a ser também um negócio dos gaúchos. Gaúchos e mineiros passaram então, dali em diante, a revezarem-se no domínio do poder político local.

Tivesse Candido Vilela aplacado o próprio ego e levado até João Dias aquela ficha de filiação, o curso da história política local seria outro. Não que isso tivesse evitado o gaúcho João Dias de chegar à prefeitura, pois o homem já parecia de fato predestinado à cadeira e à caneta, mas quando isso acontecesse, que estivesse João Dias no grupo político liderado por Candido Vilela. Esse é o real sentido da expressão *“permanecer no arreio”*, manter-se no governo quando a oportunidade se apresenta ainda que a cadeira tenha de ser assumida por um sucessor que não agrada. Perdem-se os anéis para se manter os dedos.

Como aquela ficha de filiação não fora assinada, isso levou João Dias a se tornar o principal rival político do PMDB, tendo chegado à vereança em 1988 e, anos depois, derrotado o PMDB na disputa pela prefeitura nas eleições de 1996, 2000 e 2008, fazendo dele o maior líder político da história de Iraí de Minas.

Em resumo, o primeiro tempo da história política de Iraí de Minas (1963/1996) foi marcado por uma disputa entre mineiros nativos do lugar, os quais constituíram um grupo político de tradição fortíssima, reunidos no que hoje é o PMDB. Esse grupo levou à prefeitura Francisquinho, Pedro Andrade, Candido Vilela e Paulo Souza, num total de oito mandatos. No caso dos dois mandatos de Paulo Souza (2005/2008 e 2013/2016), ambos já se enquadram no segundo tempo dessa história (1997/2020), marcado pela

disputa entre mineiros e gaúchos. Nesse segundo tempo, João Dias conquistou três mandatos e Joaquim Barros um, que somados aos dois mandatos de Antônio Flores e Jorge Américo, trazem certo equilíbrio à disputa.

Retomando as palavras do ex-vereador Armando sobre a importância das alianças para se chegar à prefeitura e tudo o que poderia ter sido evitado se Candido Vilela houvesse filiado João Dias ao PMDB, essa lição parece que não foi aprendida pelos “*meninos do PROS*” na eleição de 2016. Tendo surgido no interior do PMDB, o PROS, ante o desgaste do PMDB no governo 2013/2016, lançou a dupla Diogo Venâncio-Marlúcio para disputar a prefeitura. O que se esperaria era que buscasse um apoio do PMDB para enfrentar o gaúcho Joaquim Barros. Mas isso não aconteceu; imaginaram que a aliança seria mais danosa que proveitosa e recusaram-na. Bastou uma palavra mal dada no curso da campanha pelo pai do vice Marlúcio para que a vitória promissora não viesse. O pai do vice disse em uma ocasião que “*Uma laranja podre estraga as outras*”. Feriu no coração as velhas lideranças do PMDB que, mesmo desgastadas pelo tempo, ante tamanha humilhação, fizeram mostrar a sua força e pender a balança para o lado do candidato eleito, Joaquim Barros. Bastou, para tanto, que um punhado dessas lideranças do PMDB fosse cooptado por Joaquim Barros e outro tanto engrossasse o caldo dos votos brancos e nulos, para que o efeito dessa palavra mal dada se fizesse sentir em toda a sua extensão.

O PROS aprendeu assim que, além do cuidado que se deve ter com as palavras, nessa política local de dois partidos, de dois candidatos a prefeito, ainda que se queira lançar-se como o novo, desprendendo-se das amarras do passado, sem o apoio do velho não se chega à cadeira. Talvez por isso mesmo, aprendida a lição, é que nas eleições de 2020 o PROS tenha se resignado e aceitado a aliança com o PMDB para enfrentar Joaquim Barros em seu projeto de reeleição.

O novo nem sempre mata o velho: eles podem coabitar por longo tempo, podem se fundir e, mesmo havendo substituição de um pelo outro, algo do anterior permanece, principalmente seus traços culturais. (Cardoso, 2018, p. 12).

3.8 O vice-prefeito

Passadas em revista algumas questões gerais afetas ao centro da política local, à sua figura maior, o prefeito, é oportuno examinar, ainda que de passagem, a figura do vice-prefeito. Examinaremos o papel do vice-prefeito na política local a partir de temas

como o desprendimento, a mediação de conflitos, os atritos com o prefeito, os limites de atuação, o prestígio, entre outros.

Quando se observa o santinho de um candidato a prefeito, não é possível deixar de notar sua figura vistosa em primeiro plano, bem como o seu nome de guerra em letras garrafais, deixando clara a mensagem veiculada que ali está a figura que deve atrair a maior atenção do eleitor. Nesse mesmo santinho, o vice está lá, em segundo plano, posando com uma expressão mais contida. Da mesma forma, o seu nome aparece abaixo do nome do candidato a prefeito em letras pequeninas, quase fora do alcance da leitura.

Figura 10 – Santinho do prefeito e vice



Acervo do autor, novembro de 2020.

Por aí já se vê que se espera do vice-prefeito um desprendimento, uma qualidade quase que contrainstintiva, um altruísmo, uma contenção à própria vaidade. Ele deve estar disposto a abrir mão do próprio sonho de chegar à prefeitura e, emprestando o seu brilho ao candidato a prefeito, resignar-se com a condição de vice-prefeito. É bem verdade que outras razões não tão altruístas também entram em cena, como o poder econômico que influencia em grande medida o fato de o sujeito sair um candidato a prefeito ou a vice, e disso daremos conta no capítulo sobre as campanhas eleitorais, ao analisarmos o processo de escolha dos candidatos.

Aí numa semana (durante as convenções para a eleição de 2004), de todos esses dois meses de conversa com o Gaspar, a gente esperando que ele ia ser candidato, na última hora a gente pensava, porque sempre foi assim, não precisa assustar que sempre foi assim (escolha dos candidatos na última hora). Na última semana, virou Paulo Souza o

candidato a prefeito. Mas quem que seria o vice? Aí uma hora lá, eles conversaram assim no meio da conversa, o Gaspar falou assim: “Eu, o meu candidato a vice então é o Marcondes”. Mas quem que era eu? Ninguém, eu não tinha dinheiro pra bancar a campanha. Eu pensava, mas gente, a vice-prefeito não é isso que eu quero. O tal do político, todos eles é meio ciumento, né? Aí o Gaspar falou: “Eu apoio é o Marcondes”. Últimas horas, a convenção acontecendo (durante a eleição de 2012). “Se você quiser vim aqui e candidatar a prefeito, eu vou de vice com você (Paulo Souza falando com Marcondes ao telefone, em meio à convenção). Eu falei; “Não, eu não tenho condição nenhuma”. Aí eu falei: “Paulo Souza então nós vamos fazer isso, nós vai do mesmo jeito, eu vou de vice e você vai de prefeito”. (Ex-vice-prefeito Marcondes)

O João Dias conversou comigo e falou: “Muita gente com quem eu converso quer que ocê seja o candidato a prefeito (nas eleições de 1996). Se ocê for prefeito, eu vou te apoiar com toda estrutura, e eu quero ser seu vice”. Aí eu falei: “João Dias, vamos fazer o seguinte: eu não quero ser candidato a nada, marca uma reunião com a turma e vamo ver o que que a turma fala”. E marcou uma reunião lá no João Dias, naquele predinho. Aí todo mundo falou: “Zeca, cê vai”. E o João Dias falou: “Eu acho que é a vez de nós colocar o Zeca pra prefeito. E todo mundo: “Beleza”. E eu falei: “Não, eu não sou não”. Lá, na mesma hora, eu já desisti. “Então é o seguinte: o João Dias já tá encaminhado, é vereador, tá embalado e tem condição financeira boa. Vamos por ele, eu apoio ele”. Eu era a primeira opção do próprio João Dias. (Ex-vice-prefeito Zeca)

Veja-se que pelos relatos dos ex-vice-prefeitos, movidos pelo desprendimento, por abnegação ou pela falta de condições financeiras para suportar a candidatura à prefeitura, um e outro acabam por ceder o próprio prestígio aos candidatos a prefeito. É plausível acreditar que uma condição financeira confortável facilmente teria suplantado o altruísmo com que se apresentam. Da mesma forma, o brilho com que se mostram, maior que o da própria estrela-guia, deve ser contrastado com o brilho do candidato a prefeito. Essa resignação com o lugar de vice-prefeito em lugar da cobiçada vaga de prefeito deve ser compreendida lançando mão do desprendimento, a força do prestígio pessoal de cada um e uma liberalidade de recursos para bancar o próprio nome à prefeitura.

Além dessas variáveis que levam um candidato ao posto de vice-prefeito em vez de prefeito, examinando a história política local identificamos o caso de um vice-prefeito que, mesmo destituído de brilho pessoal, com reputação duvidosa e parco em recursos, acabou por alcançar o posto de vice-prefeito no mandato do prefeito Joaquim Barros (2017/2020). Isso aconteceu porque na eleição anterior em 2012 o seu partido estava prestes a nem sequer lançar a chapa para disputar a prefeitura. Na última hora, para que o partido não ficasse sem candidatos a prefeito e vice, lançou-se o nome de duas figuras

pouco expressivas (Antenor e Virgílio) para fazerem o papel de bucha de canhão ante a derrota certa que viria. Ou seja, a derrota em 2012 cacifou Virgílio¹³¹ para que em 2016 tivesse como que um direito de preferência à vaga de vice-prefeito, como se dissesse: “Em 2012 a coisa tava feia e eu fui; agora em 2016, que a coisa tá fácil, vocês querem me deixar de fora?! Isso eu não aceito, não abro mão”.

Veja-se então que, não obstante um caminho natural para o cargo de vice-prefeito e mesmo prefeito que passa pelo prestígio e poder econômico, também por vias tortas se chega a um cargo de vice-prefeito. Há rotas alternativas para isso.

Uma vez aceita a condição de vice, de segundo, uma das primeiras exigências do posto é conhecer os limites de sua atuação. Ele deve ter claro que o dono da caneta não é ele. Mesmo que busque ser atuante em vez de discreto, ainda que tenha os seus próprios projetos, estará sempre na dependência da vontade do prefeito. Ele deve continuamente desenvolver a habilidade do convencimento, fazendo com que os seus próprios projetos sejam aceitos como projetos do prefeito. O vice-prefeito deve contentar-se com o fato de que os louros da vitória serão sempre colhidos pelo prefeito, ainda que tenha sido ele o idealizador.

Agora quando alguém pedia alguma coisa pra mim (vice-prefeito), que eu ia no prefeito, eu tinha que convencer ele com jeito, com o jeito de vice-prefeito, que eu tinha que saber as minhas limitações de vice-prefeito, eu tinha que convencer ele a fazer aquilo, porque eu não podia voltar lá e falar assim: “Eu fui lá e falei com ele, e ele não quis não”, porque senão eu ia denegrir a imagem dele. Por isso que nós dois dava certo. (Ex-vice-prefeito Marcondes)

Além desse convencimento do prefeito, o vice tem de, reflexamente, não contrariar a primeira-dama. A esse respeito, durante o mandato de Candido Vilela e Gaspar (1993/1996), o prefeito Candido Vilela certa feita resolveu tirar umas férias, deixando a prefeitura sob a responsabilidade do vice Gaspar. De posse da caneta, Gaspar em poucos dias começou a chamar a atenção por sua atuação arrojada. Foi o bastante para a primeira-dama Vani puxar-lhe as rédeas: “*Cê tá fazendo um gasto louco*”. Tal episódio mostra que o vice-prefeito em Iraí de Minas não deve descuidar também da primeira-dama.

O vice-prefeito que busca dividir a administração com o prefeito em Iraí de Minas deve evitar brilhar mais que o prefeito, para não gerar ciúmes no companheiro de

¹³¹ O candidato a prefeito nessa eleição de 2012, Antenor, faleceu durante o mandato 2013/2016. Não fosse isso, era tido como certo para candidato a prefeito ao lado de Virgílio na eleição seguinte, em 2016.

chapa e na primeira-dama. Não obedecer a essa regra é concorrer para a turbulência na parceria.

Aí nos ganhou a eleição (1996). Eu fui pra prefeitura, eu tinha o meu gabinete e o João Dias tinha o dele. Aí o que que acontece? No meu gabinete fazia uma fila, e o João Dias o povo tinha medo dele. Ele tinha um ciúme desgraçado. Eu falei: “Não, João Dias, não enciúma não porque eu sou daqui, o povo quer chegar nocê através de mim”. Aí ele enciumou. (Ex-vice-prefeito Zeca)

Traço característico nos relatos dos ex-vice-prefeitos entrevistados diz respeito ao fato de engrandecerem as suas atuações nos governos de que participaram, dando a entender que atuaram como verdadeiras eminências pardas, atribuindo à sua atuação pretérita um peso ainda maior que o do próprio prefeito na gestão. Claro que se deve levar em conta este peso na atuação do vice-prefeito durante a gestão, contudo, também se deve levar em conta nesse argumento de maior brilho dos vices, o refúgio por eles encontrado neste bônus particular que contrasta com o bônus público colhido pelo prefeito. Dito de outra forma, o empréstimo de prestígio pessoal do vice ao prefeito e a sua atuação como eminência parda amortecem a dor/decisão de não ter sido o prefeito nem ter o reconhecimento direto pelas realizações que são atribuídas ao prefeito. É uma espécie de lenitivo de uso contínuo do vice-prefeito.

Além disso, de não ter o seu nome no posto de maior destaque quando das realizações, quando muito um coadjuvante, as mazelas do governo a ele também serão dirigidas, ainda que em menor medida, funcionando como uma espécie de devedor solidário do prefeito.

Teve hora que eu tive que jogar duro também. Eu falei pra ele no começo ou no meio do segundo (mandato): “Zeca, o negócio é o seguinte: é muito bom fazer uma campanha, todo mundo ali, mas é o seguinte, você sabe que a prefeitura é um bolo. Agora, se tiver dois que vai gastar, aí esse bolo vai estourar”. Uma vez ele começou a fazer uns gastos aí, eu fiquei um mês fora, fui na praia, passei pra ele (o governo ao vice), aí começou a descontrolar fora do limite, por exemplo, aí começaram a cobrar conta lá de 10 mil, 12 mil, e às vezes não tinha nem licitação. Eu falei: “Nóis vamos fazer o seguinte; tem nada contra a sua pessoa, mas deixa quieto aí, o dia que tiver alguma coisa, alguma decisão, reunião, algum projeto, nós senta junto com os vereadores e chama”. Aí ele ficou contrariado, uns três meses sem ir lá, e depois, foi indo, ele mesmo entendeu que o lugar de vice é vice mesmo. (Ex-prefeito João Dias)

O vice deve saber reconhecer o seu lugar e aprender a navegar num cenário atravessado por interesses diversos. Ele deve agir como um mediador, recebendo os impactos diretos da população e os amortecendo, levando ao prefeito e retornando à

população o resultado de suas demandas com o menor custo político para a imagem do prefeito. Deve construir o seu espaço no interior da administração, desenvolvendo a habilidade tanto de convencimento do prefeito quanto de não contrariar a primeira-dama. Deve aceitar que o resultado do seu esforço pessoal na administração será colhido em primeira mão pelo prefeito e que a ele serão atribuídos os males da administração. Certamente há aí algumas pistas do significado da expressão em Iraí de Minas utilizada pelo ex-prefeito João Dias: “*o lugar de vice é vice mesmo*”.

Vê-se então que, se o prefeito vai bem em Iraí de Minas, ele próprio encabeça a chapa da reeleição. Se o governo vai mal, menos ainda haverá espaço para o vice encabeçar a chapa de uma difícil reeleição. É que o vice em Iraí de Minas, ainda quando detentor de prestígio e poder econômico, quando se resigna à condição de vice-prefeito, ao invés do grito de “vou ser candidato a prefeito” vê o seu capital político ser depreciado ao longo dos governos de que participa, diminuindo gradativamente um eventual sonho de chegar à prefeitura. Em Iraí de Minas, a história política local atesta que vice-prefeito não vira prefeito.

É bem verdade que esta regra geral é contrastada por alguns episódios da história política local em que o vice virou prefeito, como nos casos de divisão de mandato entre prefeito e vice, já vistos neste estudo. Assim aconteceu durante o mandato Pedro Andrade-Carlito (1977/1982). O acordo entre ambos era dividirem o mandato de quatro anos em duas metades iguais, dois anos de administração para cada um, quando então o pai do vice Carlito, antecipando um possível golpe de Pedro Andrade para não cumprir o acordo, orchestra ele próprio um golpe para levar o filho ao comando da prefeitura; exige a carta-renúncia de Pedro Andrade ao invés de uma temerária licença e, com isso, garante que o filho Carlito chegue à prefeitura com o bônus de administrar quatro anos em vez dos dois anos previstos no acordo ante a prorrogação desse mandato para seis anos. Pelo gênio do pai o vice virou prefeito a partir de um golpe que antecipou um possível golpe. Mas veja-se que o vice virou prefeito numa chapa que era encabeçada por Pedro Andrade.

Outro episódio em que o vice virou prefeito também decorre dos malfadados acordos de divisão de mandatos, desta feita entre Candido Vilela/Jorge Américo (1983/1988). Aqui, entretanto, como já vimos, o vice Jorge Américo assume a prefeitura apenas por pouco mais de um ano, quando o prefeito Candido Vilela, que apenas se licenciara na metade do mandato, reassume o posto, causando o rompimento da parceria.

Imediatamente na sequência, tem-se estrito senso, o único caso a bem da verdade na história política local em que alguém que já fora vice toma a frente numa chapa como

candidato a prefeito e vem a ser eleito. Observe-se que isso decorreu de um rompimento traumático de Jorge Américo com Candido Vilela ainda antes do término do mandato de ambos.

O que estamos afirmando é que na história política local de Iraí, o vice vê o seu prestígio diminuir durante o governo de que participa, ruindo as suas chances de um dia chegar ele mesmo à prefeitura. Some-se a isso o fato que será examinado em detalhes no capítulo sobre as campanhas eleitorais de que a escolha do candidato a prefeito quase sempre recai no candidato mais abastado, ou seja, se os candidatos A e B, ambos do mesmo grupo político, desejam a vaga na chapa como candidato a prefeito, se A é homem de mais recursos que B, então é certo que A será o candidato a prefeito e B será o candidato a vice.

Os dois maiores exemplares desta regra geral de que o vice não vira prefeito em Iraí de Minas são Zeca, vice de João Dias por três mandatos, e Marcondes, vice de Paulo Souza por dois mandatos. Marcondes até teve chance na eleição de 2012 de inverter a chapa vitoriosa nas eleições de 2004 (Paulo Souza/Marcondes) e pleitear a prefeitura, mas recuou, seja por sua condição financeira “*eu não tenho condição nenhuma*” ou por razões de foro íntimo, como o desgaste familiar. O fato é que vacilou e, uma vez mais, contentou-se com o cargo de vice-prefeito na eleição de 2012, da qual saíram vitoriosos, repetindo a dobradinha Paulo Souza/Marcondes.

Quanto a Zeca, até que buscou chegar à prefeitura como candidato a prefeito em duas oportunidades, mas aprendeu ao custo da própria experiência que em política saber identificar a oportunidade é fator decisivo para o êxito ou o fracasso nas urnas. A primeira dessas oportunidades ocorreu na disputa pela prefeitura de 1982; o jovem Zeca, que contava então com apenas 24 anos, desfrutando o prestígio familiar herdado do pai, Seu Darci, homem querido na cidade, embora não político, lançou-se de um salto como candidato a prefeito. O intento até poderia ter sido exitoso, não fosse o rival que estava em seu caminho, o já experiente político Candido Vilela que, apesar de ter perdido a eleição de 1972 para Antônio Flores, não só aprendera a manejar os meandros da política local como também já contava com um forte prestígio político. Isso foi o bastante para naufragar, nessa primeira tentativa, o intento do jovem Zeca de chegar à prefeitura, restando-lhe lambar as feridas e reconfortar-se em sua própria explicação para o ocorrido: “*Eu não perdi para o Candido Vilela no voto... Nós perdeu a eleição lá dentro do fórum*”.

A segunda oportunidade em que Zeca tentou chegar à prefeitura como prefeito e não como vice ocorreu na eleição de 2004, sendo bastante compreensível o porquê de, também nessa eleição, não ter alcançado o seu intento. É que Zeca aparecia nessa eleição de 2004 como o candidato indicado por João Dias para sucedê-lo após o exercício de um duplo mandato: 1997/2000 e 2001/2004. Some-se a isso o fato de que Zeca havia sido o vice de João Dias nesses dois mandatos. Ou seja, Zeca tinha contra si o desgaste do segundo mandato, o fato de estar havia oito anos no governo, aliado ao desejo da população de um rodízio na prefeitura, o desejo de ver o grupo rival a João Dias tomar o poder. *“Aí na reeleição, a turma queria trocar. Não, agora (eleição de 2000) é o Zeca; João Dias, ocê vai ser o vice. E eu (Zeca) não quis. Só fui na hora errada em política”*.

Vemos assim, corroborada pelo exame da história política local, a validade desta regra local de que o vice não vira prefeito, encontrando-se aí importantes razões para se compreender a dificuldade de escolha dos candidatos a vice-prefeito no município. Comumente, as opções para candidatos a prefeito são sabidas de antemão; quanto aos vices, essa herança histórica pesa na consciência dos possíveis candidatos que sonham com a prefeitura. Uma escolha de Sofia, resignar-se com a condição inglória e imutável de vice-prefeito ou lançar-se à incerta, porém gloriosa, disputa da prefeitura. Se o sujeito possui algum prestígio e poder econômico, a balança pende para a segunda alternativa; se não possui um ou outro, especialmente o poder econômico, o refúgio no cargo de vice-prefeito pode ser a sua saída.

Analisou-se neste capítulo os aspectos da política local diretamente relacionados à sua figura central, o prefeito municipal. Observou-se que o grau de acirramento das disputas eleitorais tem sido uma constante nos sucessivos pleitos ao longo do tempo, sendo algo comum nessas eleições o resultado sempre apertado entre vitoriosos e perdedores, cujo exemplo maior foi a Guerra de 2008, em que o prefeito eleito sagrou-se vencedor com apenas sete votos à frente do seu rival. Como corolário dessas acirradas disputas, fortalece-se no município a polarização e a paixão política herdadas do passado.

Destacou-se também a tendência de o prefeito eleito fazer a Câmara, contando para tanto com os votos do seu grupo político, que por sua vez são um reflexo da divisão política existente entre dois grupos em Iraí, e contando ainda com os votos de uma fração de eleitores que se posiciona mais neutra politicamente e que leva muito em conta, na definição do voto, o interesse próprio e qual candidato apresenta maiores chances de vitória. Se, por um lado, a paixão e o interesse próprio tem garantido ao prefeito eleito

fazer a Câmara, por outro lado, essa mesma paixão do grupo que perde garante-lhe quase sempre uma minoria na Câmara de três ou quatro vereadores.

Quando isso não aconteceu, em 2008, ocasião em que João Dias não fez a Câmara, constatou-se que a maioria quando não vem das urnas acaba sendo criada por outros meios, a exemplo da cooptação do adversário.

Passada a eleição, o prefeito forma a sua burocracia própria, traz para dentro da prefeitura os seus correligionários, foge do concurso público enquanto pode e, quando tem de fazê-lo, dá sempre um jeito para que muitos de seus camaradas estejam entre os aprovados. Os critérios passam a ser então os favorecimentos e as perseguições, mas não somente por vontade pessoal do prefeito; é que seus parceiros de partido pressionam-no para tanto e exigem as reparações de guerra.

O mesmo pode ser dito no que tange às contratações públicas; os acordos e os compromissos assumidos em campanha comandam fortemente os escolhidos para contratarem com a administração. Para o empresário, ganhar a eleição muitas vezes significa ganhar a licitação.

Examinou-se também a importância das obras públicas durante um mandato sob a ótica do prefeito. Não inaugurar nada, não pôr o nome em uma placa, ser o prefeito de uma folha de pagamento, parece-lhes algo bastante desonroso e, talvez por isso, esforçam-se para entregar obras, preferencialmente, num momento oportuno, o que significa dizer o mais próximo possível da eleição.

Foram resgatadas neste capítulo as origens das rivalidades históricas e do partidarismo em Iraí de Minas, identificando os seus principais atores, suas motivações e atos fundamentais. Igualmente examinaram-se os estranhos e não raros casos de divisão de mandato da história local, em que o prefeito concorda em dividir meio a meio seu mandato com o vice. Um desses malfadados acordos originou uma consequência imprevisível: a chegada dos gaúchos ao poder, que passaram a rivalizar com os mineiros até os dias atuais pelo monopólio do poder político local.

Por último, observamos o papel do vice-prefeito na política local.

Capítulo 4 – A campanha eleitoral

Muito tempo antes de o momento estabelecido chegar, a eleição se torna o maior e, por assim dizer, o único assunto a preocupar os espíritos. (Alexis de Tocqueville, 1998, p. 153)

É chegado o momento de neste estudo tratarmos do tema da campanha eleitoral em Iraí de Minas. Examinaremos aqui temas como pesquisas eleitorais, escolhas dos candidatos, comícios, peso do dinheiro, entre outros. Faremos isso a partir de uma perspectiva “*de perto e de dentro*”, um olhar de quem não apenas participou das duas últimas campanhas eleitorais no município (2016/2020) como observador, mas que o fez estando nas vestes do próprio candidato.

4.1 As pesquisas eleitorais

As pesquisas eleitorais em Iraí de Minas cumprem importantes funções no pleito eleitoral durante as campanhas, exceto o que delas se espera: fornecer, a partir de uma base amostral e com um determinado nível de confiança, um resultado representativo das preferências dos eleitores iraienses. Não que as pesquisas tenham de todo os seus resultados distorcidos ou fraudados, mas é que por aqui os rigores da estatística esbarram com os costumes locais. Vejamos.

Inicialmente, uma primeira dificuldade que um instituto de pesquisa sério, porém desavisado, teria para fazer uma pesquisa representativa no município diz respeito ao fato de 25% a 30% dos eleitores residirem na zona rural em comunidades esparsas, muitas dessas famílias de eleitores, inclusive, de difícil localização. Dificuldade contornável por certo, mas que por si só já elevaria em muito os custos da pesquisa para se alcançar tais eleitores perdidos nos grotões. Não levar em conta esses eleitores é erro fatal, pois além de representar percentual expressivo dos eleitores, mais que isso, são os pais e avós, que têm, em muitos casos, influência direta sobre os votos dos filhos e netos que estão na cidade.

Vencida essa primeira barreira, poderia se pensar que bastaria agora aplicar os questionários embasados na metodologia da pesquisa e então chegar aos resultados representativos. Isso também não é algo simples.

Um expediente curioso entra em cena. Quando se percebe que alguma pesquisa está sendo realizada no município, e isso acontece em minutos, apenas alguns telefonemas e todos já sabem que há pesquisa na área. As lideranças e apoiadores partidários

mobilizam quase que instantaneamente os eleitores do seu grupo político para estarem a postos e responder à pesquisa. Em dias de pesquisa é comum ver as donas de casa em frente aos portões de suas casas aguardando despropositadamente pela chegada dos ingênuos entrevistadores. Não menos raro é ver aqueles militantes apaixonados fazerem de tudo para que sejam entrevistados por um entrevistador e, em seguida, localizar outro entrevistador e aguardar para responder à pesquisa mais uma vez. Farão isso duas, três, quatro vezes se possível, andando de um lado para o outro na cidade em busca dos diferentes entrevistadores.

Por certo que o adversário utilizará idêntico expediente, mas o que ocorre é que o partido que encomenda a pesquisa, por sair na frente, conta com o efeito surpresa e tem maior capacidade de mobilização. Quando o rival percebe que uma pesquisa está sendo feita, a mobilização de seu grupo político é menor e mais tardia.

O partidarismo em Iraí de Minas é tão forte que, se os eleitores de um partido desconfiam que determinada pesquisa está sendo feita a pedido do partido rival, eles ocultam suas verdadeiras intenções de voto e dão respostas para confundir o adversário no momento da leitura da pesquisa. Por exemplo, se a um eleitor do partido A é perguntado: qual o candidato a prefeito do grupo B (fulano ou Beltrano) tem mais força para enfrentar o candidato do grupo A?, antes de responder à pergunta, o eleitor se autoindagará se é o seu grupo político que está fazendo a pesquisa (partido A) ou se a pesquisa vem do outro grupo (partido B). Se esse eleitor está convencido de que a pesquisa vem do seu partido (partido A), ele tende a ser sincero, mas se ele sabe que a pesquisa tem cheiro do partido rival, ele responderá que o candidato a prefeito Fulano, do grupo B, é o mais forte, ainda que todos saibam na cidade que Beltrano tem mais força. O eleitor faz isso para induzir o partido B ao erro, fazê-lo acreditar que Fulano é o mais forte e que, portanto, deve ser o escolhido para candidato a prefeito. Em resumo, ele quer induzir o partido B ao erro para que esse partido lance o candidato mais fraco e, assim, o partido A, que é o seu, enfrente o candidato mais fraco.

Pode se pensar que se trata de forças contrárias que tendem a se anular, com os eleitores de cada partido sendo sinceros em suas respostas ou mentindo, e isso até pode ocorrer, mas não sem levar em conta o fator precedente, a capacidade de cada um dos grupos de mobilizar suas bases para responderem às pesquisas em número maior que o adversário.

Estamos num terreno em que a estatística ainda precisa desenvolver ferramentas de calibragem para diminuir os efeitos dessas nuances da política local¹³². Vemos assim que mesmo a pesquisa séria encontrará dificuldades para chegar a resultados representativos no que diz respeito à intenção de voto em Iraí.

Talvez por isso mesmo, a fraude em pesquisa eleitoral em Iraí de Minas é algo frequente, estando presente em quase toda eleição. Na eleição de 2020, por exemplo, a coligação PDT/PL teve duas de suas pesquisas impedidas pela Justiça Eleitoral de ser divulgadas ante os indícios de fraude. É que a empresa contratada possui histórico na região de fazer pesquisas de acordo com o encomendado, o que significa dizer que os resultados obtidos serão sempre aqueles esperados pelo contratante, independentemente do que venham a dizer os eleitores e muito menos a estatística.

Às vésperas da eleição municipal de 2020, uma pesquisa deveras curiosa rondou a cidade. Além das questões de praxe de intenção de voto, o entrevistador indagava o eleitor qual o seu nome, endereço e até mesmo número de telefone. A justificativa para a obtenção dos dados pessoais do eleitor era que a empresa responsável pela pesquisa faria um contato posterior com alguns dos eleitores para se certificar de que os entrevistadores haviam feito corretamente o seu trabalho. Entretanto, estava claro o propósito da coleta dos dados pessoais dos eleitores: identificá-los pessoalmente, sabendo suas preferências de candidatos, para no momento oportuno assediá-los aqueles eleitores contrários ao partido que encomendou a pesquisa, buscando mudar suas opiniões e até mesmo fazendo uso da compra de votos que, como de costume, dominou os últimos dias da campanha municipal nesta eleição de 2020.

Outro expediente relacionado ao tema das pesquisas eleitorais marcou o mandato do prefeito Joaquim Barros durante os quatro anos (2017/2020). O prefeito tinha sempre em cima da mesa de seu gabinete uma pesquisa eleitoral cujos resultados diziam que seu governo, além de contar com mais de 90% de aprovação, seria facilmente reeleito com mais de mil votos de vantagem, algo estrondoso para os padrões de Iraí de Minas. Nem é preciso dizer que a todo aquele que entrou no gabinete nesses quatro anos, a primeira coisa que lhe fora mostrada foram os resultados dessa pesquisa.

¹³² Poderíamos acrescentar ainda que alguns redutos eleitorais em Iraí, os 3 Bs – Bagagem, Barreiro e Baianos –, conhecidos entre os moradores como os principais locais de venda de votos, representando cerca de 30% do eleitorado nas pesquisas de intenção de voto, até revelam as suas preferências, mas na hora do voto o peso do dinheiro se faz sentir. Os 3 Bs são os locais por excelência onde se opera a compra e a venda de votos em Iraí de Minas.

É sempre oportuno enfatizar que as disputas eleitorais em Iraí de Minas são historicamente acirradas, o que leva a uma disputa voto a voto. Cada detalhe pode ser decisivo para o resultado final. Não se trata apenas de um autoengano para satisfazer o próprio ego dizer por meio das pesquisas que se está na frente, e muito na frente, ainda que se tenha de fraudar os resultados da pesquisa; busca-se conquistar/enganar aquele eleitor indeciso que não quer perder o voto e, portanto, tende a votar em quem parece que irá ganhar. Cada voto é importante.

Cumpra abordar aqui uma peculiaridade local no que tange à pesquisa eleitoral: a famosa pesquisa da bananeira. Durante as campanhas para as eleições municipais em Iraí de Minas, é comum ver os moradores da roça fazerem a própria pesquisa de intenção de voto. Para eles, essa pesquisa tem mais validade que a pesquisa da rua, sempre suspeita de alguma fraude. Estes matutos colhem assim a seu modo quem serão os vencidos e os derrotados nas eleições municipais.

A pesquisa da bananeira funciona assim: uma vez decididos os candidatos, principalmente nos últimos dias que antecedem as eleições, cortam-se dois pés de bananeira e em cada um deles fixa-se o santinho do candidato a prefeito¹³³ de cada partido. Como a bananeira é uma planta cujo crescimento ocorre diariamente e a olhos vistos depois de cortada, o crescimento diário do caule de cada uma delas revela, para muitos iraienses, o candidato que está na frente.

¹³³ Idêntica pesquisa é feita com alguns dos candidatos a vereador. Por exemplo, selecionam-se os dois mais cotados para serem os mais votados e saber qual dos dois será o mais votado. Ou ainda, selecionam-se dois candidatos sem chance de vencer, apenas para saber qual dos dois terá mais votos.

Figura 11 – Pesquisa da Bananeira Diogo Venâncio



Acervo do autor, novembro de 2020.

Figura 12 – Pesquisa da Bananeira Joaquim Barros



Acervo do autor, novembro de 2020.

Nas eleições municipais de 2016 (Joaquim Barros x Diogo Venâncio), a pesquisa da bananeira mostrava Diogo Venâncio à frente até a última semana que antecedeu a eleição. Nos últimos dias, o caule da bananeira de Joaquim Barros assumiu a dianteira. Abertas as urnas, sobreveio a derrota para Diogo Venâncio. A explicação de muitos para o caule da bananeira de Joaquim Barros que estava menor, mas que de um dia para o outro cresceu e ultrapassou o caule da bananeira de Diogo Venâncio, independentemente do que diz a botânica, é que o dinheiro de Joaquim Barros foi o responsável pela virada na eleição e, por conseguinte, a pesquisa da bananeira só refletiu o resultado das urnas.

Novamente na eleição de 2020, quando esses mesmos rivais se enfrentaram, a pesquisa da bananeira mostrou Diogo Venâncio à frente durante todo o tempo, e este se sagrou vitorioso ao final. Embora o dinheiro tenha sido usado em larga medida por ambos os contendores, certamente mais ainda por Joaquim Barros, que tinha a prefeitura nas mãos, a pesquisa indicava uma vitória folgada para Diogo Venâncio, algo que não ocorreu: a vitória foi de apenas 111 votos de diferença. Falhou a pesquisa da bananeira na precisão do resultado, mas não no resultado em si, para a alegria destes homens que observam a natureza e criam suas superstições.

Vejamos agora em maiores detalhes o processo de escolha dos candidatos que irão disputar a eleição municipal em Iraí de Minas.

4.2 A escolha dos candidatos e as convenções partidárias

Como visto neste capítulo, no que tange à escolha dos candidatos a prefeito em uma eleição historicamente disputada apenas por dois candidatos, não existem muitas dificuldades para se definir quem será o candidato de cada partido. Normalmente há um ou dois nomes em cada partido em condições de ocupar a candidatura para prefeito, tendendo a escolha a recair naquele que dispõe de maior poder econômico e disponibilidade para gastar na campanha, além, é claro, de contar com algum prestígio perante a população, advindo da posição que ocupa na sociedade.

Espera-se do candidato a prefeito algum atributo que o credencie ao posto, como ser um empresário bem-sucedido, um grande produtor rural ou, não dispor de grande poder econômico, ser uma pessoa respeitável e que goza da estima social de seus conterrâneos. Não possuir tais predicados, poder econômico ou estima social (esta pode ser fruto da herança familiar), é não contar com a aquiescência dos pares para ser o candidato a prefeito. Some-se ao poder econômico e à estima social certa dose de carisma, capaz de fazer reunir em torno de si os apoios necessários para ser o escolhido, e ainda

certo direito de preferência do derrotado de ser o candidato natural do partido na eleição subsequente.

Nota-se também em Iraí, nos últimos pleitos especialmente, que o candidato a prefeito perdedor em uma eleição conquista como que um direito natural a ser o candidato do partido na eleição seguinte, um direito de preferência, independentemente de se existe ou não algum outro colega de partido em melhores condições de disputar a prefeitura. Na eleição de 2008, Paulo Souza foi o candidato perdedor; na eleição seguinte, em 2012, fez uso do seu direito de preferência e foi o candidato a prefeito contra Antenor; este último, tendo sido derrotado em 2012, era tido como certo para ser o candidato do partido em 2016, não fosse um acidente trágico que lhe ceifara a vida por volta de 2014. Contudo, o vice de Antenor nessa eleição de 2012, Virgílio, juntou-se a Joaquim Barros para disputar a prefeitura contra Diogo Venâncio em 2016. Diogo Venâncio foi derrotado e igualmente utilizou o seu direito de preferência para ser o candidato do partido na eleição de 2020. Espécie de reparação de guerra e direito de revanche devida ao candidato a prefeito perdedor.

Quanto à escolha dos candidatos a vereador, por óbvio que os partidos buscam arregimentar os melhores quadros da cidade: pessoas pertencentes a grandes famílias, bem conceituadas socialmente e, se ainda dispuserem de algum capital econômico, tanto melhor. Isso é o ideal. Mas o que de fato ocorre é que muito poucos atendem a esses requisitos; os que atendem têm uma tendência natural a não querer envolver-se com a política local, como visto no capítulo sobre os vereadores.

Além da dificuldade natural de fisgar os candidatos a vereador, sobretudo os bons, tem-se ainda a dificuldade de preencher completamente as siglas partidárias com o total de candidatos. Por vezes há muitas vagas para poucos interessados¹³⁴. Cada partido pode lançar até 14 candidatos, sendo um mínimo de 30% (cinco vagas) para cada sexo. Não se pense que seja fácil preencher estes 14 lugares com qualidade e respeito social. Preenche-se, é bem verdade, mas apenas para fazer número e demonstrar uma suposta força perante o eleitorado, mostrando a legenda completa ainda que ao custo de expor muitos desses candidatos ao ridículo na cidade. As votações obtidas pelos candidatos a vereador nas eleições municipais de 2020 ilustram isso.

Tabela 6 – Resultado das eleições 2020 para vereador

¹³⁴ Na eleição municipal de 2016, das 18 vagas a candidato a vereador a que o PROS tinha direito apenas seis foram preenchidas. Sobraram vagas e faltaram candidatos.

| Eleições Municipais 2020 (PDT/PL x PROS) – Candidatos a vereador em Iraí | | | | | |
|--|--------------|-----------|--------------|---------|--------------|
| PDT | VOTOS | PL | VOTOS | PROS | VOTOS |
| Virgulino | 485 – eleito | Clóvis | 206 – eleito | Rafael | 266 – eleito |
| Clécio | 463 – eleito | Cidinho | 151 | Ricardo | 224 – eleito |
| Decão | 326 – eleito | Marlos | 111 | Helena | 220 – eleita |
| Sandro | 252 – eleito | Tito | 63 | Juliano | 204 – eleito |
| Beto | 225 | Junior | 51 | Ana | 183 |
| Roberto | 155 | Vinícius | 48 | Lisa | 177 |
| Jacira | 148 | Jandira | 39 | Carlos | 165 |
| Vanessa | 90 | Dario | 24 | Nestor | 152 |
| Branco | 86 | Marivaldo | 15 | Roni | 128 |
| Caio | 62 | Dina | 11 | Ivan | 96 |
| Paula | 45 | Tina | 8 | Rubia | 58 |
| Juvenal | 44 | Nina | 2 | Jacinda | 54 |
| Bárbara | 16 | | | Vagner | 31 |
| Diana | 5 | | | Valdir | 11 |

Fonte: TSE. Elaboração do autor.

Observe-se que dos quarenta candidatos a vereador neste pleito, o vereador eleito com a menor votação foi Juliano, do PROS, que obteve 204 votos. Se tomarmos essa votação como referência para ser eleito, vamos observar que dos quarenta candidatos, 21 não ultrapassaram a barreira dos cem votos. Se considerarmos os candidatos de 150 votos acima como aqueles que de fato estavam disputando as cadeiras, temos que em quarenta candidatos apenas 16 ficaram acima de 150 votos. Isso significa dizer que a maioria dos candidatos a vereador desse pleito estava ali por motivos outros que não a real intenção de ser eleito. Muitos deles eram sabedores de que não teriam chance alguma, mas miravam um bom cargo na administração caso o seu prefeito fosse eleito, ou mesmo receber algum benefício pessoal para simplesmente fazer número na chapa do prefeito¹³⁵.

Outro dado curioso constante na tabela refere-se às votações obtidas pelas candidatas Nina (dois votos) e Diana (cinco votos), para ficar nesses dois exemplos. As duas candidatas são exemplares típicos de um fenômeno maior que ocorre na política local: as candidatas laranja ou candidatas de fachada.

Por exigência da legislação eleitoral¹³⁶, cada partido deve reservar um mínimo de 30% de suas vagas para cada sexo. Isso significa dizer que em Iraí, das 14 vagas a candidato a vereador de que cada partido dispõe, um mínimo de cinco deve ser reservado para cada sexo. Na prática, o que ocorre é que cada partido lança nove candidatos do sexo

¹³⁵ Nesta eleição de 2020, o prefeito Joaquim Barros buscava a reeleição e lançou 26 candidatos a vereador (PDT/PL) contra 14 candidatos a vereador (PROS) lançados pelo rival Diogo Venâncio. A suposta demonstração de força de Joaquim Barros nessa eleição não convenceu, uma vez que perdeu a eleição para Diogo Venâncio.

¹³⁶ Vide art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97.

masculino e cinco candidatas do sexo feminino para ter esse mínimo de mulheres na chapa. Isso é exatamente o que consta na tabela para cada partido. Observe-se que em tese nada impediria que tivéssemos num partido mais candidatas mulheres para além desse mínimo de cinco, inclusive poderíamos ter o inverso, nove candidatas mulheres e cinco candidatos homens. Isso em tese. Preencher os 14 lugares já é tarefa difícil; conseguir um mínimo de cinco guerreiras para atender à exigência da legislação só não é algo impossível graças às candidatas laranja.

As candidatas laranja figuram nas chapas apenas para o partido cumprir os rigores da lei; muitas vezes recebem algum benefício pessoal ou pelo menos uma promessa de benefício futuro para serem candidatas e, assim, o partido estar na legalidade. Além das candidatas laranja desta eleição de 2020, o mesmo pode ser constatado nas eleições precedentes, como na eleição de 2016, em que as candidatas Angélica do PROS e Teresa do PMDB obtiveram dois e três votos, respectivamente. Ou ainda na eleição de 2012, em que as candidatas Márcia, Aparecida e Cleide, todas do PDT, obtiveram zero voto; já a candidata Roberta do PMDB obteve sete votos. Se a lei exige, encontra-se um meio para adequar a cultura política local a ela.

Examinando os resultados das eleições municipais em Iraí, constatamos que da emancipação do município em 1962 até 1992 não se encontra registro de uma única mulher eleita para quaisquer dos cargos em disputa (prefeito, vice ou vereador). De 1996 a 2020, identificamos apenas mulheres eleitas para o cargo de vereadora; ainda assim, das nove vagas em disputa a cada eleição para vereador, o máximo de representação feminina alcançada ocorreu na eleição de 2016, quando foram eleitas três mulheres, 1/3 da Câmara. Nas demais eleições desse segundo período histórico, foram eleitas apenas duas ou uma mulher a cada nova disputa. Dito de outro modo, resume-se a seis o número de mulheres que já exerceram o cargo de vereadora nos sessenta anos da história política local: Lucinda (quatro mandatos), Ana (três mandatos), Helena (dois mandatos), Joaquina, Flávia e Tânia (um mandato cada uma).

Estamos diante de um universo de predominante monopólio masculino que, em Iraí de Minas, tem excluído, histórica e culturalmente, as mulheres de uma maior representação na vida política local. Os partidos têm uma primeira dificuldade para convencer os melhores quadros femininos a apresentarem-se como candidatas, daí o porquê das candidatas laranja para preencher as listas de candidatos. O reflexo direto

disso tem sido o baixo número de mulheres eleitas ao longo da história local. Um longo caminho ainda há que ser percorrido para se alterar essa história¹³⁷.

O processo de escolha dos candidatos a vereador em Iraí revela uma curiosidade interessante nessa eleição de dois partidos. Cada partido busca fortalecer os seus candidatos a vereador enquanto que busca enfraquecer os candidatos a vereador do grupo adversário. Vejamos um dos modos peculiares como isso ocorre.

Se o partido A lança um candidato a vereador de uma família, o partido B busca nessa mesma família outro membro para ser candidato no partido B e, assim, enfraquecer o candidato do partido A, uma vez que quando dois indivíduos de uma mesma família lançam-se candidatos ocorre uma natural divisão dos votos familiares entre eles, com prejuízo direto para ambos numa eleição voto a voto. A mesma lógica é empregada quando o partido A lança um candidato bem querido num determinado reduto eleitoral; de imediato, o partido B buscará um candidato nesse mesmo reduto para fazer um contrapeso ao candidato do partido A. Vamos aos exemplos.

Na eleição de 2020 (PDT/PL x PROS/PMDB), o PROS lançou Ricardo, uma promissora influência entre a juventude, como candidato a vereador. Para não ficar atrás, o PDT/PL lançou Branco, um professor da rede estadual, primo de Ricardo, também como candidato a vereador. Contrariando o que era de se esperar, ambos perderem, pois os votos da família seriam inevitavelmente divididos entre ambos, Ricardo ainda alcançou a vitória, sendo isso raro de acontecer; normalmente, quando dois candidatos de uma mesma família se candidatam na mesma eleição ambos perdem. O mesmo não aconteceu com o candidato Ivan do PROS, que dividia votos com os primos Caio e Cidinho do PDT/PL; os três naufragaram. Buscando dividir o meio evangélico, o PROS/PMDB lançou a candidata Rubia, buscando enfraquecer o candidato do PDT/PL Clécio, ambos da mesma igreja. A mesma lógica foi empregada para dividir a Comunidade Rural de Chapadão dos Cocais: o PROS lançou o candidato Rafael e o PDT/PL os candidatos Sandro e Cidinho. Observe-se que o candidato Cidinho dividia votos com os primos e com os vizinhos da comunidade rural. Era de se esperar sua derrota, o que se concretizou.

Como o voto de família tem um peso significativo na eleição de um vereador em Iraí de Minas, o que é comum de acontecer para evitar que candidatos de uma mesma

¹³⁷ Apenas para efeito de uma rápida comparação, na Legislatura Federal 2018/2022 foram eleitas para a Câmara dos Deputados 77 mulheres em um total de 513 deputados, o que significa 15% da Câmara. Já para o Senado foram eleitas sete mulheres, 13% das 54 cadeiras em disputa da Casa. Fonte: sítio eletrônico Senado Federal, consulta em 27/4/2021.

família/reduto se candidatem numa mesma eleição com prejuízo direto para ambos são os acordos, principalmente entre os parentes que buscam a candidatura. Por exemplo, na eleição de 2016 houve um acordo entre os primos Ivan e Cidinho, que consistia em Cidinho ser o candidato a vereador na eleição de 2016, com o apoio de Ivan, para que na eleição de 2020 Ivan fosse o candidato e Cidinho o apoiasse. Ivan cumpriu sua parte do acordo e resignou-se a não se candidatar em 2016. Por outro lado, tendo tomado gosto pela vereança, Cidinho recusou-se a não se candidatar em 2020. Resultado: ambos perderam a eleição e a amizade, e o vínculo de parentesco não foi mais o mesmo. Esses acordos, apesar de comuns, nem sempre são cumpridos.

A convenção é o momento de o partido oficializar os seus candidatos a prefeito, vice e vereadores que irão disputar as eleições municipais. Apesar de praticamente todos os candidatos já estarem previamente definidos quando do momento da convenção, é comum sempre ocorrer algum problema de candidatura de última hora. Na eleição de 2012, o então vereador Joaquim Barros (PDT) desejava ser o vice do rival Paulo Souza (PMDB), e tudo caminhava para que isso acontecesse, mas em meio à rejeição geral dos militantes que acompanhavam a convenção do PMDB, Joaquim Barros foi recusado e em seu lugar foi colocado Marcondes, que contava com a aprovação geral. Enquanto isso, exatamente ao mesmo tempo, na convenção do PDT esperava-se pelo resultado dessa possível chapa Paulo Souza/Joaquim Barros, algo que na prática acabaria com a disputa de dois partidos; seria uma eleição de partido único. Como o acordo não veio, Joaquim Barros saiu às pressas da convenção do PMDB e retornou à convenção do PDT para lançar-se candidato a vereador. Como o PDT não podia ficar sem o seu candidato a prefeito, o ex-vereador Antenor assumiu a responsabilidade e lançou seu nome como candidato a prefeito. Tudo isso extrapolou o tempo permitido pela legislação para a realização das convenções.

Aí o Joaquim Barros não abria mão pro João Dias de jeito nenhum (eleição de 2012). O João Dias vencendo o mandato, mas como o João Dias tava regaçado de ruim no mandato, virou o Joaquim Barros candidato a prefeito, e aí o João Dias foi mexendo, mexendo até colocar a possibilidade de candidatura do Paulo Souza a prefeito e o Joaquim Barros de vice. Só que o Paulo Souza é tão ruim articulador, esse é que é o problema do Paulo Souza, ele é tão ruim articulador, que ele não chamou o diretório do PMDB, que era composto por 14 pessoas, pra reunir com eles. E aí a gente foi negociar isso de novo lá no Gaspar... e o Paulo Souza achando que aquilo tava errado, mas foi deixando aquilo levar até na hora da convenção de novo. Tudo pra ser o Paulo Souza prefeito e o Joaquim Barros vice. Aí não ia ter eleição. Quando o Paulo Souza chegou lá nessa convenção, o Joaquim Barros teve coragem de ir lá com ele. Rapaz, o povo quase linchou eles. Não tinha falado com

o diretório. O grupo deles tava reunido de lá. João Dias e tudo, esperando pra ver o que que ia dar. A convenção acontecendo: “Se você quiser vim aqui e candidatar a prefeito, eu vou de vice com ocê” (Paulo Souza falando com o Marcondes ao telefone em meio à convenção). Eu falei: “Não, eu não tenho condição nenhuma. Nós não aceita isso” (o grupo não aceitou). O Paulo Souza insistiu de novo pra eu ser candidato a prefeito, que ele ia de vice (quando o Marcondes chegou na convenção). Aí eu falei: “Paulo Souza, então nós vamos fazer isso, nós vai do mesmo jeito, eu vou de vice e ocê vai de prefeito”. Quando eu e Paulo Souza chapou a candidatura de cá, isso já tava com um atraso até de dez minuto, porque sete hora era pra fechar a convenção dentro do estatuto... Sete e dez nós bateu o martelo. E nós foi de candidato de cá e o Joaquim Barros rachou fora de lá. Aí o Joaquim Barros rachou fora de lá e falou assim: “Se é contra o Marcondes e o Paulo Souza, eu não vou não”. Voltei (da convenção) vice-prefeito. (Ex-vice-prefeito Marcondes)

Já na eleição de 2020, na convenção do PROS, um problema raro de se ver, além de insolúvel. Havia mais candidatos a vereador do que vagas disponíveis. O candidato a prefeito Diogo Venâncio viu-se ante um dilema: desejava que os melhores candidatos fossem os escolhidos, os mais bem cotados. Entretanto, dois dos menos cotados eram exatamente os únicos que não estavam dispostos a abrir mão das candidaturas, a dupla Wagner e Valdir. Resultado: Diogo Venâncio teve de acolher esses dois candidatos, sob pena de a recusa significar um desgaste ao partido, em plena convenção, ante a rebeldia da dupla. O curioso é que dois pré-candidatos que eram considerados bons, com chances de vitória, tiveram de abrir mão para que Wagner e Valdir fossem candidatos. O resultado de ambos expressa o temor que rondava a convenção naquela noite, Valdir obteve 11 votos e Wagner obteve 31 votos na eleição de 2020, figurando entre os candidatos menos votados nessa eleição. Nesta fatídica noite os mais fracos, para o seu próprio desapontamento futuro, tiveram voz, garantiram o direito à candidatura e desbancaram outros nomes de maior peso, sem que o candidato a prefeito, atônito, pudesse fazer algo para evitar uma tragédia anunciada.

4.3 A busca pelos votos e o voto de porta em porta

Tendo examinado o processo de escolha dos candidatos que culmina com as convenções municipais, é hora de analisar em maiores detalhes a busca pelos votos em Iraí de Minas, algo que fizemos em parte no capítulo sobre os vereadores.

Antes, porém, de examinar essa busca de votos em Iraí, que se dá “de porta em porta”, olhando olho no olho, notamos que ela é precedida por uma movimentação dos partidos: a corrida pela transferência de votos.

Todo início de ano eleitoral em Iraí de Minas, os partidos rivais mobilizam seus quadros para a transferência de votos de eleitores dos municípios vizinhos para votarem na eleição de Iraí. Busca-se agregar ao eleitorado interno um contingente de eleitores de outras cidades. O partido que sai na frente na busca por esse voto alienígena soma importantes votos em sua legenda. Expliquemos melhor.

A transferência de domicílio eleitoral é algo comum em ano de eleição; é o meio pelo qual o eleitor regulariza sua situação eleitoral perante a Justiça em virtude da mudança de seu domicílio. Ao passar a residir em outro município, precisa transferir o título para poder votar no novo município. Até aqui tudo normal.

Ocorre que, além dessa mudança de domicílio real amparada pela legislação, ocorre paralela e simultaneamente uma mudança de domicílio fictícia. Os candidatos de cada partido esforçam-se para transferir o título de amigos e familiares residentes em municípios vizinhos para, no dia da eleição, virem votar em Iraí. Além dos amigos e familiares, adotam idêntico empenho para a transferência de trabalhadores safristas residentes em sua maioria no norte de Minas e em algumas cidades do Nordeste, especialmente sergipanos, para que também votem em Iraí. Assim, a fraude do principal documento exigido pela Justiça Eleitoral para a transferência do título, o comprovante de endereço, é algo corrente.

Adultera-se a data do prontuário médico para dizer que o cidadão reside em Iraí há mais de um ano; falsificam-se notas fiscais de compra no comércio local com o mesmo intento; abrem-se fichas de crediário em lojas com datas retroativas etc. Na eleição de 2020, correu pela cidade a notícia que dentro da prefeitura estavam sendo fabricados comprovantes de endereço (talões de energia da Cemig) com a finalidade de transferir títulos de cidadãos residentes em outros municípios.

É comum observar durante este prazo de regularização de títulos os candidatos a vereador em um vaivém constante com os seus carros cheios de eleitores indo nos cartórios eleitorais dos municípios vizinhos fazer essas transferências de títulos, uma vez que Iraí não possui cartório eleitoral. A corrida aos cartórios é tamanha que a própria prefeitura nessa época disponibiliza um veículo tipo Van para o transporte desses eleitores.

Essas transferências de votos têm uma importância singular na política local, pois, no caso dos amigos e familiares dos candidatos vindos de fora, é um voto certo com o qual pode contar o candidato. Além do próprio vínculo de parentesco e de amizade, a

esse eleitor não interessam as querelas da política local. Ele traz o voto para a urna de Iraí a pedido do amigo ou familiar candidato e no mesmo dia retorna à sua cidade.

Já no caso dos trabalhadores safristas, essa fidelidade do amigo ou familiar que traz o voto sem custo costuma não ocorrer. O candidato então, como uma forma de garantir que não perderá esse voto transferido para um concorrente, frequentemente, além de reter algum documento do eleitor que lhe será devolvido apenas no dia da votação, confere-lhe ainda a promessa de um agrado, uma espécie de ajuda de custo, ou a pura e simples compra de voto.

Tome-se a dimensão da importância dessa transferência de votos para a política local quando se constata que apenas alguns votos podem decidir a eleição municipal, como ocorreu em 2008, quando o prefeito vencedor ganhou a eleição com apenas sete votos de diferença. Em uma palavra, quem transfere mais sai na frente.

Assim é que o médico contratado transfere os votos de sua parentela para ajudar o seu prefeito, para, quem sabe, alcançar a vitória e continuar no cargo de confiança. Da mesma forma, não é à toa que muitos parentes de famílias gaúchas em Iraí saem do Rio Grande do Sul e vêm para Iraí exatamente nos dias da eleição. A cidade recebe assim esses visitantes incomuns que só aparecem de quatro em quatro anos para dar a sua contribuição à democracia iraiense.

No dia da eleição, os nativos de Iraí de Minas, um lugar onde todos se conhecem de vista e de nome e sobrenome, deparam-se nas filas das escolas, enquanto aguardam para votar, com desconhecidos que nunca viram, igualmente também aguardando para votar. É um dia em que a cidade fica cheia, ainda mais com a presença desses ilustres eleitores, vindos muitos deles de tão longe.

Neste domingo de votação, um dia longo e tenso na cidade, enquanto uns votam, outros estão a caminho nas rodovias, acelerando para também chegar a tempo. Na Guerra de 2008, multiplicaram-se pela cidade as histórias de eleitores desconsolados com o fato de que se o carro tal tivesse chegado a tempo, trazendo aqueles últimos eleitores¹³⁸, o resultado teria sido outro.

Essa transferência de votos é um passo que antecede a busca pelo voto “de porta em porta”, “de casa em casa”.

¹³⁸ Como nessa eleição de 2008 (João Dias x Paulo Souza) a diferença foi de apenas sete votos a favor de João Dias, bastaria que o suposto carro trazendo oito eleitores chegasse a tempo, uma Van, por exemplo, e a história teria tido outro desfecho.

No capítulo sobre os vereadores falamos sobre a importância de se pedir o voto “de porta em porta” num município como Iraí de Minas, de reduzida dimensão geográfica e baixo contingente populacional. Estes fatores combinados, por si sós, empurram os candidatos a irem à caça dos eleitores. Se é importante encontrá-los na cidade, não menos importante é localizá-los na zona rural; é que no município, cerca de 20% a 30% das famílias vivem na zona rural, na roça, como dizem, e mesmo boa parte da população da cidade possui vínculos de parentesco ou de amizade com os moradores da roça. Não por acaso, trata-se de um compromisso inescapável dos candidatos visitarem estes moradores da roça no período da campanha; muitos até começam exatamente por aí a sua cata de votos, a sua caminhada eleitoral, como que primeiro buscando os votos dos avós e pais nos grotões, para depois irem atrás dos votos dos filhos e netos na cidade.

Vejam primeiro a busca pelo voto na roça para depois partirmos para o voto da cidade.

Nas noites frias do mês de julho, os candidatos iniciam a sua odisséia acompanhados pela poeira fina das estradas aonde quer que se vá. Assim ocorreu, por exemplo, numa primeira visita nas comunidades rurais que algumas lideranças do PROS, adversário do PDT nas eleições de 2020, fizeram na Comunidade de Cocais.

Essa reunião ocorreu na noite de 25/7/2020. Tratemos um pouco dela.

Antes do acontecimento propriamente dito da reunião, uma liderança do PROS como que preparou o terreno, organizando o cenário, juntamente com uma pré-candidata a vereadora da comunidade. Decidiram oferecer um jantar, uma janta, como dizem, à qual estariam presentes os familiares e amigos dessa pré-candidata, além do candidato a prefeito do PROS e de um vereador do partido. Essa janta ocorreu na casa do irmão da pré-candidata a vereadora. É interessante notar que, embora tudo tenha sido orquestrado para parecer o mais natural possível, neste tipo de ocasião os anfitriões, diferentemente do que ocorre num jantar convencional, cedem o local, suas casas, mas esperam que os candidatos paguem pela janta, ou seja, cabe aos candidatos patrocinar o jantar. Nessa oportunidade o vereador do partido foi o eleito para pagar a conta.

Veja-se então que se trata de um evento previamente idealizado. Nesse sentido, os candidatos não aparecem nessas reuniões de comunidade como um raio em um céu azul, antes, eles são esperados.

Detalhe importante diz respeito ao papel do cabo eleitoral, já estudado no capítulo sobre os vereadores; ele, além de normalmente ser um dos idealizadores do evento, também é a pessoa que municiará os candidatos, especialmente o candidato a

prefeito, com as informações necessárias sobre a comunidade, seus problemas, quem são os participantes da reunião, a que famílias pertencem, os nomes de cada um, isso tudo para que o candidato possa se comportar de modo leve e natural durante o encontro, sem parecer dissimulado, evitando cometer gafes e se sentir constrangido.

O candidato que porventura chegasse a uma reunião como essa sem estar a par de tais pormenores, dificilmente escaparia de algum embaraço. Detalhe importante para um candidato, sobretudo o candidato a prefeito, é não se fazer aparecer nesses eventos desacompanhado, sozinho. Isso chega a ser um erro pueril. O candidato que chega sozinho num evento com dezenas de pessoas projeta como que uma fraqueza; a sua presença solitária como que diz: “ele nem tem um amigo ou companheiros para estar ao lado dele”. Para um candidato a prefeito é desastroso dirigir-se a eventos coletivos sem sequer ter ao lado a presença do vice.

Por essa razão é comum ver os candidatos chegarem a esses eventos sempre acompanhados por uma roda de companheiros. Assim foi nessa janta em Cocais, apesar de os candidatos terem ido em dois carros e chegaram ao local praticamente no mesmo instante, neutralizando assim o efeito negativo da presença solitária do candidato desacompanhado.

Nessa reunião em particular, não escapou ao olhar dos comensais a chegada imponente do candidato a prefeito secundado por um seu cabo eleitoral. Embora ainda não houvesse sido tomada a decisão oficial pelo partido de quem seria o candidato a prefeito, a chegada naquele carrão, uma caminhonete cujo valor era pelo menos quatro vezes maior que o valor dos carros dos demais presentes, como que por si só já dizia que ali estava o candidato a prefeito¹³⁹.

Chegando a essas reuniões coletivas, sempre com recepções muito calorosas pelos anfitriões, ritualmente o candidato deve cumprimentar com um aperto de mão e um sorriso cada um dos presentes, algo que não deixa de ser constrangedor, uma vez que comumente estão presentes dezenas de convidados. Multiplique-se esse constrangimento tanto maior seja o evento ao qual o candidato se dirige, como uma festa local. A cerimônia do aperto de mão – abraços e tapinhas nas costas são menos comuns – assim se repete em cada um desses eventos; faz parte dos costumes e da etiqueta local.

Não seria sensato o candidato chegar a uma dessas reuniões como um estranho qualquer e não cumprimentar pessoalmente ninguém, ou cumprimentar apenas a alguns,

¹³⁹ Algo que de fato veio a oficializar-se na convenção do partido nessa eleição.

o que deixaria enciumados aqueles que não foram cumprimentados pelo candidato. Dessa forma, cumprimenta-se a todos e reduz-se assim o estranhamento inicial entre candidato e eleitor, quebrando o gelo e já deixando a porta aberta para um dedo de prosa na sequência da reunião. O estranho busca assim tornar-se amistoso e agradável.

Um expediente por vezes utilizado para evitar o constrangimento de sair apertando infinitas mãos em um só tempo é chegar à reunião mais cedo que os demais convidados; assim, ganha-se mais tempo para a interação social e transfere-se àqueles que chegam depois a “obrigação” de vir até o candidato para cumprimentá-lo.

Feitos os cumprimentos iniciais, imediatamente os candidatos passam às conversas com os convivas; nestas, na maior parte do tempo, o assunto predominante é mesmo a política: como está a campanha, quem são os candidatos a vereador, prefeito e vice, que famílias que estavam do lado adversário na eleição passada, mas que nesta eleição mudaram para o outro partido, as expectativas para uma possível vitória, as críticas ao atual prefeito etc.

Cabe aos candidatos, na medida do possível, dividirem a sua atenção entre os participantes, reservando um pouco de tempo para conversar e dar atenção aos participantes de forma individualizada ou, o mais comum, em conversas dirigidas a pequenos grupos, as rodinhas de três, quatro ou cinco pessoas. O importante é sempre estar palestrando com um e outro à medida que o evento transcorre. Ser pego de repente sozinho, sem a proximidade de um interlocutor, é algo ainda mais grave que chegar ao evento sozinho.

Nessa janta no Cocais, assim como em outros eventos semelhantes a esse, por vezes a cachaça, o álcool, funciona como um importante ativador e impulsionador dos fervorosos colóquios. Não por acaso, o vereador fez questão de presentear o anfitrião com algumas amostras de cachaça produzida na região e apreciada por todos, a qual, de imediato, foi posta à mesa para que os convidados a intervalos regulares tomassem um trago e se aquecessem na noite fria.

Em uma reunião como essa, apesar de o ponto alto ser a campanha política, outras curiosas razões também estão presentes. Se para os candidatos havia um esforço tremendo para se apresentarem como as melhores alternativas, para a anfitriã o seu maior objetivo era servir uma janta que conquistasse a todos pelo paladar, o seu cuidado e dedicação na preparação do cardápio composto de frango caipira à moda mineira, arroz branco, tutu de feijão, salada e uma farinha temperada que ela própria fizera no sítio, bem como a sua insistência para que todos jantassem logo para a comida não esfriar, e que não

deixassem de experimentar a farinha caseira, tudo isso demonstra o seu desejo de conquistar pelo estômago enquanto aquele busca fazê-lo pela palavra.

Antes do jantar, abre-se espaço para os discursos. Nessa ocasião, os candidatos presentes têm o momento pelo qual tanto aguardam: a oportunidade de ter a atenção e falar aos presentes. O vereador abre os discursos estendendo os cumprimentos a todos os presentes, e o faz com certa desenvoltura por ter se habituado ao manejo da palavra nos quatro anos de mandato. Prossegue animando a todos para se juntarem à campanha, diz que a vitória está próxima e depende do esforço de cada um. Faz-se parecer como o integrante de uma irmandade que conclama a todos ao esforço conjunto para a batalha final. Segue-se uma salva de palmas.

Assume a palavra o candidato a prefeito. Inicia gaguejando algumas palavras e demonstrando certa insegurança, natural, pois é o início da campanha e ficou afastado do circuito político; em pouco tempo, estará cantando como um sabiá. Ressalta, como forma de demonstrar força e passar confiança aos ouvintes, que as famílias de fulano, beltrano e ciclano vieram para o lado do partido depois de uma vida inteira votando do lado de lá. Ou seja, se na eleição passada a vitória ficou a poucos metros de distância, nesta não há que se ter dúvida do êxito; o partido não só mantém os votos da eleição passada como aumentou o apoio entre os eleitores do adversário. Esse é o discurso que precisa ser veiculado e é isso que o candidato a prefeito faz, ainda que trôpego, no uso das palavras¹⁴⁰.

Em seu discurso, o candidato a prefeito frisa a importância da união da família. Ainda que não tenha visitado a comunidade ou os anfitriões nos últimos quatro anos, isso não o impede de dizer: *“Eu estou aqui hoje não como um político. Vocês pra mim são família. Pra mim é fácil estar aqui, pois me sinto entre amigos”*. Não que não esteja sendo sincero, é até possível que esteja, mas é que ele sabe que precisa usar aquele momento para conquistar os votos, preferencialmente de todos, ainda que para tanto tenha de lançar mão da emotividade, do afeto, que, existente ou simulado, é uma arma poderosa para tocar o coração dos comensais.

Na sequência dos discursos, segue a pré-candidata a vereadora, irmã do anfitrião. Embora estivesse entre familiares seus como irmãos, filhos, genro, netos e amigos – e isso tem uma importância fundamental numa campanha, como demonstramos no capítulo sobre os vereadores –, o fato de esta ser a sua primeira campanha apresentando-se como

¹⁴⁰ Em verdade, a pouca desenvoltura com as palavras é um traço singular de Diogo Venâncio, que ciente disso fazia com que aquilo que a princípio parecesse negativo assumisse o aspecto de algo positivo; ele sempre fazia questão de ressaltar em seus discursos que o forte dele não era falar, mas fazer.

candidata faz com que ela, tomada pelo nervosismo e aflição, se expresse com muita dificuldade nas poucas palavras que profere. Certamente terá um longo caminho à frente para chegar à vereança; os votos de família serão importantes, mas a pré-candidata terá de superar as próprias limitações para se diferenciar da massa indistinta dos pré-candidatos a vereador com os quais estará em contenda.

Vencidos os discursos políticos, já próximo das 22 horas, de uma reunião que tivera início por volta das 19 horas, todos querem mesmo, sem mais delongas, saciar a fome, bastando para tanto que o primeiro puxe a fila para que os demais o acompanhem. Os que se servem primeiro têm o direito de escolher o pedaço do frango predileto, mas como a janta é homérica, todos se saciam à vontade. Serve-se uma primeira vez e também uma segunda vez para demonstrar à anfitriã cozinheira que a comida estava muito boa; não repetir pode passar a impressão de que a janta não estava agradável, grande e eterno medo dos candidatos, ser ou aparecer ser desagradável.

Após a janta estendem-se as conversas por mais algum tempo, como que para fazer o quilo, como dizem os mineiros, aguardar a digestão e aproveitar para aplicar em todos mais uma injeção de ânimo político. Nessa ocasião, já se aproximando o encerramento, a despedida dos convivas, todos, ansiosos, começam a se perguntar: “mas quem será o vice?”. A indagação coloca o candidato a prefeito e o vereador presente numa situação delicada, uma vez que, apesar de todos apontarem para o vereador como a melhor opção, essa é uma questão ainda não decidida.

Apesar de certo desapontamento dos convidados, que já desejavam ali saber quem seria o candidato a vice, uma vez que o candidato a prefeito já lhes aparecia como que decidido, desconhecendo os meandros que envolvem esta decisão, terminou-se a janta, a reunião, com a despedida dos convivas, repetindo-se os apertos de mão presentes na recepção, mas agora já sem o constrangimento inicial.

Para os candidatos, anfitriões, seus familiares e amigos, tratou-se de uma janta na qual tiveram a oportunidade de se reunir num mesmo local e confraternizar. Para os anfitriões em particular, um momento de extrema importância, por receberem em suas casas os futuros dirigentes políticos do município. Para os candidatos, significa também o início de uma caminhada eleitoral. A partir dessa reunião coletiva com os moradores da comunidade, passa-se a uma segunda fase nas visitas rurais, visitando de modo individualizado cada um dos moradores que estava presente nesta reunião coletiva. Será o momento de dar uma atenção diferenciada a cada um.

Percorrer as comunidades rurais do município em reuniões, jantas e eventos outros como esse é parte integrante de qualquer campanha política local, constando no planejamento das campanhas dos candidatos. Não se cogita não fazê-lo.

Ao fim dessas reuniões, os candidatos e as lideranças vão fazendo o balanço de como está o apoio do partido em cada comunidade e família e, a partir do voto rural, dos avós e pais, parte-se à busca do voto da cidade, dos filhos e netos, ainda com mais afinco que a perambulação feita no campo.

Uma vez tendo o candidato a prefeito, especialmente, feito o périplo rural e tendo percorrido todas as comunidades rurais do município, passando de casa em casa, normalmente acompanhado pelo candidato a vice e por um candidato a vereador da comunidade, algo que consome boa parte do tempo da campanha eleitoral, os candidatos passam para as visitas na cidade.

É a hora de os candidatos a prefeito e vice passarem de casa em casa, rua por rua; não podem pular casa, deixar gente sem visitar. Os candidatos a vereador também fazem isso, mas focalizando o seu reduto, aqueles locais e pessoas de voto mais certo. Mas os prefeitos e vices não podem se dar a este luxo, necessariamente devem se esforçar para visitar as casas de todos, uma por uma, bairro por bairro. Aqueles que porventura ficam sem as ilustres visitas dos candidatos serão exatamente os que vão jogar na cara dos candidatos derrotados que não votaram neles porque não foram visitados, porque os candidatos não lhes pediram pessoalmente os votos. Essas visitas de casa em casa acontecem durante toda a campanha; chega a véspera da eleição, sábado à noite, e os candidatos ainda estão nas casas de alguns eleitores, buscando aquele último voto.

Durante esta peregrinação, os candidatos não têm tempo para suas famílias, emagrecem a olhos vistos, não têm hora certa para dormir, comer ou descansar. Cada dia em direção à eleição é marcado por mais uma dezena de visitas que precisam ser feitas – o desgaste físico e mental é inevitável¹⁴¹. Ao final de uma campanha, um candidato a prefeito terá entrado em centenas de casas, apertado a mão de milhares de eleitores e se autocensurado por não ter conseguido visitar as famílias x e y. Chegada a última semana de campanha, o desejo da onipresença é tamanho que o prefeito e o vice, que até então faziam juntos essas visitas, têm de se separar, indo cada qual para um canto, para, assim, otimizar a busca pelos votos.

¹⁴¹ “Um trabalho física e psicologicamente estafante além do imaginável por quem não conhece a política de perto” nas palavras do ex-presidente Fernando Henrique referindo-se às campanhas eleitorais. (Cardoso, 2006, p. 208).

Para o candidato a prefeito que busca a reeleição, essas visitas costumam ser mais penosas que para o candidato desafiante. O primeiro traz a rejeição de ser governo, tem de se explicar constantemente, ouvir desaforos por não ter cumprido as promessas feitas às famílias na campanha pretérita. Por outro lado, o desafiante deve se explicar se estava ausente do cenário político do município e por que só apareceu agora às vésperas do pleito, se tem competência para assumir a prefeitura e por aí afora. É evidente que trabalho maior terá quem busca a reeleição, algo que é contrabalançado, por sua vez, pelo uso da máquina política.

Em Iraí de Minas, em pelo menos oito de cada dez visitas feitas por um candidato a prefeito, ele é forçado a fazer uma promessa de emprego. O eleitor não o deixa sair sem ouvir de sua boca que estará empregado na prefeitura caso o candidato venha a ser eleito. A promessa de emprego é decisiva na política iraiense, e o momento de fazê-la é quando o candidato vai à casa do eleitor. Não se vence uma eleição para prefeito em Iraí sem prometer emprego na prefeitura.

Em um local onde a oferta de empregos é limitada, todo mundo quer estar na prefeitura. Daí se compreende a importância dessa promessa e quão sedutora ela é. Prometer o emprego ao desempregado e que não tem perspectiva de se empregar num horizonte próximo é a maior promessa que se pode fazer a um eleitor em Iraí.

Na eleição de 2016, o candidato a vice-prefeito Virgílio ficou conhecido por acompanhar nas visitas o seu candidato a prefeito Joaquim Barros, sempre levando à mão uma agenda na qual ia anotando as promessas de emprego feitas aos eleitores.

Por certo que os próprios eleitores sabem da impossibilidade fática de a prefeitura abrigar a todos, mas para aquele que está desamparado é melhor ouvir uma promessa que não será cumprida do que não ouvir nada. Se o prefeito vencedor não cumpre a promessa de emprego, dá ao eleitor iludido uma justificativa para que este, no futuro, “jogue na cara” do prefeito faltoso a promessa não cumprida.

A promessa de emprego é, assim, algo central na eleição de um prefeito em Iraí de Minas. Por mais belo que seja o discurso, se não tiver como fecho uma promessa de emprego, a chance de levar o voto é próxima a zero. Talvez por isso mesmo é comum os candidatos a prefeito prometerem o mesmo cargo, a mesma secretaria, para uma dezena de eleitores. Esses homens são levados a tocar a música que os clientes desejam ouvir.

Corolário desta promessa de emprego é a promessa de contratos de toda ordem com a prefeitura – donos de supermercados, lojas, farmácias, papelarias, oficinas

mecânicas –, e até o direito de quem vai enterrar os mortos, tudo isso é prometido¹⁴² durante a campanha.

Nas visitas de casa em casa, o candidato a prefeito é secundado normalmente pelo vice, algum vereador e por vezes algum militante. Isso não se dá por acaso; uma das razões é se proteger contra os inúmeros pedidos do eleitor. Muitos querem ouvir as promessas de emprego, outros, mais pragmáticos, querem uma ajuda imediata, como veremos ao tratar da compra de votos. Por isso o candidato a prefeito raramente entra numa casa desacompanhado; a presença de um ou dois de seus companheiros inibe o eleitor de colocá-lo contra a parede, deixando-o constrangido para fazer um pedido indecoroso, possibilitando deste modo que o candidato a prefeito entre e saia de sua casa evitando ter de abrir a carteira.

Na campanha de 2020, o candidato a prefeito Diogo Venâncio, ao passar de casa em casa no bairro Bagagem, um dos redutos de compra e venda de votos, era sempre visto secundado por um pequeno exército. Ao seu lado estavam o vice-prefeito, pelo menos dois candidatos a vereador e duas militantes a quem cabia o trabalho de bater nos portões chamando pelos moradores. Era uma verdadeira *blitz* na casa do morador/eleitor que, tomado de assalto em sua própria casa, ficava acuado, tendo de dividir a atenção com os candidatos, numa visita que não passava de alguns minutos. Perplexo e sem reação, não encontrava meios de expor o seu pedido ao candidato a prefeito.

Essa estratégia do arrastão, em que passam pelas ruas o candidato a prefeito e os seus aliados é muito útil em Iraí para fugir dos pedidos de varejo vindo dos eleitores, especialmente nos bairros mais carentes do município, como os três Bs: Bagagem, Barreiro e Baianos.

Durante o período de campanha é comum ver transitando pelas ruas da cidade, num vaivém constante, os carros dos candidatos nessa busca diária pelos votos. Há candidato que até procura fazer essas visitas em outro carro que não o de seu uso habitual, como forma de despistar os adversários. É que se um candidato a vereador é visto sempre no mesmo carro, passa-se a observar e vigiar onde esse carro está indo/visitando para, em seguida, o candidato a vereador adversário ir nesses mesmos endereços e tentar conquistar

¹⁴² Como vimos, o recurso à promessa é um dos fatores decisivos na eleição iraiense. Cumprir ou não cumprir não é algo que se coloca ao postulante; mesmo o vitorioso frequentemente não cumpre boa parte das promessas, até porque a promessa também não é garantia absoluta de voto, levando o vitorioso a faltar com a palavra ao sabor das circunstâncias, fazendo ressonância a Maquiavel: “*Se os homens fossem inteiramente bons, esse preceito (manter a palavra) não se manteria; mas, como são maus e não manterão a palavra deles com você, não há razão para que você também cumpra a sua*” (Maquiavel, 2011, p. 140).

esses votos a princípio do seu adversário. Uns ficam vigiando os outros para tentar tirar proveito disso.

Nessa peregrinação dos vereadores, embora tentem se evitar, não raro um candidato chega a uma casa para fazer uma visita e esbarra com outro candidato que ali chegou primeiro, restando ao último resignar-se e voltar noutro dia ou horário. Durante a campanha, os candidatos a vereador tropeçam uns nos outros em Iraí de Minas, afinal, todos aguardam ansiosos por suas visitas. Se um candidato a vereador A, dotado de predicados como estima social, carisma e competência para o exercício do cargo, deixa por alguma razão de visitar o morador João e sua família, estará em mais difíceis condições de ganhar o voto dessa família que o candidato a vereador B, que não tem tais predicados, mas visitou João e sua família.

É que o voto para vereador em Iraí de Minas é algo bem pessoal. O eleitor pode até já ter se decidido a votar no candidato A, mas ele sente necessidade de dizer isso pessoalmente, cara a cara, ao candidato, para que este acredite e jamais duvide do seu voto. Ele sente o receio de votar no candidato A sem ter tido este contato pessoal com o candidato e no futuro o candidato não acreditar nesse voto. Essa é a razão maior de o eleitor votar, em muitos casos, naquele que o visitou em detrimento dos outros que não o procuraram: a relação pessoal ali estabelecida.

Ainda falando nessas visitas, um fato curioso chama a atenção. É comum os candidatos chegarem às casas e dirigirem-se aos homens, aos maridos, negligenciando de algum modo a presença feminina, tratando a política como um negócio de homens, a ponto de certa vez uma eleitora dizer a um candidato, que passara um bom tempo conversando com o marido dela, que em outra visita ele retornasse para pedir o voto dela, que na casa dela o voto do marido não levava junto o voto da mulher, que ela também queria ser convencida a votar nele. É curioso inclusive observar que, em reuniões coletivas, os homens separam-se em suas rodinhas para conversar sobre a política e as mulheres fazem o mesmo com suas amigas, todos conversando sobre política, mas sem se misturar na maior parte do tempo. Homens e mulheres conversando sobre política com igualdade de gênero não é algo comum em Iraí de Minas.

Vejamos agora os movimentos de rua que agitam as campanhas eleitorais.

4.4 A campanha nas ruas e os comícios

Uma vez autorizada a propaganda eleitoral propriamente dita, algo que ocorre 45 dias antes das eleições, os partidos rivais começam a medir forças pelo número. Isto

significa dizer que todos os seus eventos terão como objetivo principal demonstrar para a população que estão mais fortes que os rivais pela quantidade de pessoas presentes nesses eventos. Em outros termos, se o evento realizado pelo partido A possui mais gente que o evento similar realizado pelo partido B, passa-se a impressão de que o partido A está mais forte e, por conseguinte, à frente na corrida pela prefeitura. Alguns exemplos ilustram esse empenho dos partidos em fazer número para impressionar os eleitores.

Algo tradicional durante a campanha é a contratação pelos partidos de “meninas” (em verdade mulheres) para balançarem bandeiras com as cores do partido. Contratam-se dezenas delas, as quais terão funções ao longo da campanha. Assim é que nos finais de tarde elas são chamadas para ir a determinado cruzamento movimentado da cidade a fim de balançarem bandeiras. Se em um evento deste, o partido A observa que o partido B colocou vinte meninas nas ruas, o partido A apressa-se e coloca quarenta meninas no cruzamento seguinte ou no mesmo cruzamento, como que para abafar o adversário, como revela uma militante: *“Tem que arrumar umas cem pessoas para ir com bandeira pra rua, se não é melhor nem ir, eles vão sempre abafar. Porque hoje tinha um tanto de gente do 12 lá balançando bandeira e só um pouco do 90”*.

Se o partido A em um evento de final de semana de inauguração de comitê, tão tradicional no início da campanha, consegue reunir 500 apoiadores/eleitores, no final de semana seguinte o partido B buscará reunir ainda mais apoiadores que o partido A, sempre com a intenção de sufocar os movimentos do adversário e passar a impressão de força.

E assim sucedem-se os movimentos de campanha, como inauguração de comitês, apresentação de planos de governos, passeatas, carreatas, levando os partidos rivais a, mimeticamente, espelhar-se no adversário ao tempo que tentam ultrapassá-lo a fim de que, perante os eleitores, firme-se aquela imagem de que o partido que consegue o maior movimento é aquele que se acha mais próximo da vitória, induzindo, por conseguinte, muitos eleitores a acompanhar esse partido que aparenta ser o que tem mais apoio.

Examinemos mais de perto o principal destes eventos de campanha, os comícios, afinal, *“Não há campanha sem comício”*. Como são organizados? Como atrair o público? O que neles acontece e qual o impacto sobre os eleitores?

Figura 13 – Comício PROS (90)



Acervo do autor, outubro de 2020.

Figura 14 – Comício PDT (12)



Acervo do autor, novembro de 2020.

Pode-se dizer que a vitória de um prefeito e dos vereadores em muito depende da realização de um bom comício, da mesma forma que um comício ruim pode selar uma derrota.

Normalmente os candidatos a prefeito, vice e vereadores, acompanhados pelos organizadores da campanha, reúnem-se previamente para tratar da organização do comício. Nestas reuniões discute-se a sequência e o tom das falas dos candidatos, quem irá atacar o prefeito, o convite a ser feito aos deputados que apoiam o partido e, algo crucial, como será visto logo em seguida: a cerveja.

A partir dessa reunião preparatória, divulga-se o comício pela cidade. Cada candidato fica responsável por levar os amigos, os familiares e quem mais puder; convidam-se os deputados, que com o seu prestígio político dão maior peso e importância

ao comício. O objetivo central é fazer as pessoas acudirem ao chamado; é que o comício precisa ter um mar de gente para garantir o propósito de demonstrar força. Mas como atrair o público para a festa? É aí que entra a cerveja, afinal, como disse um eleitor: “*Pra beber cerveja de graça vem gente de longe*”.

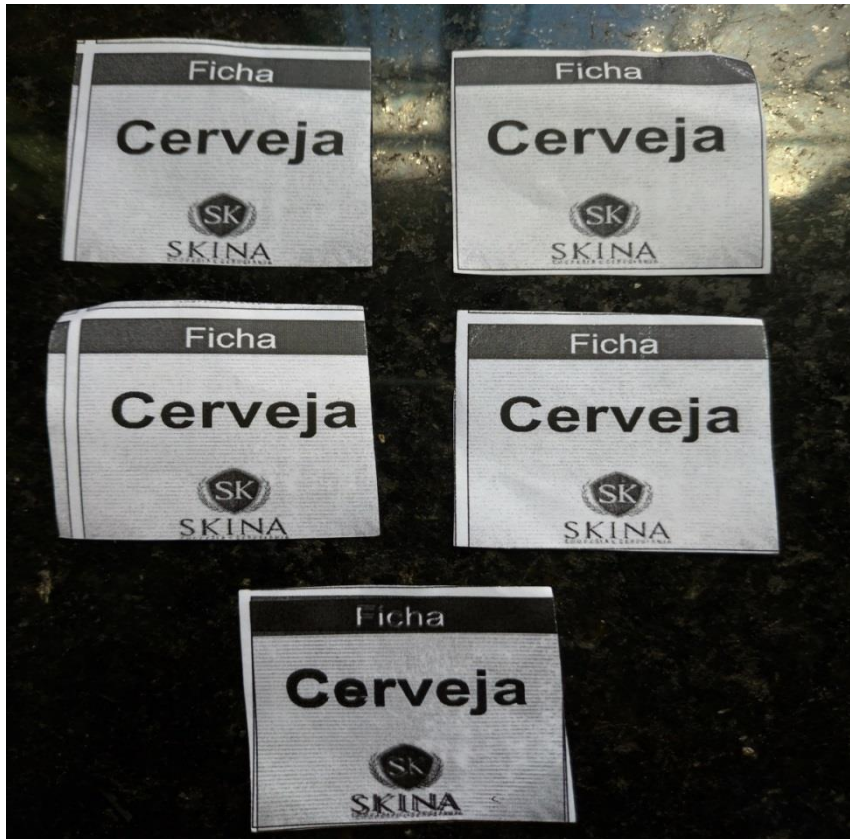
Não se pense que boa parte dos eleitores se dirigiria aos comícios tão somente para ouvir os candidatos discutirem coisas como plano de governo e intenções de cada um, não em Iraí de Minas. Eles até vão aos comícios também para isso, ouvir os candidatos, mas esperam e contam com a distribuição gratuita de cerveja à vontade. Bebe-se e muito durante os comícios e quaisquer outros eventos partidários cujo propósito seja reunir pessoas.

Como a distribuição das cervejas pelos partidos é algo proibido pela legislação, isso é feito de forma sorrateira. Os comícios são realizados propositalmente próximos a algum bar, que fica encarregado de distribuir as cervejas, dando a impressão de uma venda normal, quando em verdade os milhares de latinhas¹⁴³ estão sendo consumidos à custa dos partidos. Normalmente a cada candidato ou um seu cabo eleitoral é distribuído anteriormente um maço de fichas¹⁴⁴ para troca em cerveja; estas fichas vão sendo entregues aos eleitores que se dirigem ao bar e pegam a sua gelada.

Figura 15 – Fichas de cerveja

¹⁴³ Nesta eleição de 2020, o candidato Diogo Venâncio revelou que gastou cerca de R\$ 50.000,00 somente em latinhas de cerveja, algo em torno de 34 mil latinhas. Isso daria aproximadamente seis latinhas para cada um dos 5.511 eleitores que votaram nessa eleição. E isso foi apenas o gasto de um dos candidatos, podendo-se seguramente esperar gasto igual ou maior por parte de Joaquim Barros, que disputava a reeleição. É muito álcool injetado na política local.

¹⁴⁴ Durante a campanha de 2020, num evento realizado pelo PROS de entrega de plano de governo à população da Comunidade do Barreiro, era comum ver os eleitores dirigirem-se aos candidatos, não para obterem o plano de governo, mas procurando pelas fichas para trocarem por cervejas. Busca-se por estas fichas nestes eventos, em meio à multidão, tal como se busca por uma agulha num palheiro.



Acervo do autor, novembro de 2020.

Veja-se a importância da cerveja para garantir um bom comício. Nesta eleição de 2020, coincidiu de os dois partidos rivais (PDT x PROS) realizarem eventos em um mesmo dia e hora. No evento do PROS, a cerveja oferecida era de uma marca desconhecida do público, de nome Sirius. Já no evento do PDT, a cerveja oferecida era a tradicional Skol. Bastou isso para que muitos dos eleitores que estavam no evento do PROS, ao ficarem sabendo das diferenças de marcas das cervejas, se dirigissem para o evento do PDT. Não bastasse esse esvaziamento do evento do PROS em razão da marca da cerveja oferecida, na semana seguinte os rivais do PDT espalharam um boato pela cidade de que a cerveja do PROS dava diarreia. Resultado: nos eventos seguintes, nas reuniões preparatórias dos comícios, decidiu-se pela abolição da Sirius em favor de uma cerveja mais aceita pelo público. Não seria exagero dizer que a eventual insistência na Sirius poderia causar danos irreparáveis à campanha do PROS nessa eleição.

Figura 16 – Cerveja Oferecida pelo 90



Acervo do autor, novembro de 2020.

Figura 17 – Cerveja oferecida pelo 12



Acervo do autor, novembro de 2020.

Observe-se que os partidos, quando da organização dos seus eventos, sendo o comício o maior deles, nem sequer cogitam a possibilidade de não oferecer a cerveja; isso é algo impensável na política local, um comício sem cerveja. Figuram em qualquer orçamento de campanha os gastos necessários para a distribuição da cerveja, a despeito do que diz a lei. Se a marca da cerveja já é levada em conta pelo eleitor para decidir se vai a este ou àquele comício, imagine-se a ausência da cerveja.

Além desse incentivo à participação dos eleitores nos comícios, há ainda outro reforço: a doação para muitos eleitores de alguma ajuda de custo em gasolina, quando não o próprio pagamento em espécie de alguma quantia ao eleitor, contanto que ele compareça.

Cerveja, gasolina, dinheiro, mas é preciso mais; é preciso que a praça esteja lotada no dia do comício. Para tanto, buscam-se ônibus de eleitores das cidades vizinhas, apenas para fazerem número. Fato curioso foi observado nesta eleição de 2020: o prefeito de Iraí, Joaquim Barros, e o prefeito de Romaria, Teodoro, trocaram favores para que quando houvesse algum movimento de Joaquim Barros em Iraí, Teodoro asseguraria que muitos de seus eleitores de Romaria estariam presentes em Iraí e, da mesma forma, quando houvesse movimento de Teodoro em Romaria, Joaquim Barros asseguraria que muitos de seus eleitores de Iraí estariam em Romaria. É claro, todo este trânsito de eleitores de um município para outro livre de combustível e ainda com algum incentivo monetário.

Para encher a praça, no caso do prefeito, conta-se ainda com a mobilização de um exército de funcionários contratados que são pressionados a ir a cada um desses eventos sob pena de perda do cargo na prefeitura. Por aí se compreende as imagens dos comícios lotados em Iraí de Minas.

Ninguém é obrigado a defender emprego de ninguém aqui, hein? Quem é obrigado a defender é você mesmo, que é contratado; você tem que chegar, que interagir, não é ficar aí no grupo pá, pá, pá, e ficar aí falando não; é ir pro movimento, ir pra rua, levantar bandeira, pregar adesivo no carro. Tô vendo carro de contratado aqui que não tem nem um papelinho de nada, de nada, e tá lá a esposa trabalhando na prefeitura ou então o marido, e o carro nem nada, nada de adesivo, nada. Então faça a sua parte. Quer garantir sua vaga, vai trabalhar, vai pra rua. (Secretário da prefeitura cobrando a presença dos contratados nos eventos do partido)

Se um partido adota toda essa logística para assegurar um bom público em seus comícios, cabe ao grupo rival tentar impedir isso. Se um incentiva o eleitor para sair de casa e ir ao comício, o outro o incentiva a ficar em casa, sendo o recurso à cerveja e ao churrasco, aliado também a um ganho financeiro, estratégias utilizadas pelos rivais políticos.

Uma vez garantido o público, o comício precisa ter um bom palanque. Um bom locutor para conduzir o cerimonial, a presença dos deputados para dar peso e as falas precisas dos candidatos são detalhes primordiais para o sucesso do comício. Nesse palanque não podem faltar ao lado das novas lideranças as lideranças mais tradicionais do grupo político.

Guardo ainda na cabeça a imagem de um desses comícios do PROS na campanha de 2020. Nos bastidores alguns candidatos a vereador ensaiavam algumas falas. No início do evento, uma grande tensão pela demora do público. Uma vez iniciado, a desenvoltura

dos candidatos, a sequência dos *jingles*, o candidato a vereador escolhido para atacar o prefeito. As meninas pagas para balançar bandeira na linha de frente do palanque, os eleitores apaixonados gritando a perder a voz, a multidão¹⁴⁵ eufórica e as latinhas de cerveja nas mãos de muitos deles.

Uma vez tendo falado todos os candidatos, segue-se o fim das falas, mas não do comício. É a hora de os candidatos descerem do palanque, por vezes o candidato a prefeito é carregado, e fazer o corpo a corpo com os eleitores, cumprimentar e abraçar. Prossegue então o comício nessa atmosfera festiva, ao menos enquanto duram as cervejas. Quando não há mais o que beber, inevitavelmente segue-se a dispersão do povo. Mais um comício realizado.

O sucesso ou o fracasso do comício fica na dependência da repercussão na semana que se segue. Se a notícia que circula pela cidade é a de que o comício realizado pelo partido A tinha muita gente, isso é entendido como sucesso e diz-se então que aquela semana foi do partido A. Por certo que os membros do partido B tentarão diminuir o tamanho deste sucesso alegando que muita gente que estava no comício do partido A nem sequer era da cidade, que ali a maioria dos presentes era de funcionários contratados com medo de perder o emprego etc.

Ao fim e ao cabo, toda essa orquestração que passa pelas falas dos candidatos no palanque, a presença dos deputados, o clima festivo regado a cerveja, mira a demonstração de força pelo número. Sob a lógica dominante na política local, em toda ocasião, sendo o comício a maior delas, é preciso demonstrar força pelo número, projetando na cidade uma imagem, por vezes irreal, de um suposto apoio popular majoritário. Coisas como essas influenciam o eleitor iraiense, sobretudo diante de uma eleição voto a voto. Muitos não querem perder o voto e acabam sendo iludidos por uma aparência de realidade.

Eleitora A: O povo vai mais pro lado que tem mais volume de pessoas. Nem todos são assim, mas eu falo que a maioria são assim.

Eleitora B: Verdade, Dara, os indecisos não querem perder, vão para o lado que acha que tá mais forte.

¹⁴⁵ Em plena pandemia do novo coronavírus, nestes comícios cerca de 2 mil pessoas espremiavam-se em frente ao palanque e quase nenhuma delas usava máscaras. Nem mesmo os candidatos tinham qualquer preocupação com relação ao vírus. Uma eleitora me disse nessa campanha que Iraí de Minas havia saído na frente e descoberto a cura para a Covid, ao que eu perguntei qual seria, e ela então me disse: “*A chegada das eleições municipais*”.

4.5 O peso do dinheiro na política local

Ao discorrer sobre a campanha eleitoral em Iraí de Minas, é algo inafastável analisar o papel e o peso do dinheiro na política local. Antes disso, entretanto, examinemos o que diz a legislação eleitoral sobre o teto de gastos em campanha no que tange às eleições municipais.

Até as eleições municipais de 2012, a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) deixava ao encargo de cada partido fixar o limite de gastos de campanha para os cargos em disputa, devendo tal fato ser informado à Justiça Eleitoral quando dos registros das candidaturas. Daí já se vê que a falta de critérios objetivos para a definição dos limites de gastos promoveu a criação de disparidades entre os municípios, favorecendo sobremaneira os candidatos de maior poder econômico. Basta notar que nesta mesma eleição de 2012 houve municípios semelhantes em Minas, levando-se em conta a quantidade de eleitores, cujos gastos informados pelos partidos tiveram uma diferença abissal, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 7 – Gastos declarados nas eleições de 2012

| Município | Número de eleitores | Maior Gasto declarado | |
|--------------------------|---------------------|-----------------------|-----------|
| | | Prefeito | Vereador |
| Araporã | 4.825 | 308.047,15 | 14.521,47 |
| Silvianópolis | 4.702 | 27.124,50 | 1.668,25 |
| Itaverava | 5.586 | 20.063,00 | 6.919,08 |
| Pedra Bonita | 5.617 | 226.750,00 | 14.360,00 |
| Porto Firme | 8.460 | 32.216,02 | 4.902,83 |
| Ferros | 8.439 | 371.787,12 | 21.751,65 |
| Alpinópolis | 14.581 | 77.255,41 | 20.031,11 |
| Conceição do Mato Dentro | 14.554 | 563.000,00 | 18.234,89 |
| Conselheiro Pena | 16.602 | 61.644,80 | 15.748,36 |
| Jacutinga | 16.583 | 662.280,64 | 25.082,50 |

Fonte: TSE. Elaboração do autor.

Para as eleições de 2016, esta deformação na legislação eleitoral foi perpetuada, uma vez que a reforma eleitoral promovida pela Lei nº 13.165/2015 se limitou a dizer que o limite de gastos nas campanhas de 2016 seria de 70% do maior gasto declarado pelos partidos na eleição de 2012, acrescentando ainda que, nos municípios de até 10 mil eleitores, os limites para prefeito e vereador seriam de 100 e 10 mil, respectivamente,

caso a aplicação da regra dos 70% seja menor, espécie de mínimo legal. Em síntese, perpetuou o erro na origem, mantendo as disparidades entre os municípios e, reflexamente, favorecendo os candidatos de maior poder econômico.

Tabela 8 – Limite de gastos das eleições de 2016

| Município | Número de eleitores | Maior Gasto declarado em 2012 | | Limite de gasto da eleição 2016 | |
|--------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------|---------------------------------|-----------|
| | | Prefeito | Vereador | Prefeito | Vereador |
| Araporã | 4.825 | 308.047,15 | 14.521,47 | 215.633,01 | 10.165,03 |
| Silvianópolis | 4.702 | 27.124,50 | 1.668,25 | 100.000,00 | 10.000,00 |
| Itaverava | 5.586 | 20.063,00 | 6.919,08 | 100.000,00 | 10.000,00 |
| Pedra Bonita | 5.617 | 226.750,00 | 14.360,00 | 158.725,00 | 10.052,00 |
| Porto Firme | 8.460 | 32.216,02 | 4.902,83 | 100.000,00 | 10.000,00 |
| Ferros | 8.439 | 371.787,12 | 21.751,65 | 260.250,98 | 15.226,16 |
| Alpinópolis | 14.581 | 77.255,41 | 20.031,11 | 100.000,00 | 14.021,78 |
| Conceição do Mato Dentro | 14.554 | 563.000,00 | 18.234,89 | 394.100,00 | 12.764,42 |
| Conselheiro Pena | 16.602 | 61.644,80 | 15.748,36 | 100.000,00 | 11.023,85 |
| Jacutinga | 16.583 | 662.280,64 | 25.082,50 | 463.596,45 | 17.557,75 |

Fonte: TSE. Elaboração do autor.

Em 2019, aos 45 do segundo tempo¹⁴⁶, o Congresso Nacional se reuniu às pressas, entre os dias 1º e 2/10/2019, para votar o projeto de lei nº 4.121/2019¹⁴⁷, que fixou os limites de gastos de campanha para a eleição municipal de 2020. Desprezando o projeto de lei nº 3.810/2019, do senador Marcelo Castro, que procurou fixar de modo permanente o limite de gastos com base no número de eleitores de cada município, eliminando assim as discrepâncias acima apontadas, o projeto 4.121 foi aprovado. Mais uma vez, permaneceram as disparidades, pois a Lei nº 13.878/2019, originada do projeto 4.121, apenas atualizou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) os limites estabelecidos em 2016, o que significa dizer que as diferenças abissais nos tetos de gastos entre municípios similares, a tomar como parâmetro o número de eleitores,

¹⁴⁶ Princípio da anterioridade eleitoral, insculpido no art. 16 da Constituição Federal: “Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência”. Ou seja, como a eleição estava prevista para ocorrer em 4/10/2020, qualquer alteração na legislação eleitoral deveria ser votada até um ano antes, 4/10/2019. O objetivo é evitar alterações casuísticas de última hora.

¹⁴⁷ O PL 4.121/2019 foi aprovado em 2/10/2019 e publicado em edição extra do Diário Oficial da União em 3/10/2019, no limite do prazo para estabelecer os limites de gastos de campanha para as eleições de 2020.

continuam vigentes na legislação eleitoral, aguardando para, quem sabe quando da próxima minirreforma eleitoral, serem corrigidas pelo Legislativo.

Como vimos, tem faltado ao Legislativo disposição e conhecimento de causa para estabelecer com objetividade e precisão os limites de gastos de campanha condizentes com a realidade dos mais de 5 mil municípios brasileiros. Os valores atualmente vigentes tiveram sua origem numa realidade social o mais distinta possível; não se levaram em conta as peculiaridades locais para a sua fixação. O resultado disso é a criação de uma norma que para muitos desses municípios é absolutamente irreal e nem de longe serve como parâmetro para os gastos de campanha.

Iraí de Minas, objeto deste estudo, é a prova viva do que estamos falando. Os limites de gastos de campanha neste município para prefeito e vereador são os mínimos legais de 100 e 10 mil¹⁴⁸, cifras muito aquém dos montantes gastos na campanha iraiense. Um candidato a vereador em Iraí chega a gastar em uma campanha 20, 30, 50 e até 100 mil reais. Já o candidato a prefeito gasta cifras milionárias, tal como alardeado pelo ex-vereador Marquinhos, braço direito do prefeito Joaquim Barros, que afirmou publicamente que o candidato Joaquim Barros tinha 2 milhões prontos para serem gastos no seu projeto de reeleição em 2020. Por certo que a inflação desses valores para além dos parâmetros legais em muito se deve à compra de votos, como veremos, mas é comum ouvir em Iraí que uma campanha, mesmo que feita só com caixa 1, dentro da lei, não fica por menos de 300 mil reais.

Mas pisemos então a realidade para examinar o papel e o peso do poder econômico, do dinheiro, na política local, realidade essa que não se discute em Iraí, conforme demonstram as manifestações públicas abaixo, no contexto da campanha eleitoral de 2020:

Se oferecer pega, mas não vota. (Ex-vereador Virgulino)

A política de Iraí sempre foi assim, vence quem tem dinheiro; quem não tem não vence; quem for pobre fica pra trás, igual nós, eu aqui, não ganho política nunca, porque não tenho dinheiro. Então quem tem dinheiro ganha a política. Agora quem tem e tem dó de gastar, igual esse aí, não ganha nunca, nunca na vida. Quer fazer uma campanha com 200 mil reais, o outro vai e joga dois milhão em cima e acabou, detona tudo. Agora tem gente que gosta, gosta de tá ali, então ele paga o preço que vale, né? Eu quero tá lá, então quanto que fica? Um milhão, dois milhão, três milhão. Eu não quero saber quanto não, eu quero é ficar lá. Pronto, é assim que eles faz. Isso é pra quem tem sede de poder; nem

¹⁴⁸ Estes valores atualizados pelo IPCA ficam em R\$ 123.077,42 e R\$ 12.307,75, teto para os gastos de campanha em Iraí na eleição de 2020.

sempre aquele cara que gasta é aquele que faz roubo e desvio de verba. Tem aqueles caras que é invocado com política e tem aqueles que é invocado com dinheiro da prefeitura. Então sempre foi assim, um caro igual esse Joaquim Barros, ele é invocado com poder, ele gosta de ser prefeito, vereador, então ele não quer perder, então ele sempre foi desse jeito aí, então o cara não tem limite, né? (Secretário da prefeitura discorrendo sobre o dinheiro na política local)

Gente, o negócio é eles com o dinheiro e nós trabaiano em cima do dinheiro deles. A gente tem de pensar é desse jeito, entendeu? Vocês vai lá, eles paga mil real num voto, vocês vai lá e cativa o cara, deixa o cara pegar o dinheiro, entendeu? Mas nós tem de pôr esse cara firme junto com nós. Às vezes eles vai lá comprar um cara, a gente chega e atrapalha, o cara até apela com a gente, queima e vai pro lado deles. Por isso que eu te falo, a gente tem que saber trabalhar, organizar isso tudo direitinho, porque tamu na reta final e qualquer desvio, cê sabe, é uma queda grande. Então vamu ficar firme aí, vamu todo mundo aí correr atrás aí, que vai dar tudo certo, e rumo à vitória. (Irmão de candidato a prefeito, ensinando como reduzir o efeito do dinheiro)

A campanha eleitoral em Iraí de Minas é tradicionalmente cara; não se cogita fazer uma campanha para prefeito com menos de 300 mil reais para começar. Daí já se depreende que na escolha do candidato a prefeito sempre se leva em conta a capacidade e a disponibilidade financeira do postulante. Esse foi exatamente o caso na campanha de 2020 do PROS. Diogo Venâncio, mesmo estando atrás nas intenções de voto que o vereador Rafael (21,2% a 27,1%), prontamente se disponibilizou a abrir a carteira e, sem maiores discussões, acabou sendo o candidato a prefeito do partido.

Dito de uma forma mais simples, pobre não ganha eleição em Iraí, especialmente para prefeito, pois o dinheiro joga um papel decisivo na eleição. Gasta-se muito. São as meninas contratadas para balançar bandeira e entregar santinhos (entre cinquenta e cem meninas para cada partido, pague-se 500 reais a cada uma delas e já teremos uma despesa de pelo menos 25 mil reais). São os contratos com os escritórios de contabilidade e de advocacia (pelo menos mais uns 30 mil de despesa). É o material publicitário da gráfica (outros 20 mil, pelo menos). É o aluguel do local para a instalação do comitê (mais uns 3 mil). É a estrutura de palanque para os comícios (outros 10 mil). É uma ajuda de custo aos candidatos a vereador do partido (outros 20 mil), e por aí afora. Note-se que ainda nem falamos dos 50 mil para as cervejas e da maior soma, como veremos, que é aquela que vai para a compra de votos. Caixa 1 e caixa 2, despesas permitidas e despesas ilegais se interpenetram. Para tudo isso é preciso ter o dinheiro; ele precisa vir de algum lugar e, tradicionalmente, em Iraí a maior parte desse dinheiro sai mesmo é do bolso do candidato a prefeito.

Mas se é verdade que boa parte deste dinheiro que será utilizado na campanha sai do bolso do candidato a prefeito e também do candidato a vice, outra parte significativa vem dos patrocinadores da campanha, especialmente aqueles que têm interesses diretos na prefeitura.

Assim, é natural que o dono de um supermercado¹⁴⁹ faça generosas doações ao candidato a prefeito, esperançoso de obter com a vitória deste um contrato robusto com a futura administração. Da mesma forma agem o dono da farmácia e do posto de combustíveis, a dona da papelaria e o dono da oficina mecânica. Até mesmo o cidadão comum, mirando algum cargo na prefeitura, também faz a sua doação à campanha.

Há ainda em Iraí o agiota de política, que é aquela figura que às vésperas do pleito coloca à disposição do candidato vultosas somas, 100, 200 mil reais em espécie, para que o partido faça aquele um final da compra de votos e assegure a eleição. Como todo agiota não o faz por amor ao partido, mas a uma taxa de juros escorchantes. É comum ver estes agiotas de política já na semana seguinte à eleição procurando os candidatos para receberem o seu investimento.

Dito de outro modo, praticamente todo o dinheiro que chega para abastecer o caixa da política tem um custo, financeiro mesmo, como no caso dos agiotas de política, mas também, em sua maior parte, em contrapartidas em contratos e cargos com a futura administração.

Para falar do mundo da compra de votos em Iraí antes precisamos tecer uma nota sobre os gatos de política.

É conhecida a expressão “gato”, empregada no meio rural para referir-se àquele sujeito que, estando a serviço de um patrão/fazendeiro, arregimenta os trabalhadores rurais, os conhecidos boias-frias, para trabalharem em determinada fazenda. O gato é um mediador entre o fazendeiro e o trabalhador rural, sendo figura presente ainda hoje, não obstante o arrocho da legislação trabalhista.

Analogamente, o gato de política tem função semelhante, é um mediador entre o seu candidato e os eleitores e não pode ser confundido com o cabo eleitoral, apesar de as atribuições deles em muito se aproximarem. A diferença fundamental entre ambos é que o cabo eleitoral presta uma espécie de serviço voluntário ao candidato fazendo as mediações com os eleitores, como vimos no capítulo sobre os vereadores. Já o gato de

¹⁴⁹ Apesar da proibição de pessoas jurídicas fazerem doações para as campanhas, mudança essa introduzida pela reforma eleitoral da Lei 13.165/2015, em Iraí de Minas isso não faz nenhum sentido, tanto é que veio a lei, mas não freou o costume.

política faz a arregimentação dos eleitores à custa do dinheiro. Em suas mãos é colocada uma boa quantia, 10, 15, 20 mil reais ou mais em espécie, com o único propósito de comprar votos para o seu candidato.

O gato de política presta este peculiar serviço ao seu patrão/candidato, mas como nem sempre possui o desprendimento de um cabo eleitoral típico, aproveita-se da situação de ser o custodiante dos recursos que lhe foram colocados à disposição e abocanha para si uma parte deles. Em Iraí de Minas são conhecidas as histórias de gatos de política que não eram nada, como se costuma dizer, mas passadas algumas eleições tornaram-se homens bem-sucedidos, tendo logrado patrimônio graças a estes recursos que passaram por suas mãos, mas que não chegaram em sua totalidade aos eleitores.

É possível que estes homens se sintam merecedores da fração deste dinheiro que passa por suas mãos, afinal, caberá a eles a compra dos votos que podem definir o candidato vitorioso. Trata-se de uma espécie de antecipação da participação nos lucros e resultados da política. Se o candidato ganha, ganhou antes o gato de política; se o candidato perde, o gato de política não pode ser responsabilizado se de sua assessoria não resultou a vitória. É verdade que se o seu candidato perde, ele certamente deixará de obter algum ganho futuro com a administração. Assim, o gato de política é forçado a empregar todo o recurso, ou quase todo, na campanha; ele precisa controlar a sua ambição imediata em favor de ganhos maiores no futuro. Não é um ponto de equilíbrio fácil.

Este modo de arrecadação de fundos para o financiamento das campanhas políticas, especialmente mediante os agiotas e os gatos de política, revela como a lógica do cálculo e do lucro adentra a esfera da política, algo inclusive já sublinhado por Weber ao observar as eleições norte-americanas em meados do século XIX e ressaltar a figura do *boss*, “*empresário político capitalista*”, espécie de braço financeiro dos partidos que, mediante o uso do poder econômico, buscava o apoio para o partido, “*o maior número de votos possível*”, vislumbrando não a participação política no poder como candidato, mas a influência direta nele como fonte de benefícios. Algo não muito distinto do que fazem em Iraí os agiotas e os gatos de política.

O *boss*, contudo, em razão de sua prudência e discrição em matéria de dinheiro é, de toda evidência, um homem dos meios capitalistas que financiam eleições. O *boss* típico é, geralmente, um homem que sabe o que quer... Ele só busca o poder, seja como fonte de riquezas, seja pelo próprio poder. (Weber, 2011, p. 122)

Mas como ocorre a compra de votos em Iraí de Minas? Vejamos isso em detalhes tomando por base o colorido da vida cotidiana.

Pode-se dizer que a compra de votos se intensifica com a abertura da campanha eleitoral propriamente dita, o que significa dizer, segundo a legislação atual, 45 dias antes das eleições.

Uma vez definidos todos os candidatos do pleito e iniciada a campanha de rua com a autorização para pedir votos, distribuir material, realizar eventos etc., abre-se em Iraí a temporada da compra de votos.

Usa (compra de votos), infelizmente tem, não todos, eu te falo que a cabeceira aí tudo usa. É tradição, um costume, tem que dar. Cê compra voto seu mesmo, é um trem mais esquisito. É um agrado de última hora. É uma realidade, isso nunca vai mudar. (Ex-vereador Carlos)

Os focos principais onde se processa a compra de votos são, segundo o conhecimento geral, os três Bs: Bagagem, Baianos e Barreiro, três bairros/redutos cuja fama, durante o período de campanha eleitoral, é de venda de votos.

O bairro Bagagem é um bairro periférico em Iraí de Minas, erguido no início dos anos 1990 para abrigar os trabalhadores rurais vindos de cidades do norte de Minas, especialmente para trabalhar nas lavouras dos colonos gaúchos. O bairro em si foi construído sem um mínimo de infraestrutura¹⁵⁰, como água canalizada, luz elétrica, rede de esgoto e asfalto. Ainda hoje existem pontas de ruas do bairro sem o asfalto. A prefeitura se limitou a doar os terrenos para os moradores.

Figura 18 – Bairro Bagagem

¹⁵⁰ Para a construção do bairro, o município recebeu do Governo Federal um grande volume de recursos à época, entretanto, muito pouco desse dinheiro chegou ao bairro Bagagem. O prefeito João Damasceno à época fora afastado em razão do suposto desvio dos recursos destinados à construção do bairro.



Acervo do autor, janeiro de2021.

Figura 19 – Bairro Bagagem



Acervo do autor, janeiro de 2021.

Sem o recurso para a construção, o bairro foi se erguendo por conta própria com o suor desses trabalhadores, muitos dos quais tinham de se abrigar nos barracos de lona preta que se multiplicavam diariamente. Aos poucos foram aparecendo as primeiras casas de alvenaria.

Com a mão de obra sendo mais valorizada em Iraí que nas cidades natais desses trabalhadores, eles passaram a receber bem melhor pelo seu dia de trabalho em Iraí do que no norte de Minas. Muitos deles estimularam os parentes deixados para trás para virem a Iraí, constituindo então uma corrente migratória, à qual mais tarde se juntariam muitos trabalhadores vindos do Nordeste, como de cidades da Bahia e Sergipe, que têm alimentado desde então a necessidade de mão de obra rural da cidade.

O bairro Bagagem nasceu assim, do descaso do poder público que atirou esses trabalhadores num pedaço de terra periférico da cidade e os entregou à própria sorte, como que para separá-los da parte mais nobre da cidade.

O fluxo contínuo desses trabalhadores com o passar dos anos foi engrossando a população do bairro Bagagem; muitos vinham para trabalhar na safra, mas acabavam ficando. Hoje o bairro conta com cerca de 30% do eleitorado municipal.

Desde o início germinou e desenvolveu-se em Iraí, de um modo generalizado, um estigma, um preconceito, uma discriminação social para com o bairro Bagagem e os seus moradores. O bairro passou a ser visto como o lugar da pobreza, da desordem, da baderna, da droga, do roubo, dos assassinatos, em contraste com a região central, parte alta da cidade, moradia da população nativa do lugar e supostamente mais civilizada e livre dos problemas sociais atribuídos ao bairro Bagagem. Independentemente da correspondência com a realidade ou não, criou e se disseminou em Iraí de Minas uma imagem depreciativa do bairro Bagagem, causa de todos os males em Iraí, em contraste com uma imagem idealizada da região central e adjacências, nada diferente do que já notara Elias no estudo clássico sobre Os estabelecidos e os *outsiders*.

O bairro Bagagem se conecta com o restante da cidade, a parte alta, por uma única avenida de mão dupla, a Avenida Hamilton Miranda. Apesar de hoje o tempo dos barracos de lona preta já ter ficado para trás, estar em uma ponta ou outra dessa avenida, dessa fronteira social, é o mesmo que carregar um estigma no corpo. Se se é morador do bairro Bagagem, o tratamento é diferenciado, o preconceito e a discriminação estarão presentes na interação social.

Figura 20 – Av. Hamilton Miranda



Acervo do autor, abril de 2021.

Muitos moradores da região central passam anos sem ir ao bairro Bagagem e se recusam peremptoriamente a andar pelas ruas do bairro, como que não querendo misturar-se com essa gente de menor valor e com ela ser identificado.

O olhar do poder público não tem mudado desde a fundação do bairro, que é praticamente esquecido das políticas públicas locais. Basta um exemplo para demonstrar isso. No mandato de Joaquim Barros (2017/2020) construiu-se no bairro uma pequena e modesta praça pública; o valor da obra foi cerca de 60 mil reais. Neste mesmo mandato construiu-se numa área nobre da cidade outra praça pública, mas esta nada modesta, cujo valor aproximou-se de 350 mil reais.

Contudo, se o bairro Bagagem, além do preconceito social é esquecido pelo poder público nos quatro anos de governo, durante a campanha eleitoral é o local mais assediado e badalado em Iraí de Minas. Tem-se ali o nicho por excelência da compra de votos. Muitos desses moradores esquecidos aproveitam-se da presença esporádica, mas certa dos políticos, para exigir uma espécie de reparação pelo longo esquecimento para com o bairro e sua gente.

Mais é o povo do Bagagem mesmo que faz os políticos fazer isso, uai. Por que que então chega quarta, quinta e sexta, eles põe os sofazinhos de fora da casa e fica esperando comprar os votos deles? Por que na hora que os políticos vai eles não fala “o meu voto é em troca de saúde, o meu voto é em troca de educação”. Nenhum deles não faz isso. Se

acontece isso aqui no Bagagem é porque os próprios bagageiros faz isso acontecer. Porque se todos chega dez horas, entra pra dentro de casa, não ia ter. Se eles troca o voto deles em troca disso, não tem o que eles reclamar. (Vera, moradora do bairro Bagagem)

Nas primeiras semanas da campanha, a compra de votos ocorre de modo indireto. Muitos desses moradores, já cientes de quem serão os candidatos do pleito, aproximam-se dos candidatos e, sempre queixosos, apresentam-lhes as suas infinitas demandas sempre urgentes e que não podem esperar.

Começamos pelas demandas de dentro de casa, da boca. É uma cesta básica, um gás, a conta de água ou luz, o aluguel atrasado, o leite e as fraldas para as crianças, um fardo de guaraná para uma festa de aniversário infantil etc. Tudo isso é apresentado aos candidatos. A cada recusa vai-se embora a possibilidade de mais um voto.

É curioso observar que, alguns meses antes da campanha, muitas vezes os moradores, propositalmente, chegam a atrasar o pagamento principalmente das contas de água e energia elétrica, esperando para, na hora certa, apresentar as faturas aos candidatos. Impressiona a quantidade de pedidos dessa natureza durante a campanha.

Na área da saúde, chegada a campanha é também chegada a hora de fazer aquele exame médico prescrito há meses, aquela ressonância, o exame de vista, o tratamento com os remédios que fora interrompido, pequenas cirurgias na rede particular, consultas com médicos especializados etc. Da mesma forma, conta-se com os candidatos para fazerem frente a essas urgências.

Durante o período da campanha é comum muitos eleitores alegarem a enfermidade ou mesmo a quase morte de um parente querido, residente no norte de Minas, para conseguirem com os candidatos uma ajuda de custo (gasolina normalmente) e viajar e visitar esse suposto parente moribundo.

A construção civil também é um setor ativado durante a campanha. É a hora de levantar aquele muro, construir mais um cômodo na moradia, fazer um banheiro, colocar as telhas, portas e janelas, fazer um piso, pintar as paredes etc. Impressiona ver o bairro Bagagem nessa época esbanjando ares de progresso, com construções e obras gerais sendo feitas a torto e a direito. Chegam a faltar nesses dias, nas casas de materiais de construção, materiais básicos como o cimento e os tijolos, dada a demanda crescente. Novamente lá estará o candidato para acudir ou fugir destes reiterados pedidos.

Essa lista da compra indireta de votos, característica das primeiras semanas da campanha, não tem fim. Apresentam-se aos candidatos os impostos atrasados do carro ou

moto, as multas, o concerto na oficina mecânica, as notinhas atrasadas do supermercado, das lojas e das farmácias, um flagelo diário para os candidatos.

É algo trivial ouvir dos eleitores nesse período a seguinte frase: “*Eu vou ajudar quem me ajudar*”. Certa vez um eleitor se dirigiu a um candidato e disparou à queima-roupa: “*Lá em casa eu tenho um problema e oito votos*”.

É conhecida em Iraí de Minas a história da vereadora professora Ana, que utilizava em suas campanhas um modo bastante incomum de obter votos. Sendo professora do ensino médio, o que significa dizer professora de muitos alunos que já votam, em ano de eleições, com a aproximação do pleito de outubro e também do término do ano escolar, ela oferecia a seus pupilos, cujas notas escolares em sua disciplina eram ruins e que corriam o risco de uma reprovação, a garantia das notas necessárias à aprovação, contanto que votassem nela. A eficácia do método contribuiu para levar a professora Ana a três mandatos consecutivos (2009/2012, 2013/2016 e 2017/2020). Não por acaso, para desespero da professora vereadora, a eleição de 2020, que lhe poderia render um quarto mandato, coincidiu com o ano da pandemia, o que por tabela significou o término das aulas presenciais e, com isso, a professora vereadora não conseguiu se reeleger.

Outro exemplo dessa compra indireta de votos foi observado na campanha de 2020, quando os candidatos do governo prometiam a doação de lotes do município mediante a garantia de notas promissórias assinadas. É comum ainda ver donos de supermercados perdoarem dívidas de crediário de seus clientes (a famosa baixa de notinhas) em troca de votos. Um modo engenhoso dessa compra indireta de votos foi concebido pela candidata a vereadora Diana na eleição de 2020; ela propôs à família do pai de sua filha, do qual era separada, que se eles votassem nela ela não iria mais cobrar a pensão alimentícia.

Esses infinitos pedidos feitos pelo eleitor não são endereçados a um único candidato que apareça em sua porta, mas a todos. Os eleitores vão atrás dos contatos telefônicos de todos ou pelo menos da maioria dos candidatos e, caso não apareçam em suas casas, entram em contato com muitos deles e apresentam os pedidos não a um, mas a vários, esperando colher aqui e ali, de um e de outro, o máximo benefício.

Sob a ótica do eleitor, não se tem nessas relações a venda do voto; eles apresentam suas demandas e, antes mesmo que o candidato possa responder, apressam-se em dizer que não estão querendo vender o voto, mas que gostariam de contar com o candidato naquela sua demanda, como certa vez expressou-se uma eleitora: “*Candidato,*

por favor, não pense que eu quero vender o meu voto, eu já ia votar em você, mas se você puder me ajudar nesse exame”.

4.6 O dinheiro nos dias que antecedem a eleição

Vejam agora a semana que antecede a eleição municipal e como se processa a compra de votos nesses dias efervescentes.

É conhecido o fato na política iraiense de que a última semana é a mais importante, decisiva e, portanto, a semana na qual é preciso gastar, mais que de costume, mais que nas semanas anteriores da campanha. É preciso, em resumo, comprar votos, mas agora já não mais mediante as compras indiretas. É chegada a hora da compra de votos sem rodeios nem eufemismos.

Uma prática comum desses últimos dias é ver os carros adesivados com os nomes e números dos candidatos, muitos deles pagos, e bem pagos, para o candidato ter o direito de pôr ali o seu adesivo. Não menos raro é ver este mesmo eleitor que adesivou o seu carro com o adesivo do partido A dias depois arrancar esse adesivo e colocar outro do partido B. São os casos em que o eleitor faz uma espécie de leilão do seu voto – quem pagar mais ganha o direito de ter o adesivo estampado no carro.

Igualmente, é comum ver os portões das casas com os adesivos dos partidos, alguns, é verdade, de boa vontade, mas muitos o fazem para atrair a atenção do partido adversário e vender o voto. O eleitor coloca no portão de sua casa o adesivo do partido A, tendo sido pago para isso, chamando a atenção do partido B, que, dias depois, procura esse eleitor e faz uma oferta mais generosa para que ele retire o adesivo do partido A e estampe ali o adesivo do partido B. Essa troca constante de adesivos nos portões movida pelo maior lance é prática comum na campanha, sobretudo em seus últimos dias.

Do ponto de vista do partido/candidato, o adesivo tem um efeito simbólico importante, pois transmite uma aparência de maior ou menor apoio popular, aquela ideia de gerar o maior movimento, de que já tratamos. Esse efeito é ainda maior quando o eleitor arranca o adesivo de um partido e estampa em seu carro/portão o adesivo do outro partido, transmitindo a ideia de que a família tal virou, como se diz, mudou a sua intenção de voto, algo que, a depender da proporção em que passa a ocorrer, acaba influenciando outros eleitores/famílias a fazerem o mesmo, a virarem – o efeito manada.

Vocês fica nessa aí que adesivo não ganha eleição e nem movimento de gente também não ganha eleição, que vocês vão ver o resultado. O povo do Iraí infelizmente vai pro lado que tem mais gente. (Inácio, defendendo os adesivos)

Mas como garantir que o voto comprado cairá na urna conforme o combinado, uma vez que quem vende, muitas vezes vende para todos? Apesar de não haver uma garantia real para isso, alguns meios são empregados.

O principal deles é a coação moral e mesmo física, caso precise. Faz-se todo tipo de pressão sobre o eleitor que topou vender o voto, inclusive alegando que há como saber se ele votou mesmo ou não. Outro meio empregado é o gato de política levar o eleitor e deixa-lo na boca da urna para votar, para se ter a certeza de que a última pessoa com a qual o eleitor teve contato foi com o gato do partido. Pode-se citar ainda o pagamento do voto feito metade antes e a outra metade depois, com a vitória do partido, claro.

Outro modo interessante ocorre quando se tem a certeza de que tal eleitor, mesmo quando comprado, corre o risco de não votar conforme o combinado. Nesses casos, sob a ótica do partido, é melhor que este eleitor nem mesmo vote, uma vez que o voto seguramente irá para o adversário. Então, não se compra o voto, mas paga-se para que o eleitor não vote no adversário; o meio para isso é a retenção dos títulos desses eleitores que querem o dinheiro do partido A, mas tentam votar no partido B. É que até recentemente a legislação eleitoral exigia a obrigatoriedade da apresentação do título no momento da votação; sem o título não se votava¹⁵¹.

Mesmo que a garantia real de que o voto comprado irá para a urna conforme o combinado não exista, a despeito dos meios de coação empregados pelos partidos, o comprador do voto conta ainda com o peso na consciência do eleitor. É que muitos deles, após terem vendido o voto, dão a palavra de que irão votar no candidato comprador. Assim, muitos deles se sentem, mais que pressionados, coagidos por uma espécie de obrigação moral contraída no momento em que deram a palavra. Desse modo, acabam votando mesmo no candidato que comprou o voto.

Muitos eleitores, presos à imediatividade da eleição e ante a oportunidade real de um ganho instantâneo, fazem um cálculo rápido dirigido pela máxima: “Eu vou ajudar quem me ajudar”, e lá se vai mais um voto para o candidato comprador.

É bem verdade que muitos eleitores pegam esse dinheiro, essa recompensa pelos duros anos do governo, e não votam nos candidatos compradores de votos. Mas, numa eleição voto a voto em Iraí de Minas, basta que algumas dezenas deles votem como combinado para que o equilíbrio da disputa seja rompido. Por aí se compreende por que

¹⁵¹ Essa exigência foi repelida pelo STF no julgamento da ADI 4.467, ocorrido em outubro de 2020, que confirmou não ser obrigatório portar o título de eleitor para votar.

essa prática é tão forte e presente a cada eleição municipal. As chances de quem comprar mais ganhar são potencializadas a cada real a mais que se invista na campanha, especialmente se este gasto for feito nos últimos dias.

Tomamos o exemplo do bairro Bagagem como emblemático da compra de votos em Iraí de Minas, algo notório entre os próprios moradores do bairro. Apresentaremos mais evidências disso à frente, quando tratarmos do “Dia D”. Entretanto, é algo que também ocorre nos Baianos e no Barreiro. Nos Baianos não é preciso dizer muito, porque se trata de um pequeno reduto localizado na parte alta da cidade de pouco peso em número de eleitores; conhecem-se ali nominalmente os que vendem os votos. Quanto ao Barreiro, uma comunidade rural que também tem um peso em número de eleitores pelo menos três vezes menor que os eleitores do bairro Bagagem, daremos conta mais à frente para falar de uma curiosa prática de venda de votos ali observada.

Antes de passarmos ao exame do “Dia D”, vejamos alguns movimentos de eleitores comuns nos dias que antecedem a eleição.

Como já demonstramos em mais de um lugar deste estudo, Iraí de Minas é caracterizada historicamente por um forte partidarismo que polariza as eleições municipais desde a emancipação do município em 1962. De lá para cá este fenômeno não tem dado mostras de que irá se arrefecer nos próximos pleitos. O acirramento da disputa alimenta ainda mais a rivalidade entre os dois grupos políticos protagonistas dessa disputa¹⁵².

Nas últimas semanas e dias que antecedem a eleição, embora o comum seja a maioria dos eleitores acompanhar o seu partido seguindo uma tradição, uma herança familiar, não raro há sempre aqueles que mudam de lado, que “viram”, como se diz. Quando isso ocorre, frequentemente a causa imediata¹⁵³ é algum desagrado que o eleitor sofreu com o seu partido, como uma promessa de emprego não cumprida ou mesmo um simples mata-burro prometido e não construído. Isso é suficiente para uma família inteira mudar de lado.

¹⁵² Em tempos de campanha essa rivalidade é levada a extremismos. Os comerciantes, por exemplo, que dependem de clientes de todos os partidos, caso se manifestem perdem clientes quase que instantaneamente, como revela essa eleitora indignada com uma comerciante que manifestou opinião favorável a um dos partidos na eleição de 2020: *“Eu mesmo não compro mais nada dela, só pra ela saber que dinheiro de 15 ou 90 ou 12 é igual, né? Tem um dono de loja aqui em Iraí que a primeira vez que Paulo Souza candidatou, a Juliana era vice-diretora. Eu fui na loja dele, ele fez política comigo pedindo pra eu votar no 11 na época. Nunca mais pisei na loja dele. Quando ele me vê na rua me chama pra entrar na loja, eu falo pra ele assim que tenho vergonha na cara. Perdeu os 15 tudo. Na época eu era cliente dele, os 12 que comprou dele ainda não pagou, eu acho é pouco pra ele”*.

¹⁵³ Além, é claro, do eleitor que fora comprado.

Como já discutido, uma vez que as pesquisas eleitorais não são tão confiáveis, os moradores avaliam quem está na frente e tomam como base a mudança de lado dos eleitores. Se a percepção geral dominante na cidade é a de que mais pessoas/famílias do partido A estão indo para o partido B do que o movimento contrário, isto significa para eles que o partido B tem mais chances de vitória, considerando-se tudo o mais constante, como o terço de votos dominado por cada partido. Dizer que mais famílias estão pendendo para um lado significa que o equilíbrio da balança está sendo rompido por esse movimento dos eleitores.

A dimensão para os grupos políticos dessa migração dos eleitores de um lado para o outro é tão significativa que, para aquele grupo político que está perdendo eleitores, a sensação é de perda mais que de votos, de um ente querido, como se expressa a eleitora: “*É, gente, perdemos a Kátia mesmo! Uma semana atrás estava firme com nós*”. Perceba que esta frase da eleitora descolada deste contexto remete a qualquer leitor à ideia imediata de morte. Não é difícil imaginar a voz embargada e o choro contido no lamento da eleitora.

Outra razão para os militantes insistirem no discurso que tem mais gente vindo para o seu partido diz respeito a influenciar aqueles eleitores mais que indecisos, os oportunistas. Estes últimos são conhecidos em Iraí por esconderem o jogo até a última hora e esperarem até o último momento para decidir se irão apoiar o partido A ou B, isso porque em sua lógica decisória está o desejo de ganhar sempre, mais do que ficar preso a este ou àquele partido. Anseiam estar do lado vitorioso. A realização do seu desejo depende da precisão do seu cálculo.

Em meio a essa eleição voto a voto, a esse vale-tudo para se conquistar os últimos votos, multiplica-se durante estas últimas semanas e dias o ataque entre os candidatos, não necessariamente entre os próprios candidatos; na verdade, os ataques recíprocos ocorrem muito mais por força da militância apaixonada, que não perde a oportunidade para medir forças com o adversário, como demonstra este *post* em redes sociais de dois militantes de partidos rivais referindo-se aos feitos e aos não feitos nas gestões dos seus prefeitos:

Rômulo – militante do Partido A
Término de uma praça no Bagagem, término do poliesportivo no bairro Bagagem tb, que por sinal tava abandonado a séculos. Reformas das creches municipais, que alias começou a reforma antes de entrar na

prefeitura, pois tava uma vergonha, a creche de cima tava com o teto pra cair a qualquer momento. Término do novo posto de saúde, construção de uma praça, reforma no hospital, frota de veículos nova, asfaltamento nunca visto antes em nossa cidade, estradas de terra em bom estado sempre, aparelhagem no hospital, enfim o que deu pra lembrar agora. Isso tudo em prol da população. Só não vê quem não quer. Mi mi mi.

Laura – militante do Partido B

AMIGOS, estão questionando que na gestão anterior o Prefeito não fez nada, vou citar algumas obras que lembrei:

- 1- Avenida da Copamil
- 2- Iluminação da Avenida do Bairro Bagagem
- 3- Casa popular no Bairro Bagagem
- 4- Asfalto e iluminação na entrada de Iraí
- 5- Mais de vinte veículos, entre carros e ônibus
- 6- Implantação do Samu
- 7- Recapeamento no centro da cidade
- 8- Funcionários com bons salários e pagos em dia
- 9- Deixou dinheiro em caixa para terminar o Postinho de saúde
- 10- Deixou mais de 600 mil em caixa
- 11- Iluminação do cemitério
- 12- Arquibancada e iluminação do Estádio Municipal
- 13- Asfalto no Bairro Novo Horizonte
- 14- Exames laboratoriais gratuitos

ESSAS SÃO APENAS ALGUMAS OBRAS QUE LEMBREI

Figura 21 – Virtudes e defeitos



Acervo do autor, outubro de 2020.

Voltemos então ao bairro Bagagem e vejamos o “Dia D”, o dia da eleição municipal.

O Dia D, em verdade, inicia-se na antevéspera da eleição, na sexta-feira. É caracterizado pelo auge da compra de votos em Iraí de Minas¹⁵⁴. O bairro Bagagem fica em alvoroço.

Pra cê ter uma ideia, na última eleição (2012), de quinta-feira pra frente nós gastou mais de 100 mil reais pra tentar manter aquilo ali. E isso era contra o Antenor e o Virgílio. Qualquer eleição cê tem que deixar um dinheiro pro final pra ocê movimentar exatamente aqueles caras que vai votar procê. É o próprio pessoal que tá em roda docê ali, pra manter a chama acesa (retomando o gasto dos 100 mil reais). (Ex-vice-prefeito Marcondes)

Um estranho que chegar a Iraí nessa sexta-feira e descer a Avenida Hamilton Miranda até o bairro Bagagem, espantar-se-á com tamanho movimento de carros e pedestres nessa avenida. Terá a impressão de estar numa avenida de uma grande cidade. Por vezes ocorre até congestionamento dos veículos. Esse movimento é constante durante toda a sexta-feira, entrando noite adentro e varando o amanhecer. O bairro não dorme.

O curioso é que fora do Dia D, em tempos normais distantes da eleição, o bairro, que no passado fora turbulento, tido e havido como uma “*área perigosa*”, pode ser considerado como tranquilo, não obstante o peso da discriminação social que ainda impera. Especialmente à noite, depois das oito, nove horas, não é comum ver muitas pessoas nas ruas, algo que muda completamente chegado o Dia D.

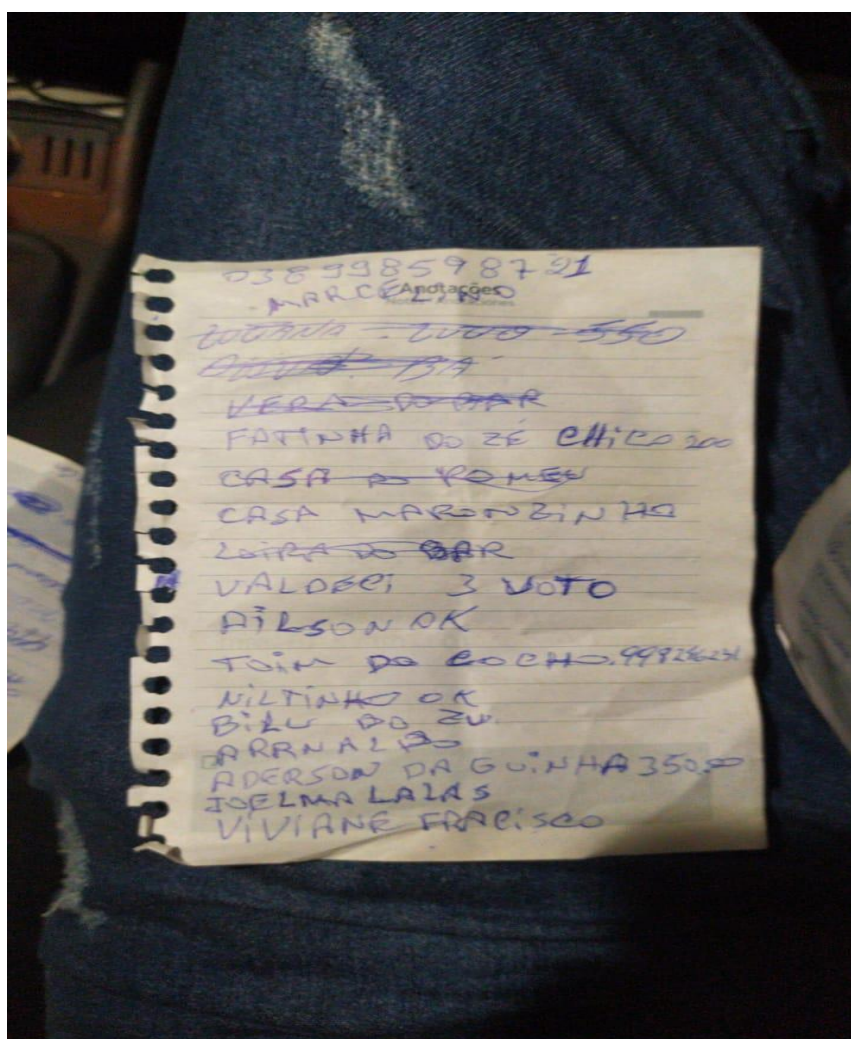
A razão desse movimento incomum no bairro Bagagem é, por um lado, a presença no bairro dos gatos de política¹⁵⁵ à busca dos votos; por outro, é a presença dos próprios moradores nas ruas, dia e noite, esperando pela abordagem dos referidos “gatos”. Acrescentem-se ainda os curiosos que residem na parte alta da cidade e vêm ao bairro Bagagem nestes dias acompanhar esta feira livre da compra e venda de votos.

É cena comum ao cair da noite/madrugada observar muitos moradores sentados em cadeiras dispostas nas calçadas, enrolados em seus cobertores para se protegerem do frio e do sereno da madrugada, a pretexto de estarem ali para conversar com amigos, familiares e vizinhos, quando em verdade é o modo trivial de aguardar pelos gatos de política.

¹⁵⁴ Na eleição de 2020, um gato de política do partido do PROS alegou que o partido estava com cerca de 250 mil reais para gastar nesses dias.

¹⁵⁵ Fato curioso é que os gatos de política em sua maior parte não moram no bairro Bagagem, mas nas vésperas da eleição infestam o bairro tal como gafanhotos numa plantação. Homens como Magrão, Pereira, Cabeção, Cláudio, Guto, Flavinho, Juriti, Natinho, Murilo, Chinês, Grande, Guará, Gordo, Português, Didão e outros, e mulheres como Verinha e Abadia, circulam pelo bairro dia e noite sem parar, comprando votos o quanto podem.

Figura 22 – Controle de compra de votos



Acervo do autor, novembro de 2020.

Com a madrugada muitos se recolhem, mas o trânsito dos veículos não para, em um movimento curioso: uns circulando pelo bairro com o intuito de comprar votos e outros indo atrás como que para vigiar e evitar essa compra de votos. É comum durante essas madrugadas de sexta e sábado, nesse jogo de gato e rato, ouvir disparos de arma de fogo com frequência, entretanto, os disparos são dados muito mais para assustar/afugentar os compradores de voto do que para abatê-los¹⁵⁶. São noites deveras intranquilas que a um estranho desavisado certamente tirariam o sono.

Em meio a este frenesi coletivo da política local, a polícia militar, de contingente limitado, pouco ou quase nada pode fazer. São poucos homens ante um exército que ataca

¹⁵⁶ Embora por vezes estes disparos sejam dados para acertar mesmo, como se diz. Nas vésperas da eleição de 2008, um comprador de votos disparou contra o para-brisa traseiro de um veículo, apesar de não haver feridos. A arma acabou caindo no banco de trás desse veículo, que saiu queimando pneus.

em vários flancos, movido por um único propósito, ganhar a eleição, sendo a compra de votos um meio natural para alcançar este desiderato.

A paixão da militância é tamanha que mesmo o candidato que não queira entrar neste circuito acaba entrando sem o saber. É que aqueles seus cabos eleitorais mais apaixonados chegam a tirar dinheiro do próprio bolso para dar aquele empurrãozinho final. Passada a eleição, chegam para o seu candidato e dizem: “Acabei tendo de comprar uns votinhos para você. Se eu não tivesse feito isso, talvez não teria dado certo”.

A mesma paixão que leva o cabo eleitoral a comprar votos à revelia do candidato também embala as apostas que são feitas, normalmente às vésperas do pleito. Aposta-se no candidato a prefeito que irá vencer; com quantos votos de frente irá vencer; qual candidato a vereador será o mais votado; quem não será eleito; entre dois candidatos tidos como fracos, qual deles terá mais votos etc. Essas apostas majoritariamente são feitas a dinheiro vivo¹⁵⁷, que é colocado em custódia nas mãos de um terceiro, mas há também as apostas de caixinhas de cerveja em lata, frango caipira, dias de serviço, tantos quilos de carne para churrasco etc. É bem verdade que algumas dessas apostas não chegam a ser pagas, e aquelas que são pagas deixam para sempre um remorso ou abalam a amizade dos apostadores.

Aproveitando-se principalmente da sexta e do sábado que antecedem o pleito, um artifício empregado pelos eleitores para vender o voto consiste em atrair o candidato ou o seu gato de política para a casa desse eleitor e, ali, entre quatro paredes, exigir o pecúlio, como expressa essa eleitora:

Rafael (candidato a vereador), minha família não tem candidato, estou esperando. O Diogo Venâncio (candidato a prefeito) teve aqui, mas só me prometeu serviço. Estou precisando de uma cesta básica e uns trocados pra pagar meu aluguel. Se interessar, me procura. Tem nove votos aqui, ninguém tem candidato ainda, Rua Eduardo Luís Vieira, 207. (Nara)

O domingo da eleição propriamente dito é o dia para apurar o saldo de todos os esforços empregados pelos partidos e sua militância, mas não se pense que este empenho para vencer termina antes do fechamento das urnas, às 17 horas. Na madrugada, a compra de votos está a todo vapor; é também a hora de derramar os santinhos nas ruas que dão acesso às escolas onde se realizarão as votações. Com o amanhecer do dia, muitos candidatos posicionam os seus carros em locais estratégicos nas proximidades das

¹⁵⁷ Tem-se notícias durante as eleições de apostas nos valores de R\$ 100,00, R\$ 200,00, R\$ 1.000,00 e até de R\$ 50.000,00 para os mais abastados.

escolas, devidamente adesivados, para lembrar aquele eleitor esquecido do número deles. O dia também é marcado por uma intensa busca dos eleitores na zona rural para votarem na cidade.

Fenômeno típico do domingo de votação, contrariado pela lei, mas defendido pelo costume, é a prática da popular “boca de urna”. É o último momento entre o eleitor e a urna – esse contato final decide votos. Sabedores disso, muitos candidatos e seus apoiadores passam todo o domingo próximos às escolas, abordando os eleitores que chegam para votar, como que cumprimentando velhos amigos e dizendo que contam com o voto deles. Por vezes fica só nisso mesmo, mas em muitos casos, nesses momentos, realiza-se ali, à luz do dia, a compra do voto.

Eu não sou de comprar voto. Eu compro voto, assim, não vou te mentir não, que eu compro. No dia da eleição, eu ponho 2 mil no bolso, fico ali perto, dou 100 real pra um ir lá votar se quiser. Eu dou um tiro no escuro, e às vezes esses 100 real vale mais que as cestas básicas que ocê deu, porque é o último dinheiro e a sua cesta básica eles já comeu. (Ex-vereador Juliano)

O voto comprado à beira da entrada dos portões da escola é aquele derradeiro esforço em busca da vitória. É comum ver muitos dos candidatos a vereador com os bolsos cheios de dinheiro e de santinhos, ou então algum gato de política a seu mando. Se é verdade que não há garantia de o eleitor comprado votar conforme o combinado, muitos candidatos encontram alento na premissa segundo a qual quem compra por último tem maiores chances de levar o voto. Aqueles que compram primeiro, uma vez que quem vende não o faz para um único comprador, vão sendo esquecidos pelo eleitor. Assim, o voto comprado por último parece aos olhos dos candidatos ser mais promissor. Exatamente por isso que a sexta e o sábado que antecedem a eleição movimentam de modo extraordinário o bairro Bagagem, fenômeno que se estende com a prática da boca de urna no domingo.

Enquanto a inexperiência dos candidatos de primeira viagem deixa-os receosos de praticarem a boca de urna e serem pegos, algo pouco provável de acontecer, os candidatos mais experientes dela fazem uso em larga escala. É comum ver alguns deles na rua que dá acesso à Escola Estadual, principal posto de votação em número de eleitores do município, a praticarem tranquilamente a boca de urna.

Figura 23 – Rua de acesso à Escola



Acervo do autor, abril de 2021.

A prática em Iraí consiste no seguinte: numa esquina¹⁵⁸ estratégica, localizada a uns 50 metros do portão de acesso à escola, o candidato segura em uma mesma mão uma cédula de dinheiro, normalmente 100 reais, juntamente com um seu santinho. Ao ver o eleitor, não um eleitor qualquer, mas aquele identificado como possível vendedor de votos, e isso não é difícil num município de pouco mais de 5 mil eleitores, o candidato o cumprimenta sorridente e ambos começam a se encaminhar, um ao lado do outro, para o portão de acesso da escola. Enquanto vão conversando de forma descontraída e em voz baixa, de forma sutil e tão rápida que escapa ao olho desatento, as mãos dos braços estendidos de candidato e eleitor se tocam. É o momento relâmpago da passagem da cédula de 100 e do santinho para o eleitor. Uma última conversa entre eles sela o compromisso: “Na volta tem mais 100 se você me disser qual a cor/modelo da camisa que eu estou usando na foto da urna”. Depois deste último contato, não há muito que se possa fazer; é torcer para que o eleitor aprecie a foto e confirme o voto. E muitos o fazem, sejam quais forem as suas razões.

Já os candidatos a prefeito e vice não se expõem tão explicitamente, preferem passar todo o dia de votação nas proximidades das principais escolas: os prefeitos¹⁵⁹ em frente à escola estadual, que possui o maior número de eleitores; já os vices ficam a postos

¹⁵⁸ A depender da vigilância policial ou não, essa prática ocorre inclusive na frente da entrada da escola, nas rodinhas de candidatos e eleitores que se formam.

¹⁵⁹ Na eleição de 2020, o candidato a prefeito Diogo Venâncio quando indagado se havia saído para ir almoçar durante o domingo de votação, respondeu: “Almoçar eu almoço todo dia, hoje eu quero é voto”.

em frente à escola municipal, segundo maior colégio eleitoral. Faça chuva ou faça sol, lá estarão eles tensos, porém sorridentes, cumprimentando todos que passam, na esperança de o último cumprimento render mais alguns votos.

Alguns minutos antes das 17 horas, os candidatos deixam as proximidades das escolas e se dirigem aos seus *bunkers* para acompanhar a apuração, normalmente nos comitês dos partidos.

Ainda antes das 17 horas, praticamente todos os eleitores de Iraí de Minas já votaram e aguardam ansiosos pelos resultados, exceto os eleitores do Barreiro. Ali impera uma prática notável: muitos dos eleitores retardam propositalmente o momento de se dirigir à única urna existente na escola dessa comunidade rural, aguardando pela oportunidade de vender o voto até o último minuto.

Não por acaso, tradicionalmente em Iraí de Minas a urna do Barreiro é a última que tem o resultado totalizado, não porque os mesários sejam mais displicentes em sua função que os colegas que trabalham nas escolas do perímetro urbano de Iraí, mas porque os eleitores esperam até próximo das 17 horas, horário limite para se adentrar nas escolas e votar. Desse modo, é comum os mesários passarem esses eleitores para dentro da escola e, atingido o limite das 17 horas, entregar aos que ainda não tiverem votado senhas para que possam fazê-lo. Em resumo, muitos dos eleitores do Barreiro atrasam o voto esperando pelo dinheiro, o que, por sua vez, atrasa o processo de apuração no Barreiro, razão pela qual se conhece o resultado da votação dentro de Iraí de Minas, mas antes de se abrir a urna do Barreiro ninguém ousa cantar vitória.

Segue-se então a tensão pré-resultado, que é o estado de corpo e alma que acomete candidatos e eleitores especialmente após a batida das 17 horas, sendo comum ver nessa ocasião homens e mulheres preparando água com açúcar para se acalmar, a expressão facial carregada, as mãos e pernas trêmulas, andando de um lugar para o outro, por vezes acometidos de mal-estar e diarreia, batimentos cardíacos acelerados, uma angústia que só vai se acalmar ou se intensificar à medida que os resultados chegam. Como o município possui apenas quatro postos de votação, três localizados em Iraí de Minas e um no Barreiro, esse resultado não tarda a chegar; por volta das 17h30, o choro, de alegria ou de tristeza, banha o rosto de muitos eleitores e candidatos. A essa hora, Iraí de Minas já tem um novo prefeito.

A agonia dos candidatos a vereador ainda se prolonga pelo menos por mais uma meia hora, pois no caso dos vereadores nem sempre os mais bem votados são

necessariamente os eleitos¹⁶⁰. É preciso levar em conta coisas como o cálculo do quociente eleitoral, quociente partidário, cálculo das sobras, enfim, algo estranho principalmente para o eleitor comum, que ao final não consegue entender por que o candidato X teve mais votos que o candidato Y, mas ainda assim não foi eleito¹⁶¹.

Apurados os resultados de prefeito e vereadores, resta ao candidato a prefeito e a seus candidatos a vereador derrotados a reclusão imediata. Trata-se de buscar o abrigo privado e fugir imediatamente do confronto público, que só aumentaria a dor da derrota. Quanto aos candidatos a vereador eleitos, mas do lado do candidato a prefeito derrotado, a estes cabe uma comemoração mais discreta, longe da festa do grupo do prefeito vitorioso.

A aglomeração em frente aos comitês ou a alguma praça central é imediata após o resultado do candidato a prefeito eleito. Para ali se dirigem todos, os candidatos a vereador eleitos e alguns dos candidatos a vereador derrotados do lado do prefeito vitorioso, bem como a multidão do grupo político que venceu, além daqueles sabidamente eleitores do grupo adversário derrotado, mas que literalmente vestem a camisa e vão pra festa como se fossem eleitores do grupo político vencedor. Ali se prepara a carreata da vitória em meio a esse mar de gente.

Liderados pelo carro, normalmente uma caminhonete, que leva o prefeito, o vice e mais alguns apoiadores, enfileiram-se centenas de veículos e saem todos a percorrer as principais ruas da cidade, fazendo um estardalhaço, com buzinas, fogos de artifício, gritaria geral, bebedeira nas carrocerias das caminhonetes, estandartes do partido, tudo acompanhado de perto pelos moradores que se colocam à frente dos portões de suas casas para ver esse desfile que só ocorre de quatro em quatro anos.

Prosseguem então noite adentro as festas de comemoração da vitória e, em meio à madrugada, chega a hora de certa vingança ao adversário. É a hora do estouro dos fogos na casa daqueles eleitores/candidatos/militantes rivais que mais deram trabalho, o que significa dizer aqueles mais aguerridos e barulhentos. Durante essa e outras madrugadas

¹⁶⁰ Uma deformação da legislação eleitoral, especialmente no que tange à realidade do pequeno município. Algo que seria sanado com a criação da regra para o pequeno município do voto distrital; no caso do pequeno município, em razão do baixo contingente eleitoral e da reduzida dimensão territorial, não haveria a necessidade de dividi-lo em distritos; seria uma eleição para a Câmara de Vereadores de distrito único, em que os mais bem votados (maioria simples) seriam os eleitos, sem ainda muitos dos inconvenientes do chamado sistema “distritão”, quando se consideram as realidades de médias e grandes cidades ou Estados.

¹⁶¹ Isso foi exatamente o que aconteceu na eleição de 2020 com o candidato a vereador Beto, do PDT; ele obteve 225 votos e não foi eleito, ao passo que os candidatos a vereador Clóvis do PL (206 votos), Juliano do PROS (204 votos), Helena do PROS (220 votos) e Ricardo do PROS (224 votos) foram eleitos, ainda que com menos votos que Beto.

que se seguirão, à surdina, prepara-se cuidadosamente uma bateria de fogos e coloca-se em frente à casa dos desafetos, quando não em seu próprio quintal. Ato seguinte, ateia-se fogo no estopim, deixa-se o local às pressas e contenta-se com o estouro, a pimenta no olho do outro. Uma satisfação incomum toma conta destes guerreiros ao imaginarem o desespero do rival sendo pego de surpresa no meio da noite e com os estrondos da bateria de fogos cuidadosamente preparada para ele. Como expressa o ex-prefeito Paulo Souza: *“O adversário achava ruim, mas o companheiro achava bom (sobre os foguetes). Quando é na teia da gente a gente apela, agora na teia dos outros (risos)”*.

Depois dessa longa caminhada passando em revista a campanha eleitoral em Iraí de Minas, resta apenas, para finalizar este capítulo, uma última palavra sobre o dia seguinte à eleição. Este é marcado pela clausura dos derrotados, que se recolhem para lamber as próprias feridas e contar histórias sobre as traições sofridas, buscando causas e algozes de suas derrotas pessoais¹⁶². Já para os vitoriosos, é a extensão de uma festa que não se deseja que acabe; prolongam-se por vários dias festas comemorativas e de agradecimento, até que sobrevenham as primeiras preocupações relativas à transição de governo.

Buscamos empreender neste capítulo uma minuciosa análise da campanha eleitoral em Iraí de Minas. A partir desta análise observamos como se constroem os processos que levam à escolha dos candidatos a prefeito, vice e vereadores.

Examinamos o tema das pesquisas eleitorais em contraste com as curiosidades locais.

Vimos também a dificuldade de se montar uma boa chapa de vereadores. Mesmo quando completas, fica evidente, pelos resultados obtidos pelos candidatos, que muitos estão ali apenas para fazer número em troca de algum benefício pessoal. A dificuldade de se montar a chapa ainda é aumentada pela ausência de candidatas mulheres competitivas, muitas delas figurando nas chapas apenas para cumprir as exigências da legislação eleitoral.

Neste capítulo também ampliamos a análise feita no capítulo sobre os vereadores, relativa à busca pelos votos, aos votos que são pedidos de porta em porta, de casa em casa. Mostramos tanto como se dá a peregrinação dos candidatos no meio rural, bem como na cidade, e ainda os artifícios empregados pelos candidatos a prefeito, especialmente para escaparem dos numerosos pedidos dos eleitores.

¹⁶² Juriti, um tradicional comprador de votos, assim se expressou após a derrota do seu partido nas eleições de 2020: *“Até que perder a política dá para conformar, mas o difícil é o dinheiro que perdeu”*.

Não pode faltar à análise a campanha nas ruas e a sua principal expressão: os comícios, momentos nos quais se busca pela força do número transmitir aos eleitores uma aparência de maior apoio popular. Vimos de perto todas as estratégias empregadas pelos partidos para atrair os eleitores e transformar tais eventos numa grande festa, numa grande demonstração de supremacia e de força.

Por último, examinamos o peso e o papel do dinheiro na política iraiense. É ele quem define o candidato a prefeito; é ele quem sustenta a realização de eventos como os comícios; e é ele também, fundamentalmente, que garante a compra de votos, tão característica dos últimos dias de campanha. Descortinamos os modos pelos quais se opera a compra de votos, seja ela velada, seja realizada à luz do dia, ressaltando o principal lócus onde se processa: o bairro Bagagem.

Encerramos este capítulo com a alegria dos vitoriosos e o choro dos derrotados, uns e outros acometidos por emoções tão fortes que vêm e vão a cada quatro anos no calendário municipal.

Capítulo 5 – Os gaúchos em Iraí de Minas

Convém repetir: não há razões científicas, nem outras, que autorizem o sociólogo a declarar um povo, qualquer que ele seja, incapaz de progredir. (Manoel Bomfim, 2008, p. 250)

Falar da presença dos gaúchos em Iraí de Minas, especialmente no que tange à sua participação na esfera política local, abordada neste estudo, nos leva antes a indagar como eles lá chegaram e se desenvolveram, ou seja, nos remete inevitavelmente a compreender o contexto histórico e econômico da agricultura brasileira do pós-II Guerra e as relações estabelecidas com outros países na economia global, que tornaram possível o desenvolvimento de toda uma região, no interior da qual Iraí de Minas tornou-se um caso de sucesso, contando para tanto com o pioneirismo dos agricultores rurais gaúchos que para lá se dirigiram no final dos anos 1970.

5.1 Contexto externo e nacional

O cenário mundial do pós II-Guerra coloca as duas superpotências (Estados Unidos e União Soviética) em disputa por áreas de influência na economia global. De um lado tem-se a extinta União Soviética (socialista) influenciando diretamente os países do Leste Europeu (Pacto de Varsóvia) e parte dos países do continente asiático. De outro lado, os Estados Unidos (capitalista) e sua influência sobre a Europa ocidental e economias asiáticas como a do Japão.

Em meio a esse contexto de ampliação de áreas de influência das economias socialista e capitalista pela União Soviética e Estados Unidos (o que levaria à Guerra Fria), tem-se, a partir dos investimentos norte-americanos, a rápida recuperação econômica das principais economias mundiais da Europa (Plano Marshall) e também da Ásia, especialmente do Japão (Plano Colombo). Ao tempo que se assistia ao desenvolvimento econômico industrial acelerado destas nações, crescia no mundo a dependência por alimentos, sendo a este tempo os Estados Unidos o principal celeiro da humanidade.

Esta situação de dependência econômica, especialmente de alimentos, pareceu não agradar ao Japão que, uma vez tendo se recuperado economicamente e elevando-se à segunda economia do globo, pareceu-lhe algo natural buscar no mundo outro fornecedor de alimentos que o retirasse da condição de dependência dos norte-americanos. É neste contexto que se dá a aproximação deste país com o Brasil, buscando o Japão constituir

nas terras canárias uma reserva de alimentos alternativa àquela adquirida nos Estados Unidos a um custo maior.

Ocorre que, a esse tempo, o próprio atraso em que se encontrava a agricultura brasileira fazia do Brasil um importador de alimentos, fato que só viria a se alterar com a chamada “Revolução Verde”, levada adiante sobretudo pelos governos militares a partir dos anos 1960 e 1970.

Os governos militares no Brasil, especialmente com a marcha para o oeste tupiniquim que levou à criação de Brasília em 1960, bem como com o aumento acelerado da população nos grandes centros urbanos do país, viram-se pressionados tanto por esta demanda interna de alimentos como pela demanda externa crescente. Passou a ser uma preocupação destes governos a questão agrícola, ou melhor, a ampliação da fronteira agrícola brasileira, até então concentrada na Região Sul e incapaz de responder a contento à demanda posta pelo mercado interno e externo.

É nesse contexto de ânsia desenvolvimentista dos militares, consubstanciado no lançamento em 1974 do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) pelo presidente da República Ernesto Geisel (1974-1979), que Brasil e Japão dão início às tratativas bilaterais com vistas ao desenvolvimento de uma agricultura moderna em terras até então consideradas impróprias para o cultivo agrícola: as imensas extensões territoriais do cerrado brasileiro.

Na ótica da estratégia militar para levar adiante o projeto de modernização capitalista da agricultura brasileira, em especial nos anos 1970, era preciso equacionar os fatores de produção: terra, capital e trabalho.

Com relação à terra, pareceu natural e estava de acordo com o propósito do governo expandir a fronteira de uma região com escassez de terras para a agricultura, onde predominavam as pequenas e médias propriedades (Região Sul), para as vastidões de terras do cerrado ainda virgens.

Entretanto, a alta acidez e a baixa fertilidade dos solos do cerrado, até então considerados impróprios para o cultivo agrícola, reclamavam pesados investimentos em capital, para que neles se instalasse a dita agricultura moderna e de larga escala. Era preciso “*formar os solos*”, corrigir sua acidez, desenvolver insumos como sementes e fertilizantes adequados, bem como defensivos. Some-se a isso a necessidade do desenvolvimento de instituições, a formação de profissionais na pesquisa agrícola e o desenvolvimento da agroindústria para suprir o setor com máquinas, equipamentos e insumos.

A alternativa de financiamento encontrada foi somar ao capital público escasso o capital privado, sendo neste estágio inicial de desenvolvimento a importante parceria com o Japão que necessitava não só de alimentos, como também de investir os capitais excedentes do seu processo de industrialização pós-guerra.

Por último, recorreu-se de forma seletiva aos agricultores gaúchos como a força de trabalho motriz capaz de levar adiante essa empreitada de desenvolver de forma revolucionária a agricultura no cerrado, algo impensável até então.

Vejamos como esse processo se deu a partir do estudo, ainda que panorâmico, dos principais projetos que foram implantados no cerrado brasileiro a partir dos anos 1970 pelos militares.

5.2 A terra, o homem e a agricultura

O cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, ficando atrás apenas da Amazônia. Possui 22% da área do território nacional compreendida nos Estados de Goiás, Distrito Federal, e em parte dos Estados de Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Tocantins, Maranhão, Piauí e Pará. Sua biodiversidade o caracteriza como a savana mais diversificada do mundo. Os seus lençóis freáticos alimentam as principais bacias hidrográficas brasileiras (Santos, 2010).

O primeiro grande projeto implantado no cerrado brasileiro foi o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba, o PADAP, em 1973, sendo o seu principal mentor e entusiasta o agrônomo mineiro Alysson Paulinelli, ex-secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais (1971) e ex-ministro da Agricultura no Governo Geisel (1974-1979). Foi exatamente o pioneirismo de Paulinelli no desenvolvimento da agricultura em Minas Gerais que chamou a atenção dos militares para o desenvolvimento da agricultura em escala ampliada na Região do Cerrado.

O Padap foi implantado numa área de aproximadamente 600 km², dos quais 255 km² deram origem a 95 lotes (média de 268 hectares cada lote) distribuídos entre os municípios de Rio Paranaíba, São Gotardo, Ibiá e Campos Altos, todos localizados na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais. Os lotes foram destinados aos colonos selecionados pela Cooperativa Agrícola de Cotia – Cooperativa Central, a CAC-CC (Santos, 2010). A participação do Estado, da CAC-CC e dos próprios produtores foi decisiva para o sucesso do programa.

Ao Estado (governo federal e estadual) coube criar as condições para o sucesso do Padap. A ele coube a desapropriação das terras consideradas aptas ao cultivo; a criação

da infraestrutura adequada à instalação, cultivo e escoamento da produção; o financiamento subsidiado aos produtores; a assistência técnica necessária à viabilidade econômica, aliada a uma política de preços mínimos da produção agrícola. Um pacote de incentivos visando implantar no cerrado uma agricultura moderna caracterizada pela forte participação do capital agroindustrial e pela produção de *commodities* agrícolas em latifúndios (soja, milho, café e trigo), voltadas à exportação, com a mediação decisiva do Estado brasileiro.

A participação do Estado foi intensa e decisiva em todo o processo acima descrito. Além de uma política de preços mínimos, adotou-se uma política agrícola de crédito subsidiado para custeio, investimento e comercialização (Shiki, 1997; Salim, 1986; França, 1984). A atuação do Estado também foi fundamental na desapropriação de terras para implantação dos projetos e no apoio técnico dado aos colonos pelas empresas estatais de assistência técnica e pesquisa, tais como a EMATER e a EMBRAPA. (Santos, 2010, p. 13).

No que se refere à expansão da fronteira agrícola para o cerrado, vale ressaltar que a perspectiva de crescimento no Sul era diminuta, haja vista a escassez das terras caracterizadas por pequenas e médias propriedades e sob a alta valorização em comparação com as terras do cerrado. Santos (2010) sugere que o preço das terras no Sul era pelo menos dez vezes maior que o preço das terras do cerrado.

Outras razões pela escolha do cerrado mineiro para o desenvolvimento pioneiro da agricultura nos moldes preconizados pelos militares e integrada na lógica de produção do capitalismo mundial são: a sua localização geográfica privilegiada, próxima dos grandes centros consumidores como Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo; uma topografia com áreas planas propícias à intensiva mecanização; o clima bem definido, com estação de seca e chuvas favorecendo o planejamento das atividades e culturas adequadas às terras.

Uma vez tendo acessado o capital para a promoção das desapropriações, a criação e o desenvolvimento de institutos de pesquisas como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, tais empresas cuidariam da assistência técnica necessária ao empreendimento, promovendo a correção dos solos e desenvolvendo sementes e insumos que iriam garantir a viabilidade econômica de se produzir no cerrado.

Além disso, o Estado investiu em infraestrutura como: a abertura de estradas interligando a região às principais rodovias de acesso aos grandes centros; a eletricidade

e a comunicação; a construção nas fazendas de moradias, barracões e silos para o armazenamento da produção.

Vale ressaltar também a política de crédito subsidiado, ofertada aos produtores do Padap, envolvendo o crédito para plantio, comercialização e investimento em condições extremamente vantajosas para a época, restrito aos colonos selecionados pela CAC-CC.

Inicialmente, os agricultores envolvidos no projeto se beneficiaram do PCI (Programa de Crédito Integrado), uma linha de crédito oferecida pelo Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Além de contar com uma considerável soma de recursos disponíveis, o PCI apresentava condições de financiamento extremamente favoráveis. Esta linha de crédito estava disponível apenas aos grandes produtores, o que, como destacado por Salim (1986), fica evidente nas garantias exigidas para o financiamento – o agricultor deveria possuir bens, a serem utilizados como garantia do empréstimo, equivalentes ao valor do empréstimo, acrescido de 25%. Além de juros baixos, os prazos para amortização da dívida eram bastante elásticos, variando de dois anos, para capital de custeio – incluindo seis meses de carência –, até doze anos para investimentos em capital fixo, incluindo três anos de carência. Com a criação do POLOCENTRO em 1975, os agricultores do Padap passaram a contar com as linhas de crédito deste programa, que eram ainda mais favoráveis que as do PCI. Os investimentos em capital fixo, por exemplo, contavam com prazo de até doze anos para pagamento, com até seis anos de carência e juros de 14% ao ano. (Santos, 2010, p. 21).

A participação da CAC-CC deve-se à sua consolidação no ramo cooperativista no Brasil. Criada em 1927, tornou-se a maior cooperativa do Brasil ainda no final dos anos 1930, agregando produtores com a capacidade técnico-administrativa exigida pelo programa.

A Cooperativa Agrícola de Cotia – Cooperativa Central (CAC-CC) surgiu em 1927, quando um grupo de setenta agricultores da região de Cotia (SP) se associou para, de forma conjunta, enfrentar principalmente os problemas relativos à comercialização de sua produção. A CAC-CC tornou-se, nas décadas seguintes, uma das maiores cooperativas atuantes no Brasil, chegando mesmo a figurar entre as vinte maiores empresas nacionais (Gonçalves & Vegro, 1994). Entretanto, sérios problemas financeiros levaram os cooperados da CAC-CC a dissolverem a cooperativa e a solicitar a sua liquidação extrajudicial em setembro de 1994. No mesmo ano, foi criada a Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba (COOPADAP), que incorporou as instalações remanescentes da CAC-CC na região do Padap, sendo, ainda hoje, uma das grandes empresas da região. (Santos, 2010, p. 17).

A CAC-CC ficou responsável pela seleção dos colonos que viriam a ser assentados nos 95 lotes do Padap, levando em conta critérios como “*capacidade*

tecnológica, econômica, financeira e administrativa em geral”. O programa desde a sua origem não foi voltado a contemplar os pequenos produtores locais residentes, mas sim imigrantes que viriam a se instalar nas terras, provenientes da Região Sul do país, em sua maioria do Paraná (Santos, 2010).

Os agricultores gaúchos, como ficaram conhecidos, tinham suas origens nos estados da Região Sul e eram em sua maioria descendentes de japoneses; cerca de 70% deles eram provenientes do Paraná. Apesar de já possuírem alguma experiência no cultivo de grãos no Sul, pouco ou quase nada sabiam com relação à condução de lavouras em terras do cerrado, algo novo para os assentados.

Santana chama a atenção para a forte presença de descendentes de japoneses à frente da CAC-CC, bem como para os laços que mantinham com o governo japonês, fato este sugestivo, para além dos “critérios técnicos” mencionados, da preferência pelo colono de origem japonesa em detrimento de produtores originários de outras etnias e regiões do país (Santana, 2015).

A CAC-CC teve um papel de extrema importância no projeto, criando as condições para o seu desenvolvimento a partir de uma política de armazenagem, comercialização, vendas de insumos, assistência técnica e financiamento, especialmente nos estágios posteriores do Padap, com a redução dos incentivos do Governo Federal.

Uma vez reunidas as condições para o programa – terras em abundância, desenvolvimento de tecnologia para o seu uso viável, a escolha do homem para o trabalho e a oferta de financiamento do plantio à colheita –, coube aos gaúchos nipodescendentes, no caso do Padap, desenvolver a agricultura exigida pelos mercados mundiais, ancorada na produção de *commodities* para a exportação.

Em resumo, a criação do Padap foi possível devido a uma junção de interesses dos Governos do Estado de Minas Gerais e Federal e da Cooperativa Agrícola de Cotia – Cooperativa Central. Os dois primeiros interessados em implantar uma agricultura altamente moderna e tecnificada que gerasse crescimento econômico, não apenas a partir do crescimento da produção agrícola, mas, principalmente, pela expansão das indústrias de insumos e de máquinas destinadas a esta atividade (Salim, 1986; França, 1984). E a última, interessada em ampliar a sua área de atuação no país e em garantir aos filhos de seus cooperados, com a indisponibilidade de terras no Paraná, as condições para que pudessem continuar a ser agricultores. (Santos, 2010, p. 21-22).

A importância do Padap no contexto da expansão da fronteira agrícola para a região do cerrado deve-se ao seu caráter pioneiro na produção agrícola, numa área cujos potenciais produtivos eram desconhecidos. Foi exatamente a partir deste projeto-piloto

que outras iniciativas igualmente exitosas seriam levadas adiante nos anos 1970 pelos militares, a exemplo do Prodecer, que teve na região de Iraí de Minas o seu grande marco.

Não obstante o sucesso do programa¹⁶³, fica evidenciado o caminho seguido pelos militares de uma “*modernização sem reforma*”, configurando uma linha de continuidade marcada pela “*reprodução da estrutura altamente desigual de posse e uso da terra ao longo de todo o ciclo industrial (1930-1981) e também no período subsequente de relativa estagnação (1982-2003)*”, conforme aponta Delgado (2005).

A importância de se resgatar esta experiência de implantação do Padap deve-se ao fato de que as linhas mestras deste programa, em razão de seu pioneirismo, serão replicadas nos demais programas de ampliação da agricultura para a Região do Cerrado, uma agricultura marcada pela alta tecnologia, pela grande propriedade, pela concentração fundiária, pela participação decisiva do Estado e pela escolha do gaúcho como o braço empreendedor. Com algumas modificações isso também aconteceu na região de Iraí de Minas com o Prodecer, e no Distrito Federal com o PAD/DF. No âmbito deste estudo, vejamos o caso do Prodecer.

Como visto, o pioneirismo de Alysson Paulinelli, secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais no início dos anos 1970, na condução da política de exploração agrícola das terras do cerrado, o levou à pasta do Ministério da Agricultura no Governo Geisel (1974-1979). Em outros termos, o Governo Federal elevou à política de Estado a experiência mineira, ampliando para todo o país as primeiras experiências de exploração das terras do cerrado.

Foi neste contexto que em 1975, alinhados com as diretrizes do II PND, os militares criaram o POLOCENTRO¹⁶⁴, “*dispondo sobre a criação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados*”, visando financiar o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias em áreas de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

A partir dos volumosos recursos do Polocentro e especialmente de uma parceria entre Brasil e Japão, entre 1976 e 1978 foi concebido e implantado na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados, o Prodecer, tendo na região da pequena Iraí de Minas a vitrine deste programa.

¹⁶³ A partir de final dos anos 1980, a região do Padap experimentou intensa diversificação de sua produção agrícola com a introdução de culturas como a cenoura, alho, batata, beterraba etc.; entretanto, ainda há o predomínio do plantio de *commodities*, como a soja, o milho, o café e o trigo. Sobre isso, ver Santos, 2010, p. 101.

¹⁶⁴ Decreto nº 75.320/1975.

O Prodecer nasceu da junção do capital privado nacional com o capital privado japonês. Criou-se uma empresa binacional responsável pela coordenação geral do programa, a Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), constituída por 51% do capital pertencente à Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (BRASAGRO), e 49% pertencente à *holding* japonesa Japan-Brasil Agricultural Development (JADECO), liderada pela Japon International Corporation Agency (JICA).

Entre os principais acionistas brasileiros estavam envolvidos os maiores bancos oficiais e privados, como o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A (BNCC), o Banco do Brasil, o Banco América do Sul, o Bamerindus, o Banco Econômico, o Banco Nacional, o Univanco, o Desenbanco e o Banco da Amazônia; empresas estatais como a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), a Companhia Agrícola de Minas Gerais (Camig) e a Cobec; e grupos de empresas privadas como Cataguases Leopoldina, Cica Norte, Manah, Eucatex, Solorrigo, Minasa, Brahma, Nutrícia, Florestal Acesita, Madal e Granja Resende. Já entre os principais acionistas da Jadeco encontravam-se o Banco de Tóquio, a Central de Cooperativas do Japão, o Banco Nacional de Crédito Agrícola e Florestal e as empresas Mitsui, Mitsubishi, Toshiba, Marubeni, Sumitomo, Ishikawajima, Yakault, Kawasaki, Komatsu e C. Itoh (Cleps Junior, 1998).

O programa foi implantado, como atesta a placa afixada na primeira praça pública de Iraí de Minas, em 10 de março de 1980. Abrangeu uma área de mais de 58 mil hectares entre as cidades de Iraí de Minas, município sede do Prodecer, Coromandel e Paracatu. Somente na região de Iraí de Minas, abarcando também os municípios de Romaria e Nova Ponte, foram 8.910 hectares distribuídos em 26 lotes, com área média de 343 hectares (Cleps Junior, 1998).

Figura 24 – Placa do Prodecer



Acervo do autor, março de 2020.

Para que se tenha uma ideia das dimensões assumidas pelo Prodecer, basta dizer que a partir da experiência do Prodecer I (1979-1985) o programa passou às fases II e III, entre 1985-1998, alcançando as áreas de cerrado em todo o Centro-Oeste, na Bahia, no Maranhão e no Tocantins, numa área de mais de 354 mil hectares, com o tamanho médio dos lotes indo de propriedades entre 250 e 600 hectares, beneficiando 779 produtores. Os investimentos totais no Prodecer I, II e III ultrapassaram US\$ 700 milhões de dólares¹⁶⁵.

Vejamos em detalhes o desdobramento do Prodecer em Iraí de Minas, fortemente capitaneado pelos gaúchos, não os gaúchos nipodescendentes do Padap vindos do Paraná, mas sim os gaúchos de ascendência europeia (italiana e alemã, principalmente) provenientes de cidades gaúchas como Encantado, Não me Toque, Arroio do Meio, Putinga e Anta Gorda, entre outras.

À abundância de capital vieram somar-se as sesmarias de terras nativas na região de Iraí de Minas, em sua maioria de propriedade dos mineiros do lugar. Vejamos como se deu a entrada pesada do capital na aquisição dessas terras.

Em entrevista com o Sr. Marcílio, funcionário da Emater (encarregada pela assistência técnica do programa) na época, corroborada por entrevista feita com o Sr. Mariano, gerente da Cooperativa Agrícola Mista de Iraí, a Copamil, da qual daremos nota adiante, foi dito que os prefeitos locais das cidades vizinhas de Romaria, Pedrinópolis e

¹⁶⁵ Para maiores detalhes, ver Cleps Junior, 1998, p. 134-136.

Nova Ponte não tiveram interesse em ter as suas cidades como partícipes do Prodecer; havia o receio de que as terras fossem desapropriadas em prejuízo dos antigos donos, enquanto o prefeito de Iraí de Minas, Sr. Carlito (1979-1982), após uma conversa com o Sr. Ishiken¹⁶⁶, um japonês latifundiário e produtor local de café, vislumbrou aí uma oportunidade de desenvolvimento do município e deu o aval do governo municipal para que o projeto fosse adiante.

A compra das terras, que depois seriam distribuídas aos colonos gaúchos, ficou a cargo da Campo, a qual contratou e designou para a tarefa o Sr. Candido Vilela¹⁶⁷, filho de família tradicional e dono do único cartório do município. Com o conhecimento local, foi tarefa fácil para o Sr. Candido Vilela comprar as terras necessárias à instalação do programa, como se diz, a preço de banana. *“A Campo comprou e pagou pelo preço que valia na época, né?”* (Seu Candido Vilela, 72 anos).

Em verdade, o que se percebe a partir da convergência dos relatos é que Iraí de Minas a essa época (idos de 1979) era um grande cerrado nativo cujas terras não possuíam valor econômico expressivo. É costume ouvir dos moradores mais antigos que se trocavam vastas extensões de terras por animais como bois; chegavam a doar terras unicamente para se livrar dos impostos. A agricultura que se praticava mal passava dos gêneros para a subsistência, cultivada nas conhecidas “terras de cultura”; as “chapadas” destinavam-se a uma incipiente pecuária extensiva. Eram as “terras de cultura” que possuíam valor aos olhos dos mineiros locais.

Dado... não tinha valor nenhum. Passava dificuldade para pagar o ITR... não, não tinha conhecimento (técnico sobre a terra). (Aroldo, ex-gerente do Banco do Brasil).

Era terra de dar dada. Meu pai enjeitou ali onde era o café do Isaque ali, aquele café que arrancaram agora. O tio dele falou: “Gildo, se ocê quiser cercar essa parte aqui pra você...”. Meu pai foi ver o preço do arame, era mais caro do que o valor da terra. Aí ele não quis. Os fazendeiros tinham muita terra, muita terra. Não tinham (recursos) e outra coisa também, não sabiam que a terra produzia. (Seu Romão)

Daí se vê que a aquisição das terras de “chapadas”, próprias à mecanização intensiva, se deu a preços irrisórios, dada a absoluta ignorância dos mineiros locais, os

¹⁶⁶ Pelo que se extraiu das entrevistas, o Sr. Ishiken vislumbrou com a vinda do Prodecer para Iraí de Minas uma oportunidade de valorização de suas terras no município, o que de fato viria a ocorrer nos anos seguintes. Esta teria sido a razão de Ishiken ter convencido o prefeito Carlito a aceitar o Prodecer em Iraí de Minas.

¹⁶⁷ Anos depois, o Sr. Candido Vilela viria a se eleger prefeito municipal por dois mandatos (1983/1985 e 1993/1996), figurando ainda nos dias atuais como uma importante liderança política tradicional.

antigos proprietários. Não só para eles, mas de resto para todos os nativos das localidades, plantar no cerrado era um absurdo impensável, devido às características do solo. A falta de conhecimento técnico para se plantar no cerrado concorria diretamente para a subvalorização de suas terras. E, ainda que vislumbrassem a possibilidade remota de plantio das terras, a absoluta carência de capitais impossibilitava qualquer tentativa viável. Eram ricos em terras, mas sem condições de trabalhá-las para além da subsistência.

Outro fato interessante é que não só os grandes proprietários de terras em Iraí de Minas não tinham conhecimento do uso das terras do cerrado, fato este emblemático em todo o país (o desconhecimento geral das potencialidades do cerrado), como também desconheciam o projeto que estava em curso para o município, o qual não só os alijou do programa como também o fez com todos os pequenos produtores rurais. Em suma, os nativos de Iraí de Minas não foram chamados para participar do Prodecer.

Um dos pontos marcantes dos programas, com reflexos diretos no processo de reocupação do cerrado, foi a redistribuição da terra entre os colonos dos projetos e os antigos proprietários, que se desfizeram das áreas de cerrados (predominantemente terrenos de chapadas) e adquiriram “terras de cultura”, localizadas em áreas de vertentes de relevo impróprio à mecanização. A conseqüente valorização das terras de cerrados, promovida pela agricultura moderna, foi algo “impensável” para os antigos donos, muitos dos quais mais tarde se arrependeram diante da rápida e grande valorização fundiária. (Cleps Junior, 1998, p. 139).

Acho que daqui mesmo, dentro do Iraí mesmo, acho que não teve nenhum. (Mineiro que foi beneficiado com os lotes)

Você acha que eles ia sair de lá da terra deles e vim aqui, como isso aqui era um cerrado deste tipo aí, era só cerrado, cerrado, e chegar aí e olhar uma terra dessa, se eles já não tivesse uma orientação? Eles iam chegar aqui e ir embora. (Seu Neres)

Coube aos gaúchos o papel de empreendedores das terras do Prodecer, chamando a atenção como foram escolhidos os produtores rurais para virem a Iraí de Minas, ganhando relevo o papel da Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda., a COSUEL. Note-se a importância da participação do segmento cooperativista na implantação dos projetos de expansão da agricultura para as terras do cerrado. A exemplo do que ocorrera com a participação da CAC-CC no Padap, no Prodecer tem-se a participação ativa da Cosuel na seleção dos colonos.

A Cosuel surgiu em 1947 a partir da iniciativa de pequenos produtores rurais (suinocultores na origem) da região de Encantado no Rio Grande do Sul, como uma resposta natural às condições do mercado local a que estavam submetidos na região, tendo de vender a banha, o “ouro branco”, e a carne *in natura* aos frigoríficos que monopolizavam o setor e impunham preços desfavoráveis aos produtores. Aí encontramos o germe da Cosuel, a união/organização dos pequenos produtores de suínos com vistas a alcançar melhores preços de seus produtos e a resistir às pressões do mercado.

O que não se imaginava eram as dimensões que a Cosuel iria tomar nos anos seguintes, crescendo de forma exponencial e diversificando o ramo de atuação para muito além do “ouro branco” e da carne *in natura*. A cooperativa instalou seus próprios frigoríficos para comercializar os cortes selecionados, agregando valor à produção. Além da suinocultura, a Cosuel expandiu-se, instalando postos de combustíveis, supermercados, fábrica de rações, loja de produtos agropecuários e até papelaria para a venda de material escolar aos filhos dos produtores nas cidades em que operava. A cooperativa, em pouco tempo, dominou a economia das cidades em que se instalava, tornando-se um setor pujante na economia do próprio Estado do Rio Grande do Sul.

O dinamismo da Cosuel, que já possuía entre os cooperados pequenos produtores de grãos como a soja, chamou a atenção da classe política e veio ao encontro dos planos dos militares, de expansão da fronteira agrícola para os cerrados. Dali saíram os gaúchos a ser assentados nas terras do Prodecet.

É oportuno dizer que mesmo a Cosuel, com a expansão de suas atividades, já possuía em seus objetivos a exploração de terras em outras regiões para além do Sul, onde a perspectiva de expansão era bastante limitada, dado o predomínio das pequenas propriedades que, muitas vezes, não chegavam a dez hectares, e à alta valorização das terras. Era intenção da cooperativa conseguir para seus cooperados terras suficientes para que os filhos, no futuro, pudessem dar continuidade à atividade no campo praticada pelos pais, algo impossível de acontecer nas diminutas e caras terras do Sul.

Imagine-se uma família com quatro filhos a viver numa pequena propriedade de dez hectares; com o casamento dos filhos, caso decidissem permanecer na terra, seriam cinco famílias sobrevivendo nos mesmos dez hectares. Essa certamente foi a grande razão que estimulou o fluxo dos gaúchos para a promissora região dos cerrados.

Neste contexto, coube à Cosuel a seleção dos cooperados que viriam para Iraí de Minas. Cerca de 80% (vinte produtores/famílias) foram escolhidos pela cooperativa,

cabendo à Campo a escolha dos demais (seis produtores/famílias). Para tanto, a Cosuel instalou em Iraí uma sua filial que, anos depois, se desmembraria e ficaria responsável pelo desenvolvimento do programa, a Cooperativa Agrícola Mista de Iraí Ltda., a COPAMIL, atualmente a principal cooperativa/empresa privada da cidade.

Entre os eleitos pela Cosuel, havia a exigência de serem filhos de produtores cooperados e não possuírem terras, diferentemente da seleção feita pela Campo que, conforme as fontes pesquisadas revelaram, baseou-se em indicações feitas por pessoas-chave que, de alguma forma, participavam do programa e viam nele oportunidades de ganhos promissores. Contudo, ainda assim, parece terem encontrado o homem que buscavam.

A exigência era ser agricultores, com tradição em agricultura, filhos de agricultores e associados da cooperativa. Eram mais ou menos as condições pra poder participar do projeto. (Seu Leandro, sessenta anos)

Uma condição pro projeto era ser filho de associado ou associado da Cosuel. Sem terra, o caboco não podia ter terra, não podia. Ele tinha que ser sem terra pra chegar aqui e afluir o projeto de colonização. (Seu Pedro, 68 anos)

A primeira leva de produtores gaúchos selecionados pela Cosuel chegou a Iraí de Minas em 1979, para conhecer as terras. Em 10 de março de 1980 houve a implantação oficial do programa na cidade. Uma caravana de gaúchos de descendência alemã e italiana desembarcou na cidade sob o espanto e a desconfiança geral dos mineiros locais, muitos dos quais ignorantes do que ali se passava. Aos gaúchos juntaram-se os escolhidos pela Campo, mineiros do sul de Minas e paulistas, compondo as 26 famílias/produtores que seriam responsáveis por abrir o cerrado à modernidade ambicionada por Geisel.

Chegamos aqui à política de financiamento do Prodecer em Iraí de Minas. Analogamente ao que ocorrera com o Padap, às famílias/produtores assentados foi assegurado crédito em condições extremamente vantajosas, aí incluídos os recursos subsidiados, prazos elásticos e condições facilitadas para a amortização das dívidas. Financiou-se a compra da terra, a aquisição de maquinário como tratores, plantadeiras, caminhões, colheitadeiras, as sementes e demais insumos para o plantio, a construção de barracões e de moradias, inclusive com um salário para a subsistência dos colonos até a comercialização das primeiras colheitas, uma vez que muitos deles chegaram a Iraí de Minas, como se diz, com a roupa do corpo.

É, uai, foi (referindo-se aos subsídios que os gaúchos receberam para virem a Iraí). Não, eles não trouxeram nada, tudo de chinelo. Tinha alguns que até tinha alguma coisinha. Aí o governo forneceu dinheiro,

recurso pra comprar máquina, comprar caminhão, pra custeio, forneceu quase tudo pra pagar a terra. (Seu Mauro)

Eles veio pobrezim pra cá, não tinha nada. Só quem chegou aqui com um carrinho véio, uma Belininha véia, foi aquele Valadares, não sei se você conhece. Só ele que chegou com um Belininha véia; o resto tudo não tinha nada. (Inácia/Firmino).

Uma meia dúzia que tinha melhor de recurso, mas a grande maioria não tinha recurso não. Ttava começando a vida, e aí depois veio as linhas de crédito para uma residência, uma casa, um barracão, para as máquinas, correção do solo, uma cesta básica, tipo assim um salário. Eu acho que era um salário mínimo o valor, mensal, liberado, durante um ano, o primeiro ano. Até coincidiu que deu a colheita, mas isso era projetado, aquele salário deu, vamos dizer assim, aquele salário família deu pra controlar, mas tava tudo dentro do projeto. Uma parte fundamental, eu sempre comentei, reforma agrária é dessa forma como foi feita aqui, não adianta pegar um pedaço de terra, por mais fértil que seja, pode ser essa terra de hoje aqui, dá pra um lá da cidade, que nunca pegou uma enxada. Quero ter meu chão, eu quero ser proprietário, quero mexer na terra, mas não tem técnica, não vai. E crédito, assistência técnica, crédito à disposição, porque se nós tivesse chegado aqui e tivesse dado assim, distribuído essas terras um pra cada um, não sei se tinha virado não, porque daí nós ia cair nos bancos de linha de crédito normal, não ia arrumar crédito. Vocês são lá do Sul, o teu CPF tá só limpo. Nós chegamos com crédito à disposição. (Seu Pedro)

Aos investimentos acrescentou-se a assistência técnica requerida para o plantio e desenvolvimento das lavouras, soja e milho inicialmente, mediante os órgãos de pesquisa como Embrapa e Emater. Com isso, garantiu-se continuamente o melhoramento das sementes, fertilizantes e defensivos adequados ao plantio das terras em Iraí de Minas.

É importante frisar, como apontam os relatos, que o trabalho dos gaúchos nas terras foi fundamental para a sua prosperidade desde o início da implantação do Prodecer. Muitos deles chegaram a morar em barracos de lona preta nas fazendas e contavam nos primeiros anos apenas com o trabalho da própria família para realizar as primeiras plantas.

Todo dia eu mesmo rodo (de caminhonete) toda a fazenda pra ver (o desenvolvimento das lavouras). (Seu Cipriano)

Eles é trabalhador (os gaúchos), mas do tipo que eles veio eles tinham que trabalhar mesmo, porque só veio pra isso e já veio mais ou menos esclarecido. (do potencial das terras). (Seu Neres)

Outro aspecto que chama atenção no início do projeto foi a obediência fiel dos gaúchos em seguir as recomendações técnicas que lhes eram repassadas no que diz respeito ao cultivo das terras do plantio à colheita. Eles próprios, apesar de alguma

experiência no cultivo da soja, não eram menos ignorantes que os mineiros locais com relação ao plantio em terras do cerrado.

Eu vim a primeira vez conhecer o cerrado. Não, não, não tinha conhecimento nenhum. Tinha vagas notícias em Brasília, lá no PAD/DF. Informações bem vagas. (Seu Leandro)

Com o plantio das primeiras safras, os gaúchos conseguiram liquidar os financiamentos recebidos, alguns dos quais com até vinte anos de prazo para pagar, tamanhos eram os benefícios do programa. Por exemplo, dívidas de longo prazo prefixadas num contexto nacional de alta inflação, o que acarretava no seu encolhimento no período de um único ano.

Florentino: Foi tão fácil aquilo ali que com curto prazo...

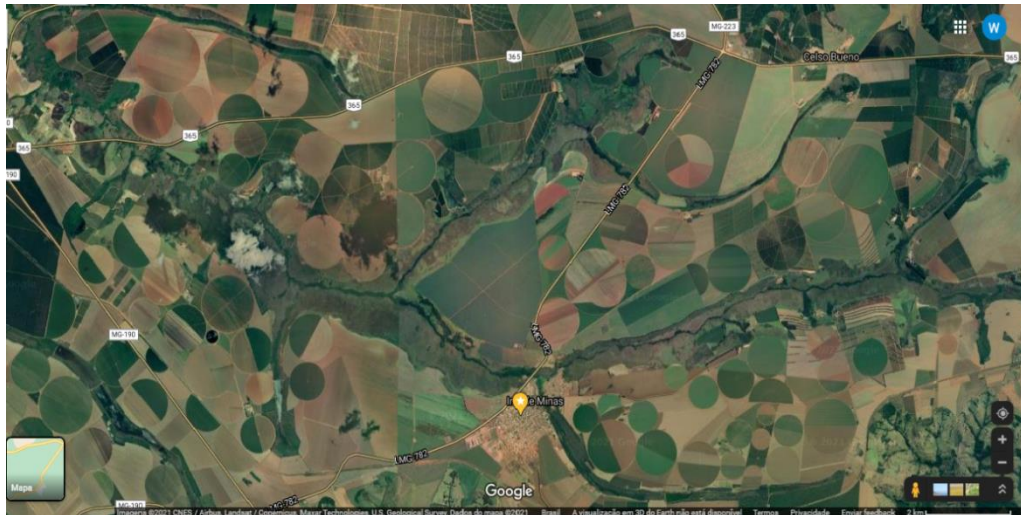
Jaci: Três anos, foi três anos.

Florentino: O Perrela, que ele trabalhava no banco, falou que o gaúcho foi pagar a prestação lá. Ele ainda riu e falou assim: “Não tava dando o valor do talão de energia”. Na verdade, eles liquidaram com dois anos de colheita.

Então, claro, plantaram muita lavoura ali que não deram certo. Como eles começaram a plantar e a batalhar e trabalhar, você não via eles em boteco, só trabalhando, a maioria pagou os financiamentos 86/87. (Aroldo).

Sob as ótimas condições do Prodecer todos os colonos gaúchos prosperaram, uns mais, outros menos, consolidando-se nas terras recebidas, alguns deles tornando-se grandes produtores rurais, barões do agronegócio, em áreas que ultrapassam 4 mil hectares, utilizando em suas fazendas tecnologia intensiva com sementes e insumos em geral, tratores, plantadeiras, colheitadeiras, pulverizadores de última geração, pivôs agrícolas que possibilitam o cultivo de até três safras em um ano, plantando lavouras como soja, milho e café, mas ultimamente abarcando outras culturas como batata, alho e cebola. Era a materialização do sonho de Geisel da “*modernização sem reforma*”.

Figura 25 – Pivôs agrícolas nos arredores de Iraí de Minas



Google Maps, abril de 2021.

Percebe-se a força do agronegócio em Iraí de Minas pelos números da Copamil, que acompanha o desenvolvimento do Prodecer desde a sua implantação. Antes, cabe uma nota sobre os colonos selecionados pela Campo e o caminho que seguiram no projeto, diferenciando-os dos colonos gaúchos.

Como já foi dito, a Campo escolheu seis das 26 famílias/produtores do projeto. Firam escolhidas por terem algum vínculo com pessoas que estavam diretamente envolvidas na implantação do projeto. Os relatos apontaram para laços de amizade entre o Sr. Sistino, espécie de gerente do BDMG, responsável pelos financiamentos do programa, e alguns dos escolhidos, que teriam estudado com ele durante o período de universidade em Lavras. O irmão de Sistino foi um dos assentados, o Sr. Tácio. Outro assentado, o Sr. Ivair, é irmão de um dos técnicos da Emater encarregados da assistência técnica do programa, o Sr. Jonas. E assim estabelecem-se as outras conexões entre os demais colonos assentados de indicação da Campo que possuíam alguma proximidade com os dirigentes do projeto, como o Sr. Belmiro, amigo do presidente da Campo e coordenador-geral do programa, o Sr. Paulo Romano.

Aí a turma do Sistino, porque o Sistino era um engenheiro muito cracaço, ele trabalhava no BDMG, ele foi o coordenador-geral da implantação disso aqui. Aí quem que ele trouxe de lá para cá? Eliseu, Firmino, Jonas, Tácio, Ivair, irmão do Sistino (Mariano – lembrou depois). Essa turma toda, eles eram todos engenheiros de Lavras, formados em Lavras e estudavam junto com o Sistino. Então o Sistino arrumou vinte lotes para os gaúchos, que estão lá até hoje. E esse pessoal que vieram do Sul, pra Iraí de Minas e Nova Ponte, eles eram todos associados da Cosuel; lá eles tinham dois hectares, cinco hectares, quando chegaram aqui. Esses que eu te falei (os mineiros), nenhum deles tem mais lote lá. (Aroldo).

Estes assentados eram engenheiros agrônomos e veterinários provenientes do sul de Minas e, diferentemente dos gaúchos, possuíam formação técnica acadêmica, embora também fossem ignorantes com relação ao cultivo no cerrado. Outro traço comum entre eles é o fato de, à época, gozarem de uma melhor condição econômica que os gaúchos. Enquanto estes chegaram a Iraí em sua maioria dispendo apenas da força de trabalho, aqueles, além da formação acadêmica, dispunham de uma condição financeira melhor: um era proprietário de uma fábrica de fertilizantes; outro, professor de faculdade, outro, ainda, arrendatário. Ou seja, a sua inserção no projeto se deu como uma oportunidade para ampliar os rendimentos numa atividade que já lhes aparecia como secundária às suas atividades principais.

O Jonas trabalhava na Usiminas. O Tácio, ele virou professor em Uberaba, assim como o Jamiro. A partir do momento que as terras começaram a se valorizar, o pessoal falou: “Eu vou fazer dinheiro deste terreno meu aqui e vou investir em apartamento e tal”. Isso aconteceu, não é porque o pessoal foi mal nas lavouras, foi porque eles tinham atividade outras e tinha a área agrícola meio que como segunda opção. Então a partir do momento que valorizou, eles não imaginavam que ia virar o que virou. Logo nos primeiros anos que a coisa deu aquela valorizada, o pessoal nem procuraram arrendar, já venderam. No caso do Ivair, a formação do Ivair era veterinário, o Ivair era aquele cara que ele plantava a lavoura aqui e ia embora pra Lavras. A forma dele conduzir a área era um pouco diferente dos outros. (Janderson)

Pelo que se apurou, talvez exatamente por possuírem outras atividades como fonte de renda principal, fato este que lhes impedia uma dedicação exclusiva ao cultivo do cerrado, não apresentaram o mesmo ímpeto dos gaúchos no trabalho das terras. Já nos primeiros anos do projeto, foram como que engolidos pelos gaúchos¹⁶⁸, venderam as terras onde foram assentados antes mesmo de delas extraírem o melhor fruto, num processo de concentração fundiária que colocou ao longo dos anos na mão de poucos as grandes fazendas da região de Iraí de Minas.

Chegado a este ponto, uma questão interessante se coloca: o projeto seria viável com os mineiros nativos de Iraí de Minas, ou mesmo com os mineiros/paulistas escolhidos de fora pela Campo, ou ainda com outros escolhidos que não os gaúchos?

Cabe ressaltar que o êxito do Prodecer em Iraí de Minas deve-se a um conjunto de fatores de ordem social para além de qualquer preferência étnica¹⁶⁹ que se possa

¹⁶⁸ Atualmente, dos seis selecionados pela Campo para participarem do Programa, ao lado dos vinte gaúchos, apenas um ainda permanece como proprietário da terra e, ainda assim, não como produtor, mas como arrendatário da terra para os vizinhos gaúchos, o Sr. Tácio.

¹⁶⁹ Sobre a preferência étnica, em 2019, numa sessão especial destinada a comemorar os vinte anos da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), realizada no plenário do Senado Federal, a

cogitar, atribuindo ao gaúcho melhores condições para o empreendimento que se apresentava.

Além das inúmeras condições privilegiadas que os colonos receberam, como financiamento subsidiado, infraestrutura e assistência técnica, condições particulares a cada grupo (gaúchos, mineiros nativos e mineiros vindos de fora) ajudam a compreender o caminho seguido por cada um destes grupos.

Com relação aos gaúchos, nota-se que todos eles de alguma forma se consolidaram nas terras recebidas; nenhum chegou a vendê-las até o momento. Alguns poucos, uma meia dúzia deles, alcançaram o *status* de grandes empresários do agronegócio. Com isso não se quer dizer que os demais não evoluíram, longe disso, são produtores de porte médio em boas condições econômicas que resistem ao processo de concentração fundiária em seu entorno. Dentro do grupo dos gaúchos, não há uma categoria homogênea, mas produtores com diferente capacidade econômica, havendo entre eles dois que abdicaram da agricultura em favor da política, tornando-se prefeitos, do que se dará nota adiante.

No que se refere aos mineiros/paulistas escolhidos pela Campo, que também foram assentados nas mesmas condições privilegiadas dos gaúchos, parece não ter se desenvolvido entre eles o “gosto pela agricultura”, mas não em razão de uma suposta inaptidão inata para lidar com a terra, mas sim, como já foi dito, porque possuíam outras atividades como ocupação principal, o que certamente lhes retirava o foco do trabalho no campo.

Junte-se a isso, conforme sugerem os relatos, a pouca disposição para o trabalho nos primeiros e difíceis anos de implantação do projeto, quando não havia garantia de sucesso da empreitada, ainda em fase de testes. Já os gaúchos residiam e trabalhavam nas próprias terras; os escolhidos pela Campo buscavam um pouco mais de conforto em cidades mais desenvolvidas da região, como Monte Carmelo.

Outro fator que parece ter contribuído para o desânimo deste segundo grupo relaciona-se a uma suposta arrogância do saber acadêmico. Enquanto os gaúchos, além de alguma experiência prática com a agricultura no Sul, obedeciam à risca as recomendações dos órgãos de pesquisa vinculados ao programa sobre as melhores formas

ministra da Agricultura, Tereza Cristina, assim se manifestou: “Eu falei outro dia: ‘Ah, querem produzir na África?’. Eu estive viajando no Oriente Médio. ‘A gente vai ter que levar uns gaúchos para lá, porque aí vai dar certo’. A tecnologia tem, terra tem, mas não tem os gaúchos. Vamos ter que levar gaúcho para lá”.

de cultivo no cerrado, do plantio à colheita, os escolhidos pela Campo não achavam necessários tais cuidados, julgando eles próprios, recém-formados no sul de Minas, mas sem prática com a agricultura, a melhor maneira de se cultivar as terras onde foram assentados.

Perceba-se que não basta a igualdade de condições na largada para que todos alcancem a glória. Aos 26 colonos assentados nas terras da região de Iraí de Minas pelo Prodecer, temos que entre os vinte gaúchos selecionados pela Cosuel alguns poucos se tornaram grandes produtores rurais do agronegócio, servindo como modelo para a ampliação do programa nas regiões de cerrado Brasil afora nos anos seguintes. Outros tantos se estabeleceram na atividade, mas sem tanta proeminência. Entre os selecionados pela Campo, apesar de terem recebido as mesmas condições de incentivo que os gaúchos, nenhum se consolidou na atividade da agricultura. Como vimos, no aniversário de quarenta anos da implantação do projeto em Iraí de Minas, razões diversas de ordem social explicam as diferentes rotas que cada família/produtor seguiu.

Já no caso dos mineiros locais, como dissemos em outra parte deste trabalho, estes nem sequer foram chamados a participar do Prodecer. A implantação do projeto se deu à sua revelia; antes mesmo que pudessem ter ciência do que estava acontecendo à sua volta tiveram suas terras como que expropriadas em favor da dita agricultura moderna.

Florentino: Eu fiz essa pergunta pro Candido Vilela. O Candido Vilela falou: “Florentino, esse trem aqui o governo abriu preferência só pro pessoal lá do Sul”. Os mineiros não teve participação, não teve interesse do governo.

Valmir: “Os mineiros não sabia que jeito que funcionava o plano, não foi oferecido e não abriram o jogo pros mineiros, pra nós aqui. Ninguém sabia, porque o próprio Candido Vilela, que era o diretor deles lá, ele não sabia. (Florentino e Valmir)

Os gaúchos certamente tiveram e têm sobremaneira a sua importância para o sucesso do Prodecer em Iraí de Minas, mas esta importância precisa ser relativizada. É certo que a sua experiência anterior na agricultura, ainda que praticada nos minifúndios do Sul, lhes dava uma espécie de vantagem comparativa, mas, por outro lado, também desconheciam as potencialidades do cerrado. Em seu favor pode-se acrescentar ainda, além do espírito aventureiro que os levou a deixar o Sul e marchar para as regiões do Triângulo e do Alto Paranaíba, a maioria não tinha nada ou quase nada a perder e, por isso mesmo, assumiram para si a responsabilidade, para de algum modo fazer dar certo a empreitada.

Já os mineiros/paulistas foram expelidos do programa, seja pela própria falta de disposição, seja pela displicência em cultivar um solo arredio com potencial incerto e não sabido à época.

É possível cogitar que os mineiros nativos, ainda que tivessem sido chamados a participar do programa, teriam de superar uma imensa barreira cultural que por gerações lhes fizeram acreditar, como de resto em todo o país, que as terras onde pisavam eram infecundas, mas que poderiam ser transformadas, passando de solos pobres e inférteis a áreas com grande potencial produtivo. *“O povo daqui não conhecia calcário. Foi o Vicentinho, falou assim que isso aqui é pedra moída” (Seu Neres).*

O que não parece haver dúvidas é que o conjunto de benefícios anunciados pelo Prodecer estava reservado a um destinatário certo, o gaúcho do Rio Grande do Sul, que, sem perspectivas de ver os filhos darem continuidade à atividade no campo, em razão da escassez das terras, marcharam para Iraí de Minas para começar uma nova vida, amparados pelos pesados subsídios ofertados pelo programa.

A incerteza ficava por conta da viabilidade ou não em se produzir no cerrado. Sentaram-se à mesa e jogaram alto com o curso das próprias vidas, sem muito ou quase nada a perder, enquanto os mineiros/paulistas vindos de fora não tinham razões para colocar todas as suas fichas num empreendimento que se mostraria revolucionário com o passar dos anos, mas que à época soava como um blefe. Os mineiros nativos, estes nem sequer foram convidados a sentar-se à mesa do jogo.

Eu acho que na época eles pisaram um pouco na bola. Eu acho que eles deviam ter chegado nesse pessoal que era nativo do lugar e ter passado algumas informação, porque esses gaúchos não veio de lá bobão assim não. (Seu Neres)

Passados quarenta anos da implantação do Prodecer em Iraí de Minas (10/3/1980 – 10/3/2020), o sucesso do programa transformou-o em piloto para a sua implantação em outras áreas do cerrado brasileiro na Região Centro-Oeste, Bahia, Maranhão e Tocantins (Prodecer I, II e III), e ainda nas proximidades da Capital Federal com a implantação em 1977 do PAD/DF¹⁷⁰, seguindo basicamente as mesmas diretrizes do Prodecer.

Os números abaixo da Copamil ilustram a dimensão assumida pelo Prodecer em Iraí de Minas:

¹⁷⁰ Sobre a implantação do PAD/DF, consultar a dissertação Modernização e diferenciação social (o caso do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal – PAD/DF. Rocha, 1992, constante nas referências).

Tabela 9 – Copamil 2020, perfil.

| Copamil 2020 – Principais culturas | | |
|--|--|--------------------------|
| Culturas | Área plantada (em ha) | Produtividade (em kg/ha) |
| Soja | 12.600 | 5.500 |
| Milho | 9.800 | 13.200 |
| Sorgo | 2.500 | 7.800 |
| Trigo | 1.500 | 6.000 |
| Café | 600 | 3.600 |
| Totais | 27.000 | 36.100 |
| Recebimento anual de grãos: 151.116.653 kg ou 151.116 ton. | | |
| Nº de cooperados: 95 | Nº de funcionários: 159, sendo 68 fixos e 91 temporários | |
| Quantidade de pivôs instalados: em torno de 75 | | |
| Receita bruta anual: R\$ 231.070.025,00 ¹⁷¹ | | |

Fonte: Copamil. Elaboração do autor.

Figura 26 – Copamil



Copamil, julho de 2018.

5.3 A economia e a política local

A despeito do progresso econômico capitaneado pela força do agronegócio em Iraí de Minas ao longo dos anos, o mesmo não pode ser dito quanto à vida política do município, a qual transcorre em ritmo lento, seguindo o seu próprio curso, ditado por elites dirigentes tradicionais reféns de um sistema político herdado de um passado remoto que ecoa no tempo presente. Ao progresso da agricultura não se fez acompanhar o progresso da política e da cidade.

¹⁷¹ Aproximadamente oito vezes a receita arrecadada pelo município em 2020, que foi de R\$ 29 milhões.

Percebe-se pelos relatos que o espírito empreendedor dos colonos gaúchos padece de uma espécie de desalento ante a política local e seus reflexos no desenvolvimento da cidade. O dinamismo do campo contrasta com a estática da cidade, mas isso parece não os incomodar, dada a autonomia em que vivem em suas propriedades, espécie de novos senhores feudais encastelados nos limites de seus domínios.

Este desalento, esta insatisfação perceptível nos gaúchos ante a política local, trouxe para este trabalho a seguinte questão, relacionando o desenvolvimento econômico com o “atraso político”:

Vocês (gaúchos) acham que é possível usar esta mesma energia colocada a serviço do desenvolvimento econômico (do agronegócio de Iraí) a serviço do desenvolvimento da política e, por conseguinte, do próprio município? Se não, por quê? Se sim, por que o desenvolvimento econômico não reflete no desenvolvimento político? O que impede? (Anexo V)

Colocada em termos mais simples e diretos para os produtores entrevistados, indaguei-lhes caso resolvessem entrar para a política local e disputassem a prefeitura (o governo), passadas as dificuldades de campanha (que não são poucas, como já visto) e, uma vez eleitos, quais seriam as dificuldades que iriam encontrar se resolvessem adotar em seu governo a “mesma lógica” com que administram as suas fazendas, o agronegócio?

A resposta de um deles trouxe elementos bastante elucidativos a esse respeito.

Como se verá, em sua fala o Seu Pedro comentará sobre a indagação que lhe fora feita a partir de um episódio que ocorreu durante a entrevista em sua fazenda, quando um seu funcionário (peão, como se diz nas fazendas da região) se dirigiu a ele perguntando sobre o que fazer com relação a uma bezerra que amanhecera deitada e sem forças para levantar (posição típica do animal desenganado, sem condições de reabilitação). Para a análise da resposta de Seu Pedro sobre a administração da fazenda e da prefeitura, é oportuno resgatar ambas as falas, a do Seu Pedro com o funcionário e, depois, comigo:

Diálogo com o funcionário:

Peão: – Pedro?

Seu Pedro: – Oi!

Peão: – Aquela bezerrinha...

Seu Pedro: – Não, aquela lá você não precisa fazer mais nada não. Eu tava vendo ali. Tenta levantar ela, se ela ficar em pé... Mas eu acho que aquilo lá não...

Peão: – Eu tava pensando talvez se nós desse, se nós partisse um drende pra ela ou misturasse no leite para ver se ela bebia.

Seu Pedro: – É, o drende talvez era mais interessante.

Peão: – Aí no caso nós dividia em parte e dava num litro de leite para ver se ela bebe com o drende.

Seu Pedro: – Faz isso. Porque se ela beber. É, se ela beber, tudo bem, se não... Eu vi que lá tá difícil.

Peão: – Eu acabei de fazer o... nela agora.

Seu Pedro: – Fez, né? É, vê o que que dá, o que pode fazer.

Momentos depois, durante a entrevista:

Não funciona, não combina. Eu penso que não combina porque as decisões, vamos dizer assim, as decisões, vamos dizer assim, nas nossas roças... Você viu? Eu já tinha visto esta bezerra... eu passei e já vi ela, ela tá definhando, mas como nós tinha combinado ontem de fazer um medicamento hoje sequencial, ele já tinha feito o medicamento. Como é que nós vamos fazer com aquilo lá? Vamos dar mais soro? Eu digo não. Já fez? Fez. Decisões imediatas. Não tem muito “oh, vamos lá ver como é que fica. Será que tem que buscar, tem que levar?”. Não, isso com nós não tem. Essa é a parte administrativa que a gente enfrentaria muito. Eu, particularmente, eu tô falando eu na prefeitura. Então, essas decisões, isso aí, pra mim não dá certo. É o meu modo; pra mim não dá certo não, é incompatível. Por isso que eu não vou nem pensar nisso; o nosso modo de pensar é diferente, o meu modo de pensar. (Seu Pedro)

Fica evidente na resposta de Seu Pedro, corroborada pelas respostas de outros produtores rurais, que a dinâmica empregada na administração de suas fazendas que os elevaram à condição de produtores de sucesso na região é simplesmente incompatível com a administração da prefeitura, da coisa pública. Seu Pedro chama a atenção para o caráter decisório da administração de seus negócios, “*decisões imediatas*”. Em menos de um minuto de conversa com o funcionário estava decidido o futuro da bezerra: o que fazer ante o diagnóstico do animal. Decisões tempestivas, céleres, dada a urgência que o caso requer, pouco passíveis de questionamentos pelos subordinados e sem a necessidade de compor interesses com terceiros, como ele mesmo diz: “*é o meu modo*”.

A formatação da cabeça desses homens de negócios parece erguer obstáculos, transponíveis com algum esforço, por certo, numa eventual condução da administração pública em Iraí de Minas; não foram treinados com o traquejo e a ginga requerida na política local como condição necessária para a ocupação dos cargos políticos e exercício do poder em função do interesse público. Talvez por isso mesmo, a quase totalidade deles jamais manifestou interesse direto em concorrer aos cargos políticos, salvo raras exceções de que se dará conta.

A lógica presente em suas fazendas busca sempre por resultados (lucro, se preferirmos), controle de custos, maximização de receitas, tempo de execução das atividades, administração de pessoal, reinvestimentos, expansão contínua etc. Parece-lhes um mundo estranho a administração da prefeitura municipal, atravessada por interesses cruzados diversos e inúmeros, com os quais é preciso compor acordos a todo o momento,

desde com o mais simples cidadão, passando pelas lideranças políticas, até funcionários públicos e empresários, de modo a alcançar governabilidade e, por conseguinte, traduzir esta administração na entrega de serviços públicos de qualidade à população.

Reside aí o seu desalento quando perguntados sobre a política local, uma insatisfação com o modo como a política tem se perpetrado em Iraí; uma indisposição de se apresentarem como agentes transformadores da política que existe (real) para a política que deveria existir (ideal); uma espécie de impotência para alterar o estado de coisas; e como que uma inaptidão para a tarefa, sugerindo que nem todos nasceram para a política. Eles até parecem nutrir uma esperança de que é possível dar outro rumo à política local, embora não saibam como fazer isso.

A parte política... A gente, eu particularmente, não gosto de me envolver muito. Mas, eu falo que tem ... eu não tô falando de A ou B ou C. Nesses quarenta anos, desde o primeiro dia que nós descemos aqui até hoje, parece que a parte política não tem aquele interesse para ajudar, fazer, melhorar. É sempre a parte da agricultura que tá fazendo pra política crescer. Não é ela ajudando nós, é pouquíssima coisa que ajuda, pouquíssima. Tanto é que quando nós tinha linha de crédito para cada produtor, a prefeitura tinha linha de crédito disponível para saneamento básico pra cidade, não foi aceito na época porque era um compromisso muito longo. Tinha linha de crédito disponível, mesma linha de crédito com quarenta, vinte anos pra pagar. Não foi aceito. Eu particularmente não me envolvo, procuro ficar distante, mas a agricultura, a agropecuária de Iraí faz pra prefeitura. A prefeitura não faz pro povo. Não é de hoje. (Seu Pedro)

É verdade que não se trata de uma incompatibilidade absoluta entre esses homens de negócios e a atividade política; existem outras razões que os afastam da política local, como a ausência do gosto pelo jogo político, a autonomia de suas vidas (não dependem da prefeitura) ou, ainda, o fato de não querer desembolsar dinheiro com a política.

Por certo que não se esperaria encontrar uma identidade de funções entre a administração gerencial das fazendas e a administração pública da prefeitura, como se a administração da primeira pudesse ser espelhada na segunda. Os próprios produtores são cientes desta “impossibilidade lógica”, certamente a principal razão de a política local os afugentar. Mas, ao se aproximar estas duas lógicas (administração privada e administração pública), que parecem se repelir mutuamente, ganham maior nitidez os traços característicos de cada uma delas, evidenciando que cada qual opera numa lógica que lhe é própria, segundo um código que lhe é específico, tornando possível a convivência num mesmo espaço, sem maiores traumas, de um agronegócio tido como

“moderno” e exemplar e de uma política tida “como atrasada”, ainda que isso possa parecer paradoxal.

É oportuno retomar aqui a questão da aptidão/inaptidão para a política, trazida em trecho de fala do Seu Pedro, que nos ajuda a compreender a razão de um deles, o gaúcho João Dias, igualmente colono do Prodecer, ter ingressado e feito carreira na política local, tornando-se atualmente um dos políticos de maior prestígio no município após ter sido eleito vereador por um mandato e prefeito por três mandatos, enquanto os demais se mantêm afastados desta arena.

Ali como diz o, vamos falar assim, é como eu já comentei, eu como político sou uma negação, ele já é mais político, o João Dias, ele já é mais político. Ele sempre foi assim, desde que eu conheci ele aqui, ele era mais chegado na turma. Ele conversa mais, e a gente ficava assim... Para ser um pouco político você tem que ter um pouquinho de lábia, você não pode ficar, você sabe, né? Se eu chegar num lugar assim, às vezes, você não vai nem lembrar de mim. Não sou do ramo, ele já era um, e foi feliz, tanto é que quando ele entrou como vereador foi o vereador mais votado, pegou mais votos que o prefeito. Ele é forte. (Seu Pedro)

João Dias já há quase trinta anos é destaque na política iraiense; representa a maior figura do grupo político (PDT) que tem rivalizado com o grupo político do PMDB, este liderado por Paulo Souza. O primeiro chegou a Iraí com os demais colonos gaúchos, enquanto o último é mineiro, nativo do lugar¹⁷².

Perceba-se que, ao tempo que Seu Pedro acentua o fato de que ele próprio não é do ramo, mostra que João Dias – *é mais político, ele sempre foi assim... Ele era mais chegado na turma*” – parece ter sido vocacionado para a coisa política, talhado naturalmente para o ofício. É interessante contrapor a esta suposta aptidão quase que natural de João Dias para o exercício do cargo político outra visão sugerida por outro produtor rural gaúcho, também pioneiro do Prodecer e, portanto, contemporâneo de João Dias.

Enquanto a gente estava abrindo as terras (desmatando) e plantando, ele (João Dias) contratava peão e ficava até três, quatro dias ou mais sem ir ver a terra, cuidar. Ele buscou uma vida mais fácil, sem trabalho. Queria mordomias, empregos pra gente da família. João Dias deu origem à cultura do dinheiro (na política de Iraí de Minas). (Seu Cipriano).

¹⁷² Apenas outros três gaúchos se interessaram pela vida política do município: Venâncio (vereador entre 1989 a 1992), Gaspar (vice-prefeito entre 1993/1996) e Joaquim Barros, vereador por quatro mandatos (2001/2016) e prefeito entre 2017/2020. Os dois primeiros com rápida passagem; já o último, político de longa data.

Note-se que aqui não se trata mais apenas do sujeito supostamente vocacionado para a política, mas de alguém que vê em João Dias um homem que enxerga na política um meio de vida mais tranquilo, com menor dispêndio de trabalho quando comparado aos anos mais difíceis de plantio nas terras do cerrado de Iraí de Minas.

Não obstante estas duas visões, carisma/vocação e interesses próprios incidentes sobre um mesmo homem, o fato é que João Dias, desde seus primeiros anos em Iraí, tem-se dedicado mais às atividades políticas que propriamente às atividades do campo, havendo inclusive ao longo dos anos tendo de dispor de patrimônio – venda de parte das terras recebidas – para o pagamento de dívidas de campanhas eleitorais. Não por acaso, tem concentrado os negócios da família Dias em outras áreas que não a agricultura, como posto de combustível e supermercado, ambos fornecedores da prefeitura.

Veja-se também que a ele é atribuída a “culpa” por ter originado “a cultura do dinheiro” na política de Iraí de Minas, fato este consensual quando se fala em origem do dinheiro na política local.

Mas foi no mandato do João Dias, no primeiro mandato dele (compra de votos)... Foi (entrada do dinheiro) e madeira também, porque ele tinha a madeireira, aquela casa do Nando (irmão dele) dele, lá ele deu madeira pro Nando, o pai lembra. Aí foi no primeiro mandato dele, aí foi onde surgiu o mundo da compra de voto, foi aquela vez. (Denis)

Quando o João Dias foi candidato a vereador a primeira vez, foi aí que começou o dinheiro. Ele injetou pesado. Até então o Iraí quando falava em compra de voto era um par de botina, coisinha mínima. O João Dias disse que vendeu um caminhão de feijão, embolsou tudo e investiu lá. Foi o vereador mais votado da época. (Valmir)

Sem escapar ao foco deste capítulo, a presença dos gaúchos em Iraí, o desenvolvimento do agronegócio, o interesse por alguns deles na política local e a dicotomia entre o dinamismo do agronegócio e o “atraso” da política, acrescenta-se que a entrada de alguns dos gaúchos¹⁷³ para a política local não contribuiu para que a cidade superasse as velhas formas de governo, ao contrário, adequou-se ao *modus operandi* existente, reforçando estruturas herdadas dos mineiros que os antecederam na política do município, tendo a ela acrescentado o dinheiro como elemento persuasivo.

¹⁷³ Em entrevista com o Sr. Aroldo, gerente do Banco do Brasil à época da implantação do Prodecer em Iraí de Minas, ele já enfatizara o ponto sugerido por Seu Cipriano, segundo o qual os dois gaúchos que foram para a política da cidade (João Dias e Joaquim Barros) “*nunca gostaram de trabalhar*” na agricultura, em comparação com os outros, dedicados ao trabalho no campo: “*Cinco irmãos, não tem nenhum igual, concorda? (mostrando os dedos da mão). Por incrível que pareça, os dois gaúchos (João Dias e Joaquim Barros) entre outros, mais tranquilão que nunca foi chegado a pegar pra valer (ao trabalho), adivinha? Joaquim Barros e João Dias*”.

O dinamismo do agronegócio deu origem ao dito “Iraí de Minas é antes e depois dos gaúchos”. Ao longo destes quarenta anos de chegada dos colonos, a cidade experimentou um razoável desenvolvimento em relação ao que era, um imenso cerrado nativo. Entretanto, não é menos verdade que se o agronegócio cresceu a taxas exponenciais neste meio-tempo, o desenvolvimento da cidade, para o qual a política é de extrema importância¹⁷⁴, cresceu em razão aritmética, demonstrando duas coisas: a primeira é que o desenvolvimento econômico não se fez acompanhar pelo desenvolvimento político e da sociedade como um todo; a segunda, que estes dois campos possuem dinâmicas próprias. A ideia de que a esfera política não é redutível à esfera econômica se confirma, como já formulara Max Weber, não sendo de estranhar que o “progresso” de um conviva em paz com a “miséria” do outro num mesmo espaço social.

5.4 Weber no cerrado mineiro

Considero oportuno, antes de fechar este capítulo, examinar, ainda que *en passant*, um aspecto constatado no estudo quando se observa a presença dos gaúchos em Iraí de Minas: a sua ética de trabalho. Isso será feito cotejando o seu modo de ser com a famosa tese weberiana presente no estudo da Ética protestante.

No estudo da Ética, Weber enfatiza o quanto a gênese do capitalismo moderno foi influenciada pelo modo de vida dos puritanos a partir da crença na teoria da predestinação, assentada na ideia de escolhidos e condenados. Em síntese, o puritano encontrou no trabalho o “*signal da graça divina*” e a convicção de ser um escolhido e, a partir desta crença fundamental, toma-o como um dever, um fim em si mesmo, o atendimento do chamado providencial.

Trata-se de um trabalho não com a finalidade de auferir riquezas destinadas ao prazer, ao ócio e ao luxo, mas como o atendimento de um dever vocacional “*para a glória de Deus*”. Junte-se a isso o estilo de vida puritano, baseado numa vida frugal com a consequente formação de poupança (capital). Outro não poderia ser o uso deste capital que não o reinvestimento nos negócios, na geração de mais trabalho em benefício do indivíduo e da própria sociedade, para a “*glória de Deus*”.

¹⁷⁴ Nos quarenta anos do Prodecer em Iraí de Minas, os dois gaúchos já mencionados (João Dias e Joaquim Barros) ficaram à frente do poder político e da prefeitura municipal por quatro mandatos e 16 anos (três com João Dias – 1997/2000, 2001/2004 e 2009/2012 – e um com Joaquim Barros – 2017/2020).

Para Weber, a ideia do trabalho (“*intensa atividade profissional*”) como dever vocacional, aliada ao estilo de vida frugal dos puritanos, estabelece os pilares para o florescimento do capitalismo moderno.

Não é trabalho em si, mas um trabalho racional, uma vocação, que é pedida por Deus (...). Combinando essa restrição do consumo com essa liberação da procura de riqueza, é óbvio o resultado que daí decorre: a acumulação capitalista através da compulsão ascética à poupança. As restrições impostas ao uso da riqueza adquirida só poderiam levar a seu uso produtivo como investimento de capital. (Weber, 2001, p. 115, 124).

Voltando ao campo empírico, os gaúchos, hoje consolidados como produtores rurais, chegaram a Iraí de Minas com uma estrutura mental formada por uma ética de trabalho herdada de seus pais¹⁷⁵ em suas cidades de origem. Nesses locais, receberam a educação do campo, predominantemente agrária, sendo a mão de obra familiar a base para o trabalho em suas pequenas propriedades e o meio necessário para a garantia da própria sobrevivência.

Exatamente pelo fato de esta sobrevivência no campo estar ameaçada pelo aumento da família sob uma mesma terra (minifúndio), é que a Cosuel tinha entre seus objetivos adquirir terras em outras regiões que pudessem abrigar os filhos dos produtores. Esse objetivo, como vimos, conformou-se com o propósito dos militares em expandir a fronteira agrícola para o cerrado.

Já nos primeiros tempos em Iraí, esse trabalho familiar direto na condução da propriedade teve uma importância fundamental para o êxito do programa.

Quantas e quantas vezes eu cheguei lá (Aroldo, fiscal do BB) no cerrado, a filha do Isaías, hoje deve estar com uns 38/39 anos, debaixo de uma lona, não tinha lona preta ainda não, só as amarelas, debaixo de um pau-terra, deitada num cesto, e ele lá mexendo, ele e a mulher arando. As filhas dos Numan, alemãozada, eles lá na frente com os trator arrancando as raízes e aquela alemoadazinha de dois metros de altura atrás, vermelha igual a um pimentão, já enraizando pra pôr fogo pra poder arar, desbravando. Quando eles vieram pra cá (os Tralli – descendentes de holandeses, atualmente ricos fazendeiros) lá no terreno. Ees tinham uma barraca de campo que cabia um só, um dormia à noite, o outro dormia de dia. Eles tinham uma Belina, sabe aquelas Belinona antiga parecendo carro funerário, cor de café. (Aroldo, primeiro gerente do Banco do Brasil)

Com o passar do tempo, a simples extensão das terras (grandes propriedades com mais de 300 hectares), aliada ao desenvolvimento das lavouras, demandou dos gaúchos a

¹⁷⁵ A maioria dos gaúchos em Iraí de Minas é de ascendência europeia (alemães e italianos fundamentalmente); muitos dos seus familiares, pais e avós, eram de religião protestante.

contratação de mão de obra¹⁷⁶, mas, sem o concurso do seu próprio trabalho/gerenciamento, é duvidoso que o Prodecer teria alcançado o êxito que obteve.

Aí era aquela história, vamos falar assim, eu não tinha nada a perder, era solteiro, não tinha... Se eu voltasse, se desse problema aqui, nós ia embora, ia lá e continuava trabalhando lá. Nossa técnica era trabalhar, nosso intuito era trabalhar. Tanto é que a Campo, quando nós começamos a trabalhar, pegamos os tratores e trabalhando, aí chegava os técnicos da Campo, da Emater, e falava assim: “O que você tá fazendo aí? Você tem que administrar isso aí, arrumar funcionário pra tocar isso aí”. Eu digo “Não, esse chão aí nos vamos desbravar ele, nós vamos conhecer palma a palmo aqui”. Eu vou te falar, essas terras nossa aí não tem um centímetro que eu não passei nos primeiros, vamos falar assim, vinte anos. (Seu Pedro)

Essa estrutura mental dos gaúchos de Iraí de Minas, herdada de seus antepassados ainda quando crianças no Sul, combinou-se perfeitamente com o que deles se esperava para a implantação do projeto, uma ética de trabalho vista como um fim em si, uma necessidade de “*fazer dar certo*”.

Saiu de lá, vamos dizer assim, muitas pessoas amigas apoiaram, outros criticaram: “O que que vocês vão fazer lá? Vocês estão bem aqui”. Saiu assim já pressionados, com uma responsabilidade muito grande. Não pode fracassar, se fracassar... Você vem pra uma região totalmente desconhecida, ninguém te conhecia, outra cultura, os costumes, todo mundo desconfiado, “o que que estes caras estão fazendo aqui?”. Então a gente tem que mostrar pra que que a gente veio, não pode fazer bobagem, né? Um clima totalmente diferente, ter que começar do zero. (Seu Leandro).

Por certo que quando os gaúchos chegaram a Iraí de Minas, outra coisa deles não se esperava que não uma “intensa dedicação ao trabalho”; eles próprios sabiam que teriam de contar fundamentalmente com o trabalho familiar, mesmo porque muitos não dispunham de recursos para contratar ajudantes. Muito longe ainda se estava do desenvolvimento das lavouras e do florescimento do agronegócio. E eles trabalharam.

O curioso é que, mesmo após estes pioneiros gaúchos da primeira geração tornarem-se grandes produtores rurais, ainda hoje se observa que a velha ética do trabalho não só os acompanha como tem sido repassada aos filhos (segunda geração) e mesmo aos netos (terceira geração).

É comum, em visita às suas modernas fazendas, encontrá-los na lida, e não apenas em atividades de escritório/gerenciais, mas no trabalho pesado, em cima de tratores, cuidando das lavouras juntamente com seus funcionários, especialmente os

176 A necessidade de mão de obra ativou um fluxo migratório especialmente de trabalhadores vindos do norte de Minas, em sua maioria, residentes no bairro Bagagem, que, por sua vez, deu origem à famosa compra de votos na cidade, como já mostramos.

filhos dos gaúchos, dando continuidade à atividade dos pais, que vão paulatinamente cedendo ao peso dos anos, mas sem jamais “tirarem o olho do próprio negócio”.

Certa vez, quando ia à fazenda do Seu Leandro¹⁷⁷ para uma entrevista, num sábado em final de tarde, ao chegar à fazenda notei que o seu filho de uns 25 anos, com as roupas molhadas e sujas de lama vermelha, lavava um pulverizador agrícola, quando nem mesmo os funcionários se achavam mais na fazenda. Em outra ocasião, quando cheguei à fazenda de Seu Pedro¹⁷⁸, enquanto ele estava no escritório, o filho com um funcionário da fazenda faziam um “combate” (espécie de banho químico para afastar moscas e demais parasitas dos animais) no gado. Assim, é comum chegar a essas propriedades e confundir o patrão com o empregado, tomando um pelo outro, a se considerar a atividade em execução.

Vê-se que ainda hoje alguma coisa desta ética do trabalho de que nos falara Weber permanece entre estes colonos gaúchos de Iraí de Minas, mas com as peculiaridades locais, por certo. Mesmo que essa ética do trabalho não tenha sido uma herança que os gaúchos receberam dos seus antepassados protestantes, algo não evidenciado empiricamente, parece-nos que tenha sido muito mais um produto das circunstâncias a que foram submetidos. Era preciso “*fazer dar certo*”, mas o fato é que essa predisposição ao trabalho é uma constante na maioria deles.

A ideia de vida frugal, por outro lado, passa longe da maioria deles, sejam pais ou filhos. Sem o peso das “*sanções psicológicas*” de um passado remoto, o sucesso do agronegócio induz-lhes a uma vida faustosa, nada puritana. A maioria vive em suas fazendas em verdadeiros palacetes, com casas suntuosas, jardins bem trabalhados, represas artificiais, empregados domésticos e segurança privada, claro. Apreciam um churrasco homérico regado a bons vinhos.

Pelas ruas da cidade é fato que já não causa espanto vê-los em suas luxuosas caminhonetes¹⁷⁹ “do ano”, trocadas por outras mais novas com regularidade. Se há um tempo a riqueza auferida tinha por fundamento, ainda que no discurso, a “*glória de Deus*”, entre os gaúchos de Iraí de Minas ela serve à boa vida, mas também à expansão

¹⁷⁷ Grande produtor rural, gaúcho de origem alemã, pioneiro do Prodecer, e ainda dono do prédio do Banco do Brasil da cidade. Homem conhecido na cidade por sempre trajar roupas surradas e com as marcas do trabalho na roça, chapéu de aba larga, levando nos pés sandálias havaianas não menos gastas que as vestimentas.

¹⁷⁸ Também um pioneiro do Prodecer e grande produtor rural da região.

¹⁷⁹ Um desses produtores pioneiros possui, além das já “comuns” caminhonetes, veículos de luxo como Porsche e Camaro.

dos negócios. É que os louros do agronegócio podem servir a diferentes propósitos, inclusive para seu uso político, como se verá.

Mas a ética do trabalho autoimposta por estes gaúchos no trabalho do campo ainda hoje persiste; eles têm grandes dificuldades em aliviar sua carga de trabalho nas fazendas, de se “desligar” dos negócios ainda que por alguns dias, mesmo sendo hoje muito deste trabalho de natureza administrativo/gerencial, como que uma “*sanção psicológica*” os obrigasse a ter a fazenda em mente 24 horas por dia, ainda que suavizem isso com os luxos que o dinheiro pode pagar, desde que não se tenha de sair da fazenda.

Antes, ia ao Sul uma vez no ano; hoje vou mais vezes no ano, mas fico poucos dias lá. (Seu Cipriano).

Não consegue ficar muito tempo não (de férias longe da fazenda). Pode até um ou outro conseguir, mas eu não consigo muito tempo. Assim, eu tenho o Gerso que tá aqui (filho do Seu Pedro), é igual ou melhor que eu. Eu falo que ele é igual ou melhor que eu, mas eu me afasto, eu tento ficar afastado, assim uns dois dias, três dias, aí começo a me informar, como é que tá. Aí você começa a lembrar daquele negócio lá (na fazenda), tal e tal. A gente tá ligado em tudo, né? Eu fiquei agora dez dias fora; o primeiro dia, o segundo dia de viagem, eu tava viajando, eu já comecei a mandar mensagem pro Gerso: “Olha aquilo pra nós, como é que ficou? Vê se tá tudo sob controle”. Não, não é fácil desligar não, não é fácil pra mim desligar não. (Seu Pedro)

É, agora passa a ser o foco, a gente ainda tá com sessenta anos, né? Isso tudo não tá descartado (expandir os negócios para outras terras), a gente tem de, como diz, se a gente parar vem uma multidão atrás que vai passar por cima, atropelar. A gente tem de ir acompanhando, pelo menos acompanhar a correnteza, né? (Seu Leandro)

Compreender a importância dos produtores rurais gaúchos em Iraí de Minas do ponto de vista econômico, com o desenvolvimento do agronegócio na região, e seus reflexos na esfera político-social, nos levou à recuperação de um contexto histórico de inserção da agricultura brasileira no cenário mundial nos anos 1970, com a consequente expansão da fronteira agrícola nacional para a Região dos Cerrados, em caráter pioneiro para a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, ganhando destaque pelo sucesso obtido pelo Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados, o Prodecer¹⁸⁰, implantado na pequena Iraí com o concurso da mão de obra dos gaúchos, que para lá foram no final da década de 1970.

¹⁸⁰ O sucesso dos programas Padap (1973) e Prodecer (1976), especialmente deste último, fez deles experiências-piloto para a expansão da fronteira agrícola na Região dos Cerrados nos anos seguintes em toda a Região do Centro-Oeste, Bahia, Maranhão e Tocantins (Prodecer I, II e III – 1976/1998), além do próprio PAD/DF (1977), implantado na Região de Cerrado do Distrito Federal.

Vimos que a seleção desses colonos gaúchos se deu de forma excludente, sendo a maioria deles escolhida pela antiga Cosuel, hoje Copamil em Iraí, que levou em conta tanto a necessidade de expansão da área de atuação da cooperativa, como a necessidade de contemplar os filhos dos cooperados com terras em outras regiões. Já os demais colonos foram escolhidos pela Campo a partir de alguma proximidade que possuíam com alguns dos atores envolvidos na implantação do projeto em Iraí.

Aos produtores rurais nativos do lugar não foi estendida a possibilidade de participar do projeto, exceto aqueles que possuíam grandes extensões de terras; estes tiveram uma participação, mas apenas na venda de suas terras em que viriam a se instalar os colonos do programa.

Com os pesados investimentos subsidiados do programa, aliados à indispensável assistência técnica para o cultivo no cerrado, deu-se o inevitável desenvolvimento do agronegócio local, ainda que a igualdade de oportunidades oferecidas a todos os colonos não os tenha levado a bons resultados; alguns se tornaram grandes produtores rurais, outros não tão grandes, enquanto alguns poucos foram “expelidos” pelos grandes produtores no processo de concentração fundiária experimentado nos anos seguintes à implantação do programa.

É possível conjecturar que, sob as ótimas condições ofertadas pelos subsídios governamentais, possivelmente o desenvolvimento do programa se daria ainda que com o concurso de outra mão de obra que não a dos colonos gaúchos. Certamente, o maior entrave neste caso seria superar a própria barreira cultural, especialmente dos nativos, que tinham o cerrado como terra infértil, nelas produzindo apenas para a subsistência nas “terras de cultura”, enquanto o colono gaúcho para lá se dirigiu com alguma experiência na agricultura, aliada a uma forte ética de trabalho, mas igualmente ignorante em relação ao cultivo em terras do cerrado.

Um aspecto fundamental que observamos, por se relacionar diretamente com o escopo deste trabalho, diz respeito ao descompasso entre o desenvolvimento do agronegócio local, a ponto de ter servido como vitrine para o desenvolvimento de projetos similares em outras áreas do país, com o “atraso” da política, ressentido inclusive pelos próprios gaúchos, numa espécie de desalento e sentimento de impotência ante o quadro geral da política no município e um modelo ideal que gostariam de ver adotado. Isso evidencia que o desenvolvimento da economia (agronegócio) e o da política local têm seguido caminhos próprios no município.

Embora o poderio econômico dos gaúchos os credencie “naturalmente”, a qualquer tempo, se não para o exercício do poder político local, ao menos para a influência direta nele, constatamos que apenas dois dos colonos gaúchos têm se interessado em participar ativamente da política do município (João Dias, ex-prefeito por três mandatos, e Joaquim Barros, ex-prefeito entre 2017/2020).

Entre os produtores gaúchos entrevistados, basicamente duas são as razões para não fazê-lo: incompatibilidade entre o modo como administram suas fazendas, verdadeiras empresas privadas, a lógica administrativo-gerencial em que foram treinados e a lógica exigida na administração da prefeitura municipal (administração pública), atravessada por interesses diversos. Ademais, apontam uma suposta inaptidão para o exercício do ofício público, sugerindo que nem todos são vocacionados para a atividade política.

Os dois produtores gaúchos que se interessaram pela política local, ambos integrantes do mesmo grupo político, não obstante dela fazerem parte há quase trinta anos, vinte dos quais à frente da administração do município, diferentemente do que se poderia pensar, muito mais têm dado continuidade ao modo de se governar herdado dos mineiros nativos, do que a ele acrescentaram novos elementos de gestão. Adaptaram-se a um modelo de administração vigente que ultrapassa o tempo, a despeito das divergências partidárias entre gaúchos e mineiros em Iraí de Minas, alternando uns e outros no poder local.

Considerações Finais

Buscamos nesta pesquisa compreender o exercício do poder político local em Iraí de Minas, capturar a lógica imanente que o mantém vivo e garante a sua continuidade ao longo do tempo, forjando uma cultura política que vincula indivíduos e grupos num sistema coeso e duradouro de relações sociais. Para tanto, aproveitando do acaso de minha própria trajetória individual, utilizei-me da dupla condição de pesquisador e nativo para empreender uma jornada ao núcleo dessa vida política.

De imediato, emergiu das primeiras observações a constatação de um forte partidarismo político existente e que divide a população em dois grupos políticos rivais, não por questões ideológicas, mas pelo sentimento de pertencimento a um grupo político que funciona como uma espécie de família ampliada, não obstante as diferentes siglas partidárias às quais possam se vincular estes grupos. Essa observação germinal nos levou a buscar as origens desse monopólio da política local por estes dois grupos a ponto de não haver, até o momento, espaço para a emergência de um terceiro grupo.

Desse modo, estendemos as análises e identificamos que, já quando da emancipação do município, ocorrida em 1962, a política em Iraí se apresentou como uma disputa de dois grupos, àquela época uma disputa de duas famílias, cujos patriarcas foram Francisquinho e Tião.

O correr do tempo fez com que os filhos, netos, amigos, familiares e demais pessoas próximas de um e de outro recebessem essa herança de berço, familiar, como que sendo educados nas fileiras daquele grupo político desde então. Passou-se assim a se gestar no interior de cada um desses grupos um sentimento de pertencimento, de identidade que, com o passar dos anos e a cada disputa política, cristalizou uma tradição transmitida de pai para filho ainda hoje, embora com menos força que no passado.

Notamos que, se por um lado, nos primeiros tempos a herança familiar exerceu uma importância fundamental no pertencimento a este ou àquele grupo, com ainda mais força foi se desenvolvendo uma verdadeira paixão, um gosto pela política local. Primeiro, pelo grupo político em si, ao qual se vinculava o indivíduo; depois, pela participação mais ampla na política para além do grupo político, uma participação total que leva os indivíduos, em sua maioria, a participarem da política local em todo o seu desenrolar, especialmente durante os períodos das acirradas campanhas eleitorais. Preocupam-se em saber quem serão os candidatos, as intrigas, fofocas, arranjos de bastidores, a que lado se vinculará tal família, a avaliação do governo, a dificuldade da reeleição, as promessas não

cumpridas e tudo o mais que possa estar relacionado à vida política local. O assunto se resume a um só em qualquer roda de conversa de que se aproxime: a política local¹⁸¹.

Esta paixão política que deixa as pessoas “doentes”, “vacinadas”, como dizem os nativos, e que divide a cidade, é a decorrência natural das diminutas dimensões geográfica e populacional do município, que levam as relações sociais cotidianas para o face a face, inclusive as relações políticas. A proximidade entre eleitores e representantes políticos induz relações sociais muitas vezes personalíssimas.

Não se trata de um candidato de uma típica cidade grande que leva sua mensagem padronizada e codificada em segundos, transmitida por um aparelho de TV, cuidadosamente preparada para atingir indistintamente cidadãos genéricos, os quais pouco ou quase nada sabem dos candidatos além dessas mensagens maçantes a que são submetidos.

O candidato em Iraí de Minas é conhecido, sabe-se a sua genealogia familiar e o que faz da vida. Frequentemente prende-se a seu eleitor por laços familiares, de amizade, compadrio e camaradagens vivenciadas ao longo de uma vida em comum. Deve sempre buscar o voto do eleitor por meio do contato direto, pessoal, dentro da casa dele, preferencialmente. É ali, no âmbito privado, entre os cumprimentos e as xícaras de café, que o candidato lembra ao eleitor dessa amizade, de um favor por ele feito no passado, de ambos serem do mesmo grupo político, de suas intenções e, também, quando a situação se apresenta, como recurso de convencimento, a oferta de alguma ajuda indireta ou direta mediante a pura e simples compra de voto. É por aí que o voto vai sendo decidido em Iraí de Minas.

Ademais disso, é essa mesma paixão política que faz com que os indivíduos se aferrem aos seus grupos políticos, e é dela que surgem os candidatos, os militantes como os cabos eleitorais e os gatos de política. É essa paixão que alimenta os comícios, fomenta o desejo de ganhar, empurra a todos os candidatos e correigionários para a busca pelos votos de porta em porta, para a troca de ofensas entre os rivais, torna as disputas acirradas, traz para a campanha vultosas somas de dinheiro, seja para o custeio das despesas legais, seja para a cerveja dos comícios e a compra daqueles últimos votos com os quais se espera alcançar a vitória. Sem essa noção de paixão em mente, perde-se de vista parte da força motriz da política iraiense.

¹⁸¹ Espécie de Jogo Absorvente de que nos fala Geertz (Geertz, 2008, p. 185-213).

Identificamos outra chave explicativa da política iraiense que vincula eleitor e candidatos, a saber, os compromissos, as promessas. Impera em Iraí de Minas um verdadeiro sistema de prestações e contraprestações, uma variação do *potlatch* de que nos falara Mauss, a obrigação de “*dar, receber e retribuir*”. Especialmente na eleição para prefeito, embora também os vereadores façam uso disso, não se concebe uma eleição sem o recurso às promessas de campanha. Contudo, não se trata de promessas abstratas, mas de promessas que afetam diretamente a vida prática dos indivíduos, sendo a principal delas a promessa de emprego na prefeitura. Não se vence uma eleição para prefeito em Iraí sem o largo uso desse recurso. É bem verdade que candidato e eleitor sabem da impossibilidade fática de colocar todos na prefeitura, entretanto, isso não os impede de firmarem este pacto, a princípio voluntário, mas que em verdade estabelece obrigações recíprocas entre ambos.

Comprometer-se com o voto, nesse sentido, é, em alguma ou em grande medida, colocar-se a serviço do grupo político em busca da vitória. Não se trata simplesmente de dizer que irá votar, trata-se de uma entrega pessoal, de vestir a camisa, balançar a bandeira, colocar o adesivo no carro e no portão. Por outro lado, comprometer-se a dar o serviço, exigência inescapável para a vitória, é colocar-se numa situação de devedor perante o eleitor. Vencer a eleição e não cumprir o acordado é a certeza de uma ruptura desse vínculo de parte desses eleitores que se prenderam ao grupo político do prefeito vencedor, daí por que se compreende que aqueles com os quais se faltou com a palavra frequentemente, na eleição seguinte, migram para o grupo rival e, com isso, quase sempre, fazem o pêndulo oscilar para o outro lado, praticamente impossibilitando o projeto de reeleição.

O mesmo pode ser dito com relação às promessas de contratos com a prefeitura. Para muitos, vencer a eleição tem o significado de adquirir o direito legítimo de participar de alguma fração da coisa pública.

Esta pesquisa também mostrou que em Iraí de Minas a força da lei, dos comandos normativos abstratos, pouco pode quando topa com práticas sociais tradicionais. A esse respeito, vimos que leis e comandos normativos como a obrigatoriedade de licitação, transparência, responsabilidade fiscal, concurso públicos e planejamento orçamentário têm pouca eficácia na administração pública iraiense, sendo, inclusive, estranho ao cidadão comum, tão acostumado com as práticas do passado que ecoam no presente, se a prefeitura compra do posto de combustível ou do supermercado vinculados ao grupo político rival. O costume impõe a contratação da empresa vinculada

ao grupo político vencedor, não importa o que diga a Lei de Licitações. O mesmo vale para outras abstrações legais como o concurso público, havendo até cidadãos que reclamam a volta ao passado, em que o prefeito que ganhava, numa só canetada demitia todos os funcionários do prefeito anterior para nomear os seus, ou então aqueles outros que até desejam o concurso, contanto que estejam na lista dos aprovados.

Não se trata muitas das vezes de um mero capricho ou intenção deliberada do prefeito de descumprir a norma, embora isso também ocorra; por vezes, trata-se da falta de competência técnica do aparato administrativo ou, mais comumente, da rendição do prefeito à pressão que vem daqueles que o ajudaram a ganhar a eleição, o que o leva frequentemente a infringir a lei a fim de acomodar os interesses dos companheiros políticos, ao cumprimento de sua parte no acordo de reciprocidades de que falamos anteriormente. Cumpre ajustar-se à tradição herdada, à lógica dominante na política local.

A compreensão da vida política em Iraí passa, incontornável e necessariamente, pelo exame do papel do dinheiro na política. Demonstramos, com fartura de evidências empíricas, que ele perpassa de alto a baixo o sistema político local. A sua importância se faz sentir na escolha dos candidatos, especialmente do candidato a prefeito. Aquele que tem mais recursos e disponibilidade para gastar, uma vez que é do candidato a prefeito que se espera que venha o grosso do dinheiro da campanha, indubitavelmente será o escolhido pelo grupo político como o candidato do partido. Do dinheiro dependem a mobilização e o esforço de campanha, desde o pagamento das “meninas” que são contratadas para balançar bandeira, passando pelo pagamento das cervejas dos comícios, até a compra de votos.

Trata-se de quantias milionárias, muito além daqueles montantes fixados como legítimos pela Justiça Eleitoral, os quais, aliás, não guardam correspondência objetiva com a realidade social do município, sendo arbitrários e insuficientes até para o custeio das despesas legais. É um dinheiro que, por assim dizer, chega ao eleitor, chega a sua casa tal como o candidato. É a cerveja que ele bebe no comício, a gasolina que coloca no carro, o churrasco que partilha com os amigos, o material de construção ou o exame médico, e é também o dinheiro que chega, mormente pelas mãos do gato de política, para a compra do voto. Por aí se compreende a força da expressão *“Em Iraí, pobre não ganha eleição, principalmente se for para prefeito”*.

É oportuno registrar ainda que nesta pesquisa buscou-se, usufruindo do privilégio da dupla condição de pesquisador/nativo, mergulhar na realidade empírica da vida política local e dela retirar o barro de que se fez esta tese.

Nesse sentido, alcançamos camadas pouco visíveis a um observador externo, como as variáveis constitutivas da base de apoio de um candidato a vereador e que explicam a sua eleição; as limitações para o exercício da função; a ociosidade de seu tempo de trabalho; as estratégias de que se utiliza para votar, sempre permeadas por um sofisticado cálculo racional que leva em conta o saldo político de seus posicionamentos; o sofrimento pessoal e mesmo a alteração dos seus padrões de sensibilidade.

Da mesma forma, identificamos uma imagem negativa da política local, alimentada e reproduzida pela população em geral, que, entretanto, refugia-se no comodismo da vida privada e abstém-se de uma participação ativa na construção da política enquanto atividade virtuosa.

Ao nos debruçarmos sobre as figuras dos prefeitos, evidenciamos quão acirradas são as disputas eleitorais em Iraí de Minas, como na eleição de 1972, em que os candidatos a vereador Gildo e Fernando empataram, cada um obtendo 89 votos (a nona cadeira dessa eleição foi decidida em favor de Gildo, que tinha maior idade). Ou ainda a lendária eleição de 2008, em que João Dias venceu Paulo Souza na disputa pela prefeitura com apenas sete votos de diferença.

Observamos igualmente o quão fortes são os laços que vinculam os atos de governo aos compromissos assumidos em campanha, e como o poder da caneta é usado como afago ou chicote, a depender das circunstâncias e da pressão a que está submetido o prefeito.

Frisamos a importância, durante as campanhas, da busca pelos candidatos, por causar uma impressão de realidade pela demonstração de força através do número e, com isso, influenciar o voto dos eleitores, fazendo uso também dessa aparência de realidade como instrumento de convencimento.

De modo acessório, em respeito ao campo etnográfico da pesquisa, mas também por indiretamente se relacionar com o objeto do estudo, buscamos compreender a presença dos gaúchos em Iraí de Minas e seu impacto na vida social, inclusive na esfera política, sobressaindo destes exames a sua importância econômica local, fato este que os credencia naturalmente para o exercício do poder político ou, ao menos, para a sua influência direta nele. Ressaltamos também que este desenvolvimento econômico capitaneado pelos gaúchos convive com o exercício de formas tradicionais da política, demonstrando a existência de lógicas próprias em uma e outra esfera social.

Buscamos nesta tese capturar os padrões gerais duráveis encontrados na vida política municipal a partir de uma descrição densa das relações estabelecidas entre os

atores políticos e a população em geral em suas vivências diárias. Não ignoramos que muitos dos achados desta pesquisa podem ser extensíveis a outros municípios brasileiros, quiçá à vida política nacional, algo que demandaria a realização de novas pesquisas que fogem ao escopo deste trabalho.

Por último, ousamos dizer que a vida política em Iraí de Minas e o exercício do poder político que dela decorre são o resultado da ação conjunta e interdependente de dirigentes políticos e população em geral, unidos entre si por meio de relações sociais complexas e sofisticadas, constitutivas de um sistema de reciprocidades que, sobretudo em épocas de campanhas eleitorais, “*envolve a cidade inteira*”, como diria Seu Mauro, constituindo um “*fato social total*”, diria Mauss.

Esperamos ter contribuído, mediante esta pesquisa etnográfica de imersão entre os nativos iraienses, para a atualização e o avanço dos estudos sobre o tema do poder político local, reservando para outro momento e outros pesquisadores o teste empírico, em outros contextos, das hipóteses aqui vislumbradas.

Referências

ANGROSINO, Michael.

Etnografia e observação participante / Michael Angrosino; tradução José Fonseca; consultoria, supervisão e revisão desta edição Bernardo Lewgoy. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARAÚJO, Ernesto Pereira de.

Política e valores / Caetano Ernesto Pereira de Araújo ... [et al.] organizadores. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

BEAUD, Stéphane.

Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos / Stéphane Beaud, Florence Weber; tradução de Sérgio Joaquim de Almeida; revisão da tradução de Henrique Caetano Nardi. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BECKCER, Howard Saul, 1928. Outsiders: estudos de sociologia do desvio / Howard S. Becker; tradução Maria Luiza X. de Borges; revisão técnica Karina Kuschnir. – Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOMFIM, Manuel.

A América latina: males de origem [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 291 p. ISBN: 978-85-99662-78-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

BOURDIEU, Pierre. 1930-2002

A distinção: crítica social do julgamento / Pierre Bourdieu; tradução Daniela Kern; Guilherme J.F. Teixeira. 2. ed. rev. 1. reimpr. – Porto Alegre, RS: Zouk, 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio.

A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. Editora Brasiliense, 1984.

CARAZZA, Bruno.

Dinheiro, eleições e poder: as engrenagens do sistema político brasileiro / Bruno Carazza. – 1. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique, 1931-

A arte da política: a história que vivi / Fernando Henrique Cardoso; coordenação editorial: Ricardo A. Setti. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. A miséria da política: Crônicas do lulopetismo e outros escritos/Fernando Henrique Cardoso; organização Miguel Darcy de Oliveira. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. Crise e reinvenção da política no Brasil / Fernando Henrique Cardoso; 1. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. 1939

O pecado original da república: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil / José Murilo de Carvalho. – Rio de Janeiro (RJ): Bazar do Tempo, 2017.

CERVANTES, Miguel de.

D. Quixote Vol. II. D. Quixote de La Mancha – Segunda Parte (1615). Miguel de Cervantes [Saavedra] (1547-1616). Tradução: Francisco Lopes de Azevedo Velho de Fonseca Barbosa Pinheiro Pereira e Sá Coelho (1809-1876) Conde de Azevedo, Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875) Visconde de Castilho. Edição eBooksBrasil, 2005.

DESCOLA, Philippe. 1949-

As lanças do crepúsculo: relações jivaro na Alta Amazônia / Philippe Descola. Título original: Les lances du crépuscule: relations jivaro, Haute Amazonie. Tradução: Dorothée de Bruchard. Ilustrações Philippe Munch. São Paulo, Cosac Naify, 2006.

DURKHEIM, Émile.

As formas elementares de vida religiosa. Tradução Joaquim Pereira Neto. Organização Luiz Roberto Benedetti. Revisão H. Dalbosco. 3. ed., 2008. 3. reimp., 2018. Paulus, 1989.

ECO, Umberto. 1932-

Como se faz uma tese / Umberto Eco; tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza – São Paulo: Perspectiva, 2016, 26. ed. (Coleção Estudos; 85 / dirigido por J. Guinsburg)

ELIAS, Norbert, 1897-1990. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade / Norbert Elias e John L. Scotson; tradução, Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind; apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg. – Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EVANS-PRITCHARD, E.E. 1902-1973

Bruxaria, oráculo e magia entre os Azande / E.E. Evans-Pritchard; edição resumida e introdução, Eva Gillies; tradução Eduardo Viveiro de Castro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2005.

GASKELL, George. Entrevista individuais e grupais. In: BAUER, W. Martin & GASKEL, Georg. Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual

prático/Martin W. Bauer, Georg Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 64-89.

GEERTZ, Clifford. 1926-

A interpretação das culturas / Clifford Geertz. – 1. ed., 13. reimpr. – Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GILL, Rosalind.

Análise de discurso. In: BAUER, W. Martin & GASKEL, Georg. Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático/Martin W. Bauer, Georg Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi. – 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 244-270.

GUSMÃO, L. O fetichismo do conceito: limites do conhecimento teórico na investigação social. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012, 358 p.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli.

A morte dos coronéis: política e poder local / Maria Teresa Miceli Kerbauy; 1. ed. – Curitiba: Appris, 2016.

LEAL, Victor Nunes, 1914-1985.

Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil / Victor Nunes Leal. – 7ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1908-2009.

Antropologia estrutural. Tradução de Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Revisão etnológica de Júlio Cezar Melatti. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1967.

MAGNANI, José Guilherme Cantor.

De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 17, nº 49, junho/2002.

MALINOWSKI, Bronislaw, 1884-1942

Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia / Bronislaw Malinowski / Título original: Argonauts of the Western Pacific / Prefácio Mariza Peirano / prefácio à 1. ed. Sir James G. Frazer / tradução Anton P. Carr e Ligia Cardieri / coordenação da tradução e apresentação Eunice R. Durham. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MAQUIAVEL, Nicolau, 1469-1527.

O príncipe / Nicolau Maquiavel; tradução de Dominique Makins a partir da edição inglesa de W.K.Marriott. – São Paulo: Hunter Books, 2011.

MARX, Karl. 1818-1883.

O 18 Brumário de Luís Bonaparte / Karl Marx; tradução revista por Leandro Konder. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MAUSS, Marcel, 1872-1950.

Sociologia e antropologia / Marcel Mauss; precedido de uma introdução à obra de Marcel Mauss por Claude Lévi-Strauss; textos de Georges Gurvitch e Henri Lévy Bruh; tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MYERS, Greg.

Análise da conversação e da fala. In: BAUER, W. Martin & GASKEL, Georg. Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático/Martin W. Bauer, Georg Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi. – 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 271-292.

NICOLAU, Jairo.

Representantes de quem? Os (des)caminhos dos seu voto da urna à Câmara dos Deputados/Jairo Nicolau. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de.

O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios [por] Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

ROUSSEAU, Jean-Jacques, 1712-1778

Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens / Jean-Jacques Rousseau; [introdução de João Carlos Brum Torres]; tradução de Paulo Neves. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

_____. O Contrato social / J.J. Rousseau; [apresentação de João Carlos Brum Torres; tradução Paulo Neves]. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: O fenômeno urbano. Org. Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 11-25.

STEVENSON, Robert Louis.

O médico e o monstro / Robert Louis Stevenson; traduzido por Sílvio Antunha. Jandira, SP: Principis, 2019.

TOCQUEVILLE, Alexis de, 1805-1859.

A democracia na América: leis e costumes. De certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático / Alexis de Tocqueville; tradução de Eduardo Brandão; prefácio, biografia e bibliografia Fraçois Furet. – São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. A democracia na América: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos / Alexis de Tocqueville; tradução de Eduardo Brandão – 2. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris / Alexis de Tocqueville; estabelecimento do texto Luc Monnier; prefácio Fernand Braudel; tradução Modesto Florenzano. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. O Antigo Regime e a Revolução / Alexis de Tocqueville; tradução, apresentação e notas José Miguel Nanni Soares. – São Paulo: Edipro, 2017.

WEBER, Max, 1864-1920.

Ciência e política: duas vocações / Max Weber; prefácio Manoel T. Berlinck; tradução Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18. ed. – São Paulo: Cultrix, 2011.

_____. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Max Weber; tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

WHYTE, William Foote. 1914-2001. Sociedade de esquina (Street corner society): a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada / William Foote Whyte; tradução Maria Lúcia de Oliveira; revisão técnica Karina Kuschnir; apresentação de Gilberto Velho. – Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Teses, Dissertações e Artigos:

CLEPS JUNIOR, João.

Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado: o caso do Triângulo Mineiro. / João Cleps Junior. – 1998. 291 p. Tese (Doutorado em Organização do Espaço). Rio Claro: IGCE-Cp. de Rio Claro-UNESPE, 1998.

DELGADO, Guilherme C.

A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual / editado por Luiz Octávio Ramos Filho e Osvaldo Aly Júnior. - São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2005, p. 21-86.

SANTANA, Luiz Otávio Costa.

São Gotardo (MG), um estudo sobre a presença nipodescendente no cerrado mineiro. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Sociais da UFU, 2015.

SANTOS, Mauro Augusto dos.

A influência da dinâmica demográfica e domiciliar no processo de ocupação do Cerrado brasileiro: o caso do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba, Minas Gerais, Brasil. Tese de doutorado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Anexo I – Carta-convite

Na condição de Professor do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e orientador de doutorado do aluno Werles Xavier de Oliveira, matrícula UnB nº 17/0097480, gostaria de convidá-lo a participar de uma entrevista anônima e com fins estritamente científicos. Caso você tenha disponibilidade e interesse em contribuir com essa pesquisa, concedendo uma entrevista ao próprio pesquisador, queira, por gentileza, marcar o dia, o horário e o local enviando um e-mail para werlesx@gmail.com ou telefonando para (34) 99828-1289.

As questões da pesquisa visam compreender temas da vida política brasileira a partir da observação direta do exercício do poder político em pequenos municípios como Iraí de Minas, para tanto, analisará a história local resgatando a constituição e a reprodução de estruturas de poder político, bem como as relações entre interesses públicos e privados delas decorrentes.

Fica o registro de que as informações prestadas serão absolutamente sigilosas no que se refere à identidade das pessoas entrevistadas.

A Universidade de Brasília e, principalmente, o aluno Werles Xavier de Oliveira agradecem desde já a atenção que for dada a esta carta-convite.

Brasília, de maio de 2019.

Professor Dr. Luís Augusto Sarmiento Cavalcanti de Gusmão
Orientador

Werles Xavier de Oliveira
Doutorando

Anexo II – Questões preliminares

- 1) Quando se deu a fundação do município? Quais as principais famílias que influenciaram a municipalização?
- 2) Quais eram as principais lideranças políticas à época da municipalização?
- 3) Como era a política nesse tempo? Eleições, papel do prefeito, vereadores etc.?
- 4) Como foi se desenvolvendo o município? Sob a influência de quais lideranças?
- 5) Sob que condições os migrantes gaúchos chegaram em Iraí de Minas?
- 6) Como se desenvolveram? Como chegaram na política do município?
- 7) Qual o contexto de fundação do bairro Bagagem?
- 8) Quando, como e com quem o dinheiro passou a ter papel na política local? Desde então, se tornou “normal”? Quem são os eleitores-alvo?
- 9) Existem favorecimentos e perseguições políticas em Iraí de Minas?
- 10) Como se encontra de modo geral a política hoje em Iraí de Minas? É muito diferente da política quando dos primeiros anos de fundação do município? Em que sentido?

Anexo III – Vereadores/Câmara

1) Trajetória política:

Como veio/foi parar na política? Por que a escolha da atividade política? (dinheiro, poder, vaidades?) Acha que a política é para todos ou apenas para alguns? Por quê? Acha que tem a ver com vocação? A política local atrai ou afasta as pessoas? Por que entrou na política?

2) O candidato: (campanha)

Quando você decidiu que iria se candidatar? Como você trabalhou/organizou a sua campanha (s) (escolha de partido)? É possível identificar quando começa a campanha eleitoral em Iraí de Minas? Fale-me como era o seu dia a dia durante a campanha (visitas, eventos sociais, comícios etc.). Quais as estratégias você utilizava para pedir votos? Como lidava com os outros candidatos? E os gastos da campanha, como foram? Comprou votos, acha que outros candidatos fizeram isso? A campanha do vereador é diferente da campanha do prefeito? Como conciliava/não conciliava a vida privada com a agenda política durante a campanha?

3) O mandatário político: (governo)

Como se sentiu após a confirmação da vitória nas urnas? Fale-me sobre como é o trabalho de um vereador (reuniões, eventos sociais, relação com os vereadores, prefeito e deputados, etc.). Como são as reuniões da Câmara, o que se discute e se vota nessas reuniões? Como é a relação com o povo, o dia a dia, o cara a cara? Na Câmara, se situação ou oposição, quais estratégias empregava nas votações? Como eram feitos os acordos? Lembra-se de alguma votação/episódio importante/dramático/tenso curioso ou mesmo engraçados ocorrido nestas reuniões? Do que você acha que depende a popularidade ou impopularidade do mandatário político?

4) Vida pública e Vida privada?

Qual a maior dificuldade para você conciliar a vida pública e a vida privada? Sentia/sente obrigação de participar em eventos sociais? Durante o mandato houve momentos de tensão psicológica, fortes emoções? Como foi isso?

5) Ascensão política:

Em algum momento pensou em candidatar-se para vice-prefeito ou prefeito? Por que não se candidatou? Como você acha que se alcança o direito de se candidatar para vice-prefeito ou prefeito?

6) Realização/Frustração:

Qual foi a sua maior realização e a maior frustração enquanto vereador? Por que saiu da política ou ainda tem planos para ela, com ou sem mandato?

Por que a política mais afasta que atrai as pessoas, principalmente aquelas ditas “pessoas de bem”?

7) Novos candidatos:

Como/ por que se decidiu a concorrer à política local? Como pretende organizar sua campanha? ganhando, sendo eleito, como pretende desempenhar o mandato?

8) A peculiaridade do local:

Tem algo de específico na política de Iraí de Minas?

Anexo IV – Prefeitos/Vices

PREFEITO

- 1) Existe uma melhor época para a realização das obras públicas?
- 2) É importante exercer o mandato de vereador para se candidatar a prefeito e para se exercer o mandato quando eleito?
- 3) Existe um fator decisivo para se eleger prefeito?
- 4) Como o senhor formou o seu governo?
- 5) Quais foram as suas principais realizações, lamentos e dificuldades encontradas durante o mandato?
- 6) A política de Iraí é diferente da política na cidade grande?
- 7) Finalizado o mandato, ou mesmo depois, sentiu ou ainda sente vontade de voltar para a política?

VICE-PREFEITO

- 1) Como veio para a política local?
- 2) Como surgiu a ideia de vice-prefeito?
- 3) Pensou em encabeçar a chapa como candidato a prefeito?
- 4) Qual o papel de um vice?
- 5) Como era seu relacionamento político-administrativo com o prefeito?
- 6) Chegou a pensar na ideia de divisão de mandato com o prefeito?

Anexo V – Gaúchos

- 1) Qual a descendência de vocês gaúchos?
- 2) De onde vieram do Rio Grande do Sul? Como viviam lá?
- 3) Sob que condições vocês migrantes gaúchos chegaram em Iraí de Minas? Quando? Quais os incentivos recebidos?
- 4) Como foram os primeiros anos em Iraí de Minas? Como era o trabalho com a terra? Participava toda a família?
- 5) Como as terras foram se desenvolvendo? Trabalho familiar?
- 6) Qual a religião de vocês? A religião teve alguma influência no modo como vocês lidavam com o trabalho?
- 7) Vocês gaúchos acreditam que estavam em melhores condições de desenvolverem as terras de Iraí que os mineiros nativos do lugar?
- 8) À medida que vocês foram se desenvolvendo economicamente como passaram a ver a questão política da cidade? Como enxergam a política local?
- 9) Qual a influência da política de Iraí em suas vidas?
- 10) Ao longo do tempo, como tem se manifestado o interesse de vocês gaúchos pela política local?
- 11) Por que alguns de vocês gaúchos se interessaram pela política e a maioria não?
- 12) Em épocas de campanhas eleitorais vocês gaúchos se envolvem na disputa política? De que maneira?
- 13) Como acha que deveria ser a política local?
- 14) Vocês acham que existe algo de diferente (específico) na política de Iraí quando comparada com outros lugares? O quê?
- 15) Vocês acham que é possível usar esta mesma energia colocada por vocês a serviço do desenvolvimento econômico de Iraí a serviço do desenvolvimento da política e, por conseguinte do próprio município? Se não, por quê? Se sim, por que o desenvolvimento econômico não reflete no desenvolvimento político? (Desenvolvimento econômico versus atraso político – Moderno *x* Arcaico). O que impede?

Anexo VI – Prodecer

1) Contexto histórico Brasil/Mundo

Expansão da fronteira agrícola para a Região dos Cerrados;

Relações bilaterais Brasil/Japão – Início das tratativas

2) Como se daria o empreendimento/colonização?

Capital externo – Japão; Terras – cerrado; Trabalho – gaúchos; Produção – Brasil/Japão

3) Por que a região de Iraí de Minas?

Topografia, clima, terras nativas etc.

4) Por que a Cosuel?

História da origem e desenvolvimento do cooperativismo na Região Sul

Existiam outras alternativas?

Como foram escolhidos os colonos (gaúchos/mineiros)? Foram dadas oportunidades aos nativos?

Qual foi a área total do projeto? Quantidade de famílias beneficiadas? Tamanhos dos lotes? Os beneficiados possuíam aptidão/experiência para a agricultura? Desconhecimento do cultivo nos cerrados?

5) Quais foram os incentivos/subsídios do governo para a implantação do Prodecer?

Recursos para comprar a terra? Maquinário e implementos? Construção de moradias? Sementes, fertilizantes e defensivos? Subsistência até as colheitas? Condições de pagamento? Assistência técnica?

6) O projeto seria viável com os nativos da região (Iraí) ou mesmo com outros povos?

Gaúchos: experiência com agricultura em minifúndios; aventureiros; tinham pouco ou nada a perder.

Mineiros: experiência com agricultura nas terras de cultura; resistentes ao cultivo no cerrado.

Ambos desconheciam as potencialidades do Cerrado.

7) Partindo das mesmas condições nem todos alcançaram os mesmos resultados.

Como o Sr. enxerga isso?

A igualdade de oportunidades tem importância, mas não absoluta, para a igualdade de resultados.

8) Este empreendimento poderia ser chamado/caracterizado como um exemplo de “reforma agrária” exitoso?

A que se atribui o êxito do projeto?

9) **PROVOCAÇÃO:**

O progresso do agronegócio não correspondeu ao progresso da política local. A lógica empregada pelos principais produtores na administração do agronegócio é compatível/incompatível com a lógica da política (administração pública)?

Moderno *x* Arcaico

DESENVOLVIMENTO:

Se o produtor (Sr. Tal) resolvesse ingressar na política local e disputasse a prefeitura (o governo), passadas as dificuldades de campanha, tendo sido eleito, quais seriam as dificuldades que iria encontrar caso resolvesse adotar em seu governo a “mesma lógica” com que rege/administra os seus negócios particulares, as suas fazendas, o agronegócio?

Anexo VII – Questões gerais:

- 1) Você acompanha a política da cidade? Acha que tem importância em sua vida?
- 2) Você acha que a política poderia melhorar a vida das pessoas? Tem melhorado?
Se não, por que não?
- 3) O que a política da cidade significa para você? O que gostaria que significasse?
- 4) Como acha que a política de Iraí poderia ser mudada?
- 5) O seu voto faz diferença?
- 6) Você se sente representado no município?
- 7) Como acha que pode ajudar a política da cidade?
- 8) Os cidadãos de bem em sua maioria se interessam pela política local? Se não, por que não?
- 9) Quais as qualidades mais importantes de um candidato? Ter dinheiro? Carisma? Laços familiares? Amizades? Projetos para a cidade?
- 10) O que leva em conta para definir o seu voto para prefeito e vereador? Já votou por outros motivos? Quais?
- 11) O que faz um vereador? O que deveria fazer?
- 12) Por que a política em Iraí de Minas tem ficado nas mãos de duas famílias tradicionais?
- 13) Por que apesar de mudar prefeito e vereadores não se altera o modo de se governar?
- 14) O que mudou e o que permaneceu da política praticada nos primeiros anos do município comparada à política que é praticada nos dias de hoje?
- 15) Existe corrupção eleitoral em Iraí? Compra de votos? Com ocorre?
- 16) Como se dá a relação entre prefeito e vereadores? Prefeito e cidadãos? Vereadores e cidadãos?
- 17) Como os empresários participam da campanha eleitoral no município?
- 18) Como as empresas são escolhidas para contratarem com a prefeitura?
- 19) O dinheiro está sendo decisivo nas eleições em Iraí?
- 20) O que os ex-prefeitos já fizeram pela cidade?
- 21) Os governos do município no geral têm ido bem? Se não, por que não? Incompetência administrativa? Falta de recursos? Corrupção?
- 22) Os dirigentes políticos têm interesse na geração de empregos na cidade? Se não, por que não?

- 23) Como prefeito e vereadores podem melhorar a qualidade do hospital, da escola, das ruas, praças e avenidas e das estradas rurais?
- 24) Qual a ideia de poder existente em Iraí para os dirigentes políticos e para a população em geral?
- 25) A eleição no município é diferente da eleição geral? Em que sentido?
- 26) O que é mais importante: a pessoa do candidato ou o partido político em que se encontra?
- 27) Existem perseguições políticas em Iraí? E favorecimentos? Se existe, por que existe?
- 28) Você já foi favorecido ou perseguido por conta de sua posição política? De que forma?
- 29) Como se manifesta na vida do cidadão comum? Do empresariado? Do funcionário público? Nas comunidades rurais?